

SÉRIE SOCIOLOGIA



“Com o suor do trabalho”:

Uma análise do *ethos*
dos batalhadores manifesto
no âmbito do consumo

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

SÉRIE SOCIOLOGIA

“COM O SUOR DO TRABALHO”:
Uma análise do *ethos*
dos batalhadores manifesto
no âmbito do consumo

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves



Editora | RECIFE
UFPE | 2020

Editoração

Revisão de texto: a autora

Projeto gráfico: Editora UFPE

Diagramação: Adele Pereira

EDITORA ASSOCIADA À

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

A474c Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti.

“Com o suor do trabalho” [recurso eletrônico] : uma análise do *ethos* dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo / Ana Rodrigues Cavalcanti Alves. – Recife : Ed. UFPE, 2020. (Coleção Sociologia).

Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Sociologia, 2018) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-91-7 (online)

1. Sociologia. 2. Consumo (Economia). 3. Comportamento do consumidor. 4. Classes sociais – Aspectos econômicos. 5. Mobilidade social. 6. Estilo de Vida. I. Título. II. Título da coleção.

301

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-120)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedadas a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

A Lora e Joãozinho

AGRADECIMENTOS

A longa empreitada assumida neste trabalho não teria sido possível sem o apoio e a participação fundamental de todos que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, onde tive a oportunidade de cursar o mestrado e o doutorado, tendo cursado a graduação em Ciências Sociais nesta mesma universidade. Gostaria de agradecer a todos os funcionários do PPGS-UFPE, especialmente a Vinícius Douglas, Karine Mendes e Mônica Malafaia, que sempre foram muito solícitos e atenciosos no acompanhamento de minhas demandas institucionais. Agradeço também a todos os que fazem parte do Departamento de Sociologia da UFPE, onde tive a oportunidade de trabalhar como professora substituta nos últimos dois anos. Um agradecimento especial ao professor Emílio Negreiros, chefe do departamento, e aos funcionários Fabiana Bernardino, Carlos Figueiredo e Geovane Almeida.

Sou grata a todos os professores do PPGS e do Departamento de Sociologia que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento especial à professora Eliane Veras, que acompanha minha trajetória universitária desde o início, tendo sido minha orientadora durante

a graduação e o mestrado, e com quem construí uma relação de amizade, nutrindo por ela um grande carinho e admiração. Do mesmo modo, agradeço a Remo Mutzenberg, que tive o prazer de ter como co-orientador durante o mestrado, contribuindo de maneira decisiva para o amadurecimento de minha dissertação. À professora Silke Weber, por conduzir com muita dedicação o Seminário de Sociologia, onde tive a oportunidade de conhecer diversos trabalhos e pesquisadores, além de apresentar o andamento de minha pesquisa, colhendo inúmeras contribuições.

Gostaria de agradecer especialmente a minha orientadora Maria Eduarda da Mota Rocha, que acompanhou o andamento deste trabalho desde a sua concepção inicial, no momento de construção do projeto de pesquisa, contribuindo de maneira decisiva em todas as etapas deste trabalho, com sua leitura atenta, suas observações perspicazes e sua profunda sensibilidade etnográfica. As reuniões de orientação foram momentos de muito aprendizado e inspiração, nos quais eu recuperava o fôlego para enfrentar as questões e dificuldades encontradas durante a pesquisa de campo e análise posterior. Com Eduarda, tive a oportunidade de construir uma relação de amizade e confiança, nutrindo por ela uma grande admiração.

A minha turma de doutorado, que me acompanhou nesta jornada nos últimos cinco anos, partilhando debates, aprendizados e momentos de lazer. Sou grata especialmente à Louise, Bella e Carol, com quem construí uma relação de amizade, compartilhando momentos importantes deste trabalho e das nossas vidas.

Ao CNPq, por ter possibilitado os recursos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa, concedendo-me uma bolsa de estudos durante a maior parte do doutorado.

Ao Ipea, onde tive oportunidade de participar como bolsista da pesquisa “Radiografia do Brasil contemporâneo”. Gostaria de agradecer especialmente a Jessé Souza, então presidente do Ipea e coordenador da pesquisa, a Roberto Dutra Torres, coordenador regional, e a todos os pesquisadores e bolsistas, que contribuíram de diversas maneiras para o desenvolvimento e amadurecimento deste trabalho. Sou grata a Rodrigo Vieira de Assis por ter me comunicado sobre a realização da pesquisa e me apresentado com uma relação de amizade, confiança e admiração.

A todos os entrevistados, que se disponibilizaram a participar da pesquisa, abrindo as portas de sua casa, compartilhando suas experiências e memórias íntimas, além de algumas horas de seu precioso e escasso tempo livre. Sem eles, esta tese não teria sido possível.

Sou grata a toda a minha família, que acompanha a minha jornada desde o início, propiciando-me as condições necessárias para o desenvolvimento de minha trajetória escolar e de vida. Agradeço especialmente a Lora, Joãozinho e Silvinha, com quem compartilhei os momentos mais importantes da minha vida, recebendo sempre muito amor, incentivo e suporte emocional para encarar todos os desafios e dificuldades; por transmitirem muito carinho e muita força, compreendendo minha ausência e contendo a saudade, sobretudo no último ano.

A Daniel, por caminhar ao meu lado ao longo desta jornada, pelo amor e companheirismo, pelas indicações de leitura e discussões mais instigantes, e pela revisão de alguns dos capítulos apresentados neste trabalho. Agradeço também a toda a sua família, que me acolheu com muito carinho, oferecendo-me todo tipo de apoio e suporte nesta longa e difícil empreitada, especialmente a Cristina, Iatamar e Tales.

A todos os amigos e amigas que acompanharam e incentivaram este trabalho, compartilhando inquietações, alegrias e vivenciando os momentos difíceis ao meu lado.

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Creio que a experiência humana é mais rica do que qualquer uma de suas interpretações, pois nenhuma delas, por mais genial e “compreensiva” que seja, poderia exauri-la. Aqueles que embarcam numa vida de conversação com a experiência humana deveriam abandonar todos os sonhos de um fim tranquilo de viagem. Essa viagem não tem um final feliz – toda felicidade se encontra na própria jornada.

Zygmunt Bauman (2004, p. 320)

PREFÁCIO

O livro de Ana Rodrigues que tenho a alegria de apresentar analisa as transformações recentes da sociedade brasileira com os instrumentos afiados da sociologia do consumo e das classes sociais. A análise sociológica do consumo parte do pressuposto de que este é um fenômeno tanto cultural quanto econômico. Isso significa que a melhoria das condições de vida daqueles que entraram decisivamente no universo do consumo no nosso último ciclo histórico precisa ser compreendida também a partir da sua dimensão moral, a partir da maneira como essas pessoas justificam suas escolhas nesse âmbito. Afinal, uma questão fundamental na compreensão do comportamento humano é a de saber como os nossos valores se relacionam com nossas práticas. Esse problema foi colocado por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e sua resposta sugere que a relação entre valor e prática não é automática. Entre os dois planos, existem muitas mediações.

No caso estudado por Weber, o da contribuição da ética protestante para o desenvolvimento do capitalismo, a complexidade se manifesta na forma como uma visão de mundo baseada na doutrina da predestinação, na ideia de que nosso

destino está traçado por Deus desde o princípio dos tempos, em vez de conduzir ao fatalismo, levava a um engajamento fervoroso nas tarefas mundanas. Recusando-se a canalizar suas energias para a “outra vida”, o protestante apostava alto no trabalho. Por que a crença protestante no destino imutável de cada um de nós não levou os indivíduos a uma indiferença em relação à vida terrena, mas, pelo contrário, os conduziu a uma vida empenhada na conquista de bens materiais dos quais pouco usufruíam? A resposta é que, entre aquela visão de mundo e as práticas, intervém todo um processo de autojustificação a partir dos princípios disponibilizados pela cultura. O sucesso terreno, sendo meio de glorificar a Deus e de afastar a angústia do medo do inferno, acaba se tornando importante para crentes que não acreditavam poder mudar seu destino com nenhuma ação sobre a Terra.

Retorno a Weber para mostrar como a pesquisa de Ana Rodrigues se situa em um plano muito elevado de problematização da nossa condição humana e de como essa condição se apresenta para uma fração de classe específica no Brasil de hoje, na maneira mesma como constrói o sentido para sua existência. E não é qualquer fração, mas justamente aquela cuja guinada política em 2018 tem sido apontada como um fator importante do fim do ciclo lulista. Os “batalhadores”, na nomenclatura de Jessé Souza que Ana Rodrigues retoma, são a fração das classes populares que ascenderam a partir de 2005 e que embaralharam a concepção corrente de estrutura social no Brasil, a ponto de muitos terem acreditado se tratar de uma “nova classe média”. A conquista da casa própria, a compra do primeiro carro, o consumo ampliado de alimentos industrializados, móveis, objetos de decoração, eletrodomésticos,

celulares, o acesso a serviços como restaurantes e cabeleireiros... Tudo levava a crer que essa fração de classe se integrava à classe média, e essa suposta integração muitas vezes justificava uma visão triunfalista que escondia as condições em que esta ampliação do consumo se dava.

O livro de Ana Rodrigues é agudo ao escrutinar essa questão, apresentando sujeitos concretos que melhoraram de vida no último ciclo político, às custas de muito trabalho e de muita renúncia à gratificação. Desse modo, ela expande as análises de Jessé Souza, trazendo uma visão mais ampla das condições de vida dos integrantes dessa fração de classe, com ênfase em suas práticas de consumo. Não se trata de um adendo, mas de um ponto que toca a definição mesma dessa fração de classes que Souza nomeia de “batalhadores”. Isso porque, inspirado na descrição que Bourdieu faz das frações médias francesas em *A distinção*, o sociólogo brasileiro define o “batalhador” a partir de uma visão moral calcada no autossacrifício e na ética do trabalho duro, contra o hedonismo das classes populares das quais pretende se distinguir.

Mas como explicar o aumento do consumo entre os membros dessa fração? Como o ascetismo manifesto na enorme capacidade de trabalho – “por eu trabalhar de domingo a domingo, não tenho tempo nem de gastar”, afirma um dos seus entrevistados, um feirante que acorda às três da manhã todos os dias – combina-se à expansão do consumo verificada entre essas pessoas? O livro de Ana Rodrigues matiza e complexifica a visão do “batalhador”, mostrando como, na composição do seu *ethos*, esse ascetismo não exclui os efeitos de uma cultura do consumo que forma o *habitat* em que nos movemos todos. Pelo contrário, a análise sugere diferenças geracionais e

de gênero importantes: enquanto as mulheres mais velhas justificam seus gastos pelo “bem da família”, os homens solteiros são os mais autoindulgentes quando se trata de satisfazer seus próprios desejos de consumo.

O resultado da extrema sensibilidade etnográfica de Rodrigues se manifesta na composição dos perfis dos batalhadores “ascético”, “empreendedor”, “hedonista” e “cultural”, cada um com um tipo específico de articulação entre a ética do trabalho duro e as disposições para o consumo, no que pode sugerir uma escala que vai do perfil mais tipicamente identificado como “batalhador” por Jessé Souza até outros mais complexos, que permanecem dentro dessa categoria por conservarem a enorme capacidade de trabalho como meio de afastar, sempre de forma precária, o fantasma da pobreza. Conforme avança a composição dos tipos, vemos o ascetismo que os define se desdobrar em diferentes formas de conciliação com o prazer do consumo. Entre a manicure que projeta para os filhos o usufruto das conquistas trazidas pelo seu próprio sacrifício no âmbito do trabalho e os “batalhadores hedonistas” que se dão o direito de satisfazer seus próprios desejos de consumo, quanta diferença!

Se o que foi dito até aqui não for suficiente para mostrar a importância deste trabalho, ele ainda trata de um problema crucial da sociologia contemporânea: a dificuldade de estabelecer as fronteiras de uma classe ou fração, sobretudo quando esta não se situa nos extremos da estrutura, e ainda mais em um contexto de alguma mobilidade social, como o vivido no Brasil durante a expansão do sistema universitário, e que é a condição de possibilidade da existência do “batalhador cultural”. A diferença entre a classe média e o “batalhador”, diz Souza,

é a posse de capital cultural. Quando perguntados sobre o que era ser rico, os entrevistados e entrevistadas de Ana Rodrigues tendiam a responder: “ter estudo”, justamente o que mais lhes faltava. Mas alguns chegaram à universidade, e estão em processo de aquisição de capital cultural, até pela maior proximidade com o universo social de classe média. Embora a maior parte se situe nas carreiras menos valorizadas do sistema universitário, em contexto de mudança da estrutura produtiva como a que vivemos, com uma maior demanda de trabalho especializado, pode ocorrer um *bombeamento demográfico* que retire indivíduos das frações inferiores para as superiores, e essa possibilidade (hoje cada vez menos plausível) estava inscrita na trajetória de alguns dos entrevistados e entrevistadas de Ana Rodrigues, sendo um sintoma do ciclo pelo qual o Brasil passava.

O que este livro oferece, portanto, é uma visão muito sofisticada de uma fração de classe que se tornou crucial na dinâmica política recente. Ana Rodrigues chegou muito perto das pessoas que entrevistou, tecendo relatos biográficos riquíssimos, com um desdobramento político muito claro, o da desconstrução do discurso meritocrático, o que pode parecer um paradoxo. Como, analisando o cotidiano de pessoas que melhoraram de vida no último ciclo político, é possível pôr em xeque a crença no esforço pessoal como meio de justiça social? É que, ao nos confrontarmos com a vida dessas pessoas através da análise de Rodrigues, salta aos olhos o quanto de sacrifício a nossa sociedade desigual exige delas, e o quanto de sofrimento e de sonho fica pelo caminho. Sem esquecer que, dentro das classes populares, essas são, ainda, as pessoas que “deram certo”. Quando chegar o momento de fazer o balanço do tempo difícil

que vivemos, o trabalho de Ana Rodrigues vai ser uma porta de entrada privilegiada para as contradições de nossa época.

Maria Eduarda da Mota Rocha
Recife, 16 de setembro de 2019.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 PENSANDO AS CLASSES POPULARES BRASILEIRAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DISPOSICIONALISTA	34
1.1 Classe social e estilo de vida	38
1.2 Variações individuais e dissonâncias culturais	54
1.3 Combinação de escalas de análise e o caráter disposicional da teoria	65
1.4 Uma nova ética do consumo?	71
1.5 Os batalhadores brasileiros	83
2 EMERGÊNCIA DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA” NO BRASIL?	100
2.1 Capitalismo periférico e subconsumo da classe trabalhadora brasileira	104
2.2 Mudanças na estrutura social brasileira dos anos 2000	115
2.3 A nova dinâmica do capitalismo e sua penetração no Brasil	127

2.4 A inserção das classes populares brasileiras na cultura de consumo	137
3 O BATALHADOR ASCÉTICO	153
3.1 Análise de um perfil exemplar: uma manicure que projeta sua realização na trajetória dos filhos	162
3.2 Valores constitutivos do <i>ethos</i> do trabalho duro	186
3.3 Consumo, família e sacrifício individual	201
3.4 Variantes do gosto de necessidade	213
3.5 Ethos do trabalho duro e disposições políticas	220
4 O BATALHADOR EMPREENDEDOR	233
4.1 Análise de um perfil exemplar: um pequeno comerciante preocupado com o futuro	236
4.2 O complexo disposicional do batalhador empreendedor	260
4.3 Práticas de consumo e estilo de vida do batalhador empreendedor	270
4.4 As disposições políticas do batalhador empreendedor	280
5 O BATALHADOR HEDONISTA	289
5.1 Análise de uma trajetória exemplar: uma faturista que gosta de se arrumar	292
5.2 Tensões e ajustes com relação ao <i>ethos</i> do trabalho duro	317
5.3 Variantes do gosto hedonista	332

5.4 As opiniões políticas do batalhador hedonista	345
6 O BATALHADOR CULTURAL	353
6.1 Análise de um perfil exemplar: uma orçamentista que tenta fazer a diferença	359
6.2 A família do batalhador cultural	376
6.3 A importância dos processos de socialização secundária	383
6.4 A inserção "tardia" no mercado de trabalho	393
6.5 Conflitos e tensões de uma posição de fronteira	402
6.6 Pretensão cultural e orientação para o prazer	413
6.7 A politização do batalhador cultural	436
CONCLUSÃO	447
REFERÊNCIAS	463

INTRODUÇÃO

A presente tese visa analisar as possíveis mudanças nos padrões de consumo e estilo de vida das frações ascensionais das classes populares após o governo Lula, buscando identificar os sentidos que os membros dessas classes atribuem às suas práticas de consumo. Nesse sentido, a análise aqui empreendida se insere num debate corrente na sociologia brasileira contemporânea acerca das mudanças estruturais ocorridas no Brasil nas últimas décadas e seu impacto sobre as classes populares – tais como o crescimento econômico, a diminuição da desigualdade de renda e mudanças no perfil da pobreza, possibilitadas pela criação de empregos formais, pelo aumento real do salário mínimo, pelas políticas de transferência de renda, pela expansão educacional, pelo maior acesso a serviços públicos e ao consumo de bens duráveis por parte dos segmentos de baixa renda (IPEA, 2011; POCHMANN, 2014; RIBEIRO, 2017; TORRES, BICHIR, CARPIM, 2006). Embora a interpretação sobre a emergência de uma “nova classe média” tenha se estabelecido, inicialmente, com dominância explicativa, principalmente a partir da publicação do economista Marcelo Neri em 2008, em que o autor considera a nova classe a partir do rendimento médio

da população, surgiram outras interpretações capazes de questionar essa versão, destacando seu papel no encobrimento das desigualdades sociais e das contradições intrínsecas a esse processo, além das possíveis consequências políticas advindas com uma interpretação triunfalista e redutora da realidade social (POCHMANN, 2012, 2014; SINGER, 2012, 2015; SOUZA, 2012, 2013).

Jessé Souza (2012, 2013) se destaca nesse debate, ancorado, sobretudo, na teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu, buscando combater o viés economicista inerente à interpretação da “nova classe média”, a qual reduz a noção de classe social à renda dos indivíduos, negligenciando a gênese sociocultural das classes sociais, ou seja, o fato de que os indivíduos são produzidos por uma “cultura de classe específica”. Desse modo, tal interpretação esconderia contradições e ambivalências importantes da vida destas pessoas, sem considerar que a reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo se dá pela transferência de valores imateriais. Sobretudo no caso da classe média, que só pode se reproduzir pela transmissão cotidiana, afetiva e invisível das pré-condições que permitem aos seus filhos a aquisição e reprodução de capital cultural. Embora essa transferência seja invisível, ela já envolve uma vantagem extraordinária na competição social, seja na escola ou no mercado de trabalho, com relação aos membros das classes populares (SOUZA, 2012, p. 22).

Ancorado numa concepção bourdieusiana de classe construída, segundo a qual a própria definição da classe deve aparecer como resultado e não como ponto de partida da pesquisa, Souza (2012) empreende uma análise inovadora acerca das pré-condições sociais, culturais, emocionais e cognitivas que permitem a uma fração das classes populares brasileiras

integrar-se no mercado competitivo, através da incorporação de um conjunto de disposições ascéticas para o trabalho. O autor estabelece uma distinção analítica entre duas frações encontradas no interior das classes populares brasileiras: 1) a ralé estrutural, cuja denominação provocativa visa destacar o abandono social e político a que essa classe é relegada, desprovida não somente daqueles capitais impessoais, mas também das pré-condições sociais, culturais e emocionais que permitiriam sua incorporação; 2) os batalhadores, percebidos como uma “elite da ralé”, capaz de ascensão social, que conseguem se inserir no sistema econômico como produtores ou consumidores de bens anteriormente considerados como privilégio de outras classes, embora também não detenham os dois tipos de capitais impessoais que asseguram todo tipo de acesso privilegiado aos bens e recursos de uma sociedade (SOUZA, 2012, p. 47).

Contudo, embora o trabalho de Jessé Souza (2012) seja de extrema importância para a compreensão da reestruturação das classes sociais no Brasil contemporâneo, o autor confere pouca atenção às práticas de consumo dos membros das classes populares em processo de mobilidade ascendente. Em sua análise, parece prevalecer a aplicação de disposições ascéticas, incorporadas desde a mais tenra idade, no seio da socialização familiar, ao campo dos estilos de vida, tais como a disposição para o sacrifício individual, capacidade de poupança e restrição ao consumo imediato, consideradas fundamentais para a sobrevivência dos batalhadores em um mercado fortemente competitivo. Apesar de apontar a aquisição de bens de consumo “superiores” como uma das disposições para a autossuperação encontradas entre os batalhadores – que

visam à superação de uma condição de vida anterior e buscam expressar um padrão de dignidade principalmente a partir do consumo de bens –, Souza (2012, p. 97) não desenvolve uma análise acerca das condições que possibilitam a incorporação de novas disposições para o consumo pelos membros dessa fração de classe, nem explora os sentidos que eles atribuem às suas práticas de consumo.

Tais questões são fundamentais para uma análise mais abrangente da nova configuração social das classes e suas relações, sobretudo considerando que o consumo está no centro do projeto político de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira e constitui o espaço onde são travadas lutas pela identidade, de poder e escolhas entre o público e o privado (SLATER, 2002). Além disso, é principalmente através de suas práticas de consumo que as classes populares sentem as transformações estruturais em sua vida cotidiana e um maior distanciamento com relação ao mundo das urgências e necessidades materiais – característico de sua condição social anterior. Portanto, a presente pesquisa busca analisar as possíveis mudanças nos padrões de consumo e no estilo de vida popular, destacando os sentidos que os membros das classes populares atribuem às suas práticas de consumo.

É válido ressaltar que, embora nosso estudo afirme a importância de se investigar as motivações e significados atribuídos pelos atores sociais aos bens de consumo para a compreensão das suas práticas e de como elas constroem o mundo social, ele não se ancora em uma abordagem teórica subjetivista ou microestrutural, na medida em que tenta inserir esses significados numa rede de relações mais amplas, relacionando-os com as posições ocupadas por tais atores na estrutura social.

Nessa perspectiva, esta tese se fundamenta na teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu (2013a), uma vez que o autor fornece um enfoque teórico- metodológico multidimensional, capaz de analisar as diversas práticas e representações dos indivíduos e classes na sua relação com as condições objetivas de existência. Partindo de uma perspectiva relacional da classe social – em que esta última é definida pela sua posição relativa às demais classes sociais, situadas imediatamente acima e abaixo –, o autor constrói seu conceito a partir da posição ocupada no espaço social, considerando o volume e estrutura do capital, além da trajetória social – definida pela relação entre a posição de origem e posição de chegada, num determinado momento do tempo.

A noção de trajetória revelou-se muito importante para os fins da análise empreendida neste trabalho, na medida em que estamos tratando de frações que ocupam o topo das classes populares, em termos de acúmulo de capital econômico e de capital cultural, distanciando-se, no entanto, da classe média devido à sua origem social, a qual parece impor necessidades e urgências refletidas em suas escolhas posteriores, através das disposições duravelmente instaladas durante a socialização familiar, e que parecem determinar, em certa medida, o alcance provável de suas posições de chegada. Portanto, embora ocupem o topo das classes populares, as frações aqui analisadas parecem se distanciar da trajetória e do estilo de vida característico da classe média. Por outro lado, a noção de trajetória empregada neste trabalho não se reduz à associação estatística entre posição de origem e posição de destino, encontrada nos estudos sobre mobilidade social, abrangendo também uma análise qualitativa acerca da importância dos processos

de socialização secundária, tais como a escola, grupos de amigos, organizações da sociedade civil, a religião e os meios de comunicação de massa, que se mostraram fundamentais para a incorporação de novas disposições, consideradas centrais para o seu processo de mobilidade ascendente, bem como para sua adesão a novas práticas de consumo, que visam exprimir a posição social alcançada, conduzindo a mudanças significativas na ordem do seu estilo de vida.

Nesse sentido, a sociologia disposicionalista proposta por Bernard Lahire (2002, 2004, 2006) também constitui uma referência fundamental para os fins do presente trabalho e, particularmente, sua construção teórico-metodológica de perfis sociológicos individuais, que permitem analisar o conjunto da modelagem social pela qual os indivíduos passaram, desde a família na qual experienciaram suas classes, passando pela escola, pelo trabalho, meio cultural, entre outros, de modo a apreender as complexidades disposicionais de indivíduos socialmente situados (LAHIRE, 2013, p. 23). A sociologia disposicional à escala dos indivíduos desenvolvida por Lahire permite analisar as variações interindividuais, observadas no interior de uma mesma classe, e até mesmo intraindividuais, quando os indivíduos se orientam por disposições heterogêneas e até mesmo contraditórias, nos diferentes domínios da prática. Desse modo, esse enfoque teórico mostrou-se profícuo na abordagem das práticas de consumo das frações das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente, no período recente, caracterizadas por uma heterogeneidade e dinamicidade constitutivas, próprias de uma posição dominada no espaço social, que busca, de diversas maneiras, melhorar a sua posição social.

Ancorada numa tradição sociológica que confere grande importância à pesquisa empírica na construção e aperfeiçoamento de conceitos teóricos e movida por um interesse em aprofundar as análises de caráter quantitativo que apontam uma mudança nos padrões de consumo das classes populares brasileiras, no período recente (CAMPELLO, 2017; IBGE, 2010; KERSTENETZKY, UCHÔA, 2013; POCHMANN, 2014; TORRES, BICHIR, CARPIM, 2006), a presente tese procedeu a uma pesquisa qualitativa com membros das frações ascensionais das classes populares, residentes em bairros periféricos da região metropolitana do Recife. Desse modo, entre abril de 2015 e janeiro de 2016 foram realizadas entrevistas em profundidade com 18 indivíduos oriundos das classes populares, em processo de mobilidade ascendente nos últimos anos, além de 11 entrevistas com membros de outras classes e frações de classe, situadas imediatamente acima e abaixo da referida fração – como é o caso da ralé estrutural (SOUZA, 2009) e da classe média, que permitem analisar algumas diferenças observadas entre elas, em termos de origem, trajetória, disposições, valores e práticas sociais características de seus respectivos estilos de vida – embora uma análise comparativa mais aprofundada entre diferentes classes e frações de classe tenha fugido ao escopo deste trabalho¹.

Partindo de uma noção de classe construída de acordo com a qual a própria definição da classe desponta como resultado da pesquisa e não como seu ponto de partida (BOURDIEU, 2013A; SOUZA, 2012), a pesquisa de campo empreendida neste

1 Vale destacar que boa parte das entrevistas foi realizada como parte de uma pesquisa realizada pelo Ipea entre 2015 e 2016, intitulada “Radiografia do Brasil Contemporâneo”, sob a coordenação de Jessé Souza e coordenação regional de Roberto Torres, da qual tive a oportunidade de participar como bolsista.

trabalho não procedeu a uma seleção dos informantes a partir de critérios pré-estabelecidos, tais como faixa de renda, nível de escolaridade, faixa etária, entre outros, selecionando os entrevistados a partir de indicações feitas pela rede de contatos da pesquisadora, baseados em suas próprias percepções e referências de mobilidade ascendente entre os membros das classes populares, com o mínimo de orientações por parte da pesquisadora, de modo a evitar possíveis enviesamentos no processo de pesquisa. Duas observações podem ser feitas acerca deste método de seleção dos entrevistados. A primeira delas – a qual já era esperada no momento em que se decidiu por tal procedimento – é que este caminho exige mais tempo, uma vez que nem todos os informantes indicados se encaixavam nas frações ascensionais das classes populares.

A segunda observação pode ser considerada um “achado de campo” e corresponde às próprias percepções e referências construídas pelos indivíduos acerca da ideia de mobilidade ascendente no seio das classes populares, que exerceram uma influência decisiva nos rumos tomados pela pesquisa. Desse modo, enquanto alguns indivíduos indicavam, sem muitas referências sobre os interesses da pesquisa, informantes que haviam ingressado no mercado de trabalho no período recente, como é o caso de mulheres e jovens, cuja aquisição de bens como automóvel ou mesmo a reforma de suas casas exprimiam e materializavam a nova posição social alcançada, ou ainda trabalhadores que haviam saído de seus empregos formais para montar seu próprio negócio, em outros casos era mais difícil desvendar o “critério de seleção” utilizado. Em alguns desses casos, a pesquisadora se deparava com casas muito simples, em bairros periféricos, e indivíduos que pareciam ter se distanciado pouco

do mundo das necessidades materiais ou que não haviam passado por uma mobilidade ocupacional recentemente – como é o caso de Rosa, cuja trajetória será analisada no terceiro capítulo. Contudo, o que determinava a percepção de sua trajetória como ascendente “aos olhos dos demais” era o ingresso de algum dos membros da família no Ensino Superior e a aquisição de um maior montante de capital escolar, além de outras formas de capital cultural. Nesse sentido, foi possível observar, ao lado do batalhador cuja ascensão foi assegurada pela entrada no mercado competitivo e maior montante de capital econômico, uma fração das classes populares que busca ascender socialmente através do acúmulo de capital escolar e outros tipos de capital cultural, denominada nesta tese de batalhadores culturais²². A análise empreendida nesta tese se concentrou, principalmente, nessas frações que parecem ocupar o topo das classes populares brasileiras, no período recente, em termos acúmulo de capital econômico e de capital cultural.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, com o intuito de observar as condições do bairro, o tipo de habitação, a disposição dos móveis e decoração da casa, assim como quaisquer indícios de estilização – entendida como a manipulação dos atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva (ROCHA, 2002) – que pudessem compor seu estilo de vida. Tais entrevistas tiveram duração mínima de duas horas, podendo chegar a quatro horas ou mais, sobretudo quando os entrevistados tinham maior disponibilidade de tempo ou exprimiam maior interesse

2 O termo batalhador cultural surgiu em debate numa das reuniões regionais realizadas com a equipe do Ipea, sob a coordenação de Roberto Torres, em que os bolsistas apresentavam suas observações da pesquisa de campo.

na conversa, além das situações em que gentilmente convidavam a pesquisadora para lancha ou fazer alguma refeição. Embora houvesse, inicialmente, a intenção de realizar mais de um encontro com cada entrevistado, à maneira da construção dos retratos sociológicos proposta por Lahire (2004), em que os informantes são observados e analisados em diferentes contextos da prática, essa abordagem se mostrou inviável de ser estendida a todos os entrevistados desta pesquisa, diante da pouca disponibilidade de tempo da maioria deles, que chegavam a trabalhar 16 horas por dia, folgando somente no domingo à noite para ir ao culto, como é o caso de Moisés, cuja trajetória será analisada no quarto capítulo, ou que conciliam dois turnos de trabalho com uma faculdade à noite, como é o caso de Paula, cuja trajetória será analisada no capítulo 6. Isso restringiu também os horários das entrevistas que, em alguns casos, tiveram início às 6h da manhã e, em outros casos, iniciaram às 20h, terminando tarde da noite. Alguns entrevistados disponibilizavam um horário do seu final de semana para receber a pesquisadora.

No entanto, foi possível ter mais de um encontro com aqueles batalhadores que trabalhavam por conta própria, visitando diversas vezes o seu negócio, embora a entrevista mais estruturada fosse realizada sempre em suas casas. Nessas visitas, era possível observar, na prática, a atuação dos batalhadores empreendedores em seu ambiente de trabalho, lançando mão de disposições duravelmente incorporadas, através de um aprendizado prático do trabalho, consideradas fundamentais na administração de seu negócio, como veremos no capítulo quatro. Apesar de não ter sido possível estender a mesma abordagem ao conjunto dos entrevistados, isso não impediu a

apreensão e análise de disposições e práticas heterogêneas e até mesmo contraditórias – a partir da construção das questões de pesquisa –, manifestadas por esses indivíduos em diferentes contextos da prática, permitindo perceber a existência de variações interindividuais no interior dessa fração de classe e também variações intraindividuais, sobretudo no que se refere à orientação manifesta no campo dos estilos de vida – como veremos sobretudo no quinto capítulo, dedicado à análise daqueles batalhadores que apresentam um perfil mais hedonista no âmbito das suas práticas de consumo, a despeito da incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro, responsáveis pela sua ascensão social.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi norteado por uma tentativa de reconstrução do conjunto de disposições e valores dos membros das classes populares, com o intuito de apreender a estrutura de seu *ethos*, buscando analisar de que maneira esse conjunto de princípios práticos, valorativamente orientados, influenciam as práticas de consumo dos membros das frações ascensionais das classes populares, conformando seu estilo de vida. É importante destacar que esta tese não tem a pretensão de reconstruir a totalidade das disposições constitutivas do complexo disposicional dos indivíduos, mas fazer um recorte entre aquelas disposições percebidas como decisivas para a sua trajetória, possibilitando seu movimento de mobilidade ascendente, de modo a apreender como tais disposições são traduzidas para o campo dos estilos de vida. Contudo, essa delimitação constitui um procedimento teórico, que não ignora o fato de que tais disposições se relacionam com todas as outras na prática, compondo o complexo disposicional do indivíduo (SOUZA, 2012, p. 96).

A partir da pesquisa de campo, foi possível observar que, a despeito da afirmação generalizada de que estaria se formando uma “nova classe média” no Brasil, com maior capacidade de renda e, conseqüentemente, de consumo, a realidade é muito mais complexa e matizada. Em primeiro lugar, é válido ressaltar que o aumento da renda não se converte necessariamente em mudanças nos padrões de consumo e no estilo de vida dessa fração de classe. Desse modo, foi possível perceber, logo nas primeiras entrevistas, que muitos batalhadores permaneciam com um estilo de vida marcadamente ascético, orientando suas práticas a partir das disposições incorporadas em sua condição passada, enquanto outros incorporavam novas disposições para o consumo, adaptando suas práticas de consumo à nova posição social, podendo adotar uma postura mais hedonista, no campo dos estilos de vida, embora permanecessem orientados por disposições ascéticas em outros domínios da prática.

Portanto, é possível problematizar a noção de um *ethos* popular, homogêneo e sistemático, caracterizado principalmente pelo seu ascetismo, que orientaria as práticas de consumo de todos os membros das classes populares, ainda quando se trata de uma fração de classe específica. A pesquisa de campo permite perceber que não existe um estilo de vida popular homogêneo nem mesmo nas frações ascensionais das classes populares, cujos membros parecem caracterizados por combinações específicas de disposições ascéticas e disposições hedonistas. A principal questão que norteou a análise, portanto, foi a de saber quais condições permitem a alguns membros dessa fração de classe desenvolverem disposições hedonistas para o consumo e experimentar mudanças significativas em seu estilo

de vida, enquanto outros permanecem aplicando disposições ascéticas no campo dos estilos de vida.

Para fins analíticos, procedeu-se à construção de dois perfis culturais principais, de acordo com a orientação das práticas de consumo e atividades de lazer, no campo dos estilos de vida. De um lado, o batalhador ascético, caracterizado pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro, responsáveis pela sua integração no mercado e pelo seu movimento de mobilidade ascendente, através do acúmulo de algum montante de capital econômico, que se caracteriza pela transposição de tal orientação ascética no campo dos estilos de vida, em sua nova posição social. Nesse sentido, o batalhador ascético transfere suas disposições para o sacrifício individual, sua capacidade de poupança e pensamento prospectivo para o campo dos estilos de vida, preocupado com o futuro, concentrando suas práticas de consumo, no presente, na aquisição de bens duráveis para o lar, destinados a garantir o conforto da família. De outro lado, o batalhador hedonista, cuja ascensão também foi assegurada por meio da incorporação de disposições e valores ascéticos, no seio da socialização familiar, responsáveis por um movimento de mobilidade ascendente, mas que adota uma postura mais hedonista em determinados subespaços simbólicos, incorporando novas disposições para o consumo nos diversos processos de socialização secundária e se mostrando mais suscetíveis à influência dos valores e promessas da cultura de consumo, aos quais estão cada vez mais expostos. A pesquisa também buscou apreender as possíveis mudanças nas práticas de consumo cultural e atividades de lazer, além do consumo de bens e serviços nos mais diversos âmbitos do campo dos estilos de vida, destacando as estratégias de consumo e rotas de acesso utilizadas pelos batalhadores.

Como veremos mais adiante, as práticas de consumo dos batalhadores parecem possibilitadas através de ajustes realizados com relação aos valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro, sendo também influenciadas por outros fatores, tais como volume e estrutura do capital, trajetória social – considerando o peso da origem social e dos diversos processos de socialização –, gênero, idade, posição ocupada no seio familiar, ocupação, contexto da prática e subespaço simbólico, momento no ciclo de vida, assim como o momento no ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas. Considerando tais fatores, procedeu-se a uma análise das práticas de consumo dos membros das classes populares que se encontram no topo dessa fração de classe – detentores de um maior volume de capital econômico e de capital cultural, respectivamente –, buscando investigar de que maneira eles se orientam no campo dos estilos de vida, situando-se mais próximo de seu polo ascético ou hedonista. A análise permite perceber que enquanto o batalhador empreendedor, detentor de um maior montante de capital econômico, apresenta uma maior propensão para transferir suas disposições ascéticas, consideradas fundamentais para a sua sobrevivência no mercado, ao campo dos estilos de vida, caracterizando-se principalmente por uma capacidade de poupança e restrição ao consumo imediato, os batalhadores culturais, detentores de um maior volume de capital cultural, apresentam uma maior inclinação para incorporar disposições hedonistas para o consumo em seu processo de autoafirmação (DUARTE, GOMES, 2008), buscando se aproximar das práticas de consumo característica do estilo de vida das classes dominantes.

Antes de proceder a essa análise, faz-se necessário discutir os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram

o presente trabalho – possibilitando a construção das questões de pesquisa e posterior interpretação dos dados –, o qual se ancora, sobretudo, na sociologia disposicionalista desenvolvida por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, em algumas contribuições da sociologia do consumo – que permitem pensar a dimensão simbólica e normativa das práticas de consumo – bem como no conceito de batalhador de Jessé Souza (2012), o qual destaca o caráter sociocultural das frações ascensionais das classes populares, integrando ao conceito de classe social a noção bourdieusiana de estilo de vida. Tal discussão será feita no primeiro capítulo. Em seguida, é possível discutir brevemente as principais mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais observadas na estrutura da sociedade brasileira na virada para o século XXI, que possibilitaram a ascensão social dessa fração das classes populares e sua maior participação na cultura de consumo, a partir de uma perspectiva crítica que se distancia da interpretação dessas mudanças como indício da emergência de uma “nova classe média brasileira”.

No terceiro capítulo, serão analisadas as condições que permitem a construção de um perfil de batalhador mais ascético, no campo dos estilos de vida, seguida da análise da fração das classes populares detentora de maior montante de capital econômico, no capítulo quatro, que tende a se situar no polo mais ascético do campo dos estilos de vida – os batalhadores empreendedores. No capítulo cinco, discutiremos as condições que possibilitam ao batalhador adotar uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, enquanto permanece orientado pelas disposições ascéticas responsáveis pela sua mobilidade ascendente em outros domínios da prática, como no âmbito do trabalho. Por fim, será analisada, no capítulo seis,

a fração das classes populares que conseguiu ascender socialmente nos últimos anos através do acúmulo de capital escolar, bem como de outras formas de capital cultural, denominados de batalhadores culturais, que tendem a se situar mais próximos do polo hedonista do campo dos estilos de vida, apresentando mudanças significativas no âmbito das práticas de consumo, características de seu estilo de vida.

CAPÍTULO 1

Pensando as classes populares brasileiras a partir de uma perspectiva disposicionalista¹

É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual desprezioso, e devemos tentar ser, nós mesmos, esse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista, que cada homem seja seu próprio técnico, que a teoria e o método se tornem novamente parte da prática de um artesanato.

Wright Mills (1969, p. 240)

A análise acerca das possíveis mudanças nas práticas de consumo e estilo de vida das frações ascendentes das classes populares brasileiras se depara com o desafio de abordar um “objeto” extremamente complexo pela sua heterogeneidade e dinamicidade, caracterizado por tensões e contradições inerentes a uma posição dominada no espaço social, que se encontra num contexto de ascensão, atravessado por diversas influências

¹ Parte da discussão desenvolvida neste capítulo foi apresentada em um artigo publicado pela *Revista Sociologias*, intitulado “Dos *habitus* de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire” (ALVES, 2016). Outros trabalhos também constituíram o ponto de partida de algumas discussões desenvolvidas neste capítulo. Cf. Alves (2015) e Alves (2017).

socioculturais inscritas de modo singular nas trajetórias de seus membros e que são traduzidas de modos específicos nos diferentes domínios da vida social. Thiago Pontes (2015, p. 30) destaca os principais riscos e equívocos encontrados nas teorias sociológicas que visam interpretar a “condição popular”, tais como a adoção de uma perspectiva unidimensional e suas implicações homogeneizantes, cuja ênfase em aspectos unívocos impede a apreensão de sua *multideterminação essencial*². Segundo ele, tais equívocos estão presentes tanto nas abordagens culturalistas, que tendem a enfatizar a “autenticidade” e coerência interna da “cultura popular”, quanto num materialismo que reduz a dimensão simbólica das classes populares à mera transfiguração de uma relação subordinada, caracterizada apenas pela falta e pela negatividade.

Apesar de situado nesta segunda tendência, o enfoque teórico de Pierre Bourdieu constitui um importante ponto de partida para a investigação das práticas de consumo das classes populares, na medida em que o autor constrói um enfoque multidimensional que permite apreender a relação entre as práticas e disposições dos agentes e a posição ocupada pelos mesmos no espaço social, de modo que a noção de estilo de vida é parte integrante de seu conceito de classe. Para tanto,

2 A multideterminação característica das classes populares seria resultante de sua inscrição em uma complexa rede de relações horizontais (familiares, religiosas, ocupacionais, amistosas, vicinais etc.) que atuam nos processos desubjetivação e experiências de seus membros e não são redutíveis à sua posição dominada na estrutura vertical do espaço social, embora estejam diretamente relacionadas a esta última. Para Pontes (2015, p. 43), a heterogeneidade encontrada entre as classes populares não seria decorrente das recentes transformações na configuração do capitalismo pós-fordista – embora tenha sido aprofundada por estas –, mas inerente à sua composição nas sociedades modernas, não como desvios de uma essência perdida, mas de forma com-positiva, como síntese da complexa tessitura existencial vivenciada pelos seus membros (grifos do autor).

o autor desenvolve uma teoria disposicional da prática que visa superar as dicotomias encontradas na teoria sociológica contemporânea acerca dos móveis da ação – entre indivíduo e sociedade, objetivismo e subjetivismo e, mais recentemente, entre agência e estrutura –, ligando as práticas dos agentes às disposições incorporadas nos processos de socialização, que os dotam de esquemas mentais, orientando suas ações de modo infraconsciente e pré-reflexivo ou de modo mais criativo e inovador. Contudo, seu enfoque praxiológico tem sido criticado por enfatizar uma excessiva unicidade e sistematicidade das disposições constitutivas do habitus, negligenciando variações importantes das condutas individuais (PETERS, 2013).

Nesse sentido, Bernard Lahire (2006) ressalta o caráter “caricatural” da análise de Bourdieu sobre as práticas e preferências culturais característica das diferentes classes sociais, destacando a importância de se considerar as variações intraindividuais e interindividuais que podem ser encontradas no interior de um mesmo grupo ou classe social, a partir da adoção de uma escala de análise individual. O autor critica, particularmente, o tratamento dado por Bourdieu à análise das classes populares, representadas na Distinção como um bloco homogêneo, destinadas a servir de contraste e referência negativa contra a qual se constituem todas as outras classes. Sua ênfase na importância dos processos de socialização secundária e dos diversos contextos sociais para a ativação de disposições heterogêneas e contraditórias, pelos indivíduos permite desenvolver uma análise mais matizada sobre as condições que possibilitam a incorporação de novas disposições para o consumo entre os membros das classes populares em processo de mobilidade ascendente. As diferenças encontradas

entre as perspectivas teóricas de Bourdieu e Lahire – tais como a adoção de uma escala de análise ao nível dos grupos e das classes sociais e, por outro lado, ao nível dos indivíduos, que fundamenta a ênfase sobre o caráter de classe das disposições ou suas variações individuais, respectivamente –, serão confrontadas e combinadas conforme as necessidades da pesquisa desenvolvida neste trabalho, seguindo o princípio epistemológico de construção dos conceitos à luz das preocupações empíricas do pesquisador – estritamente partilhado pelos autores (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010; LAHIRE, 2002).

Ademais, é importante considerar algumas contribuições do campo da sociologia do consumo, buscando recuperar a dimensão expressiva do estilo de vida popular que, segundo Rocha e Assis (2013), permanece pouco explorada na análise bourdieusiana. Desse modo, destacaremos os trabalhos de Colin Campbell (1998, 2001) e Don Slater (2002) que concebem o consumo como um espaço fundamental das sociedades contemporâneas, onde são travadas lutas pela identidade, de poder, de escolhas entre o individual e o coletivo etc., permitindo a análise da dimensão simbólica das práticas de consumo para além do seu papel hierarquizador. Esses autores também destacam a dimensão normativa das práticas de consumo, fundamental para a análise da incorporação de novas disposições para o consumo entre os membros das classes populares brasileiras num contexto de ascensão social.

Essa discussão nos conduz à apresentação de nosso objeto de investigação, a saber, as frações das classes populares brasileiras em processo de mobilidade social ascendente nos últimos anos. Jessé Souza (2012) constitui o principal interlocutor neste debate, na medida em que o autor possibilita uma análise

inovadora acerca das pré-condições sociais, culturais, cognitivas e emocionais que permitem aos membros das classes populares ascenderem socialmente, a partir da incorporação de um conjunto de disposições ascéticas para o trabalho duro. O autor denomina de batalhadores essa fração de classe capaz de ascensão social, que integraria a nova classe trabalhadora brasileira. No entanto, embora seu trabalho seja de extrema importância para a compreensão da reestruturação das classes sociais no Brasil contemporâneo e elucidação das disposições que constituem o *ethos* do trabalho duro, Souza confere pouca atenção aos sentidos que os membros das classes populares atribuem às suas práticas de consumo e as mudanças na ordem do seu estilo de vida. Tais questões são consideradas fundamentais para uma análise mais abrangente da nova configuração social das classes e suas relações, considerando que é sobretudo através de seu maior acesso ao consumo de bens e serviços que os membros das frações ascensionais das classes populares sentem as transformações estruturais em sua vida cotidiana, bem como seu movimento de mobilidade ascendente. É sobre essas questões que a presente tese busca lançar luz.

1.1 Classe social e estilo de vida

A perspectiva teórica de Pierre Bourdieu constitui uma referência central para a análise do estilo de vida das classes populares na sociedade brasileira contemporânea, uma vez que o autor fornece um enfoque multidimensional, a partir do qual é possível abordar as diferentes práticas culturais na sua relação com os diferentes grupos e classes sociais. Muitos elementos da sua teoria das classes sociais derivam de *insights* contidos no

pensamento dos clássicos da sociologia. De acordo com Loic Wacquant (2013, p. 106), “Bourdieu combina o materialismo sensível de Marx, os ensinamentos de Durkheim sobre classificação (depois ampliados por Cassirer) e as análises de Weber das hierarquias de honra em um modelo sociológico próprio de classe”. Partindo de um diálogo crítico, sobretudo, com as perspectivas teóricas de Marx e de Weber, Bourdieu concebe a classe social de um indivíduo não apenas pela sua posição nas relações de produção, mas pela apropriação diferenciada na distribuição de todos os recursos que são ou podem se tornar operantes em uma sociedade³.

O autor rejeita as concepções substancialistas de classe, ancorado num modo de pensamento relacional, que constitui o ponto de partida da construção apresentada em *A Distinção*. Nessa perspectiva, a “realidade social” é concebida como um conjunto de relações invisíveis, que constituem um espaço de posições exteriores umas às outras, definidas umas em relação

3 Na maioria de suas obras, Marx não fornece uma definição formal do conceito de classe, tendo deixado inacabado o fragmento sobre as classes sociais que aparece no final do terceiro volume de *O Capital*. No entanto, é possível inferir dos seus escritos, via de regra, um modelo abstrato dicotômico no qual a posição de classe é definida frente à propriedade ou ausência de propriedade dos meios de produção – embora seja possível encontrar um tratamento mais plural em seus escritos históricos, em que o autor analisa as características específicas de classe em sociedades particulares e avança na especificação das suas diferenças através do conceito de “fração de classe” (GIDDENS, 1975). Weber (1981) amplia a noção marxiana de classe ao considerar todos os recursos mobilizados pelos indivíduos na definição de sua “situação de mercado” – tais como renda e nível de educação –, destacando que não há necessariamente uma consciência dos seus interesses. O autor ressalta também a existência de outras formas de distribuição do poder na sociedade, como os grupos de status e o partido, definidos pela apropriação diferenciada de honra e poder, respectivamente, em que cada uma delas seria conceitualmente independente das outras, podendo, contudo, influenciar umas às outras, em circunstâncias específicas.

às outras, não apenas pela proximidade ou pela distância, mas também pela posição relativa – acima, abaixo ou no meio. Segundo Bourdieu (1990, p. 156), as classes sociais não estão dadas na realidade, mas estão por fazer mediante uma construção teórica e política. O autor afirma que o erro teoricista de Marx foi o de tratar as classes “no papel” como classes reais, ou seja, concluir “da homogeneidade objetiva das condições, dos condicionamentos e portanto das disposições, que decorre da identidade de posição no espaço social, a existência enquanto grupo unificado, enquanto classe”.

Bourdieu (2013b, p. 106) busca superar a dicotomia entre as teorias objetivistas, que definem a classe a partir das distribuições das propriedades materiais, apreendidas através de indicadores objetivos, e as teorias subjetivistas, que reduzem a ordem social a uma classificação coletiva obtida pela soma das estratégias individuais, por meio das quais os agentes classificam a si e aos outros. Segundo o autor, é o caráter intrinsecamente duplo da realidade que torna possível diferentes leituras do mundo social. Portanto, faz-se necessário a construção de uma perspectiva teórica que inclua tanto propriedades materiais quanto propriedades simbólicas – que nada mais são do que as propriedades materiais quando percebidas como propriedades distintas. Ancorado no paradigma estruturalista, Bourdieu (1990) afirma que, em seu momento objetivista, a sociologia deve consistir numa análise das posições relativas e das relações objetivas entre essas posições.

Contudo, o autor destaca que a ciência social não pode reduzir-se a um registro das distribuições de indicadores materiais das diferentes espécies de capital. É preciso introduzir na construção do conhecimento sociológico a ideia defendida pelas

chamadas microssociologias, sobretudo pela Etnometodologia de Garfinkel (2009), de que o mundo social é uma realização de seus membros, recuperando o peso causal das dimensões subjetivas na reprodução desse mundo, que só é possível através das práticas dos indivíduos⁴. A sociologia deve incorporar ao conhecimento (especializado) da raridade e da concorrência pelos recursos de valor, o conhecimento prático que os agentes adquirem dessa competição, ao produzir divisões individuais ou coletivas que possuem um caráter objetivo. A análise sociológica das dimensões subjetivas torna-se fundamental justamente pelo seu caráter objetivo, já que as formas simbólicas possuem uma lógica e eficácia própria, que lhe garante uma autonomia relativa com relação às condições objetivas apreendidas nas distribuições. Nesse sentido, Bourdieu (2013b, p. 106) afirma que

todo empreendimento científico de classificação deve considerar que os agentes sociais aparecem como objetivamente caracterizados por duas espécies diferentes de propriedades: de um lado, propriedades materiais que, começando pelo corpo, se deixam denominar e medir como qualquer outro objeto do mundo físico; de outro, propriedades simbólicas adquiridas na relação com os sujeitos que os percebem e apreciam, propriedades essas que precisam ser interpretadas segundo sua lógica específica.

4 No entanto, Bourdieu (2012, p. 44) critica os etnometodólogos por se limitarem à descrição desta experiência, sem questionar as condições sociais que a tornam possível, ou seja, a adequação entre as estruturas objetivas do mundo e as estruturas cognitivas que possibilitam a sua apreensão. Segundo ele, tais percepções são sempre tomadas a partir de uma determinada posição no espaço social. Os agentes têm uma apreensão ativa do mundo e constroem sua visão de mundo, mas o que se perde numa análise que busca as formas invariantes da percepção da realidade social é que esta construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais.

Considerando a “dupla objetividade” do mundo social, o autor propõe um modelo teórico multidimensional, em que os atores refletem, de um lado, o campo das classes sociais e, de outro lado, o campo dos estilos de vida. A abordagem multidimensional da estratificação social remonta ao pensamento de Weber, que teve o mérito de enfatizar o problema do duplo enraizamento das divisões sociais na objetividade das propriedades materiais e na subjetividade das representações – apreendidas conceitualmente pelas noções de classe e grupo de status; este último definido por propriedades simbólicas como aquelas que formam o estilo de vida⁵. No entanto, Bourdieu (2013b, p. 108) afirma que Weber dá a essa questão “uma solução ingenuamente realista, ao distinguir dois ‘tipos’ de grupo, onde há apenas *dois modos de existência* de todo grupo” (grifo do autor).

Na tentativa de superar a falsa oposição entre as teorias objetivistas e subjetivistas das classes sociais, Bourdieu (2013a, p. 116) formula um modelo teórico a partir da sobreposição de três esquemas: 1) o espaço social, constituído pela distribuição sincrônica e diacrônica do volume e estrutura do capital, sob suas diferentes espécies; 2) o espaço dos estilos de vida, ou seja, a distribuição de práticas e propriedades constitutiva de cada estilo de vida em que se manifesta cada uma das condições de existência e 3) o espaço teórico do *habitus*, ou seja, do conjunto

5 Segundo Bourdieu (2013b, p. 107), Weber insere a noção de estilo de vida em seu esquema teórico como uma alternativa à oposição entre objetivismo e subjetivismo, na medida em que, por definição, o estilo de vida só cumpre sua função de distinção para aqueles sujeitos capazes de reconhecê-lo. Giddens (1975, p. 48-49), por sua vez, destaca que o contraste entre classes e grupos de status também pode ser visto como aquele entre produção e consumo, pois enquanto a classe expressa as relações envolvidas na produção, os grupos de status expressam as relações envolvidas no consumo, sob a forma específica de estilos de vida.

das disposições que se encontram na origem de cada uma das classes de práticas e propriedades, transformando em um estilo de vida distinto e distintivo as necessidades e facilidades características de uma condição. O autor estabelece uma distinção entre o nível teórico e o nível empírico, colocando o campo das posições sociais em contraste analítico com o campo dos estilos de vida, muito embora eles estejam virtualmente interligados na realidade.

A noção de espaço social é tomada como meio de escapar à alternativa do nominalismo e do realismo em matéria de classes sociais. Segundo Bourdieu (1990, p. 154), os agentes estão distribuídos no espaço social global de acordo com a estrutura e o volume global de capital, assim como pela evolução dessas duas propriedades, manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no presente. As diferenças primárias, que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência encontram sua origem no volume global de capital, entendido como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis; enquanto a estrutura do capital, constituída pelo peso relativo das diferentes espécies de capital, estabelece a distinção segundo as frações de classe. A posição de classe é construída, portanto, com base nas condições objetivas da existência, considerando o conjunto de propriedades incorporadas e objetivadas de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, bem como a estrutura de relações entre todos os recursos que podem ser mobilizados pelos agentes. Segundo Bourdieu (2013a, p. 101),

a classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, ida-

de, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção – em uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.

A causalidade estrutural de uma rede de fatores é marcada por uma relação de sobredeterminação, em que através de cada um dos fatores se exerce a eficácia de todos os outros. Nesse sentido, o conceito de classe construída permite apreender as chamadas *características auxiliares* que estão para além da posição nas relações de produção, tais como o gênero e a filiação étnica, que podem funcionar como princípios reais de seleção e exclusão sem nunca serem formalmente enunciados (BOURDIEU, 2013a, p. 98). No modelo teórico de Bourdieu, a noção marxiana de capital deixa, portanto, de ser considerada como uma categoria econômica e passa a incluir tudo aquilo que é decisivo para assegurar o acesso privilegiado a bens e recursos escassos em disputa na competição social.

Bourdieu (2013a) retoma o conceito de *habitus* para explicar de que maneira as diferenças inscritas nas condições objetivas manifestam-se no espaço dos estilos de vida⁶. A partir desse

6 As raízes do conceito de *habitus* remontam ao pensamento de Aristóteles. Sua noção de *hexis* corresponde a um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta sentimentos e desejos e, como tal, a conduta social. A noção foi posteriormente trabalhada por diversos teóricos da sociologia até ser retomada por Bourdieu nos anos 1960 na construção de uma teoria da prática. Para uma genealogia do conceito de *habitus* ver Wacquant (2007) e Kaufmann (2003).

conceito, o autor forja uma teoria disposicional da ação, que visa romper com a oposição entre objetivismo e subjetivismo, inserindo na perspectiva estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem cair numa abordagem intelectualista, que só reconhece a ação racional orientada por interesses conscientemente estabelecidos. Segundo Wacquant (2007, p. 66), a noção de *habitus* permite captar

o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.

Enquanto produto das condições materiais da existência, o *habitus* é definido por Bourdieu (2013a, p. 163) como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, que realiza uma aplicação sistemática e universal e se estende para além da necessidade inerente às condições de aprendizagem. Princípio gerador de todas as práticas, o *habitus* se constitui em necessidade incorporada que tende a engendrar todas as condutas razoáveis, a partir da experiência durável de uma posição no mundo social⁷. Segundo Bourdieu (2013c, p. 187), a unidade e sistematicidade observada no conjunto das práticas

7 O autor explica que os princípios práticos de classificação constitutivos do *habitus* são indissociavelmente lógicos e axiológicos, teóricos e práticos, englobando tanto uma dimensão cognitiva (*eidós*) quanto uma dimensão valorativa (*ethos*) e corporal (*hexis*), de modo que os princípios de escolha são incorporados sob a forma de disposições do corpo e os valores se tornam gestos, maneiras de se portar, de andar e de falar. Nas palavras de Bourdieu (2003, p. 139), “a força do *ethos* é ter se tornado uma moral que se tornou *hexis*, gesto, postura”. O autor adota gradativamente a noção de *habitus* como sistema de esquemas que engloba essas três dimensões, buscando evitar o risco de reforçar uma visão realista que entende essas dimensões como instâncias separadas.

e propriedades de um agente – ou mesmo do conjunto de agentes que são o produto de condições semelhantes – derivam da aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis.

Nesse sentido, o *habitus* fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação, uma vez que os esquemas de pensamento e ação são partilhados por todos aqueles que foram submetidos a condicionamentos e condições sociais similares, e por outro lado, cada pessoa tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas (WACQUANT, 2007, p. 67). Apesar de reconhecer as diferenças irreduzíveis entre os *habitus* dos indivíduos particulares, o autor de *O Senso Prático* considera que a sociologia pode tratar como idênticos os indivíduos biológicos que sendo o produto das mesmas condições objetivas, são dotados dos mesmos *habitus*. Segundo Bourdieu (2013c), ao apreender as estruturas objetivas, sob a forma de probabilidade de acesso aos bens, aos serviços e aos poderes, a ciência pode alcançar o sentido de realidade que tais estruturas inculcam nos agentes, através de experiências convergentes que atribuem sua fisionomia ao entorno social.

A partir do conceito de *habitus*, o autor mostra de que maneira o conjunto das disposições incorporadas a partir da experiência de uma determinada posição no espaço social é transposto para o campo dos estilos de vida, sob a forma de preferências distintivas, que exprimem, na lógica de cada um dos subespaços simbólicos, a mesma intenção expressiva. Para Bourdieu (2003, p. 82), os estilos de vida constituem a “retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”. O gosto, enquanto propensão e aptidão para apropriação material e simbólica de determinada classe de objetos e práticas, é a fórmula geradora que

se encontra na origem do estilo de vida. De acordo com o autor, esse sistema de classificação engendra, fora de qualquer determinação mecânica, o conjunto das “escolhas” constitutivas dos estilos de vida que adquirem seu sentido e seu valor a partir de sua posição em um sistema de condições e correlações.

Nesse sentido, o espaço social se apresenta, objetivamente, como um espaço simbólico, organizado segundo a lógica da diferença, na medida em que as diferentes propriedades de que os agentes são dotados são percebidas em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus* e tendem a funcionar como signos de distinção positiva ou negativa. Portanto, os estilos de vida se tornam sistemas de sinais socialmente qualificados como “distintos”, “vulgares” etc. e cada um deles só pode ser pensado em relação ao outro que é sua negação objetiva e subjetiva, ou seja, não apenas por suas propriedades intrínsecas, mas pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema de condições. Todas as escolhas são associadas a uma posição distinta e afetadas por um valor distintivo, independentemente de qualquer intenção de distinção ou qualquer busca pela diferença. Embora tais escolhas não sejam necessariamente produto de uma ação consciente, Bourdieu (2013a, p. 168) destaca que à medida que se sobe na hierarquia social, o estilo de vida assume cada vez mais a tendência designada por Weber como “estilização da vida”, enquanto expediente sistemático que orienta as mais diversas práticas, exprimindo a intenção de submeter as pulsões e necessidades primárias ao requinte e à sublimação⁸. Segundo ele, o princípio das dife-

8 É possível observar já na *Crítica da Economia Política*, de Marx, uma discussão sobre a tendência crescente de estilização do consumo, à medida que a sociedade se distancia das necessidades imediatas. O autor destacou as diversas facetas da

renças mais significativas na ordem do estilo de vida e, sobretudo, da “estilização da vida” reside nas variações da distância objetiva e subjetiva com relação ao mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais.

A teoria de Bourdieu permite pensar de que maneira a luta de classes se desenvolve para além do âmbito da produção, no espaço dos estilos de vida, muito embora sua análise negligencie a dimensão simbólica do estilo de vida popular em toda a sua riqueza, reduzindo-o ao papel de contraste e ponto de referência negativo, contra o qual se definiriam todos os outros estilos de vida. Em *O poder simbólico*, o autor destaca que as diferentes classes e frações de classe se envolvem numa luta propriamente simbólica para impor a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2012, p. 11). As lutas pela apropriação de bens econômicos ou culturais são, inseparavelmente, lutas pela apropriação dos sinais distintivos, bem como pela conservação ou subversão dos princípios de classificação das propriedades distintivas. Bourdieu (2013a, p. 233) afirma, por conseguinte, que o espaço dos estilos de vida

não passa em si mesmo de um balanço, em determinado momento, das lutas simbólicas cujo pretexto é a imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar

relação entre produção e consumo, marcada por uma relação de identidade e, ao mesmo tempo, de dependência recíproca, já que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e a produção determina o modo de consumo objetivamente e subjetivamente. Nas palavras de Marx (1978, p. 110), “quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato [...] o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. Nesse sentido, o autor deixa uma abertura para se perceber a dimensão simbólica do consumo e sua relação com a dimensão cultural da sociedade (TASCHNER, 2009, p. 52).

nas lutas pelo monopólio dos emblemas da ‘classe’, ou seja, bens de luxo, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítimo desses bens.

O espaço dos estilos de vida é percebido por Bourdieu (2003) como um campo, contendo as principais características apresentadas pelo autor em *Algumas propriedades dos campos*, tais como a de ser um espaço de posições estruturadas, cuja estrutura é formada pelo estado de forças entre os agentes envolvidos na luta pela apropriação do capital específico, bem como pelo monopólio da violência legítima (autoridade específica) característica de cada campo. Para que um campo funcione, os agentes devem estar dotados de um *habitus* que implica conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, podendo também acolher e consagrar um certo tipo de *habitus* já mais ou menos constituído – como no caso do espaço dos estilos de vida, cujas posições são dotadas de *habitus* constituídos no espaço social. O princípio das estratégias mobilizadas pelos agentes é percebido como uma relação entre um *habitus* e um campo. No campo dos estilos de vida, os indivíduos exprimem a sua posição distintiva através da manifestação de um determinado gosto, na medida em que este último constitui a afirmação prática de uma diferença inevitável, entendido enquanto preferência manifestada. É por isso que ao serem obrigados a se justificar, os mesmos se afirmam de maneira totalmente negativa, pela recusa oposta a outros gostos.

A aversão pelos estilos de vida diferentes constitui uma das mais fortes barreiras entre as classes. Segundo Bourdieu (2013a, 2013c), basta pensar na homogamia como o paradigma de todas as “escolhas” do *habitus* (entre lugares, amigos, casamento etc.), que tendem a favorecer as experiências destinadas a reforçá-lo.

Nesse sentido, as tomadas de posição estética, seja no campo da arte, seja em matéria de vestuário, alimentação ou decoração de uma casa, constituem maneiras de experimentar ou afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter. No entanto, o autor destaca que a luta pela imposição do estilo de vida legítimo se restringe ao campo das classes dominantes, haja vista que as classes populares não intervêm nas lutas simbólicas nem pela apropriação de propriedades distintivas constitutivas dos estilos de vida, nem pela definição das propriedades que merecem ser apropriadas ou pelo modo de apropriação legítimo. Segundo Bourdieu (2013a, p.170), o ajuste às oportunidades objetivas possibilitado pelo *habitus* se encontraria na origem de todas as escolhas realistas, que se baseiam na renúncia a lucros simbólicos, de todo modo inacessíveis às classes populares.

Considerando que uma relação de dominação implica sempre uma forma de aceitação da dominação por parte da classe dominada, o autor enumera diversos traços do estilo de vida popular que contêm uma forma de reconhecimento dos valores dominantes, nem que seja através do sentimento de fracasso ou de incompetência cultural⁹. Segundo Bourdieu (2013a, p. 170), os mais desprovidos dos recursos de valor denunciam-se até mesmo no uso do seu tempo livre (“aqueles que não sabem descansar”, “que tem sempre algo a fazer”), contribuindo

9 O autor destaca que a lógica específica da dominação cultural faz com que o mais completo reconhecimento da legitimidade cultural possa coexistir e, muitas vezes, coexistir, com a contestação mais radical da legitimidade política. Até mesmo a tomada de consciência política é quase sempre solidária de um empreendimento de reabilitação da autoestima e da dignidade cultural que implica uma forma de submissão aos valores dominantes e a alguns princípios que fundamentam a dominação da classe dominante, tais como o reconhecimento das hierarquias associadas aos diplomas escolares (BOURDIEU, 2013a).

de maneira totalmente negativa para a dialética da pretensão e da distinção, que se encontra na origem das mudanças incessantes do gosto. Portanto, o autor conclui que não é no terreno da cultura que se deve procurar um distanciamento ou uma tomada de distância, em relação à classe dominante, pois mesmo a fração mais consciente da classe operária permanece profundamente submissa, em matéria de cultura e de linguagem, às normas e aos valores dominantes.

Embora seu enfoque teórico permita apreender de que maneira as diferenças no campo das posições sociais se expressam no interior de um espaço simbólico, Bourdieu termina por reduzir a dimensão simbólica que orienta as práticas e preferências dos membros das classes populares à falta e à privação, característica de suas condições materiais da existência. É certo que o autor fornece ferramentas conceituais através das quais é possível superar uma perspectiva economicista, a qual tende a reduzir o conjunto das escolhas constitutivas do estilo de vida popular à renda dos indivíduos, como a noção de gosto ou mesmo de *ethos*, acionado nos casos em que os indivíduos não possuem as competências específicas para a orientação de sua prática num determinado domínio. Para ele, é possível isolar a eficácia própria do gosto, sobretudo, naquelas situações em que, na sequência da mudança de uma posição social, as condições nas quais o *habitus* foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funciona, de modo que o gosto é responsável por comandar as práticas. Segundo Bourdieu (2013a, p. 351), o efeito do “gosto de necessidade”, característico das classes populares, nunca é tão visível quanto no caso em que, “agindo de alguma forma a contratempo, ele sobrevive ao desaparecimento das condições de que é o produto”.

Nesse sentido, o autor possibilita pensar as situações de desajustes e tensões entre as disposições incorporadas e a posição ocupada no espaço social, denominadas como “efeito de histerese”, muito comuns nos casos de mobilidade social. Ademais, Bourdieu (2013a, p. 105) aborda as práticas de consumo tanto em termos do efeito de inculcação exercido pela família ou pelas condições originais da existência, quanto em termos do efeito de trajetória social, ou seja, “o efeito exercido sobre as disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio”. Sua análise da relação entre a prática, a origem social e o efeito de trajetória deixa uma abertura para apreender as especificidades das trajetórias individuais e das variações interindividuais no interior de uma mesma classe social – perspectiva que será desenvolvida posteriormente por Bernard Lahire, como veremos adiante. A partir dessa perspectiva, é possível investigar as condições que permitem a incorporação de diferentes orientações com relação ao consumo entre os membros das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente, os quais podem adotar, em determinados contextos e subespaços simbólicos, novas práticas de consumo, de caráter hedonista, caracterizando-se por uma combinação complexa de ascetismo e hedonismo no campo dos estilos de vida. Seu referencial teórico constitui o ponto de partida para analisar em que medida há uma reconversão do *ethos* das frações ascendentes das classes populares, de modo a ajustar seus valores e disposições à nova posição ocupada no espaço social brasileiro.

Contudo, a teoria de Bourdieu (2013a,) não permite apreender a heterogeneidade das significações, valores e orientações envolvidas nas práticas de consumo dos membros das classes

populares, na medida em que o autor reduz o “gosto de necessidade” à mera expressão das necessidades imposta pelas condições objetivas. Segundo ele, as práticas populares têm como princípio a “escolha do necessário”, no sentido do que é tecnicamente necessário, prático e funcional, e “ao mesmo tempo, do que é imposto por uma necessidade econômica e social que condena as pessoas ‘simples’ e ‘modestas’ a gostos ‘simples’ e ‘modestos’”. De acordo com Rocha e Assis (2013), o autor confere primazia à demarcação de fronteiras simbólicas entre indivíduos e grupos na explicação da ação, através da noção de “distinção”, em detrimento da análise das “preferências” e da “intenção expressiva”, inerente à sua concepção de estilo de vida. Isso fica ainda mais patente na sua análise sobre o estilo de vida das classes populares. Se numa acepção mais abrangente do estilo de vida – como conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem a mesma intenção expressiva – é possível pensar no estilo de vida das classes populares, em sua concepção de estilo de vida como produto da “estilização”, não seria possível falar em estilo de vida popular, posto que, para Bourdieu (2013a, p. 170), “o gosto de necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si definido como tal apenas de forma negativa, pela relação de privação que mantém com os outros estilos de vida”.

No entanto, as práticas das classes populares possuem uma dimensão simbólica importante, que não pode ser reduzida à sua função técnica. Embora os lucros simbólicos possam não ser acessíveis às classes populares como são para a pequena burguesia e para a burguesia em suas relações profissionais no mercado de trabalho, como afirma o autor, as primeiras não renunciam completamente a esses lucros em suas escolhas. Elas participam da luta simbólica travada no espaço dos estilos

de vida, tentando romper com a sua posição de contraste negativo, buscando uma significação positiva, através da apropriação de signos distintivos. Como mostra Rocha (2002, p. 35) em sua pesquisa sobre o impacto da maior inserção das classes populares na cultura de consumo em São Miguel dos Milagres (AL,) após o Plano Real, os indivíduos oriundos dessas classes buscam, através de suas práticas de consumo, uma representação mais positiva, como tentativa de combater o estigma da pobreza e garantir uma inserção, ao menos simbolicamente, na sociedade brasileira.

Outras perspectivas teóricas conseguem avançar numa abordagem mais apropriada das práticas populares, destacando a necessidade de apreender as múltiplas formas de incorporação do social, os diversos contextos da prática e a concorrência entre diferentes ordens de legitimação cultural, que possibilitam a coexistência de disposições heterogêneas e até mesmo contraditórias no interior de uma mesma classe social e até mesmo de um indivíduo. É o caso de Bernard Lahire, cujo enfoque teórico é fundamental, sobretudo, para analisar os casos em que os indivíduos dos meios populares incorporam disposições heterogêneas nos diferentes âmbitos da prática, podendo adotar uma orientação ascética no mundo do trabalho, responsável pela sua mobilidade ascendente, enquanto incorporam disposições hedonistas no campo dos estilos de vida, ajustando suas práticas de consumo à nova posição social.

1.2 Variações individuais e dissonâncias culturais

Lahire constrói seu enfoque teórico a partir de um diálogo crítico com o pensamento de Bourdieu, apontando certo viés

“caricatural” em suas análises, uma vez que este último associa as práticas e preferências culturais dos indivíduos às suas posições de classe, negligenciando as variações interindividuais e intraindividuais no interior de uma mesma classe. Concentrando sua análise sobre as práticas de consumo cultural, o autor destaca a existência de perfis culturais compostos por elementos dissonantes em todas as classes sociais, caracterizados por práticas mais legítimas em um certo domínio e preferências culturais menos legítimas em outro. Nesse sentido, Lahire (2006, p. 17) afirma que “a fronteira entre a legitimidade cultural (a ‘alta cultura’) e a ilegitimidade cultural (a ‘subcultura’ e a simples diversão) não separa apenas as classes, mas partilha as diferentes práticas e preferências culturais dos mesmos indivíduos em todas as classes da sociedade”. No entanto, um grau elevado de dissonância cultural seria mais comum nas classes médias e altas, nos grupos com nível de escolaridade mais elevado e entre os mais jovens. Sua pesquisa também revela que os públicos caracterizados por um perfil cultural mais consonante ocupam posições totalmente opostas no espaço social, destacando que essa homogeneização pode ser resultante da carência cultural e material ou, no polo oposto, de uma inserção antiga e “naturalizada” nos âmbitos culturais mais legítimos (LAHIRE, 2006, p. 24).

Para apreender as variações intraindividuais e interindividuais dos comportamentos culturais, Lahire (2002, 2005, 2006) sugere uma mudança na escala de observação do mundo social, partindo da análise das diferenças internas dos indivíduos antes de mudar o ângulo de visão e focalizar as diferenças entre as classes sociais (variações inter-classes). O autor propõe um programa de sociologia à escala individual, que possibilitaria o

estudo da realidade social na sua forma interiorizada, ou seja, um estudo que apreenda o social refratado num corpo individual – sob a forma de disposições –, que atravessa instituições, grupos e campos de luta diferentes. Seu objetivo é desenvolver uma sociologia disposicional que ultrapasse a simples invocação do passado incorporado, reconstruindo a gênese das disposições, investigando a constituição social e as modalidades de atualização desse passado, bem como os modos de socialização que formam tais disposições.

Contudo, Lahire (2013) destaca que seu programa se distancia de uma perspectiva teórica que nega a existência das classes sociais ou negligencia toda espécie de objetos macrosociais – instituições, ambientes ou grupos. Ele afirma que é suficiente conferir a importância das classes sociais e dos grupos em seus sucessivos trabalhos, inclusive nos estudos de caso em que os indivíduos estudados são inseridos no espaço social e apreendidos no quadro das instituições familiares, escolares, entre outras. Segundo ele, “o estudo do social em estado dobrado não teria sentido algum caso não pudesse se apoiar no estudo do social em estado desdobrado” (LAHIRE, 2013, p. 22-23). Seu interesse pelas condutas individuais é devido à necessidade de revelar a fabricação social do indivíduo, num momento em que este é cada vez mais apresentado e idealizado como um ser isolado, autônomo e guiado por sua própria razão.

O programa de sociologia à escala individual, proposto pelo autor, parte das posições ocupadas no espaço social para complexificar o modelo de determinações que pesam sobre cada indivíduo. No entanto, Lahire (2013a, p. 23) ressalta que tal procedimento “em nada autoriza estilhaçar toda distinção entre propriedades principais e secundárias ou a tomar certas

singularidades ou certas dimensões da condição de classe por princípios explicativos separáveis e independentes”. Quando a lógica de pesquisa conduz à análise do comportamento singular de determinado indivíduo, faz-se necessário investigar o conjunto da modelagem social pelo qual esse indivíduo passou, começando pela família no interior da qual ele experienciou sua classe, explorando seu meio escolar, de trabalho, cultural, religioso etc. Desse modo, é possível apreender as complexidades disposicionais de indivíduos socialmente situados. Os atores são percebidos como diferentes variações da incorporação plural do social, ou seja, como produto complexo dos diversos processos de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos¹⁰.

A adoção de uma escala de análise individual permite a construção de retratos sociológicos, por meio dos quais é possível apreender as variações intraindividuais e interindividuais no âmbito das práticas e preferências culturais. Para o autor de *A cultura dos indivíduos*, as variações nos comportamentos culturais dentro de um mesmo grupo ou de um mesmo indivíduo são o produto da interação entre, de um lado, a pluralidade de disposições e de competências culturais – incorporadas através dos diferentes processos de socialização, em matéria cultural – e, de outro, a diversidade de contextos culturais de sua efetivação – campos culturais ou subcampos, contextos relacionais e circunstâncias mais gerais do consumo ou da prática (sozinho, em família, com amigos, privadamente ou

10 Lahire (2002) adota a noção de hábito e de patrimônio individual de disposições para analisar o ator plural, ao invés do conceito de *habitus* de Bourdieu, na medida em que este último enfatizaria uma excessiva unicidade e sistematicidade das disposições, negligenciando seu caráter heterogêneo e até mesmo contraditório.

publicamente etc.). Segundo Lahire (2006, p. 27), tal análise permite evidenciar que numerosas práticas culturais individuais não estão ligadas a gostos, mas a circunstâncias incitantes, a obrigações ou imposições leves – tais como as práticas de acompanhamento – e fortes – como as exigências escolares e profissionais. Nesse sentido, ele afirma que “é preciso colocar esses indivíduos excessivamente abstratos em uma rede concreta e determinante de suas ligações de interdependência para obter uma imagem um pouco mais verdadeira do que são os consumos e as atividades culturais”.

Além disso, Lahire (2006, p. 39) destaca que Bourdieu negligencia em sua análise a existência de outras ordens de legitimidade cultural que concorrem diretamente com a ordem legítima dominante, dotando os indivíduos de outros valores e crenças, que são compartilhados coletivamente e dão margem a diferentes reações diante desta última. É certo que a cultura dominante dispõe dos meios – escola, Estado, instituições culturais etc. – para impor sua legitimidade até mesmo àqueles que não têm acesso a ela e nem possuem as condições objetivas para forjar seus hábitos de ação, gerando, muitas vezes, um sentimento de vergonha e de indignidade cultural, que caracteriza a relação de dominação¹¹. Contudo, o autor afirma que

11 O autor estabelece uma distinção entre disposições para crer e disposições para agir, que possibilita pensar a incorporação de crenças na importância da cultura legítima, mesmo por parte daqueles que não possuem as condições objetivas para incorporá-la sob a forma de disposições para agir. As crenças interiorizadas podem ser verbalizadas e estão ligadas a normas produzidas e difundidas por diferentes instituições sociais. Essa distinção permite compreender os casos em que os atores interiorizam normas, valores e ideais sem terem forjado hábitos de ação que lhes permitiriam atingir o seu ideal, ou ainda aqueles casos em que, tendo incorporado crenças, eles não têm os meios materiais para concretizá-las (LAHIRE, 2002).

a ordem legítima dominante não é a única existente, nem se impõe a todos, a todo momento e com a mesma intensidade, uma vez que há uma diversidade de mercados que legitimam outros produtos, outras atitudes e comportamentos, nos quais os atores também estão inseridos.

Lahire (2006, p. 45) destaca o desenvolvimento de uma cultura da diversão (*entertainment*) nas últimas décadas, sustentada por uma grande parte das mídias audiovisuais, rádio e televisão, capaz de concorrer, pouco a pouco, com os valores pedagógicos e culturais da ordem legítima dominante. Nesse sentido, o relaxamento das exigências culturais se torna mais provável, na medida em que a vida dos indivíduos se torna mais estressante e em que o grau de legitimidade da cultura clássica diminui, sob o efeito da concorrência das novas mídias. A cultura da diversão proporcionaria, desse modo, uma oposição contracultural que encontra seu fundamento nos mercados livres populares (família, grupo de iguais, rede de sociabilidade homogênea) e contrapõe a cultura divertida, animada e descontraída à cultura intelecto, séria demais e pretenciosa. De acordo com o autor, os consumos “para relaxar”, “se desestressar”, “esvaziar a cabeça” e “se distrair” são frequentes em todos os meios sociais e contribuem, em parte, para a produção de perfis culturais dissonantes entre aqueles com nível de educação mais elevado¹². Segundo ele, um caso ilustrativo em que a ordem cultural dominante é menos operante é o do fã-club de uma banda de rock ou cantor pop, que concentra sua crença no

12 No caso dos entrevistados mais escolarizados, o autor destaca os contextos e o tempo delimitado nos quais essas práticas de consumo são legitimadas – férias, tempo livre – adquirindo o sentido do descanso bem-merecido, após as atribuições escolares ou profissionais (LAHIRE, 2006, p. 51).

ídolo e sobre quem o efeito de legitimidade da cultura musical dominante não tem nenhum valor.

Lahire (2006, p. 45) cita também o caso do crente em Deus, que coloca sua espiritualidade no auge de sua hierarquia “pes-soal”, mantendo certa indiferença com relação a uma ordem e um sistema de classificação que eles não internalizaram em sua socialização passada ou que internalizaram, “mas que foram suplantadas por outra ordem e por um outro sistema de classificação”. Nesse sentido, o autor conclui que,

o “efeito de legitimidade” não tem uma influência permanente, seja qual for o campo ou subcampo cultural em questão, porque se depara com entrevistados que dispõem de *meios de resistência ou de indiferença coletivamente constituídos, sustentados e garantidos no âmbito de instâncias de legitimação concorrentes*: clube de fãs, locais de concerto, redes de sociabilidade, comunidade nacional ou familiar, igreja, mídias audiovisuais, etc. (LAHIRE, 2006, p. 49. grifo do autor).

Portanto, a variação individual das práticas e preferências culturais constituiria o sintoma, na escala do social incorporado, da pluralidade da oferta cultural, de um lado, e da diversidade de grupos sociais, de experiências socializadoras e de contextos e momentos da prática, de outro, capazes de suportar essas diferentes ofertas culturais, difundindo hierarquias culturais específicas, que são constitutivas de formações sociais altamente diferenciadas. Contudo, é importante destacar que, embora existam outras “moedas de troca”, utilizadas em mercados culturais específicos e que possuem um alto valor localmente, elas podem não valer nada em outros mercados. Desse modo, o autor reconhece a existência de uma relação de forças entre essas diversas ordens culturais, que dispõem de meios de

difusão e de imposição extraordinariamente desiguais, ressaltando a habilidade da cultura letrada – cujas principais portadoras são as elites culturais – de se colocar como a forma por excelência de realização do humano¹³. A associação entre populações e bens culturais depende dessa relação de forças entre as múltiplas instâncias de consagração e de sua maior ou menor capacidade de impor seus valores ou, ao menos, o sentimento de sua importância. De acordo com Lahire (2006, p. 55),

as populações que passam pela escola sem encontrar ali um sentido e um interesse hoje são facilmente atraídas por instâncias de consagração (televisão, rádio, imprensa escrita etc.) objetivamente em luta com a instituição escolar, e não se sentem envergonhadas diante de certos bens culturais legítimos. Em vez disso, sua crença orienta-se a outros bens e outras práticas e, desse modo, a legitimidade de bens objetivamente dominantes pode debilitar-se ou desaparecer completamente para elas.

O autor destaca a existência de duas formas principais de dominação cultural nas sociedades contemporâneas: a primeira delas domina pela extensão de seu público e geralmente atravessa as classes sociais e condições (“a indústria cultural”); a segunda domina pela sua oficialidade e pelo prestígio conquistado historicamente, sendo mais restrita aos grupos que passaram por uma intensa educação familiar ou formação escolar de longa duração, exigindo uma boa dose de ascetismo e de pré-requisitos para aquisição de gostos mais raros e conhecimentos que os distinguem da maioria (“alta cultura”). Para Lahire (2006, p. 56), a dificuldade de Bourdieu em analisar a diversidade de

13 Segundo Lahire (2006, p. 45), as outras formas de cultura (pop, diversão) raramente têm a pretensão de conduzir os consumidores a uma plena realização ou elevação de si, o que pode ser percebido como uma forma de aceitar sua menor importância social.

gostos e práticas no interior de uma mesma classe, deve-se a uma propensão espontaneamente legitimista de sua teoria, que tende a perceber o mundo social a partir das categorias de percepção próprias das classes dominantes – além de sua ênfase na reprodução da desigualdade social através da dominação cultural – reduzindo aqueles que não dominam os códigos da cultura legítima dominante à sua pobreza cultural. Isso pode ser percebido sobretudo em sua análise dos membros das classes populares, tratadas como um grande bloco homogêneo, sem o estabelecimento de distinções entre frações de classes, como é feito de modo sistemático com as demais classes sociais.

O autor afirma que se Bourdieu não fornece um quadro mais matizado das diferenças culturais interclasses e da transferência de disposições culturais, não é por se tratar de um fenômeno histórico recente, ligado à diminuição relativa da crença na legitimidade cultural, mas a um modo de leitura dos dados estatísticos. Para ele, a adoção de uma escala de análise individual permitiria ao sociólogo apreender as variações individuais dos gostos e preferências culturais no interior de uma mesma classe ou fração de classe, a partir dos dados publicados em *A Distinção*. Tais variações se tornaram significativas já a partir dos anos 1960, devido à crescente concorrência entre diferentes instâncias de legitimação cultural. Lahire (2006, p. 145) ressalta que parte da fraqueza interpretativa de Bourdieu pode ser explicada pela sua posição no campo sociológico nesse período, em disputa com os *mass*-midiólogos e com os teóricos da sociedade do consumo – como Jean Baudrillard, George Friedman e Edgar Morin –, que buscavam analisar de maneira ensaística as transformações culturais de seu tempo. Segundo ele, esses teóricos começavam a antever já nos anos 1960, “as concorrências

entre a escola e a indústria cultural, assim como os efeitos dessas concorrências na paleta de gostos individuais”.

Ademais, o enfoque teórico de Lahire possibilita a análise das práticas de consumo e as preferências culturais em contextos de mudança – sejam aquelas mudanças situadas num nível microssocial, como casamento ou divórcio, ou aquelas mudanças de nível macro, como os processos de mobilidade social, escolar e profissional. Desse modo, este enfoque contribui para uma análise sobre a maior inserção das classes populares brasileiras na cultura de consumo após o governo Lula. Sua ênfase sobre a importância dos processos de socialização secundária e a diversidade de contextos e circunstâncias da prática permite investigar em quais condições os membros das frações ascendentes das classes populares incorporam novas disposições para o consumo. A análise das variações intraindividuais permite apreender as condições em que esses indivíduos, caracterizados pela incorporação de disposições ascéticas no mundo do trabalho, responsável pela sua ascensão social – ou na escola, no caso daqueles membros que tiveram uma mobilidade escolar –, adotam uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida. A adoção de uma escala individual permite analisar também as variações interindividuais no interior de uma mesma classe ou fração de classe, rastreando as condições que possibilitam a incorporação de disposições hedonistas por parte de alguns membros das classes populares, enquanto outros permanecem orientados por disposições ascéticas no campo dos estilos de vida.

De modo semelhante, a distinção estabelecida por Lahire (2002) entre disposições para crer e disposições para agir permite considerar as situações em que os membros das classes

populares já haviam incorporado disposições para o consumo sob a forma de crenças, mas não possuíam as condições objetivas para forjar hábitos de ação. Nesse sentido, foi possível observar na pesquisa de campo que muitos dos entrevistados de orientação mais hedonista – sobretudo os mais jovens – já haviam incorporado disposições para crer, influenciados pelos valores e promessas da cultura do consumo, mas não possuíam as condições materiais para incorporar disposições para agir. Esta tendência é resultante, ao menos em parte, da crescente influência exercida por outras ordens de legitimação cultural nos meios populares, como é o caso das mídias audiovisuais e do crescimento de uma cultura da diversão, que possibilita a incorporação de disposições hedonistas por parte de alguns membros das frações ascendentes das classes populares. Por outro lado, observamos que o pertencimento a uma comunidade religiosa mais tradicional e resistente aos produtos da indústria cultural, como os programas televisivos, pode contribuir para reforçar as disposições ascéticas incorporadas desde a socialização familiar, orientando a composição de um estilo de vida mais ascético.

Lahire consegue demonstrar que o indivíduo constitui um objeto privilegiado da análise sociológica, fortemente ancorado na pesquisa empírica. Bourdieu (2013a, p. 231), por sua vez, não ignora o crescente processo de diferenciação em curso nas sociedades modernas; ele mesmo enfatiza as lutas simbólicas pela *diferença específica* entre os mais próximos, engendradas por uma sociedade competitiva. Contudo, ele afirma que tal diferença mascara justamente “as propriedades genéricas, o gênero comum, as solidariedades ‘objetivas’, a classe”. As lutas de competição que dividem os mais próximos seriam a

antítese mais perfeita e a negação mais eficaz da luta contra outra classe, na qual se constitui a classe. Por isso, o autor adota uma escala de análise ao nível dos grupos, tratando como idênticos os membros de cada classe de condições e de condicionamentos sociais, sem deixar de destacar o caráter teórico de seus construtos, bem como o reconhecimento de que os membros de uma classe não vivenciam as mesmas experiências em suas trajetórias. Bourdieu (2013c, p. 40) destaca a importância da construção teórica e política da noção de classe e de outros instrumentos conceituais capazes de desvendar a natureza das relações sociais e de intervir nas mesmas. Nas suas palavras,

forçando a descobrir a exterioridade no coração da interioridade, a banalidade na ilusão da raridade, o comum na busca do único, a sociologia não tem somente por efeito denunciar todas as imposturas do egotismo narcísico; ela oferece um meio, talvez o único, de contribuir, nem que seja pela consciência das determinações, à construção, que de outro modo poderia ser abandonada às forças do mundo, de algo como um sujeito.

1.3 Combinação de escalas de análise e o caráter disposicional da teoria

A combinação de escalas mostra-se um caminho teórico-metodológico profícuo para uma análise das possíveis mudanças nas práticas de consumo e estilo de vida das classes populares. Uma escala de análise ao nível das classes sociais, ancorada na perspectiva teórica de Bourdieu, permite apreender as lutas simbólicas que se desenvolvem no espaço dos estilos de vida, legitimando as diferenças e desigualdades observadas na distribuição de recursos de valor em disputa na competição

social e, ao mesmo tempo, investigar as estratégias de que os membros das classes populares lançam mão para superar sua condição de pobreza e o estigma associado a essa condição. Tal perspectiva possibilita o desenvolvimento de uma abordagem sociológica multidimensional, capaz de capturar as articulações entre os diversos domínios da prática e sua relação com as posições ocupadas no espaço social. Por outro lado, a adoção de uma escala de análise individual permite a construção de perfis culturais individuais, através do rastreamento dos processos de socialização e contextos da prática dos entrevistados. O enfoque teórico de Lahire permite abordar as variações interindividuais encontradas no interior das classes populares no que diz respeito às suas práticas de consumo, assim como as variações intraindividuais, quando os indivíduos se orientam por disposições e competências heterogêneas nos diferentes domínios da prática. A partir dessa análise, é possível observar que os membros das frações ascendentes das classes populares brasileiras não se caracterizam apenas por disposições ascéticas no campo dos estilos de vida, mas também por disposições hedonistas. Tais variações permitem a construção de dois perfis culturais principais, de orientação mais ascética ou hedonista, considerando que tais tipos não existem de maneira pura na realidade social, de modo que cada um dos entrevistados apresenta combinações específicas de ascetismo e hedonismo na orientação de suas práticas de consumo.

O que aproxima os enfoques teóricos de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, possibilitando sua complementaridade na construção de um aparato teórico-metodológico apropriado à investigação empreendida nesta tese, é, sobretudo, o caráter disposicional da teoria e sua relação necessária com a pesquisa

empírica. Gabriel Peters (2010, p. 33) ressalta esse caráter nos construtos teóricos de Bourdieu, que está na base de sua defesa do uso de “conceitos abertos”, dotados de certa flexibilidade definicional, de modo a possibilitar sua utilização criativa em uma gama de contextos socioempíricos distintos. Segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 18) a “elasticidade nas definições” ou a “disponibilidade semântica nos conceitos” constituem algumas das condições que possibilitam a inventividade no trabalho científico, fundamental ao desenvolvimento de uma pesquisa e até mesmo à história de uma ciência. Ao invés de se ater às relações intemporais entre proposições abstratas, o sociólogo deve reconstruir os processos através dos quais cada proposição ou cada conceito foi estabelecido, engendrando outras proposições e outros conceitos. Os conceitos e métodos são percebidos como “ferramentas que, arrancados de seu contexto original, se oferecem para novas utilizações”¹⁴ (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010, p. 13, grifo dos autores).

Tal premissa marca todo o esforço de construção de uma sociologia reflexiva por Bourdieu (1990, p. 116), que defende a importância de se inserir na teoria do mundo social o fato de ela ser o produto de um olhar teórico, explicitando o caráter racionalista de sua epistemologia. Segundo o autor, faz-se necessário estar atento não somente ao objeto, mas também ao trabalho sobre o objeto, considerando, por exemplo, de que maneira

14 Os autores advertem sobre os riscos de transformar os preceitos do método em “receitas de cozinha científica”, procedendo a uma aplicação automática de procedimentos já experimentados, destacando a necessidade de adotar certa “vigilância epistemológica”, que consiste em subordinar a utilização de técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, repensando as operações de método em função do caso particular a ser analisado (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 2010, p. 14).

algumas das propriedades do pesquisador podem influenciar a situação de pesquisa. Desse modo, é preciso “objetivar o sujeito objetivante”, ou seja, apreender as condições sociais de produção do próprio pesquisador, bem como a posição que o mesmo ocupa no mundo social. Essa preocupação pode ser observada na Distinção quando Bourdieu (2013a) adverte sobre o cuidado em não atribuir interesses e questões aos membros das classes populares, que não apareceriam de outro modo na sua fala, destacando a necessidade de adotar uma postura reflexiva na elaboração das questões de pesquisa.

De acordo com Wacquant (2011), o *habitus*, como todo conceito, não constitui uma resposta a uma situação de pesquisa, mas uma forma organizada de questionar o mundo social. Do mesmo modo, Peters (2010, p. 32) destaca que as proposições e categorias abstratas da teoria bourdieusiana devem ser apreendidas como instâncias designativas de orientações e operações intelectuais que devem atuar como guias do trabalho empírico-investigativo. O caráter aberto e reformulável do conceito de *habitus* possibilita sua interrogação incessante através de novos objetos de pesquisa situados em diferentes contextos, o que pode conduzir a um refinamento contínuo de seus instrumentos conceituais e ferramentas explicativas mais gerais, além de permitir a investigação daquelas propriedades mais negligenciadas na teoria de Bourdieu, tais como os mecanismos de inculcação de novas disposições, a capacidade reflexiva dos agentes, a existência de crises e tensões entre as disposições, seu caráter mutável etc.

Assim como Bourdieu, Bernard Lahire coloca a pesquisa empírica no centro de suas preocupações teóricas. Para Lahire (2002), as oposições encontradas nas diferentes teorias da

prática sobre a unicidade do ator ou a sua fragmentação, o peso determinante atribuído ao passado ou a ênfase na situação, não podem ser tomadas *a priori*, mas devem ser resultantes dos dados encontrados na pesquisa empírica. A questão sobre a unicidade e a pluralidade do ator social é tanto de natureza histórica (e empírica) quanto uma questão teórica, que deve apreender as condições sócio-históricas que tornam possível a produção do ator plural ou de um ator caracterizado por uma profunda unicidade. Quanto mais o indivíduo estiver colocado no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos, ou mesmo contraditórios, mais essa experiência é vivida de maneira precoce e mais este indivíduo se constituirá de um patrimônio de disposições, de hábitos e de capacidades heterogêneas, variando segundo o contexto social no qual tenha se desenvolvido. O problema da natureza e da organização do patrimônio individual de disposições coloca-se, portanto, no trabalho empírico.

Segundo Lahire (2006, p. 109), a adoção de uma escala de análise individual permitiria matizar as interpretações do mundo social, construídas a partir de tipo-ideais, largamente utilizados na sociologia. De acordo com ele, nem mesmo a sociologia da cultura teria escapado de uma tendência geral de pensamento habituada à construção de interpretações fundadas em raciocínios binários. No entanto, nem todos os teóricos tiveram a mesma lucidez de Max Weber ao reconhecer que entre inclinações totalmente opostas se desenvolvem as transições e as combinações mais diversas, ao analisar inclinações religiosas opostas (contemplativas *versus* ascéticas), destacando que estas são resultantes de formações históricas e não estão isentas de contradições psicológicas. O autor

adverte que os tipos-ideais são importantes para construir o retrato (da cultura, da mentalidade etc.) de um grupo ou de uma classe, mas ele se torna caricatural e enganoso quando perde seu estatuto de ilustração para ser tomado como “a imagem correta da maioria dos membros do grupo *enquanto casos particulares do real*. Porque a realidade social encarnada em cada indivíduo singular (atribuível a diversos grupos ou categorias) é sempre menos uniforme que isso” (LAHIRE, 2006, p. 110-111, grifo do autor).

nem representantes perfeitos de um polo, nem ilustrações ideais do polo oposto, portadores de disposições (constituídas de forma mais ou menos sólida) relativamente contraditórias, alternando as inclinações opostas em função de contextos, em geral são mais prováveis estatisticamente que seus colegas “exemplares” dos polos considerados (LAHIRE, 2006, p. 109).

É possível afirmar que, a despeito das diferenças observadas nos enfoques teóricos de Bourdieu e Lahire, esses autores partilham tanto de uma concepção disposicional das práticas sociais quanto do caráter disposicional da teoria, construída a partir de uma relação intrínseca com o trabalho de campo, em que os conceitos são constantemente reformulados à luz das preocupações empíricas do pesquisador. Nesse sentido, é possível reunir ambos os enfoques na construção de um aparato teórico-metodológico mais apropriado à apreensão das propriedades histórico-sociais do nosso objeto de análise, a saber, as práticas de consumo e o estilo de vida das classes populares após o governo Lula. Para tanto, esta tese se ancora também em algumas contribuições da sociologia do consumo, com o intuito de explorar a dimensão expressiva e distintiva do estilo de vida popular, buscando reconstruir as condições que possibilitam

aos indivíduos das classes populares brasileiras incorporarem novas disposições para o consumo.

1.4 Uma nova ética do consumo?

Assim como Bernard Lahire, Colin Campbell (2001) apresenta a coexistência de orientações culturais diferentes no interior de uma mesma classe, com o advento da modernidade. O autor constrói uma interpretação sociológica acerca da emergência do hedonismo moderno, a partir de uma crítica ao pensamento de Weber, destacando que ao lado da ética da produção, cujas origens remetem ao protestantismo, desenvolveu-se uma ética do consumo, ligada ao romantismo, que possibilitou o surgimento do consumidor moderno na Inglaterra do final do século XVIII. Ao invés de tratá-los como processos culturais opostos e excludentes, o autor destaca sua coexistência no interior de uma mesma classe – a então nascente burguesia –, mostrando que a modernidade, desde o início, não se caracterizou apenas por uma crescente racionalização e ascetismo, mas também absorveu aspectos sentimentais do protestantismo, constituindo-se de elementos diversos e heterogêneos que foram fundamentais para o desenvolvimento da economia moderna.

O puritanismo estaria nas origens da emergência do hedonismo moderno, assim como do ascetismo em sua versão mais forte, devido à sua rejeição a toda e qualquer expressão “natural” das emoções, conduzindo a um crescente autocontrole por parte do indivíduo e a uma cisão entre o sentimento e a ação que o hedonismo requer. Além disso, ele também influenciou o desenvolvimento de uma aptidão individualista para manipular o significado dos objetos e acontecimentos que antes

era somente concedida a grupos, possibilitando a autodeterminação da experiência emocional. Enquanto o hedonismo tradicional se caracterizaria por uma busca do prazer através da manipulação das experiências sensoriais, o hedonismo moderno, autônomo e imaginativo se baseia na estimulação agradável das emoções pelo indivíduo, através da construção de imagens mentais que não necessitam de estímulos reais e da manipulação de recursos simbólicos que não dependem de acontecimentos ou da existência de crenças coletivas.

A estrutura do pensamento hedonista corresponde, de modo geral, a uma orientação da conduta que coloca o prazer como motivo primeiro da ação e se contrapõe àquele princípio de conduta orientado para a satisfação das necessidades. Para o autor, a escolha do hedonismo como princípio fundamental de conduta pressupõe um domínio das necessidades materiais e das carências urgentes, que não é possível àquelas pessoas que vivem sob o julgo das privações materiais – haja vista que a satisfação das necessidades também traz prazer. Essa orientação para o prazer, que estaria na origem de várias práticas de consumo das classes dominantes, possibilita pensar a estilização da vida para além da lógica da distinção. Segundo Campbell (2001, p. 113), é a forma “altamente racionalizada de hedonismo auto-ilusivo que caracteriza a moderna procura de prazer”.

Os indivíduos usam seus poderes imaginativos e criativos para construir imagens e ilusões que proporcionam prazer – prática descrita como fantasiar ou devanear. Campbell (2001) estabelece uma distinção entre a fantasia e o devaneio, em que a primeira implicaria o exercício da imaginação em direções não limitadas pela realidade, enquanto o segundo corresponde a uma antecipação imaginativa do futuro ou em torno

deste, numa direção agradável. Embora a fantasia possibilite a construção de experiências agradáveis de maneira perfeita, sem nenhuma restrição dos acontecimentos e circunstâncias reais, o devaneio proporciona mais prazer, na medida em que traz em si uma possibilidade de realização futura. Nesse sentido, o devaneio está ligado a um componente chave do hedonismo moderno – o anseio – intervindo entre a formulação de um desejo e a sua consumação, introduzindo um elemento de sonho no próprio desejo. O anseio se diferencia do desejo na medida em que ocorre sem qualquer objeto real; é possível ansiar por algo que não se sabe o que é. Isso explicaria o renovado interesse do hedonista moderno pelo novo, por aqueles produtos cujas características são desconhecidas, uma vez que possibilita a procura do prazer por meio da especulação das satisfações que estes produtos poderiam propiciar, ligando seu devaneio a um objeto do desejo.

Desse modo, a experiência da gratificação adiada deixa de ser vista como uma frustração para o indivíduo moderno e passa a ser cultivada como fonte de prazer, que se coloca entre o desejo e a sua consumação. Quando o hedonista atinge um objeto do desejo, elimina-se os prazeres do devaneio antecipativo. O indivíduo percebe que a consumação do desejo na realidade não é comparável ao prazer experimentado no sonho, uma vez que não alcança a mesma perfeição porque o devaneio infla o prazer potencial da experiência de consumo a que o objeto não pode corresponder. Portanto, o sonho é levado adiante e se liga a um novo objeto do desejo, reiniciando a busca pelos prazeres ilusórios. É a discrepância entre o sonho e a realidade que gera um anseio contínuo, de onde brotam repetidamente desejos específicos. É neste sentido que a difusão do hábito do

devaneio encoberto se relaciona com a “revolução” do consumidor no século XVIII e com a ascensão da moda moderna, estimulando o interesse pela novidade e a insaciabilidade. Nessa perspectiva, todos os indivíduos modernos seriam consumidores potenciais, a menos que deixassem de devanear ou restringissem sua atividade imaginativa a fantasias irreais. Para Campbell (2001, p. 130), “a atividade fundamental do consumo, portanto, não é a verdadeira seleção, a compra ou o uso dos produtos, mas a procura do prazer imaginativo a que a imagem do produto se empresta, sendo o consumo verdadeiro em grande parte, uma resultante deste hedonismo ‘mentalístico’”.

A estreita relação entre os devaneios dos indivíduos e o consumo de bens foi percebida e passou a ser largamente explorada pela propaganda, através da produção de imagens que se dirigem aos sonhos dos indivíduos, buscando despertar o desejo dos consumidores. O desfrute imaginativo de bens e serviços torna-se uma parte crucial do consumismo contemporâneo, possibilitando as condições culturais para a emergência da estetização do consumo, que constitui um dos princípios estruturantes da cultura do consumo. De acordo com Maria Eduarda Rocha (2002, p. 37), a cultura do consumo característica das sociedades modernas é estruturada a partir de dois princípios fundamentais: a estilização e a estetização¹⁵.

15 A moda é considerada um terceiro elemento estruturante da cultura de consumo (Rocha, 2002). A demarcação desses princípios é importante uma vez que não há um consenso acerca do seu surgimento. Para Mckendrick, “a revolução do consumo” surge na Inglaterra do século XVIII, como companheira necessária da revolução industrial. Rosalind Williams localiza o surgimento da sociedade do consumo na França do século XIX, enquanto Mukerji a situa na Inglaterra dos séculos XV e XVI (MCCRACKEN, 2003). Apesar disso, esses teóricos parecem convergir na ideia da existência de uma “revolução” no consumo, buscando identificar os elementos que mudaram a predisposição das pessoas em relação ao consumo, para

A estilização corresponde à dilatação da dimensão simbólica do consumo, caracterizada pela manipulação dos atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva. Desse modo, o consumo é convertido num espaço de articulação das distinções sociais, hierarquizadas em termos de uma distribuição diferencial de prestígio. A autora destaca que o consumo como mecanismo de exposição e composição dos estilos de vida, a serviço da competição por prestígio entre os diferentes estratos sociais, remonta à sociedade de corte no século XVII. Já a estetização corresponde à dilatação da dimensão “imagética” da relação com os bens, marcada pelo caráter lúdico, de busca pelo prazer no ato de consumo e de satisfação real ou ilusória de desejos e fantasias. Esse processo foi possibilitado pelos desenvolvimentos tecnológicos a partir do século XIX e pelo surgimento das lojas de departamento, que propiciaram uma educação para o consumo na sociedade burguesa.

Contudo, se a cultura do consumo parece surgir da produção do espetáculo e das estratégias de sedução do consumidor, Don Slater (2002, p. 23) destaca que o consumo também esteve ligado à construção de uma cultura respeitável, através da criação da domesticidade privada, burguesa, em contraposição tanto ao luxo e superficialidade da aristocracia, quanto à libertinagem pública e aos excessos da bebida das classes trabalhadoras. Durante a instauração do consumo de massa, estendido às classes trabalhadoras, o debate sobre a cultura do consumo não girava em torno dos bens de consumo e sim do tempo, do lazer, visando manter a ordem pública fora das horas de trabalho. Nesse contexto, surgem novas normas do consumo – saudável,

além do barateamento dos preços dos produtos, decorrente da revolução industrial (TASCHNER, 2009).

ligado à esfera doméstica, no seio da família – calibradas pela balança da respeitabilidade burguesa e dos discursos morais sobre o pecado e a criminalidade.

Segundo o autor, a respeitabilidade burguesa sofreu forte influência do romantismo, que constituiu, talvez, a fonte mais duradoura de críticas à cultura do consumo, mas também legou a esta última alguns dos seus temas fundamentais, como a ideia de autenticidade pessoal, que era associada ao natural, ao emocional, ao sensual e imaginativo na individualidade. Tais fontes de autenticidade foram ligadas à ideia de senso estético e criatividade e a vida cotidiana passou a ser vista como um processo de construção da individualidade, em que os indivíduos buscam expressar sua autenticidade através do consumo de bens e de experiências. Nas palavras de Slater (2002, p. 24), “é por meio do romantismo que a cultura do consumo se torna tanto absurdamente lúdica quanto extremamente séria”.

A despeito dessa discussão, Campbell (1998, p. 235-236) afirma que se faz necessário lançar luz sobre os processos que levam os consumidores a adquirirem bens, pois para explicar um ato de consumo não é suficiente o consumidor querer um bem ou ter recursos para comprá-lo. Ele também tem que sentir que a compra é um ato legítimo de ser realizado. O autor busca explicar de que maneira os consumidores legitimam seus atos de compra, destacando a existência de duas retóricas fundamentais para facilitar os processos de compra, que acompanham as práticas de consumo dos indivíduos: a retórica do precisar e a retórica do querer¹⁶. Enquanto a primeira se ancora

16 Campbell (1998, p. 237) destaca que os indivíduos não somente são conscientes sobre a diferença crítica entre os dois discursos, como também costumam empregá-los diferencialmente, a fim de alcançar suas metas de consumo,

no Puritanismo e na tradição utilitária, que aprova a conduta baseada na necessidade, a segunda é largamente inspirada no Romantismo e na celebração do desejo e do querer. Segundo o autor, o contraste entre estas duas retóricas se refere à distinção entre satisfação e prazer e o confronto entre elas expressa o confronto entre as classes sociais que são suas principais portadoras. É principalmente a burguesia que esposa a filosofia da necessidade, situando o conforto acima do prazer, enquanto a orientação da conduta para o prazer é sustentada, sobretudo, nos movimentos contraculturais centrados na juventude e expressa principalmente nos boêmios, que elevam o prazer acima do conforto.

Campbell (1998) destaca que embora as duas retóricas do consumo sejam institucionalizadas nas sociedades contemporâneas, elas não possuem o mesmo grau de aprovação social, uma vez que a retórica da necessidade tem maior legitimação. Os puritanos foram os principais responsáveis por esse viés de valor que marca a cultura moderna. Não obstante terem sido considerados como intransigentemente hostis ao mundo, eles não condenavam todas as formas de consumo, admitindo aquelas destinadas a proporcionar conforto – como já assinado por Weber¹⁷. Contudo, qualquer gasto considerado excessivo e além do necessário para satisfazer as necessidades era ferozmente condenado. Seu ataque a toda e qualquer atividade

embora em algumas situações o uso da linguagem seja relativamente imprecisa. É por essa razão que o autor prefere falar em “retórica” ao invés de “discurso”.

- 17 Weber (2016, p. 156) afirma que a ascese protestante não era contra a aquisição de bens, mas contra o uso irracional dos mesmos, tal como a valorização de formas ostensivas de luxo. Nesse sentido, os puritanos admitiam o uso da propriedade e da riqueza para fins racionais, úteis e práticos; concebendo a ideia de *comfort* como limite das despesas eticamente permissíveis.

que pudesse ser considerada desta natureza foi tão poderoso e persistente que “a cultura moderna ainda traz as marcas de sua cruzada contra o ‘luxo’ o e ‘excesso’” (CAMPBELL, 1998, p. 238. tradução nossa).

O autor destaca que o debate acadêmico contribuiu para reforçar a diferença no grau de legitimidade envolvido nos discursos da necessidade e do desejo, uma vez que as teorias do consumo não atribuíam a mesma posição aos dois discursos, sustentando um forte viés moral em favor do discurso da necessidade¹⁸. Como consequência, tais teorias assumiram o papel não somente de explicar o fenômeno do consumo, mas também atuaram como retórica, que estrutura o debate moral e intelectual sobre as práticas de consumo. Campbell (1998, p. 244-245) observa um viés moral semelhante no uso cotidiano desses discursos, que atuam não somente como guias, orientando e controlando as práticas de consumo dos indivíduos, mas também fornecendo as justificativas necessárias à legitimação do consumo de bens e serviços.

Desse modo, as retóricas do consumo são diferentemente situadas na vida cotidiana, associadas a diferentes grupos de papéis, status, instituições, assim como aos próprios bens – através da publicidade. A retórica da necessidade, ancorada num instrumental racional, é mais proeminente no mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia, enquanto a retórica do querer está ligada aos papéis e instituições associadas ao

18 Segundo Campbell (1998, p. 238), é suficiente pensar nas diversas tentativas de estabelecer a natureza precisa da diferença entre necessidade e desejo, que constitui uma preocupação antiga entre filósofos e teóricos sociais. Tal discussão é quase sempre acompanhada por uma classificação dos produtos em necessidade e luxo, com o intuito de identificar as necessidades humanas “reais”, em oposição àquelas necessidades “falsas” ou criadas pela sociedade.

lazer, recreação e entretenimento. Os indivíduos fazem uso de uma ou outra retórica do consumo de acordo com o papel ou status que estão ocupando. Segundo Campbell (1998, p. 243, tradução nossa),

isto é particularmente evidente à medida que os indivíduos se movem através da periodicidade estruturada de suas vidas que os leva da semana de trabalho – quando a retórica da necessidade é mais provável de estar “à mão”, para o final de semana – quando a retórica do querer se torna “acessível”.

Na medida em que as gratificações do querer não possuem o mesmo nível de legitimação que as gratificações baseadas na necessidade, as retóricas do consumo aparecem, com maior frequência, nas situações de compra orientadas pelo desejo e pela busca de prazer. Nessas situações, o consumidor torna-se consciente do problema da justificação, recorrendo a duas estratégias para legitimar suas práticas de consumo. Ele pode inventar ou descobrir uma racionalização para legitimar uma compra baseada no desejo como sendo uma necessidade ou pode redefinir a situação de modo que a gratificação do querer seja permitida. Nesse segundo caso, é o contexto da compra que confere legitimidade à gratificação direta de desejos – aniversário do consumidor, férias, grau de indulgência obtido através de algum sucesso pessoal ou grande esforço no trabalho, ou ainda através de uma economia feita por um longo período de tempo e do sacrifício de outros bens de consumo (CAMPBELL, 1998, p. 243)

O autor destaca ainda que as duas retóricas do consumo são institucionalizadas nas sociedades contemporâneas através da estruturação dos papéis de gênero. Suas pesquisas sobre práticas de consumo sugerem uma diferença no uso dessas retóricas

por homens e mulheres. Enquanto os homens costumam perceber as atividades de compra (shopping) como relacionadas à satisfação das necessidades, as mulheres são mais suscetíveis de percebê-las como atividades de busca pelo prazer, relacionadas à gratificação de desejos. Isso não quer dizer que os homens não tenham interesse em gratificar seus desejos, mas eles costumam buscar prazer em outros lugares – bar, estádio de futebol, prática de um esporte – e não percebem a atividade de compra como tendo um valor intrínseco e sim como meio para o fim de adquirir bens. Já as mulheres são mais inclinadas a ver tais atividades como possuindo um valor em si, independentemente de se os bens serão comprados. Nesse caso, os processos de compra não são justificados apenas pela presença de uma necessidade, mas como tendo um valor recreacional intrínseco (CAMPBELL, 1998, p. 243).

Considerando que as práticas de consumo pressupõem não apenas recursos materiais e desejos, mas também crenças e valores que lhe conferem sentido e legitimidade, é possível investigar em que medida os membros das classes populares brasileiras se ancoram numa nova ética do consumo, visando legitimar suas práticas de consumo num contexto de ascensão social. Se, como afirma Campbell (2001), os indivíduos modernos são dotados em maior ou menor grau de uma orientação hedonista, é importante analisar de que maneira a combinação entre ascetismo e hedonismo aparece entre os membros das classes populares que passam por um processo de mobilidade social ascendente e quais fatores possibilitam a incorporação de novas disposições para o consumo entre eles.

Don Slater (2002) também destaca a dimensão normativa do consumo nas sociedades modernas, afirmando que os

valores dominantes dessas sociedades não só são organizados pelas práticas de consumo, mas também derivados dela. A cultura do consumo está ligada aos valores, práticas e instituições fundamentais que definem a modernidade ocidental, como a razão, a escolha, o individualismo e as relações de mercado. Nesse sentido, muitas das questões sobre que tipo de agentes sociais nós somos, sobre nosso valor moral e social, sobre nossa privacidade e poder de dispor de nossa vida, sobre a maneira de compreender a relação entre o mundo cotidiano e o espaço público, são levantadas considerando o consumo e nosso status social enquanto consumidor. Os indivíduos se consideram livres e autogeridos, decidem sobre o que são ou o que querem ser e usam bens de consumo, serviços e experiências adquiridos para realizar esses processos de identidade.

Desse modo, o autor percebe o consumo como um espaço fundamental das sociedades contemporâneas. Segundo Slater (2002, p. 17), o consumo é sempre e em todo lugar um processo cultural, mas a “cultura do consumo” é singular e específica. Trata-se do modo dominante de reprodução cultural desenvolvido no Ocidente durante a modernidade. No mundo moderno, as práticas sociais, os valores culturais, aspirações e identidades são definidos e orientados em relação ao consumo e não a outras dimensões sociais como o trabalho ou cidadania. O autor destaca que o consumo de bens e serviços requer sempre a mobilização de recursos sociais, realizada segundo acordos sociais específicos que definem as necessidades prioritárias, bem como as formas de satisfazê-las. Porém, uma das características principais da cultura do consumo corresponde ao fato de que a relação entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem é sempre

mediada pelas relações de mercado e assume a forma do consumo de mercadorias.

Embora a natureza, escala e organização social do consumo envolva sempre questões éticas, consideradas fundamentais para a definição social, moral ou religiosa do eu, ela tem implicações específicas para a constituição da individualidade e da identidade em um mundo pós-tradicional. Nesse contexto, a identidade social precisa ser construída pelos indivíduos, uma vez que sua posição na ordem do status deixou de ser fixa, tendo a própria estrutura social se tornado mais instável, flexível e negociável. A cultura de consumo se torna o meio privilegiado para a negociação de identidades e os bens de consumo se tornam emblemas distintivos para negociar tais identidades, para a constituição de grupos de status e estilos de vida e para as estruturas do valor social.

Nesse sentido, é possível afirmar que a cultura do consumo abre possibilidades para a constituição de identidades positivas. Tais possibilidades são importantes, sobretudo, para as classes populares de sociedades periféricas, como a brasileira, que são confrontadas com o estigma da pobreza. Rocha (2002, p. 35) afirma que a imagem de uma pobreza “naturalizada”, típica de uma sociedade autoritária e tutelar, “recai sobre os indivíduos como um estigma que os destitui da condição de sujeitos de direitos e lhes dificulta o exercício de uma representação política legítima”. Na ausência de garantias que assegurem o valor da igualdade fundamental, os bens de consumo são considerados ainda mais importantes no processo de constituição de identidades, tornando-se os signos privilegiados para exprimir uma posição e assegurar o reconhecimento social. A partir dessa perspectiva, é possível abordar os sentidos que os membros

das classes populares brasileiras atribuem às suas práticas de consumo, à medida que ascendem socialmente, ocupando uma nova posição no espaço social brasileiro.

Os enfoques teóricos aqui apresentados sugerem que o aumento da renda não se converte necessariamente em mudanças nos padrões de consumo e estilo de vida das classes populares. Portanto, faz-se necessário investigar os demais fatores que podem ter influenciado a conduta dos membros das classes populares brasileiras, possibilitando sua maior participação na cultura de consumo. Nesse sentido, é preciso analisar os valores que estão no princípio de suas práticas de consumo, buscando reconstruir a noção de estilo de vida a partir de suas dimensões distintiva e expressiva. Tal análise visa apreender as condições materiais e simbólicas que possibilitam a incorporação de disposições hedonistas entre alguns membros das classes populares, enquanto outros permanecem marcados por um estilo de vida predominantemente ascético. Antes de proceder a essa análise, é importante apresentar as frações das classes populares brasileiras que serão analisadas nesta tese, caracterizadas por um processo de mobilidade social ascendente nos últimos anos.

1.5 Os batalhadores brasileiros

Jessé Souza (2012) desenvolve uma análise das classes populares brasileiras a partir de uma perspectiva disposicionista, investigando as condições que possibilitaram a uma fração dessas classes ascender socialmente nos últimos anos. O autor se insere num debate corrente na sociologia brasileira acerca das mudanças estruturais ocorridas no Brasil nas

últimas décadas e seu impacto sobre as classes populares, em decorrência do crescimento econômico, das transformações na estrutura ocupacional, com a expansão do setor de serviços, a criação de novos postos de trabalho e sua acomodação aos moldes do capitalismo flexível; a quase universalização da educação básica, o aumento real do salário mínimo, a diminuição da desigualdade de renda e maior acesso da população a bens de consumo. Tais mudanças levaram alguns analistas a afirmar a emergência de uma “nova classe média brasileira”, considerando o rendimento médio da população¹⁹. Contudo, Souza (2012, p. 20) destaca que esta discussão tem sido dominada por uma interpretação economicista da realidade social, que reduz a classe social à renda, deixando de lado a gênese sociocultural das classes sociais, ou seja, o fato de que os indivíduos são produzidos por uma “cultura de classe específica”. Segundo ele, tal interpretação esconde contradições e ambivalências importantes da vida destas pessoas, negligenciando que a reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo se dá pela transferência de valores imateriais. Sobretudo no caso da classe média, que só pode se reproduzir pela transmissão cotidiana, afetiva e invisível das pré-condições que permitem aos seus filhos a aquisição e reprodução do capital cultural. Embora essa transferência seja invisível, ela já envolve uma vantagem extraordinária na competição social, seja na escola ou no mercado de trabalho, com relação aos membros das classes populares.

No entanto, o autor afirma que o processo de modernização brasileiro também constituiu uma classe social desprovida

19 Para uma abordagem que defende a emergência de uma nova classe média ver Neri (2010).

de capital econômico e capital cultural, bem como das pré-condições sociais, culturais, afetivas e emocionais que permitiriam a sua apropriação. Ele denomina essa classe provocativamente de “ralé estrutural”, ressaltando o “abandono social e político” a que ela é relegada, mas também o seu caráter estrutural na formação da sociedade brasileira, resultante de um passado escravocrata que se perpetua através de um processo de modernização periférica, no qual o valor fundamental da igualdade humana – base da moderna noção jurídica e política de cidadania – não é assegurado a todos os indivíduos, relegando a maioria dos brasileiros à condição de subcidadãos (Souza, 2006a, 2012).

Souza (2012, p. 47) identifica outra fração das classes populares, que teria se desenvolvido a partir das mudanças recentes na estrutura da sociedade brasileira e pode ser considerada uma “elite da ralé”, capaz de ascensão social, sendo tão esquecida e estigmatizada quanto a ralé. Trata-se da “nova classe trabalhadora”, que apesar de ser inserida no sistema econômico, como produtora ou consumidora de bens anteriormente considerados como privilégio de outras classes, também não detém os dois tipos de capitais pessoais que asseguram todo tipo de acesso privilegiado aos bens e recursos de uma sociedade. Sua ascensão é resultante da capacidade de manter mais de um emprego, uma dupla jornada de escola e trabalho, capacidade de poupança e resistência ao consumo imediato, além de uma forte crença em si mesmo e no trabalho. Segundo o autor, tais comportamentos convergem diretamente para o tipo de capitalismo flexível que se desenvolve no Brasil, caracterizado por um crescimento de empregos formais precarizados, organizados segundo parâmetros pós-fordistas – que exigem maior

flexibilidade e capacidade de altos sacrifícios pessoais, físicos e psicológicos.

Souza (2012, p. 63) destaca o impacto do aumento da escolarização formal nas últimas décadas, que produziu um contingente de trabalhadores minimamente escolarizados para o trabalho formal precário. Nesse sentido, o ensino formal não constitui uma garantia de integração estável no mundo do trabalho. O autor afirma que o processo de democratização escolar contribuiu para uma precarização dos níveis escolares mais baixos e para uma inflação dos diplomas, que faz com que o valor relativo de um diploma diminua no mercado de trabalho devido ao maior número de pessoas com o mesmo nível de escolaridade. Portanto, embora a distância entre qualificados e desqualificados seja cada vez maior, a obtenção de um diploma de nível médio relega o batalhador precarizado aos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho formal, como é o caso do setor de telemarketing. Além disso, a escolarização formal não significa necessariamente uma relação aproximada com o ensino escolar, nem um acesso garantido aos seus níveis superiores, pois, em muitos casos, tal experiência contribui para distanciar o batalhador do conhecimento escolar, através da produção de um tipo de violência simbólica, conduzindo-o a um desinteresse e desestímulo para os estudos.

Souza (2012, p. 71) destaca a existência de uma tensão entre trabalho e estudo na vida do batalhador, na medida em que, apesar de encarar o estudo como meio de assegurar uma posição estável no mercado competitivo, o trabalho não vem para ele como uma “consequência suave do estudo” – como é o caso de muitos membros da classe média –, mas por força da necessidade e de uma inserção precoce no mundo

do trabalho, como tentativa de assegurar sua integração estável nesse universo. Por outro lado, o “gosto” ou a disposição para os estudos não depende apenas da vontade consciente do indivíduo, mas de um contexto social anterior – predominantemente familiar – no qual esse indivíduo incorpora geralmente de forma pré-reflexiva os pressupostos para gostar de estudar. No caso de muitos batalhadores, além de não contar com as pré-condições culturais, afetivas e emocionais para a incorporação de disposições para os estudos, sua situação é agravada pela necessidade de trabalhar, “já que esse ‘gosto’ pelo estudo raramente vem desacompanhado da possibilidade de se dedicar exclusivamente a este, ou ainda da possibilidade de planejar sua vida profissional em função dos estudos” (SOUZA, 2012, p. 75).

Souza (2012, p. 63) busca reconstruir as mudanças e reproduções sociais do capitalismo atual na prática, investigando “como ele opera em pessoas de ‘carne e osso’”. Ancorado numa perspectiva disposicionalista, o autor desenvolve uma análise inovadora sobre o conjunto de disposições que possibilitaram a ascensão social dessa fração das classes populares, tais como a disposição para o trabalho duro, disposição para a disciplina, disposição para o autocontrole, capacidade de poupança e pensamento prospectivo. Sua análise não visa reconstruir todo o “complexo disposicional” de seu tipo-ideal, mas fazer um recorte entre aquelas disposições consideradas decisivas para sua trajetória social ascendente, sem esquecer que tais disposições se encontram inextricavelmente inter-relacionadas com outras na realidade. Ele demonstra que, orientados por um *ethos* do trabalho duro, os batalhadores conseguem incorporar o tipo de capital cultural necessário à sua inserção no mercado

competitivo, dispostos a fazer de quase tudo para garantir a sua reprodução (SOUZA, 2012, p. 96).

Entre os valores e disposições constitutivas do *ethos* do trabalho duro, o autor destaca a centralidade assumida pela família, considerada fundamental para garantir a ascensão social do batalhador (capital familiar), diferenciando-o dos membros da ralé, na medida em que a maioria desses últimos não conta com uma família estruturada, composta por pai e mãe, como é o caso dos batalhadores. Segundo ele, a família seria a instituição moderna mais próxima dos corpos, responsável por ligar os indivíduos afetivamente, dotando-os de uma racionalidade prática, capaz de antecipar a ordem do mundo, ou seja, uma visão de mundo adaptada à sua posição social. A socialização familiar do batalhador seria totalmente dependente da transmissão de um aprendizado prático do trabalho desde a mais tenra infância, que possibilita a incorporação de uma disposição do trabalho duro pelos seus membros. Nas palavras de Souza (2012, p. 144), “onde a classe não tem nenhuma possibilidade de interferência ativa em suas próprias condições objetivas, eles contam com um conhecimento prático capitalizável no mercado, ou seja, um conhecimento útil e rentável para o mercado: a ética do trabalho duro”.

A família do batalhador seria responsável por reproduzir a classe para o trabalho, através da transmissão de uma moralidade do trabalho duro, que prega uma renúncia dos interesses individuais, em favor do grupo familiar, e do estabelecimento de relações duradouras de compromisso e reconhecimento mútuo entre seus membros. A ética do trabalho proveria não somente as condições materiais necessárias à sua reprodução, mas também valores morais, expressando seu desejo por

dignidade e reconhecimento social. Segundo o autor, essa ética possui uma forte relação com elementos de uma religiosidade católica popular, que permeia os costumes e práticas tradicionais de boa parte dos batalhadores, ainda quando esses não são religiosos ou afirmam não ter religião. Tais elementos são racionalizados enquanto visão de mundo a partir de uma “ética do sofrimento” ou de purificação e salvação pelo sofrimento, que remonta às origens do cristianismo e permanece como conteúdo objetivo de sentido em práticas quase naturalizadas entre os batalhadores, fornecendo-lhes um recurso de interpretação e ação no mundo. De acordo com Souza (2012, p. 212), é possível perceber

na base de todo o orgulho que o batalhador sente de sua trajetória de labuta e sofrimento esse pano de fundo religioso da ascese do trabalho como penitência em um mundo onde todos estão perdidos, ligado a uma estrutura corporal e mental de origem rural, ou à sua sombra, porque estruturada não segundo uma lógica temporal linear, de “planejamento”, mas a partir de uma temporalidade circular de “previdência”, de conformação com os ciclos da natureza, ao mesmo tempo em que se tenta precaver da escassez por meio da diligência e do trabalho.

O *ethos* do trabalho duro orientaria o batalhador nos mais diversos âmbitos da vida social. Nesse sentido, o autor afirma não ter encontrado uma autonomização da esfera erótica – dependente tanto de uma autonomização da esfera econômica quanto da esfera religiosa –, na medida em que esta é sacrificada e minimizada em favor dos interesses comuns do grupo familiar: trabalho e família. A instabilidade material, unida a uma moralidade positiva do trabalho, faz com que muitos batalhadores tenham todo o seu tempo consumido pela atividade

produtiva, que perpassa suas relações afetivas. Eles não dispõem de “tempo livre” para o prazer, “que é constituinte da condição de classes das classes médias e altas” (Souza, 2012, p. 137). Contudo, o sacrifício da vivência afetiva de uma esfera erótica e dos principais rituais do amor romântico – jantar, viagens e presentes – não impediria o estabelecimento de relações afetivas pautadas no reconhecimento mútuo e no amor fraterno – baseado numa ética católica cristã e vivido no companheirismo, na lealdade e no reconhecimento das limitações do outro.

A orientação de uma conduta predominantemente ascética também pode ser observada no campo dos estilos de vida, já que os batalhadores precisam sacrificar práticas de consumo e atividades de lazer, em favor dos interesses familiares e de uma estabilidade futura. Para tanto, eles se ancoram numa disposição para o sacrifício individual, que não é harmoniosa nem plena, sendo perpassada por contradições, ambivalências e sentimentos conflitantes; e numa capacidade de previdência, que consiste numa economia doméstica e controle do presente baseada na experiência passada, marcada pela privação material. Souza (2012, p. 135) relata o caso de uma informante que, apesar de desejar sair para almoçar fora, tomar uma cerveja ou até mesmo um sorvete, renuncia a qualquer conforto e prazer, preocupada que esse dinheiro faça falta no futuro para suprir as necessidades da família. Segundo ele, é justamente esse controle estrito das despesas que permite ao batalhador sobreviver às inconstâncias do mercado.

O autor estabelece uma distinção entre ascensão econômica e ascensão social, afirmando que somente esta última envolve mudanças nos padrões de consumo e estilo de vida dos batalhadores. Para ilustrar o primeiro tipo, ele apresenta o caso de

uma senhora feirante que teria passado por um processo de mobilidade social ascendente – saindo da ralé estrutural para integrar a nova classe trabalhadora – e, embora tenha tido melhoras em seu padrão de consumo – pequenas viagens, casa de praia etc. – permaneceu com um estilo de vida simples – andando de ônibus, almoçando na própria feira e usando roupas modestas. Na maioria dos casos, as disposições econômicas exigidas para a administração de seu comércio são as mesmas disposições exigidas para o controle de gastos em sua vida pessoal. Outra informante afirma não gastar dinheiro “à toa”, a não ser com roupas, que admite comprar além do necessário. Essa contenção de gastos é considerada fundamental para a sobrevivência do pequeno comerciante em um mercado cada vez mais competitivo (SOUZA, 2012, p. 154).

No entanto, o autor não aborda os casos em que, segundo ele, haveria uma ascensão social, com mudanças significativas na ordem do estilo de vida dos batalhadores, nem explora os casos em que ao lado das disposições ascéticas, orientadas por um *ethos* do trabalho duro, são incorporadas novas disposições para o consumo no campo dos estilos de vida, de modo a expressar a nova posição social ocupada. Embora Souza (2012, p. 97) aponte a aquisição de bens de consumo “superiores” como uma das disposições para a autossuperação encontradas entre os batalhadores – que visam à superação de uma condição de vida anterior e buscam expressar um padrão de dignidade principalmente a partir do consumo de bens –, ele não desenvolve uma análise acerca das condições que possibilitam a incorporação de novas disposições para o consumo por parte de alguns membros dessa fração de classe, nem explora os sentidos atribuídos pelos batalhadores às suas práticas de

consumo. Tais questões são consideradas fundamentais para uma análise mais abrangente da nova configuração das classes sociais no Brasil e de suas relações, sobretudo considerando que o consumo está no centro do projeto político de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira e constitui o espaço onde são travadas lutas pela identidade, de poder e escolhas entre o público e o privado (SLATER, 2002). Além disso, é sobretudo através de suas práticas de consumo que as classes populares sentem as mudanças estruturais em sua vida cotidiana, exprimindo o maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais – conquistado em sua nova posição social.

O presente trabalho busca lançar luz sobre tais questões, investigando as condições que possibilitam a incorporação de disposições hedonistas para o consumo entre alguns batalhadores, enquanto outros permanecem caracterizados por um estilo de vida marcadamente ascético. A partir da pesquisa de campo, é possível problematizar a ideia de que essa fração de classe seria orientada por um *ethos* popular homogêneo e sistemático, de caráter predominantemente ascético, uma vez que identificamos diferentes perfis de batalhadores, caracterizados por combinações específicas de disposições ascéticas e hedonistas no campo dos estilos de vida. Nesse sentido, é importante analisar as possíveis tensões e ajustes com relação aos valores e disposições constitutivos *ethos* do trabalho duro, num contexto de mobilidade ascendente, de modo a acomodar novas disposições hedonistas para o consumo, ao lado das disposições ascéticas que possibilitaram sua inserção no mercado de trabalho.

Embora não seja o caso de tratar a incorporação de disposições hedonistas como reflexo de um crescente processo de

individualização no seio das classes trabalhadoras, em curso nas sociedades desenvolvidas, que teria se estendido às sociedades periféricas – tendência apontada por diversos teóricos na sociologia contemporânea, conforme explicitado por Pontes (2015) – é inegável que a adesão a novas práticas de consumo requer algum tipo de ajuste com relação aos valores morais característico do *ethos* do trabalho duro, tais como o compromisso com a família e a disposição para o sacrifício individual. Segundo Cynthia Sarti (1994), a população pobre está exposta de modo inevitável ao processo de individualização imposto pela vida na cidade, através do trabalho e do consumo, e é nesse contexto que o jovem pobre urbano elabora seus planos de mudar de vida. No entanto, a autora destaca que tais planos se formulam dentro de um universo de valores no qual as obrigações morais, sobretudo entre familiares, são fundamentais, possibilitando sua própria existência. De modo semelhante, Duarte e Gomes (2008) analisam um processo intergeracional em curso no interior das classes populares brasileiras, caracterizado por uma busca de “autoafirmação”, de maior intensidade entre as novas gerações, mais escolarizadas, mas também entre as denominações religiosas neopentecostais. A noção de autoafirmação enfatiza o compromisso, sempre tenso, entre os valores familiares, relacionais e comunitários, característicos dos meios populares e, de outro lado, a aspiração em “subir na vida”, decorrente do entrecruzamento e relação de forças administradas de modos distintos pelas novas gerações, de acordo com a importância dos recursos escolares ou acúmulo de recursos econômicos, além das diversas influências socializadoras sofridas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória.

Pontes (2015, p. 52) ressalta que o processo de autoafirmação ganha sentido a partir de sua vinculação a uma estratificação vertical e simbólica no seio das classes populares, possibilitada pelas mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, maior acesso a recursos escolares pelas gerações mais novas, além de uma sociabilidade mais ampla, que conduz a uma crescente diferenciação entre os membros dessas classes. As frações ascensionais das classes populares que emergem nesse processo se caracterizariam tanto por um distanciamento com relação aos membros das classes médias – pela sua posição dominada no mundo do trabalho e pelo seu sentimento de indignidade –, quanto por uma diferenciação cultural das antigas classes populares, devido à sua maior escolarização e novas formas de anseio. E essa diferenciação pode ser conscientemente visada pelos indivíduos, através da adoção de “estratégias distintivas” e da apropriação diferencial de determinados bens de consumo. A busca por auto-afirmação também deve ser pensada em termos da posição dominada que os membros das classes populares ocupam no espaço social e do caráter que a pobreza assume em sociedades periféricas como a brasileira. Diversos autores destacam que a pobreza não se caracteriza apenas por sua dimensão material, mas também por uma importante dimensão simbólica e moral (“pobreza de espírito”) que legitima, em certa medida, essa condição. Para Sarti (1994, p. 120), é justamente através de uma moralidade do trabalho que os mais pobres buscam se desvencilhar da negatividade contida em sua condição, através da atribuição de um significado moral ao seu trabalho, que requalifica, ao menos de modo subjetivo, sua identidade e sua posição no mercado, dotando-os de uma disposição para superar as dificuldades e “vencer na vida”.

É importante ressaltar que a moralidade do trabalho se desenvolve em meio a um processo de modernização periférica no qual o reconhecimento da cidadania foi historicamente condicionado à inserção das classes populares no mundo do trabalho, associando a noção de cidadão à condição de trabalhador. Vera Telles (2013) lembra que a conquista de direitos sociais e trabalhistas durante a era Vargas se deu num contexto de suspensão dos direitos políticos, em que os direitos civis não estavam – nem estão – plenamente assegurados – caracterizando o percurso tortuoso da cidadania no Brasil, diferente do caso clássico apresentado por T. H. Marshall, como mostra Carvalho (2016). Nesse contexto, a pobreza aparece naturalizada e percebida como paisagem, situada fora das relações sociais, o que oculta sua dimensão propriamente política. Essa discussão começa a ganhar espaço na sociedade brasileira a partir do período da redemocratização e acirramento das disputas políticas, quando a pobreza passa a ser denunciada não somente como privação material, mas também como “destituição de direitos”. É nesses termos que Telles (2016) caracteriza a condição de pobreza no Brasil, marcada por uma “experiência da liminaridade”, que comporta uma superposição de privações, incluindo a precariedade dos serviços públicos, o estigma da pobreza até o modo como essas populações pobres são representadas política e simbolicamente.

É importante investigar de que maneira o processo de autoafirmação que caracterizaria as novas gerações das classes populares se relaciona com sua maior inserção na cultura do consumo, possibilitando a incorporação de seus valores e crenças fundamentais. Nesse sentido, buscamos investigar de que maneira os valores característicos do *ethos* do trabalho duro se

ajustam às aspirações e promessas da cultura do consumo, em certas trajetórias, possibilitando a incorporação de uma orientação mais hedonista no seio das classes populares brasileiras, como expressão de sua nova posição social. Considerando a heterogeneidade de orientações com relação ao consumo, encontradas no interior de uma mesma fração das classes populares, buscamos traçar os perfis culturais dos entrevistados, rastreando os diversos processos de socialização e tipos de sociabilidade que contribuem para a orientação de suas práticas de consumo e possíveis mudanças na ordem de seu estilo de vida. A análise permitiu perceber que as orientações com relação ao consumo nos meios populares variam não somente em razão do volume e estrutura de seu capital ou segundo um critério geracional, mas também com relação à sua origem social e trajetória, ao sexo, de acordo com o papel assumido pelo consumo na construção da feminilidade e da masculinidade, ao momento do ciclo de vida, além da influência exercida pelos diversos processos socializadores e pelas diferentes instâncias de legitimação cultural (escola, mídia, religião etc.) que contribuem para reforçar as disposições ascéticas ou possibilitar a incorporação de disposições hedonistas no campo dos estilos de vida.

Apesar da diversidade de influências e dos modos específicos que assumem nas trajetórias individuais, é possível observar a predominância de duas orientações fundamentais com relação ao consumo entre as frações ascendentes das classes populares, procedendo à construção teórica de dois perfis culturais principais – sem negligenciar o fato que os indivíduos apresentam combinações específicas de ascetismo e hedonismo na orientação de suas práticas de consumo, na realidade.

De um lado, o batalhador ascético, que transfere os valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro para o campo dos estilos de vida, marcados por um maior ou menor grau de renúncia com relação às práticas de consumo e atividades de lazer, apesar de sua mobilidade ascendente. De outro lado, o batalhador hedonista, que incorpora, ao lado das disposições ascéticas para o trabalho, novas disposições para o consumo e atividades de lazer, apresentando mudanças significativas na ordem do seu estilo de vida. Para analisar as condições que possibilitam tais variações, buscamos identificar as especificidades de sua 1) trajetória social, observando a distância com relação ao mundo das necessidades materiais e urgências temporais ao longo da vida e como a pobreza enquanto “experiência da liminaridade” se inscreve na trajetória de cada um; 2) os principais processos de socialização, destacando sua influência para estimular ou inibir a incorporação de disposições ascéticas e hedonistas para o consumo; 3) a maneira com que os valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, assim como o capital incorporado, são mantidos ou ajustados, de modo a expressar a nova posição social no campo dos estilos de vida.

A pesquisa de campo também permitiu perceber que, ao lado dos batalhadores cuja ascensão social foi possibilitada por um maior volume de capital econômico, alguns membros das classes populares conseguiram ascender socialmente mediante o acúmulo de capital cultural. Embora, como mostra Souza (2012, p. 79), a escolarização formal não assegure uma relação aproximada com o conhecimento escolar, nem o acesso aos seus níveis superiores nas universidades de maior renome e prestígio, alguns membros das novas gerações das classes populares

conseguiram adentrar esses espaços tradicionalmente ocupados pelas classes médias e altas, como consequência das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, mas também pela incorporação de disposições gerais para os estudos ao longo de sua trajetória. Desse modo, é importante analisar as condições que possibilitaram sua mobilidade escolar, investigando as possíveis mudanças no âmbito de suas práticas de consumo e do seu estilo de vida, não somente com relação à sua condição passada, mas também relacionalmente, mediante uma comparação com a fração das classes populares cuja mobilidade ascendente se dá pelo acúmulo de capital econômico, além da classe média, situada imediatamente acima.

Portanto, esta tese busca analisar também de que maneira as frações situadas no topo da hierarquia das classes populares – detentoras de um maior volume de capital econômico e de capital cultural, respectivamente – se relacionam ao polo ascético e hedonista no campo dos estilos de vida, a partir das orientações encontradas na origem de suas práticas de consumo. De um lado, o batalhador empreendedor, detentor de um maior montante de capital econômico, cujas disposições ascéticas são fundamentais não somente para administrar o seu negócio, mas também na orientação de suas práticas de consumo e composição de seu estilo de vida, conforme demonstrado por Souza (2012). De outro lado, o batalhador cultural, caracterizado por um maior volume de capital cultural, que possibilita a incorporação de disposições hedonistas para o consumo, ao lado de suas disposições ascéticas para o trabalho e para os estudos, conduzindo a mudanças significativas na ordem dos seus valores e de seu estilo de vida. Nesse sentido, investigamos também em que medida o batalhador cultural ainda

permanece no interior das classes populares ou se há uma reconversão de seu *ethos*, de modo a ajustar suas disposições e valores à nova posição social ocupada. Antes de proceder a essa análise, é importante discutir as condições que possibilitaram a ascensão social dessas frações das classes populares brasileiras e sua maior participação na cultura de consumo. Essa discussão será feita no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

Emergência de uma "nova classe média" no Brasil?

Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento; mas se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o décimo terceiro e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustre seu sonho, com medo do futuro.

Luiz Inácio Lula da Silva (2008)

De acordo com Márcio Pochmann (2014, p. 47), se o movimento de transformação da estrutura da sociedade brasileira na virada para o século XXI apresentou-se como fato praticamente inquestionável, o mesmo não pode ser dito acerca das interpretações sobre o sentido dessas mudanças no conjunto da sociedade. Embora a interpretação sobre a emergência de uma “nova classe média” tenha se estabelecido, inicialmente, com dominância explicativa – sendo afirmada por economistas, governistas e pela mídia –, surgiram outras interpretações capazes de questionar essa versão, destacando seu papel no encobrimento das desigualdades sociais e da precarização do

trabalho¹. Apesar das diferenças teóricas e analíticas encontradas entre os principais críticos da interpretação da “nova classe média”, parece haver o entendimento de que as mudanças na estrutura de classes no Brasil devem ser analisadas no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo e das especificidades assumidas por esse processo no seio da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2014; POCHMANN, 2014; SOUZA, 2012).

Neste capítulo serão discutidas as mudanças recentes ocorridas na estrutura da sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva crítica que permite questionar a interpretação da “nova classe média”, destacando sua inconsistência teórica e empírica, à luz de uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a formação das classes sociais brasileiras. Em um primeiro momento, será discutida a expansão do capitalismo no pós-guerra, a partir de uma perspectiva comparativa, destacando a incorporação de um “fordismo periférico” no Brasil, desvinculado de reformas sociais básicas – tais como a reforma agrária, reforma tributária, reforma educacional etc. –, que conduziu as classes trabalhadoras brasileiras a um nível de subconsumo, em contraste ao que se observou nos países capitalistas avançados – nos quais os trabalhadores foram inseridos no consumo de massa. Em seguida, é possível analisar o conjunto

1 A ideia de uma “nova classe média” foi desenvolvida pelo economista Marcelo Neri em 2008, que propôs uma avaliação da economia não apenas pelo crescimento do PIB, mas também pelo aumento da capacidade de consumo das famílias na base da pirâmide social. Essa noção também foi incorporada pela mídia e tornada alvo de ações governamentais e de mercado. Em um levantamento sobre a veiculação de notícias relacionadas ao tema da “nova classe média”, realizado por Moisés Kopper (2017), o autor encontrou 2159 matérias de jornal, nos dez principais periódicos nacionais entre 2001 e 2014 – embora seja possível observar, nesse levantamento, um crescimento vertiginoso de notícias a partir de 2008.

de transformações na estrutura da sociedade brasileira que possibilitaram uma maior inserção das classes populares na cultura de consumo, sobretudo a partir dos anos 2000, em um contexto de crescimento econômico atrelado a um pequeno movimento de desconcentração da renda². A adoção de políticas sociais por parte do Estado e a consequente redução da desigualdade de renda são percebidas como decisivas nesse processo, relacionadas a um movimento de incorporação de parte da agenda política da classe trabalhadora, que favoreceu seu crescimento e fortalecimento, mas não uma conversão para a classe média.

2 Mais recentemente tem crescido um debate questionando a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, nos anos 2000, influenciado pelas contribuições metodológicas trazidas pelo economista francês Thomas Piketty (2013) na aferição da renda dos mais ricos nos estudos sobre desigualdade. No debate brasileiro, Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro (2015) afirmam que a desigualdade é maior do que se imaginava e se manteve estável a partir de 2006. Segundo os autores, enquanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) afere a renda da população com base na declaração dos entrevistados – que podem omitir parte de seus rendimentos ou considerar somente o salário, deixando de lado aplicações financeiras –, eles buscaram medir a riqueza dos mais 10% mais ricos com base nos dados do imposto de renda da pessoa física, combinando com os dados da Pnad para os demais 90% da população, gerando Índices de Gini menores para o período de 2006 a 2012. Embora essa abordagem seja considerada importante para apontar os limites das pesquisas censitárias na avaliação da renda dos mais ricos, os próprios autores não recomendam a comparação com os dados apresentados pelo IBGE, devido à diferença em seus procedimentos metodológicos. Por outro lado, os dados da Pnad são considerados mais adequados para analisar a pobreza, uma vez que os pobres não costumam declarar imposto de renda. Na medida em que a fração de classe analisada nesta tese encontra-se mais próxima à base da pirâmide, tendo sido beneficiada pelo crescimento do número de empregos formais e aumento dos rendimentos do salário, além de outras políticas implementadas na última década, serão considerados os estudos que analisam as mudanças estruturais que tiveram um impacto direto em suas vidas, destacando a diminuição na desigualdade de renda a partir do Índice de Gini.

Além disso, as análises aqui discutidas – notadamente a de Márcio Pochmann (2014) e Jessé Souza (2012) – destacam a importância de situar esse processo num contexto mais amplo de desenvolvimento do novo dinamismo capitalista, que conduziu à reestruturação do processo produtivo, em escala global, com consequências para a estrutura ocupacional dos diversos países, além de um maior acesso a bens e serviços de baixo custo pelos segmentos de baixa renda. Esse movimento possibilita uma maior inserção das classes populares no universo do consumo, mesmo em períodos caracterizados por uma deterioração da renda e pela estagnação do crescimento econômico. É o que ocorre na sociedade brasileira dos anos 1990, em que as classes populares são inseridas na cultura de consumo, sem reformas que possibilitassem uma elevação dos seus rendimentos ou uma integração mais favorável no mercado de trabalho, conduzindo ao que Maria Eduarda Rocha (2002) denominou de “consumo precário”.

Por outro lado, é importante destacar que as mudanças nos padrões de consumo das classes populares não podem ser entendidas como mero “reflexo” das mudanças nas condições objetivas, tais como barateamento dos preços dos produtos e maior concessão de crédito. Desse modo, faz-se necessário analisar as condições que favoreceram uma mudança na disposição dos membros das classes populares com relação aos bens de consumo, conduzindo a uma relação estetizada e estilizada com os produtos. Rocha (2002) destaca a emergência de uma cultura de consumo no Brasil, possibilitada não somente pela industrialização pesada e integração de um mercado nacional, mas também pela formação de uma indústria cultural, a partir dos anos 1960, responsável por difundir novos hábitos de

consumo em todo o território nacional, através da exposição e valorização do estilo de vida das classes dominantes. Outros agentes de socialização, como o advento do neopentecostalismo e seu crescimento entre as classes populares, também contribuíram para a disseminação dos valores e promessas da cultura de consumo, possibilitando a legitimação de uma conduta hedonista entre os fiéis, voltada para a busca do prazer através do consumo de bens e serviços, a partir da teologia da prosperidade (MESQUITA, 2007).

Por fim, a discussão desenvolvida neste capítulo permite perceber que a interpretação desse fenômeno como emergência de uma “nova classe média” constitui um dos principais indícios da penetração da ideologia e da política neoliberais na sociedade brasileira, dando margem para a defesa da diminuição do papel do Estado, diante do crescimento de uma nova classe social, inserida no mercado competitivo e com maior capacidade de consumo.

2.1 Capitalismo periférico e subconsumo da classe trabalhadora brasileira

Segundo Pochmann (2014, p. 15), uma das dificuldades em se analisar adequadamente as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira se deve à predominância de um ambiente contrarreformista liberal-conservador, provocador de constantes desvios de atenção por parte das ciências sociais com relação aos temas das classes, da estratificação e da mobilidade social; além do empobrecimento das interpretações sobre os rumos do capitalismo e seu impacto sobre as sociedades contemporâneas. Desse modo, problemas complexos tais como

as mudanças recentes na estrutura de classes da sociedade brasileira encontram respostas simplistas e limitadas, como a ideia da emergência de uma “nova classe média”, considerada pelo autor como inconsistente e destituída de qualificação analítica e base empírica. Para ilustrar as limitações de tal interpretação, basta pensar que dois em cada três trabalhadores domésticos são considerados como pertencentes à “nova classe média”, com base no rendimento médio da população. A “nova classe média” seria constituída também por um em cada dois chefes de família sem escolaridade ou com Ensino Fundamental incompleto ou, ainda, por metade das famílias que mora em favelas no país. O autor destaca que a tese da “nova classe média” – assim como a afirmação de uma “medianização” das sociedades urbanas e industriais – está diretamente relacionada à ideologia e à política neoliberais como foco de análise e ação, favorecendo a substituição das políticas sociais universais por políticas de menor custo, focalizadas estritamente naqueles que se encontram em situação de miséria. Nas suas palavras,

se um país assume a condição majoritária de classe média, mesmo que na condição de mito, abre-se a possibilidade de ser vista até como natural a defesa de serviços ofertados exclusivamente pelas forças do mercado. A partir do rendimento de “nova classe média”, o projeto político da liberdade de comprar o que melhor convier se expressaria pelo meio propagandístico da justiça social, ainda que falsa³ (POCHMANN, 2014, p. 16).

3 É possível observar a predominância de uma perspectiva neoliberal sobretudo no contexto pós-golpe parlamentar de 2016, caracterizado pela adoção de políticas de austeridade como forma de enfrentar a crise econômica no Brasil, cuja principal medida foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional do Teto de gastos (PEC 55), que estabelece um teto dos gastos públicos pelos próximos vinte anos. Vale lembrar também das iniciativas do ministro interino da Saúde Ricardo Barros em defesa da criação de planos de saúde populares,

Portanto, ao invés de perceber o maior acesso da população de baixa renda ao consumo de bens e serviços como prova da emergência de uma “nova classe média” no Brasil, Pochmann (2014) destaca que esse fenômeno corresponde a uma incorporação tardia de parcela importante dos trabalhadores ao padrão de consumo fordista. Nesse sentido, a tese da “nova classe média” só conseguiu se difundir porque a sociedade brasileira habituou-se a associar as classes trabalhadoras ao nível de subconsumo – e a pobreza como restrição ao consumo –, decorrente de uma industrialização tardia que não foi acompanhada por reformas básicas na estrutura social (reforma agrária, reforma urbana, tributária, da saúde e educação), características do Estado de bem-estar social, como ocorreu nos países capitalistas avançados, de modo que, aqui, o consumo de bens duráveis e serviços ficou restrito às classes média e alta brasileiras até meados dos anos 1990.

Para explicar esse processo, Pochmann (2014, p. 48) analisa a expansão capitalista do segundo pós-guerra, responsável pela produção de estruturas sociais muito diferenciadas entre os países capitalistas centrais e periféricos. As economias desenvolvidas combinaram, de um modo geral, crescimento urbano e industrial e a ação do Estado de bem-estar social, o que possibilitou a generalização do consumo de bens duráveis para uma parcela significativa da sociedade, inclusive daqueles de maior valor unitário, como a casa própria e o automóvel. O autor destaca o papel das lutas organizadas pelos trabalhadores, através de entidades sindicais, para a elevação do salário real

como forma de aliviar os gastos do governo com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para uma análise crítica desta ideia ver “Os planos de saúde populares e a lógica da segregação” (Carta Capital, 2017).

em função dos ganhos de produtividade – o que possibilitou certa desconcentração da renda –, além da redução da jornada de trabalho. A consolidação do Estado de bem-estar social nos países europeus também foi favorecida por um contexto em que se atribuía sucesso à experiência do socialismo real desde a Revolução Russa de 1917, criando as condições políticas para a implantação de um conjunto de reformas capitalistas sem paralelo histórico, tais como a reforma tributária, universalização do acesso ao ensino público etc. O aumento da remuneração média real dos trabalhadores, aliado às políticas de crédito ao consumidor, possibilitaram a aquisição generalizada de bens manufaturados. O autor cita o caso dos operários franceses que, no início dos anos 1990, haviam alcançado a universalização do acesso ao consumo de bens duráveis, como automóvel, televisor e máquina de lavar.

No caso do fordismo norte-americano, o consumo de massa será concebido como a outra face do processo produtivo. De acordo com David Harvey (2007, p. 121), o grande diferencial de Henry Ford, com relação ao taylorismo, é a concepção de um novo sistema de reprodução da força de trabalho, além de uma nova política de controle e gerência do trabalho, que pressupõe um novo tipo de trabalhador, controlando seu comportamento não somente nas horas de trabalho, mas também em seu tempo livre, de modo a assegurar o consumo de bens gerados pela produção de massa⁴. Nesse sentido, o autor afirma que o fordismo deve ser percebido “como um modo de vida total”

4 Segundo Souza (2012, p. 33), a combinação entre produção de massa e consumo de massa no fordismo norte-americano foi interpretada por muitos teóricos como uma das razões para a relativa ausência de uma tradição socialista nos Estados Unidos – aliada aos chamados “fatores negativos”, tais como a repressão dos sindicatos e a perseguição às organizações operárias autônomas.

(HARVEY, 2007, p. 131). Por ter sido o primeiro período histórico a possibilitar o consumo de massa, o fordismo foi considerado pioneiro da cultura de consumo, embora Don Slater (2002) ressalte que esta última se caracteriza, justamente, pelo seu caráter de novidade em diversos períodos históricos, remontando às próprias origens da modernidade enquanto modo de reprodução cultural dominante no Ocidente. No entanto, Pochmann (2014) destaca que o processo de periferação do fordismo para países que experimentaram uma industrialização tardia, a partir do século XX, como é o caso do Brasil, conduziu a um padrão de subconsumo por parte das classes trabalhadoras.

Considerando um período anterior, Jessé Souza (2006a, p. 99) destaca que o processo de modernização periférica no Brasil se caracterizou pela importação das instituições modernas, como Estado e mercado – ainda que de modo “fragmentário” e “larvar”, com a europeização na primeira metade do século XIX –, sem a internalização prévia das ideias modernas, responsáveis pela generalização de um tipo humano transclassista, considerado necessário para atender aos imperativos funcionais dessas instituições, como ocorreu nos países capitalistas centrais. Essa discussão será desenvolvida no capítulo cinco, contudo, é importante frisar, neste momento, a ênfase do autor na ideia de que as transformações sociais, políticas e culturais, que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, foram deixadas como uma espécie de “ação automática” do progresso econômico em sociedades periféricas como a brasileira. O caráter periférico assumido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil incidirá diretamente sobre a formação das classes sociais, sobre a naturalização da desigualdade, como veremos adiante, caracterizando-se por

um crescimento econômico atrelado à concentração da renda, sobretudo a partir da industrialização, iniciada em meados dos anos 1930.

Segundo Pochmann (2014, p. 48), esse processo se caracterizou por uma dependência tecnológica e predomínio do capital estrangeiro. Além disso, a ausência do Estado de bem-estar social e de acordos políticos comprometidos com a redução da desigualdade, a partir da distribuição dos recursos gerados pelo crescimento econômico, levaram a uma brutal concentração da renda, tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo ao final do século xx. Nesse contexto, é possível observar a emergência de uma classe média assalariada, sobretudo a partir dos anos 1950, com a fase da industrialização pesada, promovida pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. O período da ditadura militar (1964-1985) se mostrou favorável ao crescimento dessa classe, devido ao aumento de empregos superiores tanto nas empresas privadas quanto na burocracia especializada do setor público, além de um conjunto de medidas governamentais que favoreceram a concentração dos rendimentos nos segmentos intermediários da distribuição de renda, elevando suas remunerações acima da inflação e incorporando ganhos significativos de produtividade. A classe média também foi favorecida pelas políticas dos governos autoritários – como crédito subsidiado ao consumo e à aquisição da casa própria e do automóvel, além da expansão de vagas no Ensino Superior –, que possibilitaram a modernização do padrão de consumo da elite e das classes médias assalariadas. A nova classe média, como era então denominada, passou a desfrutar também de uma rede de serviços de baixo custo, decorrentes da mão de obra excedente nas grandes cidades e

do padrão de desigualdade abismal estruturante das relações sociais no Brasil, singularizando sua experiência com relação ao padrão de consumo de bens e serviços assumido pelas classes médias assalariadas das economias desenvolvidas.

No entanto, o estabelecimento de uma nova estrutura econômica nacional de base industrial não foi suficiente para garantir o desenvolvimento social. Houve uma redução da trajetória dos salários com relação aos ganhos de produtividade, sobretudo no período da ditadura militar, o que conduziu a uma forte concentração da renda nos estratos mais altos da sociedade. Pochmann (2014, p. 60) afirma que, entre 1965 e 1977, “a remuneração dos cargos de direção de empresas subiu 145%, enquanto o salário médio do operário aumentou apenas 17%. Nesse mesmo período, a produtividade acumulou um crescimento de 103%”. Em contraposição, o fordismo-keynesianismo se caracterizou por uma transferência de parte dos ganhos de produtividade para os salários dos trabalhadores, assim como pela transferência de salários indiretos por parte do Estado, através do aumento da arrecadação destinado ao gasto social, para o provimento de serviços públicos, como saúde e educação, embora essas medidas assumam um caráter e alcance específico no interior de cada país (HARVEY, 2007, p. 130).

A despeito da forte concentração da renda, os estudos sobre mobilidade social no Brasil apontam um movimento de mobilidade ascendente para o conjunto da população, no período da industrialização brasileira (1930-1970), que assume um caráter estrutural, acompanhando as mudanças estruturais advindas com esse processo, tais como a modernização e a urbanização. Vale ressaltar o clássico estudo realizado por José Pastore (1981) com base nos dados da Pnad de 1973, em que o autor destaca

um aumento significativo da mobilidade, acompanhada de um aumento da desigualdade social. De acordo com sua pesquisa, houve uma completa reordenação da estrutura ocupacional nesse período, na medida em que a sociedade brasileira deixou de ser essencialmente agrária para se tornar uma sociedade industrial em poucas décadas. Nesse sentido, em uma geração, muitos postos de trabalho do setor primário foram extintos, enquanto surgiram outros, geralmente de maior status, no setor industrial e de serviços, possibilitando uma mobilidade intergeracional significativa. Contudo, as trajetórias de mobilidade social se caracterizaram por uma curta distância, ou seja, as pessoas alcançavam posições imediatamente acima daquela ocupada por seus pais⁵. Além disso, a desigualdade social aumentou nesse período, já que os estratos sociais médio e alto cresceram ainda mais, com remunerações vinculadas aos ganhos de produtividade (PASTORE apud RIBEIRO, 2000, 2017).

A presença de um regime autoritário por mais de duas décadas também conduziu ao esvaziamento do poder sindical e impossibilitou a difusão do padrão de consumo de massa, como ocorreu nos países desenvolvidos. Desse modo, a maior parte da remuneração dos trabalhadores permaneceu comprometida com despesas de alimentação e habitação. Pochmann (2014) afirma que, nos anos 1950, tais despesas representavam quatro quintos do rendimento da classe trabalhadora, caindo para dois terços nos anos de 1970. É interessante observar, como lembra André Singer (2012), que a condição de pobreza e nível de subconsumo das classes trabalhadoras já haviam sido apontados como os principais entraves ao desenvolvimento

5 Para uma análise crítica acerca do processo de mobilidade no período da industrialização ver Wilnês Henrique (1999).

autônomo da economia brasileira por intelectuais clássicos do pensamento social brasileiro, como é o caso de Caio Prado Júnior e Celso Furtado – defensores da necessidade de ativação de um mercado interno⁶. Nas palavras do autor,

aspecto interessante da contradição brasileira é que a ‘grande massa’ empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava da ativação de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial (SINGER, 2012, p. 17. grifos do autor).

Considerando que o padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil se caracterizou, desde a década de 1930, pela expansão e diversificação das forças produtivas, acompanhada por ciclos de consumo que conferiam dinamismo à economia nacional, Pochmann (2014, p. 85) destaca pelo menos três ciclos de expansão do consumo de bens duráveis no Brasil, nos últimos oitenta anos. O primeiro deles é difundido antes da instalação da indústria de bens duráveis no Brasil, na segunda metade dos anos 1950, e se caracteriza pela importação de produtos dos países industrializados. Devido ao seu alto custo, o consumo de bens duráveis nessa época ficou restrito aos segmentos mais enriquecidos. De modo semelhante, Rocha (2012) afirma que é possível observar os primeiros indícios da formação de uma cultura de consumo nas primeiras décadas do século xx, na cidade de São Paulo – centro da economia cafeeira –, em que a elite local buscava adotar hábitos de consumo material e cultural semelhantes aos das elites europeias, importando bens

6 Para uma análise dessa discussão em autores clássicos do pensamento social no Brasil ver Prado Jr. (1954) e Furtado (1964).

industrializados dos países centrais, que serviam como demarcadores de sua posição, num espaço social em vias de reconfiguração – seja pela formação recente de uma sociedade de classes, seja pelo contexto de anonimato criado numa cidade em crescimento, que torna quase inoperantes os antigos mecanismos de distinção social.

A difusão ampliada de bens industrializados só iria se consolidar no Brasil após o período da industrialização pesada no período JK, dando início ao segundo ciclo de consumo no final dos anos 1960. Nesse período, a classe média assalariada foi lançada num patamar de consumo semelhante às classes dominantes dos países desenvolvidos – ou até mesmo superior, considerando o acesso a uma “rede de serviços”. O terceiro ciclo de expansão do consumo tem início nos anos 1990 e estaria associado a mudanças significativas nos preços relativos dos produtos, à ampliação do crédito ao consumo e ao início do processo de desconcentração da renda na base da pirâmide social. Tais mudanças possibilitaram uma crescente incorporação das classes populares no processo de modernização do padrão de consumo (POCHMANN, 2014; Rocha, 2012).

No entanto, Rocha (2002, p. 170) ressalta que a integração das classes populares na cultura de consumo se deu de modo mais intenso e mais rapidamente do que “o acesso aos benefícios do Estado de bem-estar social ou da inserção bem-remunerada no mercado de trabalho”. Como consequência, é possível observar uma elevação no padrão de consumo das classes populares mesmo em períodos de aumento dos índices de pobreza e de deterioração da renda da população. É o que mostra Torres, Bichir e Carpin (2006), com base nos dados da Pnad de 2004, sugerindo a constituição de uma “pobreza

diferente”, na medida em que observam uma mudança significativa nos padrões de consumo da população de baixa renda das regiões metropolitanas brasileiras, acompanhada de um aumento substancial nos índices de pobreza, no período entre 1995 e 2004, nas principais regiões metropolitanas – a despeito da pequena melhora do Índice de Gini, em escala nacional. Houve um maior acesso ao consumo de bens e serviços entre as famílias com renda per capita até meio salário mínimo, tais como telefonia, geladeira e máquina de lavar. É possível observar também um aumento expressivo na cobertura de serviços públicos entre os domicílios mais pobres, tais como energia elétrica, água, rede de esgoto e coleta de lixo. Para os autores, tais mudanças não podem ser atribuídas somente aos primeiros efeitos gerados pelo Plano Real, mas devem ser entendidas como resultantes de um conjunto de transformações estruturais ligadas a mudanças nos preços relativos dos produtos, à maior oferta de crédito ao consumidor de baixa renda, entre outros fatores.

Embora tais mudanças tenham sido fundamentais para inserir a população pobre no universo do consumo, em meados dos anos 1990, elas não foram suficientes para excluir a pobreza do horizonte dessa população, haja vista que não houve um aumento proporcional em seus rendimentos, nem uma inserção mais favorável no mercado de trabalho, o que leva Rocha (2002, p. 171) a denominar esse consumo como “precário”. A partir de uma pesquisa empírica realizada em São Miguel dos Milagres (AL), nesse período, a autora destaca que o consumo precário não se caracteriza tanto pelo baixo volume de bens, mas pelos sentidos que a população pobre atribui às suas práticas de consumo, bem como pelas rotas paralelas de

acesso aos bens. O consumo de bens adquire o sentido de uma inserção nos quadros mais valorizados da sociedade brasileira, ao menos simbolicamente. Por outro lado, esse consumo é viabilizado através de algumas táticas adotadas pela população⁷, além de certos dispositivos do mercado, tais como sua segmentação, a pirataria e mesmo o contrabando. Segundo Rocha (2002, p. 177), a segmentação do mercado consumidor possibilita a produção de bens mais baratos e, geralmente de menor qualidade, destinados a suprir a demanda da população mais pobre – constituindo, dessa forma, a contraface da forte desigualdade na distribuição de renda. É somente na década de 2000 que ocorre uma maior inflexão na trajetória distributiva do país, com um pequeno movimento de desconcentração da renda, que favoreceu o crescimento econômico do país e a difusão do consumo de massa.

2.2 Mudanças na estrutura social brasileira dos anos 2000

Diversos estudos apontam que, após um longo período de estagnação econômica nos anos 1980 e 1990 – que levaram a um elevado nível de pobreza e miséria, além do “atrofiamento da classe média” (QUADROS, GIMENEZ, ANTUNES, 2013, p. 33) –, houve uma retomada do crescimento econômico a partir dos anos 2000, associada a um progressivo aumento do gasto público, o que possibilitou uma diminuição da desigualdade de

7 Uma das táticas observadas pela autora na pesquisa de campo em São Miguel foi a revenda de cosméticos por mulheres, cujo pagamento é retirado na forma de produtos, mesmo tendo a opção de receber em dinheiro. Ou, ainda, os diversos improvisos na tentativa de levantar o recurso necessário para o pagamento de uma prestação na véspera de seu vencimento – como fabricar água sanitária, fazer broa ou picolé caseiro (ROCHA, 2002, p. 174).

renda, além do maior acesso das classes populares ao consumo de bens e serviços. Alguns teóricos destacam que as mudanças ocorridas na virada para o século XXI estão diretamente ligadas à inflexão social e política vivenciada pela sociedade brasileira a partir dos anos 1980, num contexto de lutas sociais pela redemocratização, em que a “questão social” foi colocada no centro do debate público; de emergência do novo sindicalismo e da aprovação de uma nova Constituição Federal (JANUZZI, 2016; POCHMANN, 2014; TELLES, 2013).

De acordo com Pochmann (2014, p. 62), houve um fortalecimento do novo sindicalismo brasileiro, a partir do final dos anos 1970, que tendo se desenvolvido desde os anos 1950 com a forte expansão do emprego propiciada pelo Plano de Metas de JK, foi esvaziado por mais de duas décadas durante o regime militar. No entanto, diante do rebaixamento das remunerações imposto pela política do arrocho salarial estabelecida pelo regime militar, da manipulação dos índices de inflação e do crescente desemprego – decorrente do programa de ajuste exportador do início dos anos 1980 voltado ao pagamento da dívida externa –, a pauta do novo sindicalismo passou a obter maior convergência nacional. Esse movimento contribuiu de maneira significativa para a transição ao regime democrático em 1985, para a modernização das relações de trabalho e para a constituição de uma agenda mais ampla de desenvolvimento, vinculada ao conjunto dos trabalhadores urbanos e rurais. Além disso, a promulgação da nova Constituição, em 1988, é percebida como a instauração formal do Estado de bem-estar social, inspirada pela ideia dos direitos sociais, pelos princípios de solidariedade e justiça social, exigindo a vinculação de fundos públicos para a promoção da educação, a criação do

Sistema Único de Saúde (sus) e do Sistema de Assistência e Previdência Social – mais recentemente, o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Nas palavras do autor,

ainda que tardiamente, o Brasil começava a criar as bases para a difusão do padrão de consumo de massa, não obstante a regressão socioeconômica registrada nas décadas de 1980 e 1990 com o baixo dinamismo econômico, o crescente desemprego e o amplo processo de exclusão social, gerado especialmente pela adoção de políticas neoliberais (POCHMANN, 2014, p. 63).

Somente na primeira década do século XXI houve uma importante inflexão na estrutura da sociedade brasileira, quando as lutas sociais ganharam expressão política nacional, sobretudo com a eleição de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) – Luís Inácio Lula da Silva – para presidente, em 2002, o que possibilitou a implementação de parte da agenda do novo sindicalismo, associada ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social e à difusão do padrão de consumo de massa⁸. A retomada do crescimento econômico, combinada à implementação de um conjunto de políticas sociais, possibilitaram a ampliação do emprego e da renda da população, sobretudo daqueles que se encontravam na base da pirâmide social. Desse modo, é possível observar uma retomada da mobilidade social a partir dos anos 2000, que impactou o conjunto da população brasileira e, especialmente, os segmentos

8 Apesar dos avanços no combate à desigualdade social, observados sobretudo no segundo mandato do governo Lula (2007-2010) – possibilitados por um realinhamento na base eleitoral do governo, conhecido como lulismo, que contou com a adesão das classes populares, aumentando sua margem de atuação – Singer (2012) destaca que o governo Lula se caracterizou por um reformismo fraco, sem confronto com o capital, capaz de conduzir a uma mudança mais radical na estrutura de classes da sociedade brasileira.

de menor rendimento, diretamente relacionada aos movimentos na estrutura ocupacional, à elevação nos rendimentos da população, além dos efeitos da educação na redução da desigualdade de oportunidades⁹ (JANUZZI, 2016; POCHMANN, 2014; RIBEIRO, 2012, 2017).

De acordo com Pochmann (2014, p. 116), a parcela constitutiva dos 40% mais pobres da população brasileira foi a maior receptora do movimento de ascensão social no período recente, seja pelo perfil das ocupações criadas, seja pelo enfoque das políticas de garantia de renda adotadas. Segundo o autor, foram criados mais de 21 milhões de novos postos de trabalho durante a década de 2000, concentrados principalmente na faixa de remunerações de até dois salários mínimos mensais. Houve uma expansão nos níveis de ocupação em todos os setores da economia, mas principalmente no setor de serviços. Vale ressaltar também o aumento do valor do piso nacional de remuneração, que teve um efeito positivo não somente na elevação da renda dos ocupados, mas também dos inativos beneficiados pelas políticas de transferência de renda, já que o valor do salário mínimo serve de indexador para o piso da previdência, da assistência social e do seguro-desemprego. O autor destaca ainda que a consolidação do Estado de bem-estar social favoreceu a ampliação de políticas de garantia do chamado salário indireto dos trabalhadores, com o aumento dos

9 De acordo com Ribeiro (2017), a desigualdade de oportunidades pode ser definida tanto 1) pela associação estatística entre a classe de origem das famílias dos indivíduos e a classe de destino do indivíduo em sua vida adulta, quanto 2) pela associação estatística entre as famílias de origem e o nível educacional alcançado pelos indivíduos. Enquanto o primeiro tipo de análise permite apreender o grau de mobilidade intergeracional, o segundo tipo analisa o grau de desigualdade de oportunidades educacionais.

gastos sociais. Tais gastos eram inferiores a 14% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1985 e aproximaram-se de 23% em 2014.

Tais políticas possibilitaram uma queda nos índices de pobreza que, em 1988, atingia 41% da população, com o Índice de Gini – principal indicador da desigualdade de renda – de 0,62. Em 2008, a taxa de pobreza caiu 39,3%, atingindo 25,3% dos brasileiros; e o índice de Gini caiu para 0,54 (11,7%) (POCHMANN, 2014, p. 66) – caindo para 0,49 no ano de 2009 (SILVEIRA, FERREIRA, 2011). De modo semelhante, Carlos Antônio Costa Ribeiro (2017) destaca uma diminuição significativa no grau de desigualdade de oportunidades, no período entre 1973 e 2014. Com base nos dados da Pnad de 2014, é possível observar uma mudança na força da associação entre posição de origem e de destino, de acordo com o coeficiente Unidiff, que passou de 1, em 1973, para 0,77, em 2014, indicando uma diminuição expressiva, já que tal coeficiente é estabelecido de acordo com uma escala logarítmica. Segundo o autor, a principal hipótese levantada para explicar tal mudança, embora não a única, refere-se à expansão educacional ocorrida no Brasil ao longo das últimas décadas, que teria tornado o acesso aos diferentes níveis educacionais mais democratizado, o que pode ter diminuído o efeito da classe de origem sobre o nível educacional alcançado pelos filhos¹⁰.

10 O autor afirma que houve uma diminuição da desigualdade de oportunidades no Ensino Elementar e Superior, mas não houve mudança no Ensino Médio, de modo que, embora as chances de completar o Ensino Médio tenham aumentado para todos, as vantagens das famílias ricas em relação às famílias pobres para concluir esse nível educacional permaneceram inalteradas ao longo do tempo. Tais vantagens parecem ainda maiores quando se considera o efeito de diminuição dos retornos educacionais gerados pelos diplomas escolares, nas últimas décadas, além da forte estratificação vigente no interior do sistema escolar brasileiro, entre escolas particulares e escolas públicas; cursos universitários mais seletivos

Nesse contexto, quase um quarto da população foi incorporada ao consumo de massa. Entre as transformações na estrutura da sociedade brasileira que possibilitaram o maior acesso das classes populares ao consumo de bens e serviços, destacam-se a mudança relativa no preço dos produtos, o papel das políticas públicas, a maior oferta de crédito ao consumidor, as mudanças no tamanho da família e a maior participação feminina do mercado de trabalho. Segundo Torres, Bichir e Carpim (2006, p. 21), é possível observar uma significativa mudança dos preços relativos dos alimentos e bens duráveis a partir de meados dos anos 1990. Os autores destacam uma queda importante dos preços médios dos alimentos com relação à inflação observada neste período, o que possibilitou um maior acesso a bens não-alimentícios e serviços de diferentes naturezas, com a mesma renda disponível. Nesse sentido, enquanto a inflação medida pelo INPC cresceu 147% entre janeiro de 1995 e agosto de 2005, o preço dos alimentos avançou apenas 92% no mesmo período.

Pochmann (2014, p. 87) também destaca uma importante mudança nos preços relativos dos produtos entre os anos de 1995 a 2012. Segundo o autor, após a fase da superinflação (1991-1994), quando a taxa média de inflação foi de 1.062,9% e a taxa acumulada chegou a 17.289,3%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), houve uma mudança significativa nos preços relativos de bens alimentícios, vestuário, artigos de residência e eletrodomésticos, entre 1995 e 1998, que se moveram abaixo da inflação observada nesse período. Tais mudanças estão ligadas ao processo de estabilização

e menos seletivos (RIBEIRO, 2012, 2017). Essa discussão será desenvolvida no capítulo 6.

monetária, com a instauração do Plano Real, à valorização da moeda nacional, bem como à abertura comercial, que favoreceram a entrada de produtos do exterior com preços inferiores aos praticados internamente. Num contexto de acirrada competição, houve uma queda nos custos e na margem de lucro das empresas¹¹. A queda nos preços relativos de artigos de residência e bens duráveis abaixo da inflação se manteve no período entre 2004 a 2012, embora nos setores vinculados à habitação, educação e comunicação tenha sido observado um comportamento dos preços acima da inflação medida pelo IPCA.

De acordo com Pochmann (2014, p. 93), se a queda relativa no preço dos bens industrializados possibilitou a onda de modernização do consumo, a elevação da renda, sobretudo na base da pirâmide social, ampliou ainda mais a mudança nos padrões de consumo das famílias brasileiras, que passou a representar mais de dois terços da dinâmica de crescimento do Produto Interno Bruto do país. Nesse sentido, o autor destaca um conjunto de fatores que apresentou efeitos positivos com relação à renda das famílias, tais como I) a redução no tamanho médio das famílias, II) a maior participação da mulher no mercado de trabalho, III) a queda no desemprego, IV) o aumento real da renda, além da V) ampliação do crédito ao consumo popular. É possível observar uma queda na fecundidade em curso no Brasil, mesmo nas famílias de baixa renda, o que implica um menor número de pessoas por domicílio e maior disponibilidade de recursos para o consumo de bens e serviços.

11 Por outro lado, outros setores elevaram os preços acima da inflação nesse mesmo período, inclusive em atividades que haviam passado pelo processo de privatização, como é o caso dos produtos e serviços de utilidade pública (telefonia, gás, energia elétrica, entre outros).

O número médio de membros por família caiu 10,8% nos anos 2000, passando de 3,7 membros, em 2000, para uma média de 3,3 membros em 2010.

Além disso, houve um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho nesse período, passando de 35,4% no ano 2000 para 43,9% em 2010. A aceleração do ingresso da mulher no mercado de trabalho teve início em meados dos anos 1990 e contribuiu para a elevação do rendimento familiar, funcionando como um adicional de renda nos casos em que há uma incorporação de outros membros no mercado de trabalho. Por outro lado, também aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres nesse período – 26,7% em 2000 e 39,7% em 2010. A evolução do rendimento médio das famílias também é influenciada pela queda nas taxas de desemprego na década de 2000 (35,9%), que significou a saída média anual de 402 mil trabalhadores da condição de desemprego no país. A queda na taxa de desemprego está relacionada, em grande medida, com a significativa geração de empregos no período recente. Ademais, é importante destacar o papel das políticas públicas de transferência de renda, voltadas aos segmentos mais vulneráveis da população, além da política de aumento real do salário mínimo, capaz de injetar R\$ 1 trilhão na parcela salarial dos trabalhadores ocupados de base no período de 2003 a 2010.

Tais políticas provocaram mudanças significativas na trajetória distributiva do país. De acordo com Fernando Silveira e Jhonatan Ferreira (2011), a progressividade do gasto social nos últimos anos, notadamente com saúde e educação públicas, previdência e assistência social – que se aprofundou no período entre 2003 e 2009 –, voltado para os extratos de renda

mais baixos, possibilitou uma queda na desigualdade de renda, compensando a regressividade do sistema tributário, que não passou por mudanças significativas nesse período e permanece exercendo um peso excessivo sobre as camadas pobres, sendo considerado um mecanismo gerador de desigualdades. Isso porque a maior parte da arrecadação deriva de tributos indiretos, que incidem sobre o consumo, atingindo principalmente os rendimentos das famílias pobres, como será discutido mais adiante. No entanto, tal regressividade é contrabalançada por recursos maiores oriundos das políticas sociais e pelo perfil redistributivo assumido pelo gasto social, sobretudo no período considerado, especialmente com as camadas mais pobres da população, conseguindo superar os montantes recolhidos com tributação direta e indireta entre os membros dessa camada.

Por fim, é importante destacar o crescimento na oferta de crédito, fortemente implementada a partir do governo Lula, com o intuito de expandir o consumo popular no período recente. Nesse sentido, Torres, Bichir e Carpim (2006, p. 21) destacam o aumento do crédito direto ao consumidor, um forte crescimento do crédito consignado em contas correntes – incluindo aposentados e pensionistas –, maior acesso a contas bancárias – através da chamada conta simplificada, além do crescimento do microcrédito. As políticas de crédito direto ao consumidor possibilitaram a compra de bens duráveis, cujos valores unitários superam as rendas das famílias, tais como geladeira, televisor e automóvel, provocando um impacto sobre o consumo das famílias de baixa renda, para quem o crédito assume um valor fundamental. Através do endividamento, as famílias conseguem antecipar para o

momento presente o poder aquisitivo necessário para a aquisição de bens e serviços, o que possibilitou a modernização de seu padrão de consumo – mas também pode aumentar a desigualdade, considerando a diferença do preço final para a compra à vista e a compra à prazo.

Todos esses fatores possibilitaram mudanças significativas nos padrões de consumo das famílias brasileiras, principalmente na década de 2000, caracterizadas por uma elevação nas despesas de consumo, acompanhada por uma continuidade na redução relativa de gastos com bens industrializados (alimentos, vestuário, artigos de residência etc.). Segundo Pochmann (2014, p. 103), se nos anos 1970, dois terços do orçamento das famílias eram destinados a despesas com alimentação e habitação, três décadas depois, tais despesas representam apenas dois quintos do orçamento das famílias brasileiras, sendo acompanhadas pela elevação dos gastos com serviços (habitação, transporte, saúde e educação), que registraram um crescimento no período recente¹². Contudo, ao se considerar a estrutura das despesas de acordo com os diferentes estratos de renda, observa-se que as famílias de menor rendimento foram as que menos reduziram o volume de suas despesas com alimentação. No ano de 2009, as famílias com rendimento até dois salários mínimos destinavam 27,8% do seu orçamento com alimentação, enquanto as famílias que recebiam entre dois e três salários mínimos gastavam 24,8%, e nas famílias com mais de 25 salários mínimos, essa despesa era de 8,5%. Ainda assim, é possível observar uma redução nos gastos com alimentação em todos

12 O autor afirma que as despesas com transporte e habitação foram as que mais aumentaram nos últimos anos, representando 41% do orçamento das famílias em 2009, ante 26,9% em 1996 e 20,1% em 1987 (POCHMANN, 2014, p. 106).

os estratos de renda, já que em 1996, tais despesas eram de 32,8% para famílias até dois salários, 33,4% para famílias entre dois e três salários e de 12,4% para famílias com mais de vinte e cinco salários mínimos.

Em contrapartida, é possível observar um aumento nos gastos com habitação em todos os estratos de renda, devido à elevação no preço dos aluguéis – que, por sua vez está ligada ao aumento nas taxas de juros, que ampliam a disponibilidade do capital especulativo, convertido em capital imobiliário –, e no crescimento de despesas com serviços públicos, tais como telefone, saneamento e energia elétrica. Mais uma vez, tais despesas atingem principalmente as famílias de menor rendimento. Nesse sentido, as famílias com renda até 2 salários mínimos destinam 31,2% de seu orçamento para gastos com habitação, ao passo que as famílias situadas na faixa entre 2 e 3 salários destinam 32,1% e as famílias com mais de 25 salários gastam 19,9%. No ano de 1996, esses gastos eram da ordem de 18,6%, 17,1% e 14,5%, respectivamente. A mesma tendência de aumento da desigualdade na distribuição de renda das famílias pode ser observada nas despesas com artigos de residência. Segundo o autor, a dispersão dos gastos relativos com artigos de residência entre as famílias de menor rendimento (até dois salários mínimos) e as famílias de maior rendimento (mais de 25 salários mínimos) foi de 2,1 vezes no ano de 2009 e havia sido de 1,8 em 1996. Apesar disso, houve uma diminuição generalizada das despesas com artigos de residência em todos os estratos de renda, ainda que em menor escala para as famílias com menor rendimento. Pochmann (2014, p. 110) destaca um aumento das despesas entre as famílias de baixa renda no período entre 1987 e 1996, o que indica uma maior aquisição

de eletrodomésticos e artigos de residência nesse período. De modo semelhante, houve um aumento de 1,9% nas despesas com vestuário entre as famílias de menor rendimento (até dois salários) no período entre 1996 e 2009, enquanto os demais estratos de renda registraram queda na estrutura de suas despesas nesse mesmo período.

Os dados apresentados acima apontam para transformações na estrutura da sociedade brasileira, a partir dos anos 2000, que possibilitaram a ampliação do consumo das classes populares, incorporando bens e serviços até então reservados ao consumo das classes médias e altas. Contudo, para o autor de *O mito da grande classe média*, essas mudanças não devem ser percebidas como indícios da constituição de uma “nova classe média” no Brasil, mas como uma recomposição das classes trabalhadoras em novas bases de consumo. Por outro lado, o maior acesso ao consumo de bens duráveis também deve ser entendido como parte do movimento geral de consolidação do capitalismo monopolista transnacional e da formação de cadeias produtivas globais, que provocaram modificações importantes nas estruturas sociais dos países, além de um barateamento do preço dos bens industrializados. Tais mudanças possibilitaram um aumento da capacidade de consumo das classes populares brasileiras mesmo em períodos de deterioração da renda, marcados por uma inflação mais elevada e por um aumento das taxas de pobreza, como mostram Torres, Bichir e Carpim (2006), principalmente no período de 1995 a 2003. Nesse sentido, é importante analisar o novo dinamismo capitalista, bem como sua penetração na estrutura da sociedade brasileira.

2.3 A nova dinâmica do capitalismo e sua penetração no Brasil

Entre as razões explicativas para a redução do grau de desigualdade no padrão de consumo de bens e serviços em escala mundial e, particularmente, no Brasil, é possível destacar a globalização de um novo paradigma de produção, de baixo custo, impulsionada pelo fortalecimento das corporações transnacionais. A nova dinâmica do capitalismo, que se estabelece com a crise do regime fordista, é marcada pela ascensão das altas finanças, num contexto de predomínio das políticas neoliberais, que reorientaram o papel do Estado na regulação das atividades econômicas, favorecendo o avanço da globalização desregulada, orientada pelo poder das grandes corporações transnacionais. Essa nova fase do capitalismo emerge a partir do último quartel do século xx e se caracteriza pela difusão do processo de financeirização das economias, em que parcelas significativas das economias passaram a ser dirigidas pelo comportamento das finanças, conduzindo à centralidade das atividades bancárias e financeiras no conjunto das políticas governamentais (ARRIGHI, 1996).

O chamado capitalismo financeiro se caracteriza por um movimento mais geral de desregulamentação financeira, com a reversão do Acordo de Bretton Woods, que havia estabelecido no final da segunda guerra os contornos do sistema monetário mundial, regulando o sistema bancário e financeiro internacional de acordo com um conjunto de regras previamente definidas, mantendo a taxa de juros fixa e, geralmente, abaixo da inflação. Enquanto em Bretton Woods prevalecia o papel das organizações governamentais na regulação monetária, “primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança

e poder”, a desregulamentação financeira se caracterizou por uma redução do controle das autoridades públicas nacionais e fortalecimento da indústria bancária, com o progressivo desaparecimento dos bancos públicos¹³ (ARRIGHI, 1996, p. 287).

Com a emergência desse novo tipo de capitalismo, todo o processo produtivo fica subordinado a um novo ritmo, próprio do capital financeiro, orientado pela aceleração do tempo de giro do capital como forma de garantir a reprodução ampliada. Tal estratégia acarreta em uma necessidade de superação da rigidez característica da produção em grande escala do fordismo e sua substituição por um novo tipo de produção – o “regime de acumulação flexível” (HARVEY, 2007) –, capaz de atuar em novos nichos de mercado, de pequena escala, criando e atendendo as novas necessidades dos consumidores. É possível observar, a partir dos anos 1980, a subordinação da produção ao consumo, sob a forma do marketing, através do investimento no design dos produtos, da venda no varejo, da publicidade e do conceito de produto (SLATER, 2002, p. 19). Ademais, Souza (2012, p. 42) destaca o culto ao momentâneo, ao passageiro e aos eventos instantâneos, que possibilitam um retorno rápido, obedecendo à lógica de aumento da velocidade do giro do capital. Nesse sentido, os shows, as feiras, os negócios sazonais, a revalorização dos negócios familiares, assim como do artesanato e das roupas produzidas à mão, são percebidos como formas de adaptação a uma nova estrutura produtiva, constituindo nichos específicos, relacionados às

13 Pochmann (2014, p. 79) destaca também a descentralização das operações bancárias, como a terceirização de produtos e serviços bancários de menor rentabilidade, como um dos fatores que possibilitaram o processo de reestruturação da indústria bancária.

novas necessidades do consumidor. É justamente nessa lógica de produção que muitos batalhadores brasileiros serão inseridos com a penetração do capitalismo financeiro e flexível no Brasil.

Para Souza (2012), a dominação do capitalismo financeiro foi possibilitada tanto pela aceleração do giro do capital quanto pelo corte das despesas com controle e vigilância no trabalho, que onerava os custos de produção do regime fordista, conduzindo a uma completa redefinição das relações entre capital e trabalho. Segundo ele, isso só foi possível através de um bem perpetrado processo de dominação simbólica, que interpreta as mudanças na estrutura produtiva com a semântica do “expressivismo” e da liberdade individual, que se estabeleceu no imaginário social e político a partir dos movimentos contraculturais dos anos 1960, em todo o mundo. A nova semântica expressiva, antes articulada como crítica ao capitalismo, foi diluída e transformada em ferramenta de finanças, como forma de legitimar tal regime, constituindo-se, dessa forma, no “novo espírito do capitalismo”. A redução dos custos com vigilância no trabalho foi possibilitada, na medida em que o toyotismo visa conquistar os “corações e mentes” dos trabalhadores, através de uma auto-organização “comunicativa” que permitiria aos trabalhadores “expressar a si mesmo” e se comunicar – embora essa comunicação seja completamente predeterminada no seu conteúdo e na sua forma. Desse modo, a precarização das condições de trabalho, de uma parcela significativa da classe trabalhadora, “pode ser encoberta e distorcida como triunfo da criatividade, da ousadia, da coragem e da liberdade”¹⁴ (SOUZA, 2012, p. 54).

14 Para garantir essa reorientação da relação capital-trabalho nos países ocidentais, as empresas preferem contratar trabalhadores jovens, sem passado sindical

A mudança no paradigma de produção fordista para o toyotista também permitiu uma redução nos custos da produção através da externalização dos serviços e da concentração nas atividades finalísticas de cada empresa. Pochmann (2014, p. 82) destaca que, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), “essa modalidade possível de produção no plano local se tornou possível no plano mundial”. Nesse contexto, surgiram as corporações transnacionais que, ancoradas nos avanços tecnológicos, conseguiram deslocar suas plantas industriais para países em desenvolvimento, marcados pela ausência de regulação social e trabalhista, o que favoreceu uma maior exploração da sua força de trabalho, reduzindo ainda mais os custos de produção. O fortalecimento da grande empresa transnacional é decorrente da combinação de capital de alta tecnologia com mão de obra barata, em regiões com uma infraestrutura capaz de absorver o deslocamento da empresa e os investimentos do capital estrangeiro. Esse movimento de deslocamento da indústria manufatureira dos países capitalistas centrais para regiões periféricas, sobretudo asiáticas, conduziu a um processo de desindustrialização dos países desenvolvidos e conseqüente expansão do setor de serviços.

Além disso, o crescente intercâmbio entre as grandes corporações transnacionais (intrafirma) possibilitou a emergência das cadeias globais de produção, responsáveis pela maior parte da produção e do comércio mundial, bem como pela ampliação do consumo entre os segmentos de baixa renda nos países não desenvolvidos, diante da maior oferta de bens e serviços

e com cláusulas explícitas de quebra de contrato em caso de greve, solapando, dessa forma, as possibilidades de resistência e ação militante, presentes no fordismo (SOUZA, 2012, p. 36).

baratos. Pochmann (2014, p. 75) destaca que, com a abundância gerada pelas escalas globais de produção, as decisões sobre o acesso aos diferentes bens e serviços passaram a depender cada vez mais do jogo da política, ou seja, de uma atuação política efetiva, capaz de combater o grau de desigualdade no acesso aos bens e serviços.

Nesse sentido, a oferta crescente de bens e serviços não foi suficiente para garantir a incorporação de novos consumidores no consumo de massa, sendo necessária a superação de outros fatores que favoreciam a rigidez na distribuição de renda de cada país. O autor destaca o processo de abertura produtiva, comercial e laboral ao mercado globalizado como um dos principais fatores, na medida em que tal abertura possibilitou o barateamento das cadeias globais de produção. Em contrapartida, houve um processo de desindustrialização das regiões deslocadas do eixo de produção das corporações transnacionais, conduzindo a uma crescente especialização da economia. No caso brasileiro, esse processo acarretou uma especialização no setor primário, concentrando as exportações no extrativismo mineral e vegetal e na agricultura. Outro fator determinante foi a superação da exclusão bancária dos segmentos de baixa renda, através da concessão de crédito ao consumo e de empréstimos consignados, que possibilitaram o aumento do poder aquisitivo, no presente, de uma parcela da população antes excluída do consumo de bens e serviços, sobretudo, aqueles de maior valor unitário. O último fator corresponde à redução do preço de bens e serviços, diante da diversidade da oferta de produtos de baixo custo, que possibilitou uma mudança na cesta de consumo dos segmentos de baixa renda. No Brasil, a mudança nos preços relativos dos produtos, gerada

pela reorganização do capitalismo monopolista, foi combinada com a adoção de políticas governamentais de fomento ao consumo de massa, produzindo modificações na estrutura social brasileira dos anos 2000 (POCHMANN, 2014, p. 84).

Pochmann (2012, 2014) constrói sua análise acerca das mudanças recentes na estrutura da sociedade brasileira e seu impacto sobre a base da pirâmide social, buscando ressaltar a importância das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado, com o intuito de combater as apropriações neoliberais desse fenômeno, tais como a interpretação da emergência de uma “nova classe média” – que pressupõe a possibilidade de redução do escopo de atuação das políticas sociais, bem como do aumento da participação do mercado, através da compra e venda de bens e serviços. Contudo, nesse esforço, o autor destaca o crescimento econômico com geração de empregos e maior progressividade no gasto público como elementos mais decisivos do que os atributos individuais dos agentes que emergem no recente processo de mobilidade social. Sua análise não integra nenhuma tentativa de apreender quem são esses agentes e como eles vivenciam essas mudanças em sua vida cotidiana, o que leva Jessé Souza (2013, p. 56) a afirmar que sua interpretação permanece dentro de uma chave economicista.

Nesse sentido, o autor desenvolve uma pesquisa empírica, buscando analisar como um conjunto de regras, conceitos e princípios sociais abstratos – tais como “neoliberalismo”, “capitalismo financeiro” e “produção flexível” – penetram as práticas institucionais e sociais no Brasil, “tornando-se ‘carne e osso’, ‘sofrimento e sonho’ de pessoas comuns que enfrentam dilemas cotidianos” (SOUZA, 2012, p. 40). Souza (2012) destaca a

emergência de uma nova classe social – a nova classe trabalhadora brasileira –, no contexto de penetração do capitalismo financeiro e flexível no Brasil, nas últimas décadas. Segundo ele, esse processo não ocorre de maneira idêntica ao que foi observado nos países capitalistas centrais, assumindo um percurso específico no seio da sociedade brasileira. Desse modo, a emergência dos batalhadores depende de elementos específicos do capitalismo financeiro, tal como o campo aberto pela destruição significativa do horizonte fordista. Embora não tenha desaparecido completamente no Brasil, houve uma significativa diminuição do número de trabalhadores empregados nesse setor, que não pode ser explicada somente pelos ganhos em produtividade e desenvolvimento tecnológico¹⁵.

Souza (2012, p. 55) destaca uma mudança radical na relação da estrutura produtiva com a demanda, nas últimas décadas. A produção fordista estandardizada continua importante, mas perde espaço para um novo tipo de demanda, voltada para a pequena produção, que se desenvolve, muitas vezes, em fundos de quintal e seguindo uma lógica familiar, orientada pelos desejos do consumidor. A necessidade de constante inovação dos produtos coloca um limite intransponível para o fordismo, que a pequena produção flexível busca suprir com um exército de batalhadores. No entanto, longe de constituírem tipos-ideais de “trabalhadores flexíveis”, inseridos no mercado através do acesso a conhecimento especializado, a regra para inserção nos setores criados pelo novo tipo de capitalismo no Brasil, “parece ser a utilização de qualquer princípio econômico que permita

15 De acordo com o autor, nos anos 1980, havia 240 mil metalúrgicos no ABC Paulista, ao passo que, atualmente, existem menos de 100 mil.

sobrevivência e sucesso num mercado altamente competitivo” (SOUZA, 2012, p. 56).

Para o autor, trata-se de uma classe “nova” porque a alocação e o regime de trabalho são realizados de modo novo, ajustando-se às demandas de valorização ampliada do capital financeiro. Isso pode ser percebido através da ampla difusão da ideologia do empreendedorismo na sociedade brasileira, que possibilita, em boa medida, a eliminação dos custos com controle e vigilância do trabalho. Em muitos casos, a disposição para encarar jornadas extenuantes de trabalho se ancora na crença de ser “o patrão de si mesmo”. Souza (2012, p. 57) destaca, contudo, que

o real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível. Vitória magnífica do capital que, depois de 200 anos de história do capitalismo, retira o maior valor possível do trabalho alheio vivo, sem qualquer despesa com a gestão, o controle e a vigilância do trabalho. Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro!

Além da emergência de uma nova classe trabalhadora – capaz de incorporar as disposições necessárias à sua inserção no mercado competitivo e disposta a fazer de quase tudo para garantir sua reprodução e até ascensão social –, a penetração do capitalismo financeiro no Brasil também atingiu uma fração mais “precarizada” das classes populares, denominadas por Souza (2012, p. 47) de “ralé estrutural”, contribuindo para o aprofundamento de sua precarização. Analisando as mudanças

na estrutura de classes no Brasil nos dez anos do lulismo (2003-2013), Singer (2015a, p. 7) destaca que, apesar da emergência de um “novo proletariado” – em contraposição à ideia de uma “nova classe média” –, que conseguiu migrar do “subproletariado” através de sua inserção no mercado de trabalho formal e da aquisição de uma “cidadania trabalhista”, o subproletariado continua a ser uma realidade importante no país, englobando uma parcela expressiva da população brasileira. Prova disso é a quantidade de pessoas que depende de políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF)¹⁶. Embora tais políticas sejam consideradas fundamentais para propiciar um padrão de vida um pouco melhor, elas não são suficientes para tirar essas pessoas da condição de pobreza. Ademais, o autor destaca a quantidade de trabalhadores com baixa remuneração, afirmando que 26% dos trabalhadores brasileiros recebiam até um salário mínimo, segundo os dados da PNAD 2012 – além do número expressivo de trabalhadores que permanecem sem carteira de trabalho e direitos trabalhistas assegurados (SINGER, 2015a, p. 8).

Apesar das diferenças teóricas e analíticas entre as análises aqui apresentadas, elas permitem apreender algumas das transformações econômicas, políticas e sociais que impactaram as classes populares brasileiras, possibilitando sua recomposição sob novas bases de consumo, sobretudo a partir da primeira década do século XXI. No entanto, mesmo as análises mais voltadas à integração das dimensões subjetivas na explicação desse fenômeno, como a de Souza (2009, 2012), não dão conta

16 Segundo o autor, ao completar dez anos, em setembro de 2013, o PBF atendia 50 milhões de pessoas, que viviam num patamar de extrema pobreza – com renda per capita de até R\$ 70 reais mensais.

de apreender as condições que possibilitaram a adesão a novas práticas de consumo entre os membros das classes populares. Conforme discutido no capítulo anterior, embora Souza (2012, p. 97) destaque uma inclinação para o consumo de bens “superiores” entre alguns dos batalhadores entrevistados na sua pesquisa, apontando uma batalhadora que admite comprar roupas “além do necessário” (SOUZA, 2012, p. 154), o autor não explora as condições que possibilitam aos batalhadores incorporar novas disposições para o consumo, distanciadas da lógica da necessidade, num contexto de mobilidade ascendente. Ao invés disso, parece prevalecer, em sua pesquisa, uma análise acerca da orientação ascética do batalhador, aplicada também ao campo dos estilos de vida, marcada pela renúncia a “qualquer conforto e prazer” (SOUZA, 2012, p. 135), exprimindo uma disposição para o sacrifício individual e para o pensamento prospectivo.

Esta última disposição, expressa através de um controle estrito dos gastos e de uma preocupação com o futuro, baseada na privação material vivenciada no passado – que parece uma paranoia para muitos membros de classe média –, possibilita ao batalhador sobreviver às inconstâncias do mercado flexível, equilibrando-se mesmo nos momentos de crise, de modo a se adaptar à nova fase do capitalismo – marcada pela imprevisibilidade do mercado. Desse modo, embora seu trabalho permita perceber a manifestação de uma orientação mais ascética no campo dos estilos de vida, ele não aborda os casos em que os batalhadores apresentam uma inclinação ao hedonismo, diante de sua nova posição social, ou mesmo os sentidos que esses indivíduos atribuem às suas práticas de consumo. São essas questões que a análise aqui empreendida busca explorar. Considerando que as mudanças nas condições objetivas, tais

como a elevação da renda e maior acesso ao crédito, não são suficientes para explicar a adesão a tais práticas (BOURDIEU, 2013A; CAMPBELL, 1998, 2001; SLATER, 2002), é importante analisar as condições que favoreceram a incorporação de novas disposições para o consumo entre os membros das frações ascensionais das classes populares. Nesse sentido, faz-se necessário discutir as transformações no âmbito da cultura que mudaram a relação desses indivíduos com os bens de consumo, possibilitando sua maior inserção na cultura de consumo.

2.4 A inserção das classes populares brasileiras na cultura de consumo

Ao lado das mudanças na dinâmica do capitalismo, que favoreceram uma produção em grande escala de bens industrializados de menor custo, é importante destacar outras transformações que conduziram à instauração de uma cultura de consumo no Brasil e sua extensão às classes populares. Segundo Maria Eduarda Rocha (2002), a consolidação da cultura de consumo no Brasil foi possibilitada tanto pela ampliação e integração de um mercado nacional como pela implantação de uma indústria cultural, a partir da segunda metade do século xx. Embora o consumo já constituísse um mecanismo de composição e exposição dos estilos de vida antes mesmo do período da industrialização pesada no Brasil, a autora destaca que é somente a partir desse período que há uma ampliação da produção, uma maior integração do mercado nacional e o incremento no consumo de bens industriais. Nesse contexto, é possível observar a emergência de novos hábitos de consumo entre as classes médias e altas urbanas.

A fase da industrialização pesada também possibilitou a formação de uma indústria cultural brasileira, a partir dos anos 1960 e 1970, responsável pela disseminação desses novos hábitos por todo território nacional, a partir de sua exposição. Vale destacar o papel da publicidade na promoção da cultura de consumo, através da exposição e valorização dos estilos de vida das camadas médias e altas urbanas, possibilitando a expansão e diversificação do consumo entre diversos segmentos sociais. A publicidade também foi responsável pela “educação” das classes populares num modo de consumo eminentemente moderno, conduzindo ao estabelecimento de uma relação estetizada e estilizada com os bens – que corresponde à dilatação da dimensão imagética e da dimensão simbólica dos produtos, respectivamente (ROCHA, 2002).

Se Lahire (2006) enfatiza a crescente concorrência entre diferentes instâncias de legitimação cultural, sobretudo com o advento dos meios de comunicação de massa, que disputam espaço com a cultura erudita na imposição do arbitrário cultural dominante, esse processo adquire características muito peculiares no caso da sociedade brasileira. Como lembra Rocha (2002, p. 150), na esteira da discussão sobre a formação do campo de produção cultural no Brasil levantada por Sérgio Miceli, a baixa escolarização de grande parte da população brasileira impediu um maior aproveitamento da produção erudita pelo projeto de imposição “pedagógica” da cultura dominante. Nesse contexto, a indústria cultural constituiu um suporte mais adequado para tal projeto, haja vista que sua atuação em larga escala não dependia da expansão do acesso à escola de qualidade pela maior parte da população. Rocha (2002) destaca que a imposição da cultura dominante não se pautou tanto pelo

campo de produção erudita, mas pela promoção dos hábitos de consumo constitutivos do estilo de vida das classes dominantes. A interiorização desse arbitrário cultural foi observado pela autora em sua pesquisa realizada em São Miguel dos Milagres (AL), em meados dos anos 1990, em que os hábitos de consumo das classes médias e altas urbanas despontam como a imagem mais marcante da cultura dominante, norteando a escolha dos produtos dos membros da população desse pequeno município do litoral alagoano, em sua busca por “prestígio” e pela “superação” ou “mascaramento” de sua condição de pobreza.

Inicialmente interessada em analisar de que maneira uma população pobre e distanciada dos grandes centros urbanos é inserida na cultura de consumo, através de um estudo de recepção sobre o papel específico da publicidade televisiva nesse processo, Rocha (2002) constatou que essa inserção foi possibilitada por um fluxo mais amplo de transformações, em curso na sociedade brasileira há algumas décadas, constituindo um processo multimediado. A autora destaca as múltiplas mediações que possibilitaram a consolidação de uma cultura de consumo entre os moradores de São Miguel, tais como a migração, os laços de amizade e parentesco, a relação com os veranistas e a melhoria dos meios de comunicação e transporte, responsáveis por intensificar o contato entre a população local e o universo dos grandes centros urbanos, que constituíam o cenário preferencial para a representação e exercício dos princípios constitutivos da cultura de consumo. É possível observar a incorporação de novas disposições para o consumo sob a forma de crenças, quando a população local ainda não possuía as condições objetivas para forjar novos hábitos de ação (LAHIRE, 2002). Isso pode ser percebido quando Rocha

(2002, p. 114) relata as primeiras expectativas geradas em torno da televisão, através de uma carta enviada pelo filho de um dos moradores da comunidade, que morava no Rio de Janeiro, descrevendo a chegada de um novo aparelho “que a pessoa tá no Rio de Janeiro e você tá vendo daqui”¹⁷.

Embora a televisão não fosse o único meio para a difusão da cultura de consumo entre as populações pobres, ela assumiu um papel central, na medida em que permitiu introduzir elementos de outros espaços físicos e sociais no cotidiano dessas populações, até então caracterizadas por relações entre semelhantes, tais como familiares e vizinhos, cujas interações e trocas simbólicas eram possibilitadas pela proximidade física – constituindo, dessa maneira, um importante “vetor de desencaxe”, nos termos de Giddens. A publicidade televisiva ganha destaque, nesse processo, ao promover uma relação estetizada e estilizada com os bens, colocando os meios de comunicação de massa a serviço da expansão do mercado consumidor no Brasil. A estetização se caracteriza pelo primado do espetacular e por “um jogo de formas que marca a relação entre o discurso publicitário e sua recepção” (ROCHA, 2002, p. 138). Por outro lado, a publicidade reforça a estilização do consumo, ou seja, “um modo de consumo no qual os produtos aparecem como carregados de atributos humanos capazes de situar seus consumidores em determinadas posições das escalas de prestígio social” (ROCHA, 2002, p. 140).

Em sua pesquisa, a autora observa a incorporação desse princípio nas práticas de consumo de seus informantes, sobretudo entre os mais jovens, que afirmam buscar no consumo de

17 De acordo com a autora, a televisão chegou em São Miguel dos Milagres no ano de 1973 (ROCHA, 2002, p. 111).

bens algo mais do que seus atributos funcionais, manipulando seus atributos simbólicos com uma intenção expressiva nítida, de “fazer figura” – obter status –, através da composição de um determinado estilo de vida (ROCHA, 2002, p. 145). A difusão da cultura de consumo implicou, portanto, não somente maior acesso a bens industrializados, mas também o crescimento da importância do consumo na vida das pessoas. É possível perceber uma alteração das necessidades da população local, sobretudo entre as gerações mais jovens, atreladas cada vez mais a uma busca por distinção social, ou ao menos por integração no âmbito da cidadania. No entanto, a autora destaca que a preferência dos membros dessa população por determinados bens de consumo – principalmente produtos industrializados – são orientadas mais pelo desejo de aproximar-se do estilo de vida característico das classes médias e altas urbanas do que pela exposição aos anúncios que promovem tal estilo, tomados como fato isolado.

Segundo Rocha (2002, p. 36-37), “na medida em que a cultura de consumo redefiniu as necessidades das populações pobres, ela está no cerne da questão da pobreza no Brasil”. Essa reelaboração exige uma redefinição da própria concepção de pobreza, até então identificada com a restrição ao consumo, uma vez que é possível observar um consumo irregular, mas significativo, no interior dessas classes. Contudo, como vimos anteriormente, a inserção das classes populares no universo do consumo, em meados dos anos 1990, não foi suficiente para superar a condição de pobreza, na medida em que não foi acompanhada por mudanças nas relações de propriedade, nas práticas políticas, nem de uma integração mais favorável da população pobre no mercado de trabalho. Mais recentemente, o conjunto de transformações na

estrutura da sociedade brasileira possibilitou uma maior inserção das classes populares no mercado de trabalho formal – ainda que, em grande medida, precarizado (Antunes, Braga, 2009; Souza, 2012) –, bem como uma elevação dos seus rendimentos, conduzindo à sua maior participação na cultura de consumo. Ademais, a mudança na estrutura dos preços relativos dos bens e serviços reduziu o peso das despesas com alimentação e vestuário, tornando possível o consumo de artigos eletrônicos, telefones celulares, microcomputadores e serviços de viagens de baixo custo (POCHMANN, 2014). O maior acesso à internet provocou mudanças nas formas de sociabilidade das classes populares, tornando seus membros ainda mais suscetíveis às influências da cultura de consumo, que agora é disseminada não somente através do rádio e da televisão, mas também através da inserção em diversas redes sociais no mundo virtual.

É importante destacar também o papel de outros agentes de socialização na disseminação de novas formas de sociabilidade e novos hábitos de consumo entre os membros das classes populares brasileiras, tais como a escola e a religião. Wânia Amélia Belchior Mesquita (2003, 2007) destaca o papel desempenhado pelas igrejas neopentecostais na legitimação dos valores e promessas da cultura de consumo. De acordo com a autora, o neopentecostalismo brasileiro – também conhecido como “pentecostalismo de terceira onda” – que surge em meados dos anos 1970, inovou nos chamados usos e costumes e também na maneira de encarar a vida terrena, conferindo destaque à felicidade terrena e à valorização da riqueza material. A nova visão de mundo afirmada pelos neopentecostais se ancora numa teologia de origem norte-americana, cujo surgimento remonta ao período posterior à grande depressão dos

anos 1930, segundo a qual, nas palavras do Bispo Edir Macedo, “ser cristão é ser filho de Deus e co-herdeiro de Jesus; dono por herança de todas as coisas que existem na face da terra” (MACEDO apud MESQUITA, 2007, p. 118).

As novas igrejas e, particularmente, a Igreja Universal do Reino de Deus – sobre a qual a autora concentra sua análise – se distanciam da ideia de que as privações materiais na vida terrena garantiriam a felicidade no paraíso. Nessa perspectiva, considera-se que o cristão peca contra Deus quando se entrega passivamente à condição de pobreza. A teologia da prosperidade – doutrina que orienta a conduta dos fiéis – legitima os interesses mundanos por bens materiais, prometendo prosperidade e realização, e fornecendo uma nova ética do consumo, capaz de acomodar a mensagem pentecostal ao novo contexto socioeconômico e cultural, dominado pelas promessas da sociedade de consumo, pelos apelos do lazer e pelo entretenimento criado pela indústria cultural. Mesquita (2007) destaca que as denominações religiosas ancoradas numa Teologia da Prosperidade se coadunam com os interesses ideais e materiais dos fiéis, alimentando seus desejos de ascender socialmente, sobretudo a partir do incentivo à prosperidade financeira por parte dos pregadores. Desse modo, ela apresenta uma visão de mundo sistematizada e atraente para as classes baixa e média baixa, que vivem numa condição de vulnerabilidade socioeconômica e incerteza, nutrindo, contudo, a esperança.

De modo semelhante, Souza afirma (2012, p. 317) que o neopentecostalismo exerce uma forte atração entre as classes populares, ganhando espaço nas periferias brasileiras, na medida em que possibilita o acesso a suportes sociocognitivos para competir por uma posição socialmente valorizada. Isso é

particularmente importante para estratos sociais que não possuem os recursos necessários – tais como capital econômico e capital cultural legítimo – para garantir uma posição social estável e buscam atualizar sua crença na promessa do futuro, como forma de evitar o risco de rebaixamento social e da “vida sem dignidade”. Nesse sentido, a religião atua como um importante capital para as frações das classes populares que almejam ascender socialmente, aumentando sua autoconfiança e reforçando suas disposições para o pensamento prospectivo e para a autodisciplina. O autor destaca que os batalhadores estabelecem uma relação prática com a religião, na qual buscam resolver seus problemas da vida cotidiana, como conseguir um emprego ou comprar um carro.

Na pesquisa de campo, foi possível entrevistar um pequeno comerciante, cujo negócio só conseguiu prosperar depois que ele se converteu à Assembleia de Deus, quando passou a ter fé, acreditando no propósito de Deus para a sua vida. A religião contribuiu para aumentar sua confiança e autoestima, sendo importante também para o reforço de suas disposições ascéticas para o trabalho, que permitem encarar uma jornada extenuante de até 16 horas diárias, visando à conquista de uma estabilidade futura. Outro informante, também convertido à Assembleia de Deus, relatou uma mudança significativa na conduta de sua mãe, após sua conversão à Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo ele, a mãe estava agora decidida a “curtir a vida”. Embora não tivesse renda própria, ela cobrava do marido e dos filhos que lhe levassem para passear e jantar fora, provocando uma verdadeira surpresa nos familiares ao saltar de tirolesa na praia de Gaibu (PE), a contragosto do marido, que é presbítero da Igreja. O momento ficou registrado

numa fotografia tirada pelo responsável da tirolesa, que a mãe do entrevistado levou para casa.

Mesquita (2007) retoma a distinção apresentada por Campbell (1998) entre a retórica do precisar – orientada para a satisfação das necessidades – e a retórica do querer – orientada pela busca do prazer – para demonstrar como a Teologia da Prosperidade se ancora nesta última, permitindo a legitimação de uma conduta hedonista entre os fiéis. Enquanto o puritanismo ascético, analisado por Weber (2016), admite somente o consumo destinado à satisfação das necessidades, colocando o conforto como margem das despesas eticamente permissíveis, o neopentecostalismo conduz à legitimação da retórica do querer, ancorado numa teologia que afirma a melhoria de vida neste mundo e considera a riqueza como um “direito” dos fiéis, atribuído por Deus, que possibilitaria a realização de todos os seus desejos e necessidades. Desse modo, a Teologia da Prosperidade permite a legitimação do consumo de bens e serviços entre os fiéis, que passam a vivenciar tensões quando não possuem as condições objetivas para satisfazer seus desejos de consumo. Com base nessa doutrina, a autora observa diferentes atitudes frente ao consumo de bens, orientadas tanto pelas crenças e desejos dos fiéis, como pelas suas possibilidades de concretização (MESQUITA, 2007, p. 121).

Imersos cada vez mais em um ambiente cultural permeado pelos princípios e promessas da cultura de consumo, os membros das frações ascensionais das classes populares incorporam desejos e crenças que precisam, no entanto, ser ajustadas tanto às suas condições objetivas quanto aos valores constitutivos de seu *ethos*, de modo a orientar suas práticas de consumo, expressando a nova posição social ocupada. Portanto, a incorporação

de novas disposições para o consumo não se dá de maneira automática nem homogênea, de modo que é importante analisar as diversas mediações realizadas pelos indivíduos a partir de seus valores, de sua trajetória e dos diversos processos de socialização que atravessam. Nesse sentido, vale destacar também as políticas de fomento ao consumo popular implementadas sobretudo a partir do governo Lula, que se caracterizaram não somente pela concessão de crédito, mas por um discurso que incentiva o consumo das classes populares como forma de assegurar o crescimento econômico do país, através da ativação do mercado interno.

Isso pode ser observado no pronunciamento do presidente Lula, transmitido em 22 de dezembro de 2008 por emissoras de rádio e TV, num contexto de crise financeira global que se alastrou pelo mundo a partir de 2008. Nesse pronunciamento, o presidente apela que as pessoas não deixem de consumir, nem frustrem seus sonhos, com medo do futuro. Caso contrário, o comércio não venderia, as fábricas produziriam menos e o trabalhador poderia perder o seu emprego, a médio prazo. Nesse discurso, Lula também critica a falta de controle do sistema financeiro nos países capitalistas centrais, responsáveis pela crise, e reforça a importância do governo brasileiro na regulação dos bancos e da economia nacional, que, pela primeira vez, não havia quebrado em poucos dias e recorrido ao Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, o presidente celebra a entrada de mais de 20 milhões de brasileiros na “classe média”, como decorrência do crescimento econômico e das políticas sociais implementadas em seu governo¹⁸. É possível perceber

18 Ver pronunciamento completo em <https://www.youtube.com/watch?v=QNXOQNwbkco>.

a convergência dessa política com um contexto neoliberal, que emerge a partir dos anos 1980 nos Estados Unidos e na Europa, conferindo centralidade ao indivíduo, cuja identidade e posição social passam a se expressar cada vez mais através do consumo de bens e serviços. Segundo Slater (2002, p. 19), com o advento do neoliberalismo, o consumidor é alçado a “herói do momento” percebido como modelo de sujeito e cidadão moderno, responsável pelo crescimento econômico, devido à sua disposição ao empreendedorismo e ao consumo de bens.

Contudo, é importante destacar que, a despeito das críticas encontradas tanto no espectro de “direita” quanto na “esquerda brasileira” – e mesmo no interior do campo sociológico –, acerca dos “erros” cometidos pelos governos do PT por estimularem a inserção das classes populares no consumo de massa, esse movimento não decorre unicamente das políticas adotadas pelo governo Lula, mas acompanha uma tendência mais geral da nova dinâmica do capitalismo monopolista transnacional e a formação de cadeias produtivas globais. O novo dinamismo capitalista possibilitou maior acesso aos bens industrializados, mesmo em momentos de deterioração da renda dos brasileiros, como observado nos anos 1990. Ademais, a inserção das classes populares no consumo de bens e serviços, antes restritos às classes média e alta, representa uma medida importante de diminuição do grau de desigualdade no acesso aos recursos de valor, em disputa na competição social. Embora a cultura do consumo seja alvo de críticas acertadas, especialmente num contexto em que o consumo de bens é projetado como forma de expressão individual e de liberdade civil e política – sendo percebido como elemento fundamental para o processo de modernização e inserção dos países periféricos na modernidade

global –, o consumo envolve também questões políticas importantes sobre a distribuição dos recursos materiais e simbólicos, disponíveis em uma sociedade (SLATER, 2002).

Nesse sentido, que essa crítica seja destinada especificamente à inserção das frações mais pobres e excluídas historicamente do acesso a tais recursos – mesmo quando inseridas no mercado, como trabalhadores assalariados, num contexto de capitalismo periférico desvinculado de reformas sociais – diz muito do legado autoritário e profundamente desigual sobre o qual a sociedade brasileira permanece assentada. Esse legado fica ainda mais explícito quando se analisa as pesquisas e dados estatísticos disponíveis sobre as mudanças nos padrões de consumo das famílias pobres a partir dos anos 2000 (CAMPELLO, 2017; IBGE, 2010; POCHMANN, 2014; TORRES, BICHIR, CARPIM, 2006). Apesar das críticas ao suposto consumismo das classes populares, que teria sido estimulado pelos governos do PT, e da “sutil” abordagem midiática do fenômeno, com uma profusão de reportagens voltadas à “educação do consumo popular” – ensinando como administrar as despesas e evitar a inadimplência (SCALCO, PINHEIRO-MACHADO, 2010) –, é possível observar que muitos brasileiros tiveram acesso à primeira geladeira ou à primeira máquina de lavar somente na última década.

De acordo com o relatório Faces da Desigualdade no Brasil, o acesso a refrigerador ou freezer era restrito a 44,1% dos lares mais pobres (5% mais pobres) em 2002, passando para 91,2% desses lares em 2015. Já entre os 20% mais pobres, esse número era de 60,%, em 2002, e passou para 95%, em 2015. No conjunto da população, esses dados foram da ordem de 87,3% da população em 2002 e 98,2% em 2015. É possível observar uma redução na desigualdade de acesso à geladeira, que cai para 7%,

na comparação entre os mais pobres e o total da população. Para Tereza Campello (2017, p. 39), coordenadora do relatório, o maior acesso a tais bens, longe de constituir um comportamento consumista, representa melhorias objetivas na vida destas pessoas, como a liberação do tempo gasto em tarefas domésticas, melhoria na autoestima das famílias, além de ampliar as possibilidades de acesso a outras oportunidades – como é o caso do acesso a celulares e computadores com internet, que podem ser importantes na procura de emprego. Esse bens deixam de ser privilégio de uma parte da população e passam a compor também o estilo de vida das classes populares.

Ademais, na medida em que as posições de classe são definidas relacionalmente, conforme discutido no capítulo anterior a partir da teoria de Bourdieu (2013a), a classe social não pode ser definida apenas com base na cesta de consumo de bens e serviços, mas com relação à sua posição diferencial no campo dos estilos de vida, caracterizada como uma posição distinta e distintiva, definida com relação aos demais estilos de vida. Desse modo, na medida em que os membros da classe média também apresentam mudanças significativas nas práticas de consumo, características de seu estilo de vida, eles demarcam sua posição distintiva com relação às frações ascendentes das classes populares. Como veremos adiante, é possível observar uma diferença não somente entre as práticas de consumo características da classe média e das frações de classe aqui analisadas, bem como nos usos diferenciais que fazem dos mesmos bens e serviços, mas também com relação aos sentidos atribuídos a essas práticas que, no caso dos batalhadores, parecem ligados ao passado de maior privação social e à nova posição alcançada.

Portanto, não é o maior acesso das classes populares ao consumo de bens antes restritos às classes dominantes que parece problemático, mas a interpretação desse fenômeno como principal indício da emergência de uma “nova classe média brasileira”. Tal interpretação dificulta a percepção da maior capacidade de consumo dos mais pobres a partir de uma perspectiva democrática de acesso a direitos, conquistados através de lutas sociais e da incorporação de parte da agenda política dos movimentos sociais pelo Estado brasileiro. Na contramão dessa perspectiva, o discurso da “nova classe média” parece convergir tanto com o “imaginário neoliberal”, quanto com uma “tradição autoritária da sociedade brasileira, que, avessa ao sentido democrático dos direitos, naturaliza e valoriza positivamente a divisão social como oposição entre o privilégio e a carência” (CHAUÍ, 2014, p. 14). Souza (2012, p. 45) também destaca que o que parece estar em jogo na ideia de uma “nova classe média” é a “legitimação de privilégios inconfessáveis”. Tal interpretação traz em seu bojo uma narrativa triunfalista, ocultando as contradições e ambivalências da vida das pessoas que emergem nesse processo e, ao mesmo tempo, sustentando a ideia de um capitalismo financeiro “bom” e sem defeitos.

Desse modo, o crescimento da classe média no Brasil é percebido como efeito automático do mercado liberal desregulado, levando o autor a afirmar que o discurso da “nova classe média” constitui um produto direto da dominação financeira estabelecida no Brasil nas últimas décadas. Nessa perspectiva, os ganhos e conquistas das frações ascensionais das classes populares, em termos de rendimentos e maior capacidade de consumo, são percebidas como resultantes das capacidades individuais do trabalhador, seu esforço e trabalho, que permitem

conquistar uma posição no mercado, como produtor e consumidor – reduzindo e invisibilizando o papel do Estado e das políticas sociais. É justamente tal interpretação que os autores aqui apresentados buscam combater, percebendo-a como índice da absorção – deliberada ou involuntária – da ideologia e da política neoliberais, bem como da penetração do capitalismo financeiro e flexível no Brasil (CHAUI, 2014, POCHMANN, 2014, SOUZA, 2012). Os trabalhos aqui discutidos constituem importantes contribuições para a apreensão das mudanças recentes na estrutura da sociedade brasileira e seu impacto sobre as classes populares, bem como para a afirmação da impertinência teórica e empírica de se interpretar esse fenômeno como a emergência de uma “nova classe média”.

Resta saber como tais mudanças são vivenciadas pelos membros das classes populares em sua vida prática, que costumam percebê-las justamente através de sua maior inserção na cultura de consumo. Nesta tese, buscamos analisar como os membros das frações ascensionais das classes populares interpretam sua mobilidade ascendente, identificando as possíveis reformulações de suas necessidades e possibilidade de satisfação das mesmas, bem como os sentidos atribuídos às suas práticas de consumo, numa sociedade que permanece fortemente marcada pelo estigma da pobreza, a despeito da redução dos índices de desigualdade de renda e de oportunidades. Na pesquisa de campo foi possível observar a existência de diferentes orientações que se encontram na origem de suas práticas de consumo, caracterizadas por uma combinação complexa de elementos ascéticos e hedonistas, situando os membros dessa fração de classe no polo mais ascético ou hedonista do campo dos estilos de vida. Nos próximos capítulos serão analisadas as

condições materiais e simbólicas que possibilitam essa inserção diferenciada dos batalhadores no universo do consumo, identificando os ajustes e tensões presentes em suas escolhas e preferências, decorrentes tanto de suas condições objetivas, quanto dos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, responsáveis por mediar e legitimar essas escolhas.

CAPÍTULO 3

O batalhador ascético

15 de julho de 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização de nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Carolina de Jesus (1963, p. 9)

Respectability is usually the concern of those who are not seen to have it. Respectability would not be of concern here, if the working classes (Black and White) had not consistently been classified as dangerous, polluting, threatening, revolutionary, pathological and without respect. It would not be something to desire, to prove and to achieve, if it have not be seen to a property of 'others', those who were valued and legitimated.

Beverley Skeggs (2002, p. 1)

Um das primeiras constatações possibilitadas pela pesquisa de campo foi a de que, a despeito da afirmação generalizada da emergência de uma “nova classe média” no Brasil, com maior

rendimento e novos padrões de consumo, a realidade é muito mais complexa e matizada no que tange às práticas de consumo e estilo de vida das frações das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente nos últimos anos. Desse modo, foi possível observar diferentes orientações com relação ao consumo, que, de um lado, caracterizavam os membros da referida fração por um estilo de vida marcadamente ascético, voltado à condição passada e, de outro lado, possibilitavam a incorporação de novas disposições para o consumo, situando-os mais próximo do polo hedonista do campo dos estilos de vida. A análise conduziu, portanto, à problematização da noção de um *ethos* popular, homogêneo e sistemático, marcado principalmente pelo seu ascetismo, que orientaria as práticas de consumo de todos os membros das classes populares – mesmo quando restrita às frações ascensionais dessa classe, denominadas por Jessé Souza (2012) de batalhadores. Ao invés disso, os batalhadores entrevistados pareciam orientar suas práticas de consumo por combinações específicas de disposições ascéticas e hedonistas, incorporadas e ajustadas aos valores constitutivos do seu *ethos*, de modo a expressar a nova posição social ocupada.

Nesse sentido, a questão fundamental que norteou a análise foi a de saber quais condições permitem a alguns membros dessa fração de classe desenvolver disposições hedonistas para o consumo e experimentar mudanças significativas em seu estilo de vida, enquanto outros permanecem aplicando as disposições ascéticas, incorporadas em sua condição passada, no campo dos estilos de vida. Considerando que os membros das classes populares estão cada vez mais imersos na cultura de consumo, buscou-se analisar de que maneira as diferentes

orientações para o consumo encontradas se ajustam aos valores constitutivos do *ethos* característico dessa fração de classe. Desse modo, a pesquisa de campo foi norteadada por uma tentativa de reconstrução do conjunto de disposições e valores dos membros das frações ascensionais das classes populares, com o intuito de apreender a estrutura de seu *ethos*, buscando analisar de que maneira esse conjunto de princípios práticos valorativamente orientados influenciam suas práticas de consumo. Diante da impossibilidade de reconstruir na pesquisa o conjunto das disposições que compõem o complexo disposicional dos indivíduos, este trabalho buscou fazer um recorte entre aquelas disposições percebidas como decisivas para a sua trajetória, responsáveis pela sua mobilidade ascendente, investigando de que maneira tais disposições são traduzidas para o campo dos estilos de vida – embora seja importante destacar que tal delimitação constitui um procedimento teórico, que não negligencia a relação de tais disposições com todas as outras na prática.

O caminho metodológico adotado nesta pesquisa se ancora na sociologia disposicional de Bernard Lahire (2004, 2006), que permite a construção de perfis sociológicos individuais, através dos quais é possível reconstruir as trajetórias pessoais, familiares, escolares e profissionais dos informantes, com base nos relatos biográficos fornecidos durante as entrevistas. A análise de suas histórias de vida permitiu perceber um conjunto de características comuns a todos eles, uma vez que vivenciaram processos de socialização primária e secundária a partir de condições objetivas semelhantes. Além disso, é possível destacar suas diferenças interindividuais e, até mesmo, intraindividuais, buscando analisar de que maneira

os entrevistados solucionam possíveis conflitos internos entre disposições e valores, adotando orientações diversas nos diferentes domínios da prática.

Desse modo, para apreender as condições sociais que possibilitam variações nas disposições para o consumo no interior de uma mesma fração de classe, procedeu-se à construção de perfis sociológicos, considerando o volume e estrutura do capital, bem como a trajetória social dos indivíduos, de modo a reconstruir o conjunto das disposições incorporadas, nos diversos processos de socialização – e particularmente a forma como tais indivíduos vivenciaram a mobilidade ascendente ou a experiência de privação material ao longo da vida. Como destaca Bourdieu (2013a, p. 105), as práticas de consumo possuem uma relação não somente com o montante de capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*), mas também com a origem social, pensada tanto em termos da influência da socialização familiar e das condições originais da existência, como do efeito da trajetória social, ou seja, o efeito exercido sobre as disposições e opiniões pela experiência social de ascensão ou de declínio.

É importante destacar também a importância das categorias de gênero e idade na determinação das orientações com relação ao consumo. Tal como assinalou Campbell (1998), com base em pesquisas realizadas com grupos focais na Inglaterra dos anos 1990, é possível observar uma relação entre as diferentes orientações do consumo e a estruturação dos papéis de gênero. Enquanto os homens parecem mais propensos a orientar suas práticas de consumo através de uma retórica da necessidade, as mulheres parecem mais inclinadas a associar as práticas de consumo às atividades de lazer – embora essa propensão seja

mais comum entre as batalhadoras hedonistas entrevistadas, já que as batalhadoras ascéticas também afirmam se orientar pela necessidade. Foi possível observar uma divisão sexual do trabalho que se estende às práticas de consumo, na qual as mulheres costumam ficar responsáveis pela pesquisa e compra de bens duráveis para o lar, bem como pela compra de vestuário para toda a família. Nesse sentido, elas mostram maior interesse para falar sobre consumo do que os homens, que consideram essa temática de menor importância, tal como observou Rocha (2002) em sua pesquisa nos anos 1990. Desse modo, ao serem questionados sobre suas preferências e escolhas de consumo, muitos homens afirmaram delegar essas tarefas às suas esposas ou apontaram o preço como critério mais razoável, acionado na escolha dos bens de consumo. Como veremos mais adiante, a família de Rosa constitui um dos poucos casos entrevistados em que o marido assume a tarefa de pesquisar e comprar desde alimentos até bens duráveis para o lar, por entender mais de dinheiro do que a esposa, segundo ela¹.

É possível observar também uma importante variável geracional na orientação das práticas de consumo dos batalhadores, na medida em que os mais velhos possuem disposições ascéticas duravelmente instaladas no tempo, que tendem a ser traduzidas para o campo dos estilos de vida em sua condição presente, ainda quando se encontram mais distanciados do mundo das necessidades materiais. Voltados para a condição passada, geralmente marcada por algum tipo de privação material, eles incorporam disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo na condição presente, de modo que a preocupação com o futuro

1 Os nomes dos entrevistados são fictícios, de modo a assegurar seu anonimato.

parece assumir um papel fundamental na organização de suas despesas. Enquanto os mais jovens parecem mais dispostos a consumir bens e serviços, conformando um estilo de vida mais próximo ao polo hedonista, caracterizados, geralmente, por um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais em sua condição passada e por novas formas de sociabilidade, decorrentes de processos de socialização mais heterogêneos.

Além da geração, as disposições para o consumo parecem ser influenciadas pela posição que os indivíduos ocupam no seio da família – muitas vezes como provedores do sustento material e moral do grupo familiar – e no mundo do trabalho, onde o investimento na aparência ou a prática de poupança podem cumprir um papel mais ou menos importante no desempenho de suas atividades profissionais. Como veremos mais adiante, no caso do batalhador por conta própria e pequeno empreendedor, a prática de poupança e a restrição ao consumo imediato constituem disposições fundamentais para assegurar sua sobrevivência em um mercado altamente competitivo (SOUZA, 2012). O momento no ciclo de vida também parece influenciar as orientações para o consumo, como destacou Lahire (2006), de modo que nem sempre os batalhadores entrevistados se orientaram pelas mesmas disposições para o consumo. Nesse sentido, foi possível observar na pesquisa de campo tanto indivíduos mais inclinados à orientação hedonista e ao consumo de bens, que incorporaram disposições ascéticas em uma fase posterior de sua vida, quanto batalhadores caracterizados por uma conduta ascética em sua condição passada, cujo processo de mobilidade ascendente – social, ocupacional ou escolar – foi acompanhado pela incorporação de disposições hedonistas para o consumo.

Considerando tais condições, foi possível construir um perfil de batalhador, cuja ascensão nos últimos anos se deu através de uma maior aquisição de capital econômico, resultante do trabalho árduo, possibilitado pela incorporação de disposições ascéticas ao longo da vida – denominado de batalhador ascético. Neste capítulo, buscamos analisar de que maneira tais disposições são transpostas para o campo dos estilos de vida, norteando suas práticas de consumo – o outro perfil identificado na pesquisa é o batalhador hedonista, que será discutido no capítulo cinco. Os batalhadores ascéticos se caracterizam, em linhas gerais, por uma (1) trajetória social de ascensão pelo trabalho duro, através da incorporação de disposições ascéticas durante os processos de socialização primária e secundária e (2) por uma maior proximidade com relação ao mundo das necessidades materiais e urgências temporais, em sua condição passada, que pode chegar ao limite de uma privação material extrema. Tal proximidade pode ser percebida como um dos elementos constitutivos da “experiência da liminaridade” que, segundo Vera Telles (2013), inscreve-se de diferentes maneiras na trajetória daqueles que vivenciam a pobreza, comportando uma superposição de privações, a qual inclui a precariedade dos serviços públicos, o estigma da pobreza até o modo como essas populações pobres são representadas política e simbolicamente.

Nesse sentido, a condição do batalhador ascético parece ainda marcada pela pobreza como “experiência da liminaridade”, como caracterizou Telles (2013) nos anos 1990, apesar das mudanças estruturais que ocorreram na sociedade brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000. Em alguns casos, essa experiência assume o caráter de uma “destituição estatutária”,

caracterizada por Bourdieu (2013a) como um sentimento de não autorização para tratar de determinados assuntos, cuja expressão máxima pode ser observada no reconhecimento por parte de alguns entrevistados de que não estão em posição de opinar sobre determinadas questões de ordem cultural, política e até mesmo de sua história de vida, diante da pesquisadora. A análise da trajetória dos entrevistados possibilitou reconstruir a incorporação de disposições ascéticas através dos processos de socialização primária e secundária, bem como a maneira como a experiência da liminaridade e os sentidos da destituição se inscrevem na história de vida de cada um. Em seguida, foi possível investigar de que maneira o ascetismo incorporado a partir das condições materiais da existência se traduz na esfera dos estilos de vida.

A análise das entrevistas permitiu perceber a incorporação de disposições ascéticas desde a mais tenra idade, através de um aprendizado prático do trabalho no seio da socialização familiar (SOUZA, 2012), que podem ser reforçadas ou inibidas nos processos de socialização secundária que os batalhadores atravessam ao longo da vida (LAHIRE, 2002). Nesse sentido, vale ressaltar o papel da religião na orientação das práticas de consumo dos batalhadores ascéticos. Em muitos casos, a incorporação de novas disposições hedonistas para o consumo parece ser inibida pelo pertencimento a uma denominação religiosa de caráter mais ascético, que enaltece o sacrifício e uma ética do sofrimento na vida terrena, como meio de salvação, sustentando uma economia moral que se contrapõe aos valores de mercado e da cultura de consumo. Isso pode ser observado em denominações religiosas mais tradicionais tanto do catolicismo quanto do protestantismo. Desse modo, foi possível observar

processos de socialização primária e secundária relativamente homogêneos, que reforçam as disposições ascéticas, podendo inibir a aquisição de disposições hedonistas no campo dos estilos de vida.

Como a ascensão social do batalhador ascético foi assegurada através do trabalho árduo e do acúmulo de capital econômico, sua posição atual se caracteriza por um baixo montante de capital cultural legítimo, que vai se refletir nas suas práticas de consumo, assumindo certo contraste com relação às disposições e práticas consideradas legítimas nos mais diversos domínios do campo dos estilos de vida. As práticas de consumo dos batalhadores ascéticos permanecem fortemente orientadas pelos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, tais como a família, o trabalho, a solidariedade com o outro e a disposição para o sacrifício individual, que contribuem para inibir a incorporação de uma orientação hedonista em sua condição no presente. Ademais, tais práticas parecem adquirir sentido com relação à experiência passada de privação material e como tentativa de se desvencilhar do estigma da pobreza, por meio de práticas de consumo consideradas “respeitosas”, voltadas para o lar, para a família e para a construção de uma “boa aparência”, dando provas de sua “sobriedade” frente ao consumo de bens – mesmo diante de um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais. Elas buscam expressar também limpeza e higiene, dando sinais da dignidade material e moral conquistada por meio do trabalho duro ao longo da vida.

A análise da trajetória de uma batalhadora ascética entrevistada durante a pesquisa de campo permite perceber a incorporação de disposições ascéticas nos diferentes processos de

socialização, bem como a transposição dessa orientação para o campo dos estilos de vida, que se mantém mesmo numa situação de mobilidade ascendente. Em seguida, é possível discutir, mais detidamente, os elementos estruturantes do *ethos* do trabalho duro, bem como os ajustes com relação aos seus valores constitutivos, de modo a expressar a nova condição social no campo dos estilos de vida.

3.1 Análise de um perfil exemplar: uma manicure que projeta sua realização na trajetória dos filhos

Rosa é uma senhora negra, de 60 anos, que mora com o marido, dois filhos e uma neta no bairro da Iputinga, zona oeste da cidade do Recife. Ela nasceu em Nazaré da Mata (PE) e morava com seus pais, que trabalhavam na roça, cortando cana-de-açúcar num engenho da região. Os pais da entrevistada não foram alfabetizados e ela mesma só conseguiu estudar até a quarta-série, impossibilitada de continuar os estudos, uma vez que começou a trabalhar desde cedo com os pais, ajudando a complementar a renda da família. Nesse período, sua família enfrentava uma situação de privação material muito grande, chegando até a passar fome. Essa situação se agravou ainda mais quando seu pai sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e a mãe começou a beber.

Muito difícil antigamente, pessoal, as coisas era pior antigamente porque era dono de engenho, tudo que... que eles trabalhava tinha que já deixar no engenho, pra somente trazer fuba. Feijão a gente tinha né, que prantava. Passou uma fome tão grande que comia macaxeira com, com feijão de corda, sem, sem nada dentro, foi muita fome, isso eu me lembro é muito,

meu pai morreu de derrame, em cima de uma cama. Acho que não existia nem médico pra descobrir que doença era aquela. Vegetava em cima de uma cama, morreu seco. Eu tenho pra mim que já era essa bicha de agora, o povo... não tem solução, a gente ainda... nessa, do câncer. Ela, ela é antiga né? E pelo estado dele, que ele ficou, ficou em cima de uma cama, sofrendo mês e mês, mal, acabado e... minha mãe entrou na cachaça, que comia até gato. E também morreu, também assim de repente. Nesse tempo o povo do interior bebia muito.

Ameaçada por uma forte privação material em sua condição de origem, Rosa incorporou desde a infância disposições ascéticas para o trabalho duro, através de um aprendizado prático no seio da socialização familiar, buscando assegurar o sustento da família. A pobreza se apresenta como “experiência da liminaridade”, na medida em que a doença de um dos membros da família conduz a uma forte desestruturação de ordem financeira e moral, tornando os familiares ainda mais dependentes uns dos outros. Depois de trabalhar cortando cana nos engenhos de Nazaré da Mata, a entrevistada veio para Recife, ainda quando criança, trabalhar como empregada doméstica numa casa na Iputinga, enviando o dinheiro que recebia no final do mês para a mãe. Como mostra Jessé Souza (2012, p. 144), a socialização familiar do batalhador possibilita não somente a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho, mas também de uma moralidade que perpassa as relações familiares e se sobrepõe aos interesses individuais, em favor do grupo – a ética do trabalho duro.

Desprovidos de capital econômico e do capital cultural legítimo, essa classe só pode contar com o aprendizado prático do trabalho, no seio da socialização familiar, e com as relações familiares duradouras, como estratégias para garantir a sua

sobrevivência econômica e social – no sentido de reconhecimento mútuo entre os membros, que ultrapassa a existência física de cada um. Essa incorporação é particularmente forte nas famílias de origem rural, nas quais a família se constitui como unidade de produção e de consumo. De modo semelhante, Cynthia Sarti (1994) já havia destacado que as relações familiares entre os pobres se estruturam a partir do princípio de obrigação moral que cada membro estabelece com todos os outros. Tal princípio favorece a incorporação de disposições para o sacrifício individual.

Essa orientação ascética, incorporada desde a socialização familiar, foi reforçada nas sucessivas experiências de trabalho de Rosa, nas quais as novas habilidades e aprendizados foram sempre incorporadas a partir de um aprendizado prático, dispensando qualquer formação escolar ou técnica. Ela se lembra de ter trabalhado numa casa com quatro mulheres, que compravam o material e a ajudavam no serviço doméstico, de modo que a entrevistada pudesse fazer suas unhas ao final do expediente. Quando estava mais experiente, Rosa saía da casa ao final do dia de trabalho para trabalhar como manicure nas casas dos vizinhos.

Aí eu comecei lá, nesse capricho, daqui a pouco eu já tava saindo, de tarde eu já saía pra trabalhar. Terminava meu serviço dentro de casa, porque dormia lá, né, terminava o serviço, eu já ia pra a [rua] São Mateus fazer a unha das pessoas na casa. Tinha dia que elas já me improrava pra fazer a unha. Risos.

É possível observar a incorporação e reforço de disposições para o trabalho duro e para o sacrifício individual uma vez que a entrevistada investiu seu tempo livre em outro trabalho, visando aumentar sua renda e ajudar os familiares que moravam no

interior. A entrevistada também apresentou uma disposição itinerante, saindo de casa muito nova para morar em Recife e, posteriormente, em Maceió e São Paulo, onde trabalhou em outras casas como empregada doméstica. Foi somente depois de se casar com José, que Rosa foi morar em sua própria casa. Embora o casamento constitua, de modo geral, um passo importante no processo de autoafirmação para os membros das classes populares, como mostra Duarte e Gomes (2008), marcando uma etapa importante em suas vidas, ele não significou uma vida mais fácil para o casal. Pelo contrário, constituiu um importante processo de socialização secundária no reforço de suas disposições ascéticas. Isso pode ser observado tanto no esforço de Rosa e José para conquistar uma casa própria, assegurando as condições materiais para a reprodução da família, quanto na dedicação e educação dos filhos e, atualmente, da neta.

Inicialmente, o casal alugou uma casa no bairro da Iputinga, mas depois eles construíram um barraco num terreno invadido, no mesmo bairro, e foram construindo aos poucos a casa de alvenaria, que passa por pequenas reformas até hoje. Foi o próprio José quem construiu a casa, com a ajuda de Rosa, que carregava a massa e os tijolos para o marido. Na época da entrevista em junho de 2015, a casa estava sendo reformada. Eles subiram o muro por conta da violência e estavam fazendo outro banheiro. Hoje, a casa tem três quartos, dois banheiros, sala, terraço e cozinha. Eles também construíram um puxadinho no primeiro andar para salvaguardar documentos e alguns móveis em casos de emergências². O casal se lembra da cheia

2 Os puxadinhos são muito comuns nas construções populares – resultantes da ausência de planejamento urbano e da entrada irregular de recursos nos domicílios populares – e foram observados na maioria das casas dos batalhadores

nos anos 1970, quando tiveram que sair de casa com a água pelo pescoço e perderam tudo o que tinham. Hoje, o filho que se separou dorme nesse vão, construído na laje. É possível observar o peso das experiências passadas na orientação de sua conduta no presente, marcada por uma capacidade de previdência e preocupação com possíveis eventos de ordem natural e social no futuro.

Por outro lado, a vivência em diversas casas de família de classe média contribuiu para reforçar a percepção da educação como um importante recurso para assegurar a mobilidade ascendente da família no futuro, de modo que Rosa e José assumiram a educação de seus quatro filhos como prioridade. Rosa narra com orgulho as trajetórias de estudo dos filhos, lembrando do seu esforço para que todos eles pudessem estudar, apesar de sua condição financeira difícil, propiciada pelo salário de José, que trabalhava como eletricista no Hospital do Servidor e de seu trabalho como manicure. Ela afirma ter garantido escola particular para todos os filhos até a quarta série do Ensino Fundamental (atualmente terceiro ano). Depois disso, três deles foram estudar no Colégio Ginásio Pernambucano e uma filha passou na seleção do Colégio de Aplicação da UFPE. Seu esforço não foi somente material, no sentido de prover

entrevistados, mesmo daqueles beneficiados com casas em conjuntos habitacionais através de programas como o Minha Casa, minha vida, implementado pelo governo federal a partir de 2009. A elevação dos rendimentos entre as classes populares no período recente foi acompanhada por mudanças nas suas condições de habitação, que podem ser observadas no cenário urbano da periferia de Recife, marcado pelas construções de vários andares e por fachadas de cerâmica, que possibilitam maior conservação ao longo do tempo. No caso de Rosa, o puxadinho foi construído no primeiro andar, na parte traseira da casa. Trata-se apenas de um vão, cuja passagem é possibilitada por uma escada de madeira que atravessa um buraco.

materiais e escola de qualidade, mas também de ordem afetiva e psicológica, levando à escola, acompanhando de perto a trajetória escolar dos filhos, incentivando e inculcando nos filhos a importância dos estudos. É possível observar a incorporação de uma disposição para autossuperação, na qual o batalhador se projeta para uma condição melhor de vida no futuro, para si mesmo e para sua família. Segundo Souza (2012, p. 104), é muito comum que essa projeção seja feita por meio de um investimento na educação dos filhos, no sentido da ascensão social desejada.

Como eu não tive estudo, eu vivia uma época, meus filhos pra baixo e pra cima nas escolas, que eu queria o melhor pra eles, as coisas que eu não, nunca tive, eu queria pra eles, aí então, era pra baixo, pra cima, era dentro de escola e... a gente ficava de, e ele [marido] ficou desempregado, eu ia lá no colégio de Aplicação, falava com o reitor, uma... e tinha reunião e eu: “arranje comida pra ela, que ela não quer vim”, porque tinha que levar marmitta. O colégio de Aplicação pega de sete às quatro da tarde. E tu sabe, e adolescência, fica com vergonha, não quer comer, levar “comer” de casa, entendeu? Aí... fizeram reunião, só vivia lá dentro, fizeram reunião e deram almoço. Ela todo dia ia almoçar lá, consumir. De dois em dois mês era reunião pra prova, pra dizer que não podia repetir, que não podia tirar nota baixa, tu sabe, né, o colégio de Aplicação exige. Aí minha fia, eu só vivia lá. Só tu vendo como eu endoidava, entendesse? Com ela. Óia, chegou um ponto de ela dizer: “mainha, me bote em qualquer outro colégio, mas me tire daqui”. Eu digo: “você vai ficar aqui”, porque além de ela não ter passado, que lá não pode repetir né? Aí não passou, nesse ano né? No ano que ela tava. Aí queria sair, mas fizeram reunião, o reitor, os pessoal tudo lá né? Viram minha situação tudinho, aí deram outra chance a ela, pra terminar. Foi no terceiro. E voltou pra trás, entendesse? E eu batalhando ali ói, eu só vivia mais lá, tu acredita?

O sucesso escolar das filhas e posterior ingresso no mercado de trabalho permite que Rosa construa uma percepção positiva acerca de sua trajetória social, à maneira da vida por procuração de que fala Bourdieu (2013a). Todos os seus filhos concluíram o Ensino Médio e as três filhas concluíram o Ensino Superior nas melhores universidades de Recife, como a UFPE e a UNICAP – através do Prouni. A entrevistada narra com orgulho as trajetórias escolares das filhas, lembrando que uma delas foi a laureada da turma no curso de Letras na Universidade Federal de Pernambuco – momento registrado em fotografias que materializam seu sentimento de conquista e realização. É interessante notar que a ascensão social ganha sentido não tanto por realizações de ordem pessoal, como uma mobilidade escolar ou ocupacional – como foi observado nos demais batalhadores entrevistados, sobretudo entre os mais jovens –, mas como uma conquista familiar, exprimindo sua disposição para o sacrifício individual.

Apesar disso, a pobreza como experiência da liminaridade persiste, marcando a trajetória de sua família, o que pode ser observado quando Rosa narra a sua dificuldade em manter uma das filhas no Colégio de Aplicação no período em que o marido estava desempregado. Embora se tratasse de uma escola pública, ainda assim ela sentia dificuldade em manter a filha estudando os dois turnos, uma vez que não tinha dinheiro para pagar seu almoço e a filha tinha vergonha de levar marmita de casa. Ela se sentia privada de consumir, de pagar o almoço, como os demais estudantes. Rosa mobilizou o reitor e professores da escola com a sua situação, ainda assim a filha se sentia constrangida e desmotivada e pedia que a mãe a colocasse em qualquer outra escola. Foi necessário o incentivo e o

suporte emocional da mãe para que a filha permanecesse no Colégio de Aplicação, ainda assim com dificuldade, chegando a reprovar o terceiro ano. A destituição de sua filha se manifesta não somente pela privação material, mas também por um sentimento de não pertencimento àquele espaço, comumente ocupado pelos filhos da classe média.

O sentimento de destituição estatutária também permeia as percepções e posturas assumidas por Rosa, o que pode ser observado desde o início da entrevista. Consciente de sua condição de mulher, pobre, negra, com pouco estudo, Rosa não se sente autorizada para falar sobre diversos assuntos. Em vários momentos da entrevista, ela prefere delegar a própria fala a outras pessoas, como o marido, afirmando não ter domínio sobre o assunto, sobretudo quando se trata de questões sobre política, mas também quando questionada sobre despesas mensais ou critérios de escolha no consumo de bens. Essa postura parece estar ligada a uma percepção de sua destituição estatutária para tratar desses temas, além de remeter à divisão sexual do trabalho estabelecida pelo casal, na qual Rosa fica responsável pelas tarefas domésticas, enquanto o marido dispõe de mais tempo para assistir aos noticiários. Além disso, ele faz as compras mensais e pesquisas de preço sobre móveis e eletrodomésticos, por entender mais de dinheiro, segundo Rosa. Embora José também tenha pouco estudo, a destituição estatutária não parece ter o mesmo efeito observado na sua esposa, pelo fato de ser homem, pelo menos com relação ao tema da política. Ele se sente autorizado para falar sobre política e tem interesse sobre o tema, acompanhando os noticiários, o que lhe permite fazer uma avaliação moral e política, ao mesmo tempo, em torno de diversos assuntos, avaliados a partir de sua experiência prática.

Num dado momento da entrevista, Rosa sugeriu que a entrevista fosse feita com o seu marido, considerado mais apto a responder às questões, e saiu para colocar o jantar da neta.

Ao explicitar os critérios que norteavam suas práticas de consumo, José faz uma reflexão mais ampla sobre o processo de produção, distribuição e consumo dos produtos alimentícios, destacando o controle desse processo por uma elite, que favorece os empresários, excluindo a possibilidade de participação do matuto da feira, que produzia e negociava seus produtos, antigamente, com preços mais acessíveis. Ancorado numa economia moral incorporada a partir de sua experiência prática, favorecida por uma origem rural, José expressa uma consciência crítica desse processo, norteando suas práticas de consumo a partir de uma extensiva pesquisa de preço, comprando itens separadamente de acordo com as promoções anunciadas nos mercadinhos toda semana – estratégia favorecida pelo fato de José dispor de tempo livre devido à sua atual condição de aposentado e pela divisão sexual do trabalho predominante nas famílias das classes populares³.

3 A noção de economia moral foi elaborada por E. P. Thompson (2015, p. 13) para destacar a cultura que permeava a classe trabalhadora inglesa do século XVIII e parte do século XIX, ancorada em costumes tradicionais, através dos quais essa classe reivindicava “novos direitos”, como o de manter acessível o preço dos alimentos em tempos de crise e escassez. Tais costumes se fundamentavam no princípio moral de que os pobres não deveriam passar fome, adquirindo o sentido de um direito consuetudinário que chegou a ser codificado, assumindo a força de lei. Ancorados nesses costumes, os trabalhadores cobravam a proibição da exportação dos alimentos através da participação do comerciante, sobretudo em tempos de escassez, o que aumentava seu preço. A economia moral se constituiu, portanto, em contraposição aos valores econômicos e possui uma semelhança com relação à noção de *ethos*, de Bourdieu. Contudo, enquanto a primeira noção é formulada em termos de consciência de classe, o *ethos* remete ao nível pré-reflexivo, embora a experiência prática seja mediada pela classe social para ambos os autores.

O pertencimento da família a uma denominação mais ortodoxa do catolicismo, a Palavra Viva de Deus, também possibilita o reforço de uma conduta ascética, além de mudanças nas formas de sociabilidade da família, favorecendo certa “reclusão” em torno do núcleo familiar⁴. Rosa e José frequentaram a igreja católica desde a infância e inseriram seus filhos na vida religiosa desde cedo. Todos eles foram batizados, fizeram primeira comunhão e foram crismados. Uma das filhas do casal tornou-se freira, seguindo numa missão para Santa Catarina, onde se converteu à nova denominação religiosa, conduzindo, posteriormente, à adesão dos demais familiares. Eles deixaram de frequentar a Igreja Católica da Iputinga, pois acreditam que Jesus não tá mais lá e hoje assistem apenas à missa da Igreja da filha, pela internet. O quarto da filha foi mantido na casa como santuário, onde Rosa e o marido fazem as orações diariamente – José não permitiu que o quarto fosse mostrado, já que é considerado pela família como um local sagrado.

Essa Igreja das minhas fia, lá de Santa Catarina, é católica daquele tempo atrás, que não usa calça comprida, nem usa bermuda, nem usa... nada! Só usa saia ou vestido. E pra assistir a missa tem que ir com o véu na cabeça. Do tempo atrás mesmo, de quando nossa Senhora é... chegou no mundo. A Igreja dela é essa! Essas daqui, essas Igreja minha filha nem aceita, nem de entrar, porque virou a... o povo entra de bermuda, não respeita Jesus. A hóstia é na mão, pega na mão a hóstia, de vez, não pode, lá a religião dela não pode, quem dá a hóstia é só o padre, e de

4 Essa denominação constitui uma reação conservadora às tentativas de renovação da Igreja católica, como a Renovação Carismática Católica, retomando o primado do sacrifício da Santa Missa, que considera estar sendo violado pelas outras denominações do catolicismo e do protestantismo (A Palavra Viva de Deus, 2015).

Joelho. E aqui o povo pega a hóstia que nem um bocado de bicho dentro da Igreja, na mão e sai andando.

A conversão a uma denominação mais conservadora do catolicismo atua como um importante processo de socialização secundária que reforça as disposições ascéticas incorporadas no passado, distanciando a família dos riscos e ameaças que poderiam conduzir à sua desestruturação material e moral, como o alcoolismo, que desestruturou a família de Rosa na infância. É importante destacar o modo como essa denominação religiosa conduz a uma crescente racionalização da conduta, ressaltando um ritual que prioriza a forma em detrimento do conteúdo, orientando a postura que deve ser assumida pelo fiel, a roupa que deve ser usada, etc. Essa orientação busca se contrapor à prática de outras denominações da igreja católica, nas quais os fiéis mais parecem bichos. É muito comum que as orientações que os batalhadores recebem na igreja sejam transferidas para outros domínios da prática, norteadas as interações familiares, a conduta ascética no trabalho e as escolhas no campo dos estilos de vida.

É possível observar também certa rejeição dos valores e crenças transmitidos pela mídia, tais como a banalização do sexo, que teria consequências desastrosas para as crianças e a família. De modo semelhante, muitos batalhadores ascéticos entrevistados na pesquisa afirmam não assistir televisão com muita frequência e criticam o conteúdo transmitido pelas telenovelas e reality shows, como o Big Brother Brasil. Isso pode ser observado na fala de José:

I: Quando eu tô em casa, as reportagens que eu assisto é da Tribuna ou então da Record, a Grobo só quando as vez eu vou, que ela dá uma notícia importante lá, que às vezes não passou,

aí eu assisto, mas... é difícil eu assistir NETV da Grobo. Até o Jornal Nacional da Grobo, que eu gostava muito dele, não tá nem tendo influência mais, porque o jornal da Tribuna é a mesma coisa, tem do SBT, tem mais coisa. A Grobo é só... elite né? Elite, que ela passa o que quer. Agora quando for eleger um político, pode ser ele o que for, ela elege, quando não quer, ela derruba, derruba e acabou-se. Porque o povo vai na Grobo, só quer a Grobo, só quer a Grobo, é difícil você ver uma pessoa assistindo sem ser na Grobo, por causa de que? Novela. Não, porque novela, novela, novela e destruindo a, a geração todinha, as novelas de hoje em dia, as novelas de hoje em dia...

E: E aqui vocês não assistem muito novela não?

I: Novela? Novela já é o que a gente vê na rua, já começa a incentivar uma criança a assistir novela. Uma novela dessa que passa, só o comercial que passa de dia, você assistir uma coisa dessa e deixar uma criança assistir? Porque a televisão não tem mais horário pra passar pornografia, prostituição na televisão, qualquer hora do dia... que eles vão passar o filme tal... ou a cena de, de qualquer coisa, tarde da noite, mas passa o comercial de dia pra a criança assistir e todo mundo ver. É uma coisa muito impressionante, você vê a, a, o canal Tribuna, todo sábado tem um programa do Ver tv, não sei se você já assistiu; aquilo é um programa muito bom, aquilo porque ali ele... censura mesmo, essas televisão que só vem pra destruir a geração, o horário não é conveniente botar um filme ou uma, ou até novela eles bota porque... essa Babilônia, isso aí é um fim de mundo. Essa novela que tá passando. E... tem que passar, por que? Por que dá né? Ibope. Dá Ibope, e esse Big Brother? Isso é um fim de mundo. E eles botam na rede Grobo, por que? Porque o povo são fanático já nisso aí. É coisa que eles se entendem por eles que não vai acabar nunca não. É muito complicado.

A despeito da crescente difusão dos meios de comunicação de massa entre as classes populares, seus princípios e valores não são incorporados de maneira imediata pelos indivíduos,

mas precisam ser mediados pelos valores característicos do seu *ethos*, bem como pela sua experiência prática dentro de contextos específicos. É importante destacar sua preocupação em transmitir valores morais às novas gerações, assegurando a estrutura da família. Vale lembrar que a família não apenas constitui um recurso fundamental para os membros das classes populares, como também constitui uma constante ameaça para aqueles que se encontram numa condição de pobreza, devido aos problemas de alcoolismo, violência doméstica, entre outros, que marcaram a vida de muitos dos batalhadores ascéticos entrevistados na pesquisa. Desse modo, a economia moral expressa pelos batalhadores ascéticos parece se caracterizar por um senso de justiça social e anseio por igualdade, ajustado a certo conservadorismo no âmbito dos costumes, decorrente de seu pertencimento religioso, mas também da necessidade prática de assegurar as condições de reprodução da família. Ademais, essa economia moral parece se contrapor em certa medida, ao estilo de vida das classes dominantes, exprimindo certa rejeição com relação aos valores e crenças difundidos pelos meios de comunicação de massa. Ao ser questionada sobre o que os ricos gostam de fazer em seu tempo livre, Rosa responde:

Viajem né? Viajem. Eu não vejo nenhum rico dentro de casa. É pelo meio do mundo viajando e agora a gente não pode confiar em ninguém não, porque é rico nem nada não, que a roubalheira tá no mundo. Se tá... rico, é porque tiraram já do pobre.

Enquanto os demais batalhadores ascéticos entrevistados questionam os valores dos ricos e os meios equivocados pelos quais eles buscam a felicidade, através do consumo de

bens, exprimindo uma economia moral, Rosa vai mais longe, denunciando os meios pelos quais essas pessoas enriquecem. Ela adverte que não é porque uma pessoa é rica que ela seja honesta e confiável, questionando a conduta e os valores dos ricos. Ademais, parece haver também uma crítica implícita ao estilo de vida das classes dominantes, pelo fato do rico não se dedicar ao lar, estar sempre viajando ou fora de casa. Nesse sentido, longe de almejar aceder a um estilo de vida característico das classes dominantes, Rosa parece reprovar as práticas que caracterizam esse estilo, orientadas pelo hedonismo e consumo de bens de luxo, sustentando valores considerados mais nobres, tais como o bom caráter a solidariedade com o próximo.

E: E se a senhora fosse rica?

I: Eu ia ajudar tanta gente, eu ia salvar tantas pranta. Risos.

E: Risos. E a sua vida seria diferente?

I: Seria. Mas não pra se amostrar, não pra tá se esbanjando, se amostrando. Pra ajudar! Hospital do Câncer, doação, ajudar as pessoas que tão precisando. Se tu vê o Imip visse? Tava criança com câncer, que a gente fica assim ó, besta. Ó aí que eu vou começar a doar pra lá [aponta para os brinquedos da neta amontoados no terraço]. É os brinquedo, muito brinquedo de Bia, que Bia não usa mais e eu vou doar lá. Entendeu? Quem precisa.

E: E o que a senhora acha que falta pra se considerar rica?

I: Eu acho, não me importa com essa história de rica não, eu acho que eu queria meu estudo, meu estudo. Aí eu me considerava rica mermo. Se eu voltasse pra a escola, mas eu acho que eu não tenho mais condição não, nem cabeça de voltar mais pro colégio.

É possível observar um repúdio à pretensão que, segundo Bourdieu (2013a), seria típico das classes populares. Além disso, é importante destacar que enquanto o batalhador ascético recusa a riqueza e a hierarquia baseada no capital econômico,

ele reconhece aquela que se fundamenta no capital cultural – muito mais difícil de ser revelada como arbitrária. Desse modo, a percepção dos batalhadores ascéticos sobre sua posição no campo dos estilos de vida parece marcada por certa ambiguidade em que, de um lado, eles legitimam seu estilo de vida, ancorados em uma ética do trabalho duro e numa economia moral que se contrapõe aos valores de mercado e da cultura do consumo e, de outro lado, reconhecem a legitimidade do estilo de vida das classes dominantes, caracterizado por um maior acesso à educação, sentindo-se destituídos das condições que permitiriam sua maior integração no mercado de trabalho e na sociedade, de maneira geral.

As disposições incorporadas na socialização familiar e reforçadas pelo pertencimento a denominações religiosas mais tradicionais, que pregam uma orientação ascética da conduta, de servidão a Deus e valorização do sagrado como forma de alcançar a salvação, refletem-se no campo dos estilos de vida do batalhador ascético. Essa orientação ascética prevalece até mesmo no uso do seu tempo livre, sobretudo no caso das mulheres, que dedicam todo o seu tempo para o trabalho e quase não possuem atividades de lazer, devido à divisão sexual do trabalho predominante em seus arranjos familiares. Isso pode ser observado na fala de Rosa:

Eu não passeio, meus passeios somente é fazer uma unha na casa da freguesa, voltar, cuidar das pranta e levar a criança pro médico. Meu lazer. Meu passeio é esse, levar a menina pro médico, pra ver, não tenho... passeio não.

Apesar da pequena mudança na condição econômica, devido à aposentadoria do marido e à entrada de seus filhos no mercado de trabalho, prevaleceu a inclinação que Rosa

adquiriu desde nova, de utilizar o seu tempo livre para trabalhar⁵. O sacrifício das atividades de lazer é percebido como uma necessidade para o investimento na educação da neta, que estuda em escola particular, faz balé e reforço na escola, de modo que quase não sobra dinheiro para outras atividades. Desse modo, a elevação nos rendimentos foi acompanhada com o aumento das despesas em educação. De modo semelhante, o uso do cartão de crédito é destinado quase exclusivamente à compra do material escolar da neta, pago à prestação na maior parte do ano.

Suas práticas de consumo cultural também não mudam muito com relação à condição anterior, uma vez que sua ascensão social foi possibilitada por uma maior aquisição de capital econômico, mas não de capital cultural legítimo. O próprio questionamento sobre sua ida ao cinema parece absurdo para Rosa, provocando-lhe riso, o que pode ser percebido como índice de um estranhamento ou indiferença por práticas culturais que caracterizam o estilo de vida da classe dominante, que, de todo modo, não lhe parecem acessíveis – seja porque ela não possui capital econômico para se desvencilhar do mundo das necessidades materiais, seja porque ela é desprovida do capital cultural legítimo e de tempo, necessários à apropriação desses bens culturais. Com uma visão de mundo e uma trajetória fortemente dominada pelo trabalho, Rosa não adquiriu disposições para atividades culturais e de lazer. A expressão de Rosa também pode estar relacionada ao seu sentimento de destituição estatutária como um entendimento de que essas atividades

5 No momento da entrevista, a filha de Rosa trabalhava numa operadora de telefonia, enquanto seu filho estava desempregado, tendo sido demitido há pouco tempo de uma rede de supermercado.

“não são para ela”. Até mesmo a prática de assistir televisão e de acessar a internet estão ligadas à sua posição no interior da família, bem como à sua orientação religiosa. É através da internet que Rosa assiste às missas na Igreja que a filha participa em Santa Catarina.

Apesar disso, o batalhador ascético sente as mudanças na sua condição de vida sobretudo a partir de suas práticas de consumo. Embora Rosa ainda se considere pobre, ela afirma que muita coisa mudou e demonstra a melhora de sua condição social pelas mudanças na estrutura da casa e pela aquisição de bens duráveis.

E: A minha filha, com o primeiro emprego... a que se formou na católica em Letras, no primeiro emprego dela, ela comprou uma máquina de lavar pra mim, no primeiro salário, comprou uma máquina de lavar.

I: E isso foi quando? Há quanto tempo?

E: Isso já foi mais de... cinco anos atrás min [menina]. Primeiro salário. Comprou minha máquina, Mércia me deu um gela-água, a Mércia, a que é a freira. E... botou isso aqui ó: PVC, na casa todinha [...] Só que tá faltando isso aqui [aponta para o teto do terraço], é pra ele [marido] botar, mas a casa todinha tem PVC, ganhei um sofá bom, depois Mércia mandou, ela no dia das mães me deu, tirou aquela televisão de bico. Risos. Aquela televisão velha. Risos. Ela comprou uma agora, né, moderna, entendeu? E a gente fica assim, mudando as coisas, graças a Deus, paga escola pra a neta, porque eu quero também o mesmo futuro das menina.

Embora a orientação ascética da conduta restrinja as práticas de consumo, sobretudo dos bens considerados de luxo, como mostra Weber (2016), não se condena a aquisição de bens, que adquire um valor moral, como decorrente da vida

dedicada ao trabalho. De acordo com o autor, a margem das despesas eticamente permissíveis é dada pela ideia de conforto, diferenciando o estilo de vida burguês do estilo de vida da aristocracia, marcado pela extravagância. Em conformidade com essas ideias, as práticas de consumo do batalhador ascético são orientadas para a melhoria do lar e maior conforto da família, como expressão da mudança na condição social e de sua dignidade material e moral, resultante de uma vida inteira de trabalho árduo. Suas práticas de consumo ganham sentido como um projeto familiar, reforçando os laços de obrigação moral entre pais e filhos. Como destaca Sarti (1994, p. 113), “melhorar de vida é ver a família progredir”.

A compra da máquina de lavar, com o primeiro salário da filha, parece ter sido uma das aquisições mais significativas para Rosa, reduzindo o tempo dedicado a essa tarefa, até então realizada pela entrevistada manualmente. No entanto, no momento da entrevista, a máquina estava quebrada e Rosa tinha o desejo de adquirir outra maior. Esse é o único momento da entrevista em que Rosa expressa desejo e disposição para adquirir um novo bem de consumo: uma máquina de lavar de dez quilos. Embora o batalhador ascético não costume expressar a falta com relação a bens de consumo, pelo menos diante de um observador externo, o que pode soar como inconformismo diante da vontade divina, a entrevistada se sente à vontade para expressar a falta de um bem que já se tornou de primeira necessidade para ela. A máquina de lavar constitui a maior expressão da ideia de conforto, proporcionando uma satisfação que vem do cuidado com a casa. Suas disposições para o consumo são voltadas para o lar, no desejo de modernizá-lo e diminuir o seu trabalho como dona de casa, o que também indica a

manutenção de uma divisão sexual das atividades domésticas, concentradas na mulher. Apesar de expressar o desejo por uma máquina nova, Rosa não costuma participar diretamente do processo de escolha e aquisição de novos bens de consumo da casa. Tais práticas são geralmente protagonizadas pelas filhas, o que pode indicar sua inclinação em proporcionar melhorias para a família, retribuindo todo o esforço e dedicação que obtiveram dos pais, propiciando maior conforto no lar.

Por outro lado, se a percepção de melhora da condição social é dada através da aquisição de bens duráveis, tal acesso não foi suficiente para aderir à ideia de que sua família havia saído da condição de pobreza, integrando uma “nova classe média”. Pelo contrário, o sentimento de privação material permeia a vida de sua família até o presente.

Porque a gente... ó o salário óia [faz uma expressão com os dedos, indicando que é pequeno]. Só dá mesmo pra comprar umas besteirinha, uma roupa não dá, um perfume não dá, entendesse? Só dá mermo pra fazer aquela feirinha e pronto. E agora luz, água, tudo aumentou agora, só você vendo a situação. E não dá. Não dá pra fazer dívida, não dá pra fazer, dizer: "eu vou comprar isso", né? A gente terminou agora de pagar os livros do colégio da menina, foi mais de R\$1.200 reais só de livro, e porque tava no cartão. Cada mês pagava um pedacinho dos livros da menina. Terminou agora.

Vivendo com um pouco mais de dois salários mínimos mensais, o aumento das despesas com educação e habitação (energia, água etc.) faz com que o consumo de vestuário e produtos cosméticos permaneça restrito entre os membros da família de Rosa. Desse modo, a entrevistada recorre aos bazares para comprar roupas usadas por um preço mais acessível para todos os membros de sua família, conseguindo peças de

R\$ 2, R\$ 3 e até R\$ 5. Apesar da restrição relativa no consumo de vestuário, a entrevistada se sente feliz por poder comprar roupa para a sua família com maior frequência e se lembra da época em que só conseguia comprar uma roupa por ano para passar o Natal. Embora oriente suas práticas de consumo por um *ethos* ascético, voltado para a satisfação das necessidades, a entrevistada não rejeita os lucros simbólicos envolvidos no consumo de bens, na medida em que é possível observar a manipulação dos seus atributos simbólicos, em função de uma intenção expressiva, qual seja, desvincular-se do estigma da pobreza. Ser pobre não está relacionado apenas à desigualdade social, mas também a atributos morais, que aparecem geralmente de maneira negativa no imaginário social brasileiro, relacionados à falta de higiene e limpeza, falta de caráter, falta de competência etc.; mas que podem ser convertidos em atributos morais positivos, através de sua disposição para o trabalho duro e disposições para a autossuperação. Desse modo, embora não se considere vaidosa, Rosa se preocupa em manter uma “boa aparência”, buscando expressar uma presença de gente, através do consumo de vestuário e de produtos cosméticos – como alisante de cabelo – mostrando-se limpa e apresentável para buscar a neta no colégio ou encontrar alguma cliente⁶. Além disso, a roupa também precisa expressar a sua posição de mulher religiosa e respeitável, portanto outros critérios acionados na compra de vestuário são o comprimento, sem decote etc.

6 De acordo com Cynthia Sarti (1994, p. 98), a vaidade é condenada entre os mais pobres, na medida em que implica numa individualidade tida como irresponsável porque nega os preceitos de obrigação moral em relação aos seus iguais.

Eu não saio pra canto nenhum né? Mai eu não tenho que tá me trocando, tomar um banho, botar uma roupa limpa? É por isso que eu compro.

A construção da autoimagem assume um caráter específico no caso da mulher negra, que tenta diminuir a dupla desvantagem que pesa sobre ela, tanto no mercado matrimonial como no mercado de trabalho, devido à sua condição sobredeterminada de mulher pobre e negra, buscando construir uma imagem positiva de si, mostrar seu valor e que é capaz de responder às expectativas que pesam sobre ela (SOUZA, 2012, p. 187). Essa preocupação norteará as batalhadoras ascéticas entrevistadas na pesquisa, não somente com relação ao consumo de vestuário, mas também no consumo de produtos cosméticos. Para tanto, Rosa recorre a uma estratégia de branqueamento, que é muito comum entre as batalhadoras negras: o alisamento do cabelo. Visando baratear o tratamento do cabelo, a entrevistada compra o produto na internet, pagando somente a aplicação no salão de beleza.

É possível observar também estratégias de barateamento de bens em outros âmbitos da prática, como com relação à saúde. Tendo adquirido plano de saúde para a neta, em decorrência do trabalho do seu filho, que adquiriu plano através do emprego em uma rede de supermercado, Rosa decidiu manter o plano depois que o filho ficou desempregado, preocupada com algum caso de emergência. No entanto, a entrevistada leva a neta para fazer tratamentos médicos em hospitais públicos, visando o acesso aos medicamentos de forma gratuita ou por um preço mais acessível, restringindo o uso do plano de saúde aos casos de emergência. Estratégias semelhantes foram observadas também em outros batalhadores ascéticos que haviam

adquirido plano de saúde, através do emprego. Portanto, o acesso a bens e serviços comumente associados ao estilo de vida da classe média não permite afirmar sua conversão para essa classe, na medida em que seus usos são diferentes, assim como os sentidos atribuídos ao consumo de bens e serviços. Embora sua neta tenha acesso à escola particular e outros serviços característicos da classe média, tais como balé e plano de saúde, Rosa sente dificuldade em possibilitar que a neta participe das atividades da escola, pois além da mensalidade, é preciso pagar os livros e as atividades extracurriculares.

Qualquer festinha do colégio é R\$38 reais. A festinha mesmo de São João foi R\$38, foi no dia 18, a quadrilha. Tudo que você fosse comer lá, você pagava R\$ 4 reais, em qualquer fatia de bolo, um guaraná, R\$ 4 reais. Era assim, é no pago, ninguém quer nem saber se é pobre, ou se é rico.

Essa é uma das maneiras pelas quais Rosa e sua família vivenciam a experiência da liminaridade no presente, uma vez que mesmo pagando para a neta participar dos eventos da escola, a família sente dificuldades para consumir alimentos e bebidas durante o evento, que não estão inclusos no valor do mesmo. Além disso, sua avaliação sobre a forma de organização das festas na escola remete à noção de economia moral de Thompson (2015), que rejeita a subsunção das relações comunitárias à lógica de acumulação capitalista. Suas práticas de consumo parecem se orientar também por uma busca da superação da condição de pobreza, tanto no presente quanto no futuro. Isso pode ser observado nas práticas alimentícias da família de Rosa, consideradas como prioritárias. A entrevistada afirma não abrir mão de comer carne de boa qualidade nas três refeições do dia – Eu só brigo pela minha Friboi.

Minha carne Friboi –, cujo sentido parece estar inextricavelmente ligado à privação material vivenciada em sua condição passada, quando Rosa chegou a passar fome e, frequentemente, não tinha a mistura.

A entrevistada também aproveita as festas de fim de ano, ou comemorações de aniversário, para consumir produtos mais caros, que eles não têm possibilidade de consumir no dia-a-dia, como camarão e bacalhau, como expressão de um hedonismo realista já observado por Bourdieu (2013a) como disposição para aproveitar as oportunidades e desfrutar dos bons momentos, principalmente no que diz respeito à alimentação. Muitos batalhadores ascéticos lançam mão de estratégias de barateamento dos produtos no consumo de bens alimentícios, recorrendo a supermercados que vendem no atacado por um valor inferior ao preço do produto no varejo. Desse modo, muitos deles vão até o Atacadão, onde compram água sanitária e sabão em pó em grande quantidade, sacas com dez quilos de arroz, feijão, etc. José explica que a feira no Atacadão costuma ser mensal, para trazer o número máximo de produtos e compensar o valor do táxi, em torno de R\$13 reais, no seu caso que mora relativamente perto do mercado. Ele também frequenta vários mercadinhos próximos de casa para comparar o preço daqueles itens semanais, como frutas e verduras, com o intuito de comprar pelo menor preço.

Apesar das mudanças nos padrões de consumo, o batalhador ascético não costuma sair para comer, o que ele justifica, muitas vezes, pela falta de dinheiro, mas pode ser visto também como decorrente da ausência da incorporação de disposições para comer fora, de modo que a maioria prefere fazer as refeições em casa. A falta de hábito em comer fora pode

ser observada na família de Rosa e José. A entrevistada não se autoriza a expressar o desejo pelo que não tem e recorre à brincadeira diante do questionamento insistente sobre o fato dela não sair para comer fora, afirmando que se pudesse sairia para comer fora todo dia e seus pratos e panelas seriam todos descartáveis, pra não ter que trabalhar. A refeição parece fortemente associada ao trabalho para Rosa, de modo que ao imaginar uma situação hipotética em que pudesse sair para comer fora, ela faz alusão a objetos descartáveis e ao fato de não precisar trabalhar – e não critérios simbólicos, como sair da rotina ou provar uma comida diferente, como é o caso de outros batalhadores entrevistados.

Aqui, eu não me sento, eu não me sento. Eu como, como fazendo as coisas. Não sei nem o que é sentar.

A partir da análise da história de vida de Rosa, foi possível reconstruir um conjunto de disposições determinantes para a sua trajetória social, destacando de que maneira tais disposições são traduzidas para o campo dos estilos de vida, de modo a expressar sua nova posição social, diante da mobilidade vivenciada no período recente. As disposições e práticas de consumo do batalhador ascético parecem norteadas por um *ethos* do trabalho duro, situando-o no polo ascético do campo dos estilos de vida, embora envolvam também algum grau de estilização do consumo – no sentido de manipulação dos seus atributos simbólicos, em função de uma intenção expressiva. A maneira específica com que essas práticas se ajustam aos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro será explicitada a seguir.

3.2 Valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro

O *ethos* do trabalho duro se constitui como um conjunto de princípios práticos que orientam valorativamente as condutas dos batalhadores nos diferentes domínios. Segundo Jessé Souza (2012), a moralidade do trabalho duro é incorporada desde a mais tenra idade, através das relações familiares, orientando a renúncia aos interesses individuais, em favor do grupo. Desse modo, ela possibilita a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho, fundamentais não somente para garantir a sobrevivência material dessa classe, mas também através das quais o batalhador busca reconhecimento pelo seu valor social. A dimensão moral do trabalho entre as classes populares já havia sido amplamente discutida na literatura encontrada nas ciências sociais brasileiras a partir dos anos 1980. Alba Zaluar (1985) e Cynthia Sarti (1994) destacaram o valor moral que as classes populares atribuem ao seu trabalho, construindo um sentido próprio para o mesmo, que difere daquele atribuído pela lógica econômica. Destituídos das posições qualificadas e socialmente reconhecidas, os membros das classes populares não costumam avaliar seu trabalho a partir da ótica da exploração, como é comum nas ciências sociais, atribuindo ao mesmo uma dimensão positiva, a partir de sua inscrição num universo moral. Nesse sentido, o trabalho é concebido como parte complementar das atribuições familiares, a partir da posição que os membros das classes populares ocupam no seio familiar e de sua importância para prover o sustento da família. O trabalho é percebido, portanto, dentro da lógica de obrigações morais próprias do universo familiar⁷.

7 Nesse sentido, Zaluar (1985) afirma que é a “ética do provedor”, e não uma “ética do trabalho”, que leva os membros da família a aceitarem a disciplina do

Segundo Sarti (1994, p. 157-158), a reelaboração do sentido do trabalho pelos membros das classes populares corresponde a uma busca incessante de pensar a realidade vivida a partir da exigência de que a vida faça sentido. Tal reelaboração está diretamente ligada à posição que esses indivíduos ocupam no espaço social e à percepção da desigualdade social não apenas pelo crivo da privação material, mas também como um atributo moral negativo, do qual eles buscam se distanciar. Para tanto, eles se ancoram numa moralidade do trabalho duro, incorporando uma disposição ascética para o trabalho, que lhe permite encontrar o seu lugar no mundo, através da articulação das noções de pobre e trabalhador – autoimagem que remonta à forma como se deu a passagem da ordem escravocrata do trabalho e da família patriarcal à ordem capitalista, como mostram os pensadores sociais clássicos da formação da sociedade brasileira, através da qual os pobres trabalhadores buscam se distanciar dos “pobres de espírito” e do bandido. Para a autora, é através da sua disposição para o trabalho que o pobre fundamenta o seu direito, exigindo, em troca, o salário e o respeito que lhe são devidos (SARTI, 1994, p. 155).

No entanto, a análise aqui empreendida tende a se distanciar da conclusão de Sarti (1994, p. 199) de que os pobres estenderiam as relações de obrigação mútua, enquanto referência simbólica fundamental, característica do horizonte familiar, ao mundo social, perpassando sua compreensão acerca das relações de trabalho e suas percepções políticas, de modo

trabalho. No entanto, Sarti (1994) argumenta que a ética do provedor não se contrapõe à ética do trabalho, mas só faz sentido em função do modo particular como esta última é articulada pelos trabalhadores pobres, no qual os elementos econômicos do trabalho se articulam aos morais, atribuindo à atividade em si um valor.

a “privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania”. Embora a autora destaque que o sentido do universo social como ordem moral seja decorrente das condições estruturantes nas quais as classes populares estão assentadas, bem como das possibilidades de negociação e atuação que encontram nos diferentes domínios, outros autores já destacaram uma crescente demanda por direitos sociais e trabalhistas, por parte dessas classes, sobretudo a partir dos anos 1990 (Souza, 2012; Telles, 2013), além de uma mudança em seu comportamento político, na medida em que tais classes conseguem se desvencilhar, gradativamente, de relações políticas clientelistas, para se tornar a base eleitoral de um partido reconhecido pelos seus membros como representante do povo – o Partido dos Trabalhadores (PT) – dando origem ao que Singer (2012) denominou de lulismo, sobretudo a partir de 2006.

Essa demanda por direitos sociais e trabalhistas pode ser observada entre os batalhadores entrevistados durante a pesquisa de campo. Segundo Souza (2012, p. 228), a existência de relações pessoais entre os membros das classes populares nos diversos domínios da prática – tais como no âmbito do trabalho e do consumo, à base do fiado – ocorre quando as condições objetivas nas quais se encontram não favorecem o estabelecimento do critério impessoal, perpassado pelo dinheiro e pelo direito, mas assume um caráter secundário diante desses capitais impessoais, que toma por base a regra legal para o estabelecimento das relações de favores pessoais. O autor destaca que o conjunto de políticas implementadas a partir do governo Lula, tais como as políticas de transferência de renda e linhas de crédito à agricultura familiar favoreceram a superação de

relações clientelistas e de subemprego, sobretudo na zona rural, uma vez que a elevação de um patamar mínimo de segurança material possibilitou maiores condições de negociação para os trabalhadores rurais, que passaram a reivindicar melhores salários ou optaram pela produção nas unidades familiares, gerando modificações nas relações capital-trabalho. De modo semelhante, o autor cita o caso de um entrevistado que precisou dos favores de um político da cidade para poder mobiliar sua casa quando se casou, relação que pode ser superada com a maior concessão de crédito ao consumidor popular, implementada a partir do governo Lula, mesmo nas áreas urbanas.

A ética do trabalho duro também possui uma forte relação com elementos de uma religiosidade popular, como o *ethos* do catolicismo rústico e popular, de origem rural, que permeia os costumes e práticas tradicionais de boa parte dos batalhadores, ainda quando esses não são religiosos ou afirmam não ter religião. De acordo com Souza (2012, p. 204), esse *ethos* religioso se ancora numa “ética do sofrimento” ou da purificação e salvação pelo sofrimento,

que remonta às origens do cristianismo e permanece como conteúdo objetivo de sentido em práticas quase naturalizadas entre católicos, praticantes ou não, unidos à rotina de trabalho duro que disciplina o corpo numa ascese quase espontânea, aprendida desde a mais tenra idade no contexto de uma unidade de produção doméstica, permanecem como recurso de interpretação e ação no mundo, isto é, de práxis no horizonte de um “mundo da vida”.

Os batalhadores ascéticos entrevistados nesta pesquisa são, em sua maioria, religiosos e partilham dessa religiosidade popular, ancorada numa ética do sofrimento, que reforça suas

disposições para o trabalho. De acordo com Souza (2012, p. 211), a religiosidade católica popular torna-se fundamental “para uma organização ascética da vida, ao mesmo tempo passiva, de aceitação da tragédia do mundo com todas as suas contradições, e ativa que permite identificar e desenvolver armas para lidar com ela”. É por essa razão que a religião também pode ser considerada como um importante recurso para garantir a ascensão do batalhador pelo trabalho árduo. O batalhador incorpora uma ética do sofrimento através da qual ele percebe a penitência como um estado contínuo e normal, intramundano, uma vez que incorporada à sua própria rotina diária de trabalho. É pelo sofrimento, através do trabalho duro, que o batalhador garante a purificação de sua alma e a salvação.

O batalhador ascético se ancora na sua fé para seguir adiante na realização dos seus projetos de vida. Segundo Souza (2012, p. 211), a fé em Deus do batalhador atua como um incentivo para suportar a dor de viver e conseguir superar os obstáculos que aparecem no caminho. Ancorado numa ética do sofrimento, o cristão aprende que só pode alcançar a graça por meio de muito trabalho, dedicando a vida ao trabalho e à família, que constituem as fontes de reconhecimento do batalhador. O pertencimento religioso reforça, portanto, as disposições ascéticas para o trabalho duro, uma vez que concede ao mesmo uma legitimidade moral. É assim que os batalhadores encontram forças para enfrentar jornadas de trabalho extenuantes.

O reforço de uma conduta ascética através da religião pode ser observada também na trajetória de Moisés, um pequeno comerciante de 47 anos, cuja trajetória será analisada com mais profundidade no próximo capítulo. O entrevistado era de família católica e costumava ir à Igreja todos os domingos,

com os pais e os irmãos, mas esse pertencimento religioso não foi suficiente para assegurar o reforço das disposições ascéticas necessárias para administrar seu próprio negócio, uma vez que a ética do trabalho duro, incorporada desde a infância, contrastava diretamente com os valores e aspirações que conformam a posição de homem solteiro, ligados à incorporação de um código moral masculino que passa pela expressão da virilidade na juventude, articulando-se aos símbolos e promessas da cultura do consumo e a um estilo de vida marcadamente hedonista – com farras, mulheres e bebida, além de outros bens de consumo. Segundo Duarte e Gomes (2008, p. 214), a farra se apresenta como a outra face do mundo do trabalho, sendo tão fundamental para a conformação de uma plenitude masculina quanto este último. No entanto, como mostra Souza (2012), a disposição para a disciplina e para o autocontrole, bem como a capacidade de poupança e de restrição ao consumo imediato podem ser fundamentais para a sobrevivência em um mercado altamente competitivo – sobretudo no caso dos batalhadores empreendedores. Desse modo, embora tenha incorporado desde a infância disposições econômicas gerais e administrativas, através de um aprendizado prático do trabalho, ao lado de seu pai, que era feirante, Moisés não conseguia fazer seu próprio negócio prosperar, na medida em que incorporou, em sua juventude, disposições hedonistas para o consumo e lazer que impediam o reforço das disposições ascéticas fundamentais acima referidas. A conversão de Moisés a uma denominação tradicional do protestantismo – a Assembleia de Deus – foi fundamental para assegurar a racionalização da sua conduta, incorporando disposições para a disciplina, para o autocontrole e para o

pensamento prospectivo, além de inibir suas antigas disposições hedonistas.

Se a pessoa entregar a vida dele a Jesus, fazer cumprir os mandamentos dele, ele disse, na palavra dele que todas as coisas vos serão acrescentadas. Então se na minha vida tem acrescentado algumas coisas de, de bom, foi porque eu entreguei minha vida a ele, porque antes, antes eu trabalhava muito, mas não via retorno, ganhava fácil e o dinheiro ia embora fácil, já negociiei com, como eu disse aqui, com, tinha carroça de cachorro quente, depois comprei outra, ganhava dinheiro, mas o dinheiro ia-se embora, gastando com prostituição, com pagode, praia, depois que saí da, das carrocinha, coloquei, coloquei um mini mercadinho lá mesmo onde, onde hoje tem essa quitandazinha, negociava com cereais e ganhava dinheiro, mas pegava dinheiro, saía pra, pra as noitada, pra os bailes, pagode, praia, só... ganhava e gastava, depois comprei garrações de água mineral, também começava a... ganhava dinheiro e... depois que eu me converti ao evangelho, eu sei que nada do que eu tenho é meu, é tudo do Pai, eu não tenho nada, nem minha vida não me pertence mais.

A religião mostra-se, muitas vezes, fundamental na construção da autoestima do fiel, uma vez que a Igreja confere valor social ao mesmo, o que lhe é negado, muitas vezes, em outras esferas da sociedade. Moisés explica que não conseguia prosperar antes de entregar sua vida a Deus. No entanto, embora Deus trace o seu caminho, é ele quem percorre esse caminho, através do seu trabalho e de sua luta diária. A saúde também parece constituir outro valor importante para o batalhador ascético e está diretamente ligado à ética do trabalho duro, possibilitando as condições físicas e corporais para a interiorização das disposições ascéticas para o trabalho. Essa percepção pode ser observada na narrativa construída por Jéssica, 36 anos, cabelereira

e proprietária de um salão de beleza na Cidade Universitária. A entrevistada conseguiu ascender socialmente nos últimos anos através da incorporação, ao longo da vida, de disposições ascéticas para o trabalho duro e disposições para a autossuperação. Tendo vivenciado uma infância sofrida de forte privação material, da qual não gosta muito de falar⁸, Jéssica incorporou disposições ascéticas para o trabalho, trabalhando como empregada doméstica desde a infância e, posteriormente, como cabelereira. A entrevistada conseguiu se tornar proprietária do salão em que trabalhava, através de um acordo realizado com a antiga patroa, que decidiu fechar o salão, mas não tinha condições para pagar sua indenização, dando-lhe o salão em troca dos anos trabalhados. É possível perceber, aqui, o estabelecimento de uma relação de troca pessoal que tem como pano de fundo estruturante as relações impessoais, ancoradas no direito legal, como destacado por Souza (2012).

Eu já tava cansada já, de tanto ser só aquelas mesmas coisas, as mesmas coisas, as mesmas coisas, eu disse: “eu quero mudar”.
Aí quando eu fiz esse curso, é... eu disse: eu vou fazer, mas se eu

8 A entrevistada afirma que a situação da família foi ainda mais agravada com a morte da mãe, quando ela tinha seis anos de idade e chegou até a passar fome. Seu pai casou-se com outra mulher para poder cuidar dos cinco filhos e Jéssica precisou começar a trabalhar para complementar a renda da família, conciliando com os estudos – ainda que este último ficasse em segundo plano na ordem de prioridades, ela conseguiu concluir o Ensino Médio. Ela não se sentia querida e não gosta de lembrar da sua infância. É possível observar como a experiência da liminaridade marca a vida das famílias pobres, de modo que a doença ou morte de um dos parentes conduz a uma situação de maior desestruturação de ordem material e emocional. Isso permite perceber também o papel fundamental cumprido por cada um dos membros da família, na qual a mulher fica responsável, muitas vezes, pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos, que vão se integrando no trabalho à medida que crescem. É também por isso que a família constitui um dos principais valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro.

não gostar, eu saio. Aí eu gostei, me apaixonei e fiz, quando eu terminei, fiz no Senac esse curso, quando eu terminei, o Senac tem uma lista, né, de aluno, aí li..., uma dona ligou pra mim e eu fui. Aí passei quatro anos trabalhando com ela, foi quando ela desistiu de ter o salão, aí nesses quatro anos, que eu tinha que receber, ela perguntou se eu queria ficar. Aí eu conversei com meu marido, ele disse: “Fica, tenta”. Eu to lá, vai fazer dois anos que eu to como dona.

O processo de ascensão social, conquistado mediante uma recente mobilidade ocupacional, permitiu à entrevistada aumentar sua confiança e autoestima, construindo uma narrativa de autoafirmação, que parece depender, principalmente, de sua disposição para o trabalho duro. Isso pode ser observado na fala de Jéssica, cuja concepção de vida boa parece diretamente ligada ao trabalho, de modo que tudo que uma pessoa precisa é ter saúde e disposição para trabalhar e as conquistas vêm por consequência desse trabalho.

I: Acho que hoje em dia você tando com saúde, do jeito que tão as coisas hoje, eu acho que... saúde é tudo.

[...]

E: E como é que a gente pode alcançar uma vida boa?

I: Batalhando né? Correndo atrás... pra alcançar.

E: Sim. E tu acha que tu pode alcançar essa vida boa?

I: Se eu quiser, eu acho que eu posso.

E: Sim, depende mais assim de tu?

I: Depende, eu acho que depende mais de mim né?

E: Sim, e o que é que tu pode fazer pra isso?

I: Trabalhar, trabalhar, trabalhar (Risos).

É possível observar uma tendência de responsabilização individual pelas conquistas e fracassos, largamente difundida na sociedade brasileira. Desse modo, muitos batalhadores adotam uma narrativa triunfalista de seu processo de mobilidade

ascendente através da incorporação de uma moralidade do trabalho duro, que geralmente aparece de modo mais acentuado entre os batalhadores empreendedores, cuja mudança na condição social foi assegurada através do estabelecimento de seu próprio negócio. Essa narrativa também se reflete em suas disposições e opiniões políticas, como veremos no próximo capítulo.

A solidariedade constitui outro valor central para os batalhadores, atuando como importante estratégia das classes populares para se reproduzir no tempo, por meio de relações duradouras, de compromisso mútuo, entre familiares e vizinhos. Muitos entrevistados afirmam que só conseguiram construir uma trajetória ascendente a partir do suporte material e emocional proporcionado por familiares e amigos. Alguns deles mencionam o apoio concedido através de conselhos e palavras de incentivo, que atuam como pontapé inicial para construírem seus projetos de vida, outros contaram com ajuda financeira ou empréstimo do cartão de crédito para compra de bens duráveis de maior valor unitário, tais como televisão e computador. Um informante afirmou que só conseguiu pagar a inscrição para o concurso de bombeiro militar com a ajuda de uma amiga da mãe. Portanto, mesmo depois de garantir sua ascensão social, muitos batalhadores estabelecem relações de identificação e de solidariedade com aqueles que ainda vivem sob a ameaça e urgência das necessidades materiais. Um dos indícios apontados por Souza (2012, p. 49) para ilustrar o caráter comunitário predominante entre os batalhadores se refere ao fato de muitos deles permanecerem morando no mesmo bairro, algo noticiado com certa estranheza pela imprensa. Essa tendência pode ser observada entre os batalhadores entrevistados na pesquisa,

que permaneceram, em sua maioria, morando no mesmo local, embora alguns deles, expressassem vontade de se mudar para uma casa ou um bairro melhor⁹.

O autor destaca que a solidariedade observada entre os batalhadores se articula à incorporação de uma religiosidade católica popular, que prega o princípio da fraternidade, ancorado numa preocupação especificamente cristã com o semelhante, pela sua condição existencial de precariedade e sofrimento. Essa solidariedade do batalhador se estabelece, na prática, através de uma relação de identificação e de reconhecimento mútuo com os mais pobres, propiciado pela sua experiência do trabalho duro e da condição precária do trabalhador. Segundo Souza (2012, p. 239), esses pressupostos partilhados pelos batalhadores formam o pano de fundo de uma economia moral incorporada em suas disposições e articuladas em sua visão de mundo. Embora essa economia moral não tenha objetivos de classe específicos claramente articulados, ela se nutre de “pretensões pré-reflexivas sobre a necessidade de garantias de dignidade básica e de justiça para todos os cidadãos, fracamente racionalizadas numa espécie de humanismo realista”. Esse humanismo realista encontra sua fonte de atualização no estoicismo prático do trabalho e nos axiomas morais de um catolicismo popular, laicizado nas constatações e preceitos do senso comum.

9 No universo dos 18 batalhadores entrevistados durante a pesquisa de campo, somente dois deles se mudaram do bairro em que cresceram para bairros melhores, embora, nos dois casos, essa mudança tenha sido favorecida pelo casamento. Carlos, 29 anos, morava com a avó em Olinda, e quando se casou foi morar na casa de sua esposa, no bairro do Espinheiro, proprietária de um salão de beleza, morando na parte dos fundos do salão. No caso de Erinaldo, 29 anos, o entrevistado era resistente à ideia de sair do bairro onde morava, em Arthur Lundgren – Paulista, mas diante da insistência da esposa, eles compraram um apartamento na Cidade Universitária, onde moram hoje.

É com base no *ethos* do trabalho duro e numa economia moral que o batalhador ascético busca legitimar o seu estilo de vida, mostrando indiferença pela riqueza material, que caracteriza o estilo de vida das classes dominantes, à qual ele contrapõe seus próprios valores, tais como a honra, a honestidade, a fé em Deus, a coragem para enfrentar as situações mais adversas e a solidariedade com o outro. Sarti (1994) destaca que o valor moral atribuído ao trabalho permite fazer frente às ambiguidades decorrentes dos diferentes sistemas simbólicos a que os pobres estão expostos, uma vez que seus valores morais são construídos em conflito com as promessas e valores do mundo capitalista, que não deixam de fazer parte de seu universo simbólico, muito embora se mostrem como algo inalcançável para eles. Nas suas palavras,

a forma como avaliam o trabalho encerra esta ambiguidade, traduzida numa reavaliação do mundo do trabalho sob o capital, a partir de uma concepção da ordenação do mundo na qual constroem um sentido positivo para o seu trabalho, afirmando-se perante si e os outros. Para eles, seu trabalho tem qualidades, definidas em termos morais, ainda que socialmente seja desqualificado ou não-qualificado e dificilmente sustente as aspirações que o mundo capitalista oferece (SARTI, 1994, p. 130-131).

Como os membros das classes populares estão expostos a referências diversas, difíceis de compatibilizar, na medida em que atravessam diferentes processos de socialização e contextos sociais, interiorizando valores e disposições em conflito, tais como os valores e aspirações sustentados pela cultura do consumo, eles costumam solucionar tais conflitos a partir de uma ética do trabalho duro, a partir da qual legitimam

o seu estilo de vida, dotando-o de um sentido moral positivo. Desprovidos das propriedades e bens característicos da classe dominante, eles parecem negar, no plano simbólico, aquilo que já lhe é negado no plano material, contrastando à riqueza material da classe dominante valores não econômicos que legitimam sua conduta e estilo de vida ante as outras classes. Eles sobrepõem aos valores de mercado do mundo capitalista, uma economia moral, que orienta suas práticas nos mais diversos domínios. Portanto, o batalhador ascético constitui a sua identidade de classe não somente a partir da posição que ocupa no modo de produção e pela sua privação ou acesso a determinados bens de consumo, mas também pela sua adesão a um código moral distinto daquele inscrito na lógica de mercado, predominante no mundo capitalista, através do qual ele constrói referências positivas para si e para os demais membros de sua classe, percebidos pela sociedade mais ampla pelo prisma da destituição (de bens materiais, de direitos, de representação simbólica e política). É com base nesta economia moral, ancorada na ética do trabalho duro, que os batalhadores ascéticos estabelecem uma distinção entre a pobreza material e a pobreza espiritual, dotando essa condição social de atributos morais positivos e negativos. Eles avaliam a riqueza e o estilo de vida das classes dominantes a partir desses mesmos critérios não econômicos.

Vale ressaltar também que o *ethos* do trabalho duro e a economia moral atuam como importantes “mediadores” na recepção das mensagens disseminadas pelos meios de comunicação de massa, possibilitando ao batalhador ascético “filtrar” essas mensagens, assumindo certo distanciamento crítico com relação a algumas das crenças e valores reproduzidos, tais como a

banalização do sexo, a hiperssexualização do corpo da mulher, o consumo de bens de luxo como forma de expressar status, a chamada ostentação e esbanjamento. Isso pode ser observado na fala de Jane, 38 anos, que trabalha como atendente de tele-marketing e é membro da Igreja Batista.

I: Na verdade, pra mim a riqueza é aquilo, por exemplo, eu ter condições de ter as contas pagas, no máximo, não precisa ter pra jogar fora não, é... aquela feira necessária e tudo que assim saudável: frutas, verduras. Não precisa ser aquelas besteiras que a gente... é, é... vinho de não sei quantos mil, o queijo tem que ser aquele queijo mofado, caríssimo. Não, essas besteiras, é aquele queijo de qualidade, aquela comida e tal de qualidade, certinha, sem estragar. As contas todas pagas. E desejando fazer uma viagem, que a gente quer fazer; uma viagem, uma roupa. Também nunca sonhei: quero comprar um carro à vista! Não, organizar e eita: um carro, quero comprar aquele carro, então a gente se organiza direitinho, é... e compra. Né essa riqueza não. Né essa riqueza desse tipo...

E: Quando tu diz não é “essa riqueza”, tu tá...

I: É essas riquezas que eu fico observando que as pessoas compram um... uma bolsa, o que qualquer outra faz o mesmo resultado, sabe? Uma bolsa de Louis Vitton, não é isso? Que você não diz... não sei pra quê aquilo. Ou é uma, um celular que é igual ao outro, mas é porque a marca, então o valor vai não sei pra onde. Celular nem tanto, celular é mais a tecnologia mesmo, por isso que fica caro. Mas é mais a marca, porque tem coisas de qualidade que não é o nome que você tá pagando, tem coisas, eu acho absurdo, por exemplo... a gente vê essas besteiras, detesto novela acho que é por isso também. É umas loucuras de... é... ostentação, vamos dizer. Aí compra aquilo que faz o mesmo efeito que o outro, apesar que tenha sido caro. Na verdade, as pessoas estão mais interessados em saber quanto custou do que o que é, entende? Pra mim eu acho isso é jogar fora.

O batalhador ascético afirma que não deseja a riqueza e nem se identifica com o estilo de vida das classes dominantes. Em muitos casos, ele expressa que só gostaria de ter o suficiente para pagar as contas e ter uma vida tranquila. Essa postura se ancora no *ethos* do trabalho duro, que só permite expressar desejos modestos, uma vez que querer o que não se pode ter soa como inconformismo diante de um destino que é a vontade de Deus. Por outro lado, ela reflete um horizonte de possíveis mais fechado, característico das classes populares. Nesse sentido, muitos entrevistados parecem se orientar por uma retórica da necessidade, que norteia suas práticas de consumo pela função técnica dos produtos, dispostos a pagar um preço mais alto num celular, por exemplo, visando os recursos tecnológicos que ele pode fornecer. Como mostrou Weber (2016), o *ethos* ascético não defende uma rejeição da riqueza em si, mas do seu uso irracional, destinado ao consumo de bens de luxo. Desse modo, a riqueza é admitida, desde que voltada à satisfação das necessidades – uma comida certinha, sem estragar; as contas todas pagas; um carro – tendo no conforto a margem das despesas eticamente permitidas. No entanto, é importante destacar que se, pelo menos ao nível do discurso, os batalhadores ascéticos afirmam reduzir o valor os produtos à sua função prática –, é possível observar em suas práticas de consumo uma tentativa de manipulação dos atributos simbólicos dos bens em função de uma intenção expressiva, nem que seja a de se desvencilhar dos atributos morais negativos relacionados à condição de pobreza. Como veremos adiante, o consumo de bens constitui uma das principais formas pelas quais os batalhadores expressam seu processo de autoafirmação, dando provas de sua dignidade moral e material.

Além disso, se os membros das classes populares se ancoram numa ética do trabalho para se contrapor aos valores e crenças da cultura de consumo, a qual estão expostos, mas não teriam as condições objetivas para alcançar, é possível perceber uma maior inserção dessas classes na cultura de consumo a partir dos anos 2000, através de seu maior acesso ao consumo de bens duráveis, aparelhos eletrônicos, serviços de baixo custo etc. Desse modo, buscou-se apreender as possíveis tensões e ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro, que permitem legitimar as novas práticas de consumo e o estilo de vida dessa fração de classe, expressando a nova posição conquistada. A articulação entre o *ethos* do trabalho duro e a adesão a novas práticas de consumo será discutida a seguir.

3.3 Consumo, família e sacrifício individual

Na medida em que alcançam as condições objetivas para adquirir novos bens de consumo – tais como a elevação dos seus rendimentos e maior acesso a crédito –, os batalhadores ascéticos precisam ainda ajustar seus desejos e práticas de consumo aos valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, traduzindo-os em um estilo de vida específico, marcado pelo ascetismo, pela sobriedade, pela centralidade da família, da religião, da solidariedade e por uma conduta coerente com seu passado de privação material. Nesse sentido, suas práticas de consumo são voltadas à constituição de uma esfera doméstica, em torno da família nuclear, destinadas à modernização dos lares, de modo a garantir o conforto e a segurança da família.

A casa própria parece ser a grande aquisição do batalhador ascético, fundamental para assegurar as condições materiais e

morais para a reprodução da família. Essa conquista está diretamente imbricada à história de luta da família, ganhando contornos e sentidos específicos, atrelados às condições objetivas dessa fração de classe, ameaçadas por um passado de privação material, e que diferem daqueles encontrados entre as classes média e alta¹⁰. Alguns dos batalhadores ascéticos entrevistados conquistaram suas casas através da invasão de terrenos, outros construíram suas casas em cima das casas de outros familiares. Aqueles que alcançaram maior distanciamento do mundo das necessidades materiais, como é o caso de alguns batalhadores empreendedores, conseguiram comprar um terreno e construir sua casa. Como mostram alguns estudos sobre pobreza no Brasil, a casa constitui uma referência básica de identificação social entre os mais pobres, atuando também como um mecanismo de distinção intraclasses. Segundo Sarti (1994), a compra da casa própria atua como uma marca de distinção simbólica com relação aos outros pobres e expressa um valor social, tipicamente burguês, o de ser proprietário, nem que seja de um barraco, que é amplamente compartilhado pelos membros das classes populares.

De modo semelhante, muitas das práticas de consumo do batalhador ascético são voltadas à construção e reforma da casa, bem como à aquisição de bens duráveis e eletrodomésticos, visando à modernização do lar. Suas práticas de consumo buscam se distanciar do estigma da pobreza, que marca sua

10 Moisés Kopper (2016) desenvolve, em sua tese de doutorado, uma pesquisa etnográfica acerca dos projetos de mobilidade ascendente, das expectativas de melhoria de vida e dos sonhos construídos pelos membros das classes populares da periferia de Porto Alegre, diante da possibilidade de adquirir uma casa através do programa Minha Casa, minha vida – criado pelo governo federal em 2009.

condição passada, dando provas da melhoria de vida da família. Vale ressaltar também algumas das estratégias de barateamento acionadas pelos entrevistados na construção e reforma de suas casas. Alguns deles fazem suas próprias reformas, com a ajuda de familiares, gastando somente com o material de construção. Outros afirmaram participar diretamente do trabalho, junto com o pedreiro, substituindo os seus ajudantes. Tendo morado em vários terrenos de invasão, Jane conseguiu conquistar a casa própria através da doação de uma área dos Correios, que havia sido invadida, e da construção de um conjunto habitacional, em dezembro de 2009 – o Conjunto Dom Hélder Câmara – no bairro da Iputinga, financiado pela Caixa Econômica Federal. Através do Projeto Mutirão, os próprios moradores participaram da construção das casas, trabalhando como ajudantes de pedreiro, como forma de baratear os custos. Tal estratégia é adotada ainda hoje, sempre que os moradores desejam fazer alguma reforma.

Ademais, a compra de bens duráveis para a casa assume, muitas vezes, o sentido de retribuição aos familiares pelo investimento e dedicação dos mesmos, orientada pelas relações obrigação mútua que perpassa a família e se sobrepõe aos interesses individuais. Como mostraram Lúcia Scalco e Rosana Pinheiro-Machado (2010), os membros das classes populares se permitem gastar um pouco mais quando se trata de presentear alguém, sobretudo um familiar. Nesse sentido, a compra de um bem de maior valor assume o caráter de dádiva e de sacrifício, possibilitada, muitas vezes, pela divisão em inúmeras parcelas no cartão de crédito. Essa orientação foi encontrada entre os batalhadores ascéticos. Nesse sentido, Jane afirma ter comprado uma SmartTV de 40 polegadas para

presentear a mãe, com o seu primeiro salário como atendente de telemarketing.

Ah, tu perguntou o que eu comprei com meu salário, comprei essas televisões novas que têm internet, como é? SmartTV. Tem 40 polegadas. Pra dar de presente à minha mãe na copa, pra o Brasil levar de 7 da Alemanha. Risos. Fiz esse, foi a coisa mais cara que eu já comprei na minha vida, foi dois mil, quatrocentos e pouco em doze vezes. Risos. No cartão de uma amiga. Risos.

É possível perceber que a compra do bem mais caro comprado na vida é legitimado justamente por ser um presente destinado à mãe e não para usufruto próprio, embora a entrevistada também utilize a tv, tendo comprado na época da copa do mundo, de modo a poder receber amigos para assistir aos jogos. Nesse sentido, os princípios e promessas da cultura de consumo parecem se atrelar aos valores fundamentais constitutivos do *ethos* do trabalho duro, como a família, de modo a legitimar a adesão a novas práticas de consumo por parte dos batalhadores ascéticos, orientando-as para a modernização dos lares e obtenção de maior conforto na esfera doméstica. Além disso, é válido ressaltar a importância das relações de solidariedade entre amigos e familiares no acesso ao consumo de bens e serviços, através do empréstimo do cartão de crédito àqueles que não possuem as condições objetivas para obter seu próprio cartão. No caso da entrevistada, ela teve seu cartão bloqueado depois de um período de descuido com a administração das despesas, que ocasionou a inclusão de seu nome no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito – e a impossibilidade de fazer outro.

Embora a tese da individualização proposta por Anthony Giddens (1991) e Ulrich Beck (2010) aponte para uma tendência

crescente nas sociedades contemporâneas, na qual o indivíduo é compelido a se fazer centro do seu próprio plano e conduta de vida, Sarti (1994, p. 2) afirma que o conflito entre a afirmação da individualidade, de um lado, e o respeito às obrigações e responsabilidades próprias dos vínculos familiares, de outro, não aparece de modo acentuado entre as famílias pobres brasileiras, devido à precedência do todo – família – sobre as partes – indivíduos. Segundo a autora, é muito comum que a família pobre envolva a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que, de um lado, dificulta a individualização e, de outro lado, viabiliza a existência dos indivíduos enquanto apoio e sustentação básicos. Mais recentemente, Duarte e Gomes (2008) destacam um processo de autoafirmação, característico dos membros das classes populares que almejam ascender socialmente, marcado por um compromisso sempre tenso entre valores familiares e comunitários e a aspiração em “subir na vida”, decorrente do conjunto de influências às quais esses indivíduos são expostos e as formas específicas pelas quais negociam essa tensão. Segundo os autores, a autoafirmação pode ser entendida como a forma específica pela qual os membros das frações ascensionais das classes populares vivenciam o processo de individualização.

A busca por autoafirmação pode ser vivenciada de diversas maneiras, sendo mais comumente observada entre os mais jovens, que são expostos a novas formas de sociabilidade, assumindo diferentes orientações de acordo com o contexto e a situação específica na qual estão inseridos¹¹. Duarte

11 Segundo os autores, uma das características assumidas pelo processo de autoafirmação é a tendência de maior reclusão em torno da família nuclear com relação à família mais extensa e as inúmeras tensões envolvidas nesse processo,

e Gomes (2008) afirmam que esse processo pode se expressar por meio de uma autonomização das necessidades materiais, advinda com o trabalho, de uma postura mais hedonista, no sentido de Campbell (2001), de cultivo do prazer individual, ou até mesmo através de uma busca por distinção. De modo semelhante, Souza (2012) destaca uma tensão constitutiva das disposições para a autossuperação dos batalhadores, através das quais eles buscam expressar sua nova condição social, a partir do consumo de bens considerados superiores, mas precisam restringir esse consumo, muitas vezes, e priorizar os compromissos familiares. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando o jovem começa a trabalhar e precisa destinar sua renda para a satisfação das necessidades da família, ao invés de comprar bens para si próprio, expressando seu processo de autonomização, o que pode ser vivenciado sob a forma de um conflito interno. Embora essa tensão possa ser observada em maior ou menor grau entre todos os entrevistados, parece prevalecer a disposição para o sacrifício individual entre os batalhadores ascéticos, que orienta as práticas de consumo constitutivas de seu estilo de vida. Nesse sentido, suas práticas de consumo permanecem voltadas para a família, ancoradas nos vínculos de obrigação moral que se estabelece com os outros membros.

O uso do dinheiro pelo batalhador ascético também é voltado para os interesses familiares, em detrimento dos interesses individuais, projetando nos membros da família as aspirações

à medida que o grupo nuclear ascende socialmente, distanciando-se dos demais. Os autores exemplificam essa tensão com os casos em que esses familiares se encontram em uma festa de aniversário de um parente mais pobre e precisam tomar o cuidado de não usar uma roupa muito cara, que eles usariam em outras ocasiões, com amigos do trabalho ou da universidade.

de ascensão social e melhoria de vida. Nesse sentido, é comum o investimento na educação dos filhos, netos e sobrinhos, propiciando-lhes, quando possível, atividades de lazer – buscando assegurar uma trajetória ascendente e garantir um futuro melhor para a família. Como mostra Bourdieu (2013a), é o desejo de continuação de uma mobilidade ascendente, através da família, que justifica o autossacrifício. A disposição para o sacrifício individual, assim como outras disposições ascéticas, incorporadas desde a infância no seio das relações familiares – através da transmissão de uma moralidade do trabalho duro – orientam as práticas de consumo do batalhador ascético nos mais diversos domínios do campo dos estilos de vida.

Além disso, é importante considerar o peso da condição passada, marcada por uma maior proximidade com relação ao mundo das necessidades materiais e até mesmo pela privação material extrema, uma vez que as novas práticas de consumo precisam fazer sentido e ser coerentes com sua trajetória. O peso do passado na orientação das práticas de consumo do batalhador ascético também possibilita a incorporação de um pensamento prospectivo, exprimindo sua preocupação com o futuro. Desse modo, é comum o investimento na educação dos filhos, netos e sobrinhos como forma de tentar romper com a transmissão intergeracional da pobreza. O batalhador empreendedor, que tem uma condição social melhor, procura investir em imóveis para assegurar uma vida mais tranquila no futuro. Nesse sentido, prevalecem as disposições ascéticas na orientação das práticas de consumo no presente, ainda quando alcançam uma condição mais “folgada”, como é o caso de Jéssica.

I: Não sou muito de tá comprando não.

E: Não né?

I: Não, sou não, eu compro uma coisa se realmente, tipo, queimou, não tem mais conserto, aí eu vou, compro. Queimou o ventilador, não adianta consertar, aí vou, compro, o liquidificador, essas coisas assim que realmente seja necessário.

Os batalhadores ascéticos se ancoram numa retórica da necessidade na orientação de suas práticas de consumo, rejeitando o consumo associado ao desperdício ou à ostentação, até porque tais práticas precisam ser coerentes com sua trajetória passada e com a condição de vida dos demais. Portanto, o consumo de bens parece assumir, para eles, muito mais o sentido de superar a precariedade da situação passada e expressar sua dignidade material e moral, construída por meio do trabalho duro, do que o de tentar imitar um estilo de vida das classes superiores. O consumo de vestuário e de produtos cosméticos também permanece fortemente orientado pela retórica da necessidade. Essa orientação se ancora nos valores do *ethos* do trabalho duro, que parece rejeitar qualquer tentativa de pretensão entre os membros das classes populares, tanto mais reforçada pelo fechamento dos batalhadores ascéticos em círculos sociais relativamente homogêneos. A influência exercida pela própria homogeneidade do meio em que vive e pelo convívio com os membros de sua classe atuam como um importante princípio de conformidade, orientando as práticas de consumo dos membros das classes populares por um gosto de necessidade, ainda quando vivenciam um processo de mobilidade ascendente. Além disso, como destaca Sarti (1994), a vaidade é moralmente condenada entre os mais pobres, na medida em que pode ser percebida como uma atitude individualista e negligente perante às necessidades da família. Essa orientação pode ser observada na fala de Jéssica:

E: E como é que tu gosta de se vestir?

I: Básica, sou muito básica. Simples demais, até meu marido às vezes diz: “fia, tu tem que comprar roupa visse?”. Mas... pra mim o básico já tá bom demais, não tenho muito luxo não.

E: Aí tu não compra muito roupa não?

I: Não, sou de muito de comprar roupa não.

E: E em quais situações tu compra?

I: Só se tiver alguma festa assim, eu compro. Tipo, um casamento... aí é a única coisa que eu compro [...] Peça, peça íntima, eu geralmente to comprando peça, peça íntima [...] Eu só compro se tiver necessidade mesmo, se não tiver eu não compro.

Nesse sentido, é possível observar que os batalhadores ascéticos buscam restringir o consumo de bens ao que consideram como sendo estritamente necessário. No entanto, embora acionem os critérios de preço e qualidade na escolha de seus bens de consumo, eles não rejeitam completamente os lucros simbólicos envolvidos no uso dos produtos, buscando manipular seus atributos simbólicos em função de uma intenção expressiva, nem que seja a de se desvencilhar dos atributos morais negativos que pesam sobre a pobreza. Nesse sentido, é possível observar certa estilização do consumo entre os batalhadores ascéticos – entendida como manipulação dos atributos simbólicos dos produtos – que, ainda quando afirmam rejeitar a busca por distinção, tendem a expressar uma preocupação em manter uma “boa aparência”, exprimindo sua condição de pobre trabalhador, honesto, decente e respeitável, através do consumo de bens. Isso pode ser observado na fala de Jéssica, ao explicitar seus critérios na compra de roupas.

Cores básicas, não é aquele negócio muito “cheguei”, eu não gosto, comportadinha, não muito decotada, que eu não gosto também.

As práticas de consumo do batalhador ascético parecem ter como pano de fundo a imagem da pobreza como atributo moral negativo, do qual a entrevistada busca se distanciar, através do consumo de bens que expressem sua índole de mulher comportada, respeitável e discreta. Ademais, o *ethos* do trabalho duro, que orienta as práticas de consumo do batalhador ascético através de uma retórica da necessidade, parece convergir diretamente com uma moralidade de classe média que paira sobre o consumo popular, segundo a qual o pobre deve ter um gosto simples, voltado para os bens necessários à sua sobrevivência, atuando como princípios de conformidade sobre as práticas de consumo dos membros das classes populares¹². Nesse sentido, há um conjunto de expectativas expressas pela sociedade sobre como os mais pobres devem usar seu dinheiro; um consumo voltado para os bens necessários à sobrevivência, que deve ser feito de modo planejado e responsável¹³. Nesse sentido, o pobre que deseja coisas melhores, tais como bens considerados de luxo e roupas de marca, é julgado moralmente tanto pelos seus pares, como pelos membros de outras classes, por buscar satisfazer interesses individuais em detrimento de

12 Lucia Scalco e Rosana Pinheiro-Machado (2010, p. 328) citam uma pesquisa etnográfica da qual participaram no Natal de 2009 acerca do projeto Papai Noel dos Correios – em que crianças e jovens escrevem cartas pedindo presente de Natal –, na qual observaram que tanto os funcionários dos Correios quanto outras pessoas condenavam as cartas que pediam presentes caros, tais como roupas de marca, e consideravam nobres aquelas que pediam material escolar, expressando uma moralidade das classes médias sobre o consumo popular.

13 É importante destacar também as reações das pessoas ao me perguntarem sobre o tema da presente pesquisa em diferentes contextos sociais, sempre norteadas por um julgamento moral, em que se afirma, de um lado, que é preciso ensinar os membros das classes populares a consumir sem se endividar e, de outro lado, que essas classes tiveram acesso ao consumo de bens, mas não foram educadas ou politizadas.

necessidades mais importantes, como assegurar a estabilidade da família no futuro. Para ilustrar esse movimento, basta pensar no número de reportagens sobre inadimplência e endividamento que aparecem na televisão, a partir do momento em que as classes populares passam a ter maior acesso ao consumo de bens. Tais expectativas atuam como princípio de conformidade, reforçando as disposições ascéticas do batalhador e inibindo qualquer tendência de pretensão, de modo a restringir seu consumo àquilo que é considerado necessário e conforme à sua posição social. Portanto, a retórica da necessidade parece ser acionada pelos batalhadores ascéticos, em algumas situações, como forma de expressar sobriedade e razoabilidade no consumo de bens, sobretudo diante de uma observadora externa. Essa preocupação pode ser percebida na fala de Jéssica sobre o uso do cartão de crédito.

Tenho um cartão de crédito e sou muito controlada. Eu sou muito controlada, eu posso sair com todos e só compro aquilo que realmente me necessita. O que não tem necessidade, eu não compro não.

Ainda quando se distanciam do mundo das necessidades materiais, muitos batalhadores permanecem, portanto, orientando suas práticas de consumo pelas disposições ascéticas incorporadas na condição anterior, rejeitando a pretensão em querer ser mais do que é, tais como consumir bens considerados de luxo, buscando expressar uma posição distintiva. Por outro lado, é possível observar também a emergência de uma retórica do consumo fortemente ancorada numa ética do trabalho, que pode ser percebida, ao mesmo tempo, como um ajuste aos valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro e

como resposta à moralidade de classe média que paira sobre as práticas de consumo dos membros das classes populares. Trata-se da “retórica do trabalho duro”, segundo a qual se considera legítimo o consumo de bens voltados à busca do prazer, desde que sejam provenientes do “suor do trabalho” e esforço dos indivíduos. Embora essa retórica seja mais explorada pelos batalhadores que possuem uma orientação mais hedonista, ela já pode ser percebida entre alguns batalhadores ascéticos, como é o caso de Jane, ao explicar as situações em que considera legítimo consumir produtos de marca.

Tem aquelas [pessoas] que compram porque gostam daquilo, gostou do modelo, é aquela marca que ela se agrada. Então essa eu não acho que ela tá, porque é o dinheiro dela, o suor dela, então eu não acho que ela tá jogando fora. Mas tem aquelas que, por exemplo, já têm, mas vai comprar porque é uma roupa de grife, é aquela... status né? Que diz. Aí eu acho que essa aí não tem nada a ver.

O batalhador ascético faz um julgamento moral das práticas de consumo daqueles indivíduos, geralmente oriundos das classes médias e alta, mas também presente entre os membros das classes populares, que desperdiçam alimentos ou gastam seu dinheiro sem necessidade, com coisas de marca, com o intuito de obter status. Por outro lado, a entrevistada parece conferir certa legitimidade e autonomia às práticas de consumo daqueles indivíduos que estão gastando o dinheiro adquirido com o suor do seu trabalho, percebendo tais práticas como uma espécie de recompensa ou de autoindulgência. A retórica do trabalho duro é mais comumente encontrada entre os batalhadores hedonistas, de modo a ajustar os valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro aos princípios e promessas da cultura

de consumo, aos quais os membros das classes populares estão cada vez mais expostos. No entanto, antes de proceder a essa discussão, faz-se necessário explicitar os demais elementos estruturantes das práticas de consumo do batalhador ascético.

3.4 Variantes do gosto de necessidade

Além dos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, é importante destacar outras variáveis fundamentais na orientação das práticas de consumo do batalhador ascético, tais como o volume e estrutura do capital, a posição na estrutura ocupacional e no seio da família, idade, gênero e o momento no ciclo de vida. Se, por um lado, o aumento da renda não se converte necessariamente em mudanças nas práticas de consumo entre os membros das classes populares, por outro lado, é possível observar uma maior tendência à incorporação de novas disposições para o consumo à medida que esses batalhadores se distanciam do mundo das necessidades materiais, mediante o acúmulo de capital econômico, como é o caso dos batalhadores empreendedores. Embora se caracterizem por uma orientação ascética, que é transposta, em boa medida, para o campo dos estilos de vida – sendo considerada fundamental para assegurar sua posição num mercado competitivo, caracterizado pela sua imprevisibilidade –, o batalhador empreendedor possui maiores condições objetivas para aderir a novas práticas de consumo, apresentando mudanças em seu padrão de consumo e estilo de vida, sobretudo se comparado aos demais batalhadores ascéticos, como é o caso dos trabalhadores assalariados. Essa discussão será desenvolvida no próximo capítulo, dedicado à análise dos batalhadores que

decidiram montar o seu próprio negócio e conseguiram ascender socialmente, alcançando o topo dessa fração de classe, em termos de acúmulo de capital econômico.

As práticas de consumo cultural do batalhador ascético também não mudam muito com relação à condição anterior, uma vez que sua ascensão social foi possibilitada por uma maior aquisição de capital econômico, mas não de capital cultural considerado legítimo. Desse modo, a maioria não tem hábito de ler, nunca foi ao teatro e raramente vai ao cinema. Destituídos das condições objetivas que poderiam favorecer a incorporação de novas disposições para o lazer e novas práticas de consumo cultural – tais como a incorporação do capital cultural considerado legítimo, tempo livre e mesmo um maior montante de capital econômico – o batalhador ascético permanece fortemente orientado para o trabalho, sacrificando, em boa medida, as atividades voltadas ao prazer. As atividades de lazer dos batalhadores ascéticos entrevistados na pesquisa de campo parecem restritas ao ambiente doméstico, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, tais como assistir televisão ou acessar a internet. Vale ressaltar também que essas atividades parecem fortemente influenciadas pelo seu pertencimento religioso, tais como assistir a um culto, ler a Bíblia, assistir a filmes e novelas de temática religiosa, indicando uma orientação na qual não se afirma a busca pelo prazer e desfrute espontâneo da vida, em primeiro lugar, mas atividades que proporcionam sua elevação espiritual e estão em conformidade com a vontade de Deus.

É importante destacar, mais uma vez, que o perfil do batalhador ascético constitui uma construção teórica, a qual não tem qualquer pretensão de afirmar que esses indivíduos se orientem

permanentemente pelas mesmas disposições ao longo da vida, em todos os âmbitos da prática. Nesse sentido, foi possível observar batalhadores de orientação mais ascética que já tiveram um comportamento mais hedonista em sua condição passada. Tais mudanças parecem estar associadas à posição assumida no seio da família, à idade, aos processos de socialização secundária, à estruturação dos papéis de gênero e ao momento no ciclo de vida, que envolve circunstâncias específicas da biografia dos indivíduos, adquirindo sentidos específicos em suas trajetórias, que se refletem, de maneiras diversas, em suas práticas de consumo. Essa mudança de orientação pode ser observada na trajetória de Jane. A entrevistada afirma que em sua juventude era mais vaidosa, gostava de se maquiar, ajeitar o cabelo e comprar roupas, o que estava diretamente relacionado ao seu trabalho, como representante de produtos de beleza. Embora não recebesse salário, ela via neste trabalho uma oportunidade de viajar por todo o Brasil, hospedar-se em hotéis, ficar conhecida no mundo da beleza, além de conseguir produtos com desconto para seu salão. Como destaca Bourdieu (2013a), o consumo de vestuário e produtos cosméticos está diretamente ligado aos lucros simbólicos que as pessoas podem obter no mercado de trabalho, sendo, portanto, mais comum entre as frações das classes dominantes do que entre os membros das classes populares. Na medida em que muitos batalhadores ascéticos ocupam postos de trabalho em que não se espera obter lucros através da construção da autoimagem, eles não costumam investir tanto no consumo de vestuário e produtos cosméticos. Nesse sentido, quando começou a trabalhar como atendente de telemarketing, sem lidar diretamente com o público, Jane adotou uma orientação mais ascética no consumo de vestuário.

A incorporação de uma orientação ascética no campo dos estilos de vida também está relacionada à sua posição na família e ao momento específico de seu ciclo de vida. Embora não tenha se casado nem tenha filhos, Jane se dedica à criação das duas sobrinhas, ajudando a pagar suas despesas com alimentação, educação e lazer. Sua posição no arranjo familiar contribuiu para reforçar sua disposição para o sacrifício individual, incorporada desde a infância, na medida em que a entrevistada dedica a maior parte de sua renda ao pagamento das despesas com as sobrinhas e com a casa, assumidas como prioridade. Ademais, a entrevistada vivenciou situações que contribuíram para baixar sua estima, inibindo ainda mais suas antigas disposições hedonistas, como suas tentativas frustradas para alcançar maior mobilidade escolar e ocupacional. Jane começou a trabalhar aos 14 anos de idade no salão de beleza de sua tia, conseguindo, posteriormente, montar seu próprio salão. No entanto, ela decidiu mudar de área profissional no momento em que se ampliava o complexo portuário de Suape, com a construção do Estaleiro Atlântico Sul, vislumbrando uma nova oportunidade de emprego. Desse modo, Jane investiu em um curso técnico de Mecânica na cidade do Cabo, voltado para solda naval, precisando transferir o salão para sua casa, de modo a reduzir suas despesas. No entanto, após alguns meses, o curso foi fechado pois não tinha licença do Ministério da Educação para funcionar. Sentindo-se prejudicada pelo investimento perdido e já sem o espaço do salão, Jane foi procurar emprego na Contax, tornando-se atendente de telemarketing. Embora esteja gostando da experiência de ter um emprego formal e já tenha sido promovida em seu novo emprego, ela precisa lidar com uma insegurança

permanente no trabalho, diante do alto número de demissões que estava presenciando.

Aí eu só tô meio assim, nunca passei por isso, sempre trabalhei, trabalhei no salão da minha tia, nunca tive problema com demissão, depois eu abri o meu, aí agora eu tô com essa experiência de ficar sempre com medo, isso é horrível.

A experiência de insegurança no trabalho contribuiu para reforçar as disposições ascéticas da entrevistada, tais como disposição para o autocontrole e para o pensamento prospectivo, refletindo-se em sua orientação ascética no campo dos estilos de vida. Jane também vivenciou algumas frustrações em suas tentativas de obter um diploma de nível superior, quando tentou aproveitar as oportunidades criadas com as políticas de inclusão no Ensino Superior, como o Prouni e o FIES. Ela conseguiu ingressar no curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Sá pelo o FIES, mas teve dificuldades para acompanhar as disciplinas e acabou reprovando em quase todas no primeiro período. Como o programa estabelece um número máximo de reprovações, Jane temia perder o curso e decidiu mudar para o curso de Administração, adiando o sonho de se tornar engenheira. No entanto, ela não gostou do novo curso e terminou trancando a faculdade.

O primeiro período já foi bem salgado e eu perdi várias cadeiras que eu tenho que repetir, aí me deu uma insegurança, como era FIES, porque o FIES tem uma quantidade de cadeira que você pode reprovar, senão você perde. Aí eu fiquei com medo, no próximo período, é... perder as cadeiras, aí eu fui fazer Administração pra conseguir um emprego melhor pra depois fazer engenharia. Eu acho que eu me perdi daí. Eu não devia ter pensado assim. Eu devia ter procurado saber melhor ou já que tava com insegurança devia ter trancado naquela época,

pensado e depois voltado. Mas aí o que é que eu fiz? Eu mudei de curso, quando eu mudei de curso, eu comecei em Administração. Quando eu vi que não era, eu fui trancar, quando eu fui trancar, eu realmente podia trancar, mas eu não podia voltar pra o outro, aí foi daí que eu...

É possível observar uma tendência de responsabilização individual pelos fracassos na trajetória escolar, muito comum entre os batalhadores, que contribui para baixar a estima da entrevistada e suas perspectivas de mobilidade ascendente. A entrevistada reconhece que não teve base para cursar engenharia, muito embora lamente não ter dado a importância devida aos estudos em sua época de escola, quando trabalhava no salão de beleza da tia, durante o dia, estudando à noite.

Eu deixei de ser engenheira, primeiro comecei tarde, e segundo eu não tenho base. Eu não sei nem dividir, como uma... É, eu não tenho base, eu sei dividir, é... conta de padaria, não é? Conta de padaria eu sei dividir. Eu sei somar, multiplicar, de padaria, do dia-a-dia, mas quando eu fui pra a faculdade, meu Deus, é outro mundo, é outro universo completamente diferente.

É válido destacar também a percepção da entrevistada, ao entrar na faculdade, acerca da diferença entre os saberes: o conhecimento abstrato, característico das classes dominantes, e o conhecimento prático, incorporado pelas classes populares através de um aprendizado prático do trabalho. Jane também afirma sentir dificuldades para ter relacionamentos amorosos, percebendo sua posição desfavorável no mercado matrimonial, como mulher negra, agravada pela sua recente descoberta de que não poderá mais ter filhos, devido a um problema de saúde que acarretou na necessidade de retirada do útero. Sentindo-se só e insatisfeita com o seu corpo, por ter engordado muito,

a entrevistada afirma não ter ânimo para comprar roupa ou investir na sua autoimagem.

Agora nem tanto, que eu to muito gorda, nenhuma roupa é bonita. Nada me agrada, calça jeans, eu só compro as que atacam. Detesto comprar calça jeans porque eu não uso calça cara, porque calça de grife, aonde as pessoas, calça de grife não, quando eu digo de grife não é porque é cara não, as calças tipo... essas lojas Fem, femi, né Femi, eu acho. Aquela outra que tem na Conde da Boa Vista, que é bem arrumadinha. Quando as calças são bonitas, elas parecem, essas pessoas, elas têm mais noção, por exemplo, eu to muito, eu to muito gorda, realmente. Eu tenho muita gordura localizada aqui [aponta para as pernas], então eu acho que a tendência é não puxar pra cá, só que quando eu vou comprar, eu compro ali na rua... que o pessoal chama aqui, a... a... a sulanca da cidade. Que o pessoal não vende pra comprar Toritama? Aí dizem que é a Toritama daqui, que o pessoal já compra lá pra revender aqui. Que tem aquele Cacos Modas. Deixei de comprar lá, que a calça ficou muito mais cara, aí fui em outros cantos. Só que o que é que tá acontecendo? As calças continuam grandes e eles eu acho que não têm essa tendência de verificar que uma calça muito grande, ela não tem que ter aquele clarão aqui. Geralmente, eu só consigo comprar assim, hoje em dia. Ela com aqueles detalhes, mais, um jeans mais claro aqui e um riscado aqui, ou com uma mancha aqui. Isso deixa minha perna desse tamanho e me achata. Eu fico desse tamanho. Aí parei de comprar roupa, eu compro o necessário. Quando eu, como eu tenho muito isso aqui, ela rasga aqui, aí eu mando costurar, a menina faz uma emenda, aí quando não dá mais, quando a emenda já dá pra perceber, aí eu já, já descarto, aí quando eu vou, compro.

A entrevistada afirma ter somente alguns pares de roupa, que são revezados ao longo da semana para ir ao trabalho, orientando suas práticas de consumo pela retórica da necessidade, tal como os demais batalhadores que permanecem

com uma orientação mais ascética no campo dos estilos de vida, diante de sua relativa mobilidade ascendente no período recente. A análise das práticas e preferências constitutivas do estilo de vida do batalhador ascético também conduziu a uma discussão acerca de algumas de suas disposições e inclinações políticas. Essa discussão é possibilitada pela noção de classe social adotada neste trabalho, fundamentada na perspectiva teórica de Bourdieu (2013a), segundo a qual o conceito de estilo de vida é parte integrante do conceito de classe, exprimindo, em cada um dos subespaços simbólicos, as condições objetivas das quais ele é produto. Ademais, a análise sobre as práticas de consumo das frações ascensionais das classes populares brasileiras favoreceu a discussão sobre suas opiniões políticas, na medida em que a maioria dos entrevistados baseava suas percepções sobre pertencimento de classe no acesso diferenciado ao consumo de bens e serviços e tendia a perceber a maior capacidade de consumo dos mais pobres como decorrência das políticas implementadas a partir do governo Lula. Nesse sentido, é importante tecer algumas considerações acerca de suas disposições políticas.

3.5 Ethos do trabalho duro e disposições políticas

A incorporação de uma ética do trabalho duro também se reflete, ainda que de maneiras diversas, nas opiniões e inclinações políticas do batalhador ascético. Como destaca Bourdieu (2013a, p. 428), as disposições políticas são aquelas que mais apresentam variações interindividuais no interior de uma mesma classe, uma vez que não dependem de modo simples e direto da posição ocupada pontualmente no espaço social, mas

também do efeito da trajetória social, que exerce forte influência sobre as percepções e opiniões políticas dos indivíduos. Essa noção deve ser entendida para além da compreensão estatística da diferença entre posição de origem e posição de destino, envolvendo o conjunto dos processos de socialização pelos quais o indivíduo passou e que podem exercer uma influência nas suas opiniões e inclinações políticas. Na pesquisa de campo, os processos de socialização primária e secundária se mostraram fundamentais na incorporação e reforço de determinadas disposições políticas, bem como para a apreensão das diferenças interindividuais encontradas no interior dessa fração de classe.

Além disso, como já aventado em pesquisas e discussões sobre as percepções políticas dos membros das classes populares, foi possível observar que tais membros não costumam ancorar suas inclinações e opiniões a partir de um conjunto explícito de princípios considerados “propriamente” políticos, identificando-se como sendo “de esquerda” ou “de direita”¹⁴. Como já mostrou Bourdieu (2013a, p. 404), destituídos da competência específica e afastados da lógica de produção da problemática política legítima, os membros das classes populares tendem a formular suas opiniões principalmente a partir de seu *ethos* de classe, reduzindo as questões políticas ao plano da experiência comum, apelando para uma resposta prática, ou seja, ética – daí a possibilidade de relacioná-las ao conjunto das

14 Em pesquisa recente realizada pela Fundação Perseu Abramo (2017) sobre os posicionamentos políticos encontrados na periferia de São Paulo, afirma-se que as categorias de esquerda e direita não parecem ter sentido para os membros das classes populares. Para uma análise sobre as consequências políticas e ideológicas do lulismo para a polarização do conflito entre ricos e pobres, em detrimento do conflito entre esquerda e direita, ver também André Singer (2012).

práticas constitutivas de seu estilo de vida. É por isso que, para o autor, os mais desprovidos de competência política específica tem mais possibilidades de se situar como defensores da ordem moral e da ordem social e até mesmo de se mostrar mais conservadores que os conservadores conscientes da ordem social, sempre que são levados a apreender determinados problemas, já constituídos como políticos no campo da produção ideológica, segundo as categorias de seu *ethos* de classe.

Nesse sentido, a discussão sobre temas como a redução da maioria penal, casamento gay ou corrupção podem ser avaliados a partir de uma perspectiva moralizante, que remete diretamente ao *ethos* do trabalho duro, mas também podem ser relativizadas quando confrontadas com as experiências vivenciadas pelos batalhadores ascéticos entrevistados, ou mesmo com base em alguns dos valores constitutivos desse *ethos*, tais como a solidariedade com o outro, baseada nas relações de identificação que estabelecem com os mais pobres. Essa relativização pode ser observada na opinião expressa por Jane sobre a redução da maioria penal.

Ah, eu acho tão preocupante. Seria bom pra... se reduzisse o crime. E esses que realmente têm essa índole, meu Deus do céu, o estupro é uma coisa mais... criança, mulher, o que for, é uma coisa muito... é uma coisa muito, sei lá, monstruosa, então, uma pessoa fazer um negócio desse, ela tem que ser tratada por uma maneira, não vou dizer que é pena de morte não sabe? Mas ela tem que ser tratada de um jeito diferente porque uma pessoa dessa solta, ela não, po já pensou uma criança, pegar de novo uma criança, pegar uma? Eu acho muito complicado, mas o Brasil, meu Deus, de novo o Brasil, pena de morte aqui só vai morrer pobre e inocente, porque eu lembro uma vez, não sei, eu, eu adolescente, alguém que roubou leite foi preso no mercado e aqui perto, aqui por detrás, uma mulher, ela tava com o

bebê no braço, mulher nova, era uma menina nova, menos de 20 anos, ela tava com a filha, foi errado, mas eu acho que ela não tinha condições e talvez ela tinha vontade, era véspera de Natal, ela roubou um esmalte. Aí tava com o bebê, roubou um esmalte e saiu. O segurança da loja, do mercado, deu nela. Uma criança no braço, bebê, era bebê, menos de um ano. Foi horrível, foi horrível, foi horrível, eu achei a coisa mais triste do mundo. Então eu vejo assim, sabe? Não vai procurar ver, pronto, um estuprador, ele não morrer nem, como o pessoal fala tem que arrancar uma unha de cada vez, não é bem assim, tem que ver como é que vai ser, não tem que ser normal, como todos os presos, mas tem que ser alguma coisa especial, diferente, pra, pra aquela pessoa ou botar na cabeça e mudar ou não sei, não ter condições de fazer de jeito nenhum, mas não, ninguém correr o risco com aquela pessoa. E uma coisa dessa não é pra ser tratada assim, ela errou, mas meu Deus, como é que pode apanhar, mulher apanhar, não é só porque é mulher não, mas assim, magrinha, novinha, foi um esmalte. Ela não chegou lá e não apontou uma faca, ela achou que aquilo foi errado, mas eu não sei se eu vou justificar o erro dela, o homem é dono de um mercadinho, um mercadinho, então um esmaltezinho de um real e pouco, não ia fazer falta, não ia quebrar, ele não ia dar, então ela foi lá, pra ter uma, entendeu? Eu penso assim. Aí com a redução da menoridade, eu tenho medo disso entendeu? O cara do mal mesmo, mas ele queimou lá um mendigo, queimou um índio, mas ele é filho de quem? Então ele escapa. E esses assim que, meu Deus do céu, porque então o filho do papai ali tem um celular do bom, oxe eu vou tomar, amanhã o pai dele compra outro. Eu nunca vou ter. Vai lá e entendeu? É errado. Mas esse vai morrer. Esse vai morrer, esse vai apanhar, esse vai ficar preso. É isso que eu leio.

Destituídos da “competência específica” para avaliar essa problemática a partir de uma perspectiva propriamente política, os batalhadores ascéticos recorrem ao *ethos* do trabalho duro,

mediando as posições encontradas na opinião pública, com que são confrontados com os valores constitutivos do *ethos*, reforçados pelas suas próprias experiências. No caso de Jane, prevalece em sua avaliação um senso de justiça social e uma relação de identificação com os mais pobres – constitutivos do *ethos* do trabalho duro – que passa pela compreensão dos seus comportamentos desviantes, motivados por desejos de consumo – tais como a vontade de ter um esmalte na véspera de Natal, ou de ter um celular do bom. Subjacente a essa opinião, é possível observar uma compreensão do acesso a bens de consumo característicos das classes média e alta que se aproxima da perspectiva do acesso a direitos, discutida no capítulo anterior, já que a entrevistada justifica os comportamentos desviantes dos mais pobres motivados por desejos de consumo. Ela se ancora numa compreensão prática, exprimindo uma visão crítica acerca das relações entre as classes sociais, em que o acesso à justiça aparece como privilégio das classes dominantes. Essa visão é compartilhada por outros batalhadores ascéticos entrevistados na pesquisa e parece remeter diretamente a uma religiosidade católica popular – que permanece como conteúdo objetivo de sentido em práticas quase naturalizadas, mesmo entre aqueles que afirmam não possuir religião – norteando suas avaliações a partir de valores como a solidariedade e a fraternidade, pela relação de identificação e compaixão com os mais pobres e por um senso de justiça, que se reflete na sua disposição para a caridade, para compreender aqueles que vivem numa situação de marginalidade e violência, assim como para ter uma visão mais crítica acerca da relação entre as classes sociais.

A percepção da desigualdade social aparece como um dos principais problemas da sociedade brasileira entre os

batalhadores entrevistados. Ademais, a relação de identificação com os mais pobres faz com que a maioria deles tenha simpatia pelos governos do PT ou pelo menos reconheça sua importância para a implementação de políticas sociais de combate à pobreza e de promoção do acesso a bens de consumo e serviço pelas classes populares – embora seja possível observar também uma tendência crescente de descrença na política, que aumenta seu desinteresse pelo tema. O reconhecimento de que os governos do PT seriam mais alinhados aos interesses do povo pode ser observado mesmo entre os entrevistados que sustentam posições políticas mais conservadoras ou que se mostraram insatisfeitos com medidas do governo Dilma Rousseff¹⁵. Nesse sentido, mesmo diante da enxurrada de notícias sobre os escândalos de corrupção envolvendo grandes nomes do partido e do reconhecimento do problema da corrupção, a maioria deles optou pelo voto nos candidatos do PT – Lula e depois Dilma –, por identificá-lo como um partido que representa os mais pobres. Isso pode ser observado na explicação de Jéssica sobre como decidiu votar em Dilma na eleição de 2014.

I: Primeiro por ela ser mulher e... não tinha muito assim candidato que eu... dissesse: “esse vai fazer diferente”. Aí eu optei mais por ela mesmo.

E: Sim. E o Aécio?

15 Durante as entrevistas, realizadas logo após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em janeiro de 2015, muitos entrevistados afirmavam se sentir enganados pelas medidas impopulares adotadas pelo segundo governo Dilma, contrariando as promessas feitas em sua campanha eleitoral, tais como mudanças nas regras para concessão de benefícios da previdência, aumento nas contas de energia e no preço da gasolina.

I: Não, Aécio, eu acho que não é muito confiável não. Dizem que ele só vai pra a parte dos ricos.

É possível observar uma preferência pelos governos do PT estabelecida a partir da identificação desse partido como representante de seus interesses de classe e da polarização do debate político-eleitoral em torno do conflito entre ricos e pobres. André Singer (2012, p. 32) destaca que a rearticulação ideológica advinda com o lulismo, a partir do realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006 – devido à ampla adesão dos mais pobres à base eleitoral petista e a concomitante perda do apoio da classe média – tira a centralidade do conflito entre direita e esquerda, reconstruindo uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres. Desse modo, é importante ressaltar a ampla adesão das frações ascensionais das classes populares analisadas nesta pesquisa à nova articulação ideológica construída pelos governos do PT, o que só é possível a partir das inúmeras mediações realizadas pelos indivíduos na recepção dessa ideologia, através de suas diversas experiências e percepções sobre o maior acesso ao consumo de bens e serviços, que constituem uma das principais maneiras pelas quais eles sentem as mudanças estruturais em sua vida cotidiana.

Por outro lado, Jessé Souza (2012) ressalta que ao invés de perceber essa convergência entre uma determinada classe e certo partido político como um posicionamento político legítimo, a opinião pública empenhou-se em deslegitimar tal posicionamento, afirmando que os mais pobres não sabem votar, uma vez que os pobres se orientariam por interesses particularistas – votando com a barriga –, manipulados por medidas “populistas” tais como o Programa Bolsa Família e pelos ganhos

diretos que obtiveram com os governos do PT – enquanto a disposição política se constituiria a partir de um distanciamento do mundo das necessidades materiais. De acordo com Bourdieu (2013a), a constituição da competência considerada “propriamente” política depende tanto de um distanciamento com relação às necessidades materiais quanto do controle dos meios de produção ideológica da problemática legítima. Como os batalhadores não detêm esse controle e permanecem ameaçados pelas necessidades materiais, são relegados a uma posição de destituição estatutária, na qual não se sentem autorizados para falar de política; são aqueles que não entendem de assuntos políticos. Suas opiniões são consideradas particularistas, na medida em que remetem aos interesses de classe, enquanto a opinião pública e, mais particularmente, a mídia se ocupa da constituição da problemática legítima, supostamente desinteressada e universalista, expressa por aqueles que se encontram distanciados do mundo das necessidades materiais¹⁶.

Esse mecanismo de destituição pode ser observado na discussão sobre o Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS). Em sua grande maioria usuários do SUS, os batalhadores entrevistados nesta pesquisa expressavam opiniões sobre a demora em conseguir consultas; falavam dos tratamentos médicos que conseguem fazer pelos SUS, do acesso aos remédios gratuitamente e do fato de recorrerem ao SUS ainda quando dispõem de plano

16 Em um estudo recente, Maria Eduarda da Mota Rocha (2016) faz uma análise da cobertura do Jornal Nacional sobre o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, mostrando de que maneira a denúncia de golpe, por parte de representantes do PT como Dilma e Lula, é identificada como particularista, a partir do discurso de classe adotado pelos mesmos, enquanto os defensores da tese do impeachment aparecem como universalistas, representando os interesses de toda a nação.

de saúde, o que indica sua ampla adesão ao sistema público de saúde, ainda quando mais distanciados das necessidades materiais. Já os membros de classe média entrevistados elogiavam a ideia universalista do programa, de um serviço público para todos, embora não fizessem uso desse sistema; ou então faziam alusão ao desvio de verbas da saúde, da corrupção inerente a esse sistema. Essa diferença permite perceber o quanto a constituição da problemática política legítima pressupõe certo distanciamento das condições materiais de existência, ou seja, remetendo ao estilo de vida das classes dominantes. As disposições políticas formadas a partir de sua experiência prática são deslegitimadas frente àquelas posições que pressupõem maior distanciamento ou um desinteresse, tal como encontrado nas disposições políticas dos membros da classe média¹⁷. Desse modo, por meio de um processo de violência simbólica, os membros das classes populares consideram que não possuem a atribuição estatutária para discutir os assuntos sobre política. Por outro lado, é inegável que há uma demanda por serviços públicos de saúde entre os batalhadores, mesmo entre aqueles que acabam aderindo a um plano de saúde privado, sobretudo pela necessidade de um serviço de emergência mais eficaz. Os batalhadores entrevistados na pesquisa consideram a saúde um direito básico e fundamental de todos.

Também é interessante observar a via de mão dupla da representação de classe do batalhador como algo que é

17 Beverley Skeggs (2015, p. 95) destaca uma crescente tendência de “universalização da classe média”, na medida em que os valores e práticas culturais tradicionalmente associadas a essa classe e, dependentes do acesso às formas do capital cultural, tornam-se a normativa. Desse modo, embora seja uma classe particular, com uma história específica, o aumento do alcance de suas práticas e valores é considerado “universalmente normal”, “bom” e “apropriado”.

profundamente influenciado pela percepção das outras classes, por uma moralidade da classe média, que encontra legitimação na opinião pública. Jessé Souza (2012, p. 356) destaca que, mesmo entre trabalhos acadêmicos, é possível observar uma crítica ao apoio das classes populares aos governos do PT, a despeito de toda a denúncia sobre escândalos de corrupção envolvendo grandes nomes do partido, desde o “Mensalão” em 2006. Essa crítica se fundamenta na ideia de que os mais pobres não se importam com a forma corrupta com que esse partido governou o país, desde que sejam beneficiados pelas políticas sociais implementadas pelo governo – conteúdo – em contraposição a uma classe média que desaprova esses governos justamente pela reprodução de uma prática política corrupta, independentemente de seus avanços no combate à pobreza e à desigualdade social.

De modo semelhante, as políticas sociais do governo Lula foram fortemente questionadas pela opinião pública, conduzindo as classes populares a um processo de violência simbólica, percebido nas entrevistas através da forma ambígua com que alguns batalhadores avaliavam tais políticas, como é o caso de algumas avaliações acerca do Programa Bolsa Família (PBF). Por um lado, os batalhadores ascéticos afirmavam a necessidade e a importância do programa para combater a pobreza, tendo alguns deles até mesmo tentado se tornar beneficiários. Por outro lado, alguns deles ancoravam sua opinião numa avaliação mais moralista do programa, condicionando seu uso ao “merecimento” dos beneficiários, avaliado a partir de seu comportamento, sua disposição para trabalhar, o uso “correto do dinheiro recebido, entre outros. Essa tensão pode ser observada na opinião expressa por Jane.

[O governo Lula] foi bom pra a gente que tinha um pouquinho menos, porque a gente conseguiu com esse FIES entrar na faculdade, é... o Bolsa Escola, Bolsa Escola não, Bolsa Família, não sou contra, mas a maneira que eles usam o Bolsa Família eu sou contra sim, não é? Porque o Bolsa Família precisa ser dado mesmo, tem que ter ajuda, quem não tem renda, tem que ter ajuda, mas não da forma que tá sendo, as pessoas se acomodarem pra não crescer, só receber, receber, sem crescer. Isso não! Mas tem que ser dado sim, pra as crianças ir pra a escola, parar de trabalhar na rua, então você tem essa renda que o governo tá dando, pros filhos ter escolha melhor etc. e tal, pra amanhã eles não precisarem ajuda e sim ter o deles. E isso depois, eu achei que ia ser assim, mas na verdade era só pra comprar, pra conquistar e tal, e agora desandou. Aí é isso que me desencantou. Nunca fui petista não, mas isso me desencantou mais ainda.

[...]

Então se tivesse o Bolsa Família, então ia sobrar um dinheiro pra a gente botar numa escolinha melhor, ia ser pra isso, mas... outras famílias, eles têm o Bolsa Família, que as meninas como estudam em colégio da Prefeitura, então eu escutei muito disso, chegava lá a mãe, a farda do menino suja, o menino com o caderno rasgado, porque ela não quer chamar atenção. Na verdade, o Bolsa Família era pra ela andar com o shortinho da Ga, da Gasoline não, Absolut, sei lá, essas marcas. Tava lá toda apertada, aquele shortinho, tudo assim. A gente ficava, a gente fica observando né? A sandália... o menino lá com a havaiana suja, suja, suja, mas ela com a sandália de perigete. Essas coisas de... de fultista [fútil]. E... é isso mesmo por causa que a mulher não trabalhava. Creche? O pessoal da creche: “ah, essa mulher não trabalha”, então essas coisas assim, tinha que tá “em cima”, tinha que ter uma certa... lógico, ainda bem que a criança tava indo pra a escola, mas a criança chegava em casa, a mãe não ia tomar lição, não ia dar, não aprende.

É possível perceber certa tensão na posição da entrevistada, uma vez que ela considera o PBF importante para manter as

crianças afastadas do mundo do trabalho e superar a condição de pobreza, mas ao mesmo tempo critica o comportamento de algumas famílias beneficiárias, que não fazem por merecer um benefício que recebem sem trabalhar, afirmando que os governos do PT implementaram essa política somente para comprar e conquistar a população. Esse posicionamento parece refletir, por um lado, uma identificação com os mais pobres ancorada em sua experiência prática e, de outro lado, o crescente questionamento da opinião pública em torno do programa, que dialoga diretamente com valores do *ethos* do trabalho duro, como a ideia de que as conquistas devem decorrer do esforço individual e da disposição para o trabalho duro, além da disposição para o sacrifício individual.

Desse modo, a entrevistada faz também um julgamento moral em torno do comportamento vaidoso da mulher, que prioriza seus interesses individuais em detrimento dos interesses da família. A avaliação moral em torno do PBF questiona não somente o comportamento do beneficiário com relação ao trabalho, mas também suas práticas de consumo, uma vez que não se considera apropriado gastar esse dinheiro com o consumo de bebidas ou mesmo com roupas de marca, pois ele não é resultado do suor do trabalho. Nesse sentido, o benefício do programa não parece ser avaliado como um direito dos mais pobres, convergindo diretamente com o amplo questionamento do programa pela mídia. A posição sustentada por Jane permite perceber também o caráter heterogêneo dos posicionamentos políticos dessa fração de classe, ainda quando se trata de um mesmo indivíduo, uma vez que a entrevistada exprime empatia e identificação com os mais pobres, que apresentam comportamentos desviantes para atender a seus desejos de consumo e,

ao mesmo tempo, critica as mães que recebem Bolsa Família e compram bens de consumo para usufruto próprio, ao invés de investir na educação dos filhos. Essa tendência em avaliar políticas sociais como o Programa Bolsa Família a partir de uma perspectiva moralizante pode ser observada sobretudo entre aqueles que alcançaram o topo dessa fração de classe, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

O batalhador empreendedor

A pessoa pra ser comerciante tem que sempre tá com um sorriso no rosto assim, mesmo que por dentro ele esteja triste, mas tem que sempre tá com um sorriso.

Moisés, pequeno comerciante entrevistado

A partir da pesquisa de campo, foi possível analisar um conjunto de batalhadores cujo processo de mobilidade ascendente foi assegurado pelo estabelecimento de seu próprio negócio, ocupando o topo dessa fração de classe, através do acúmulo de um maior volume de capital econômico. Embora possuam uma trajetória semelhante aos demais batalhadores, marcada pela proximidade com relação ao mundo das necessidades materiais e pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro desde a mais tenra idade, eles conseguiram galgar uma posição acima dos demais batalhadores, apresentando maiores mudanças com relação às práticas de consumo, constitutivas de seu estilo de vida. Além das disposições ascéticas para o trabalho duro, observadas entre os demais entrevistados, os batalhadores empreendedores conseguiram incorporar

um conjunto de disposições consideradas fundamentais para o estabelecimento de seu próprio negócio e sobrevivência em um mercado fortemente competitivo (SOUZA, 2012).

Jessé Souza (2012, p. 56) destaca que o rearranjo radical do mundo do trabalho, advindo com a penetração do capitalismo financeiro e flexível no Brasil, possibilitou – paralelamente à emergência do batalhador trabalhador – a constituição de uma pequena burguesia de novo tipo: o batalhador empreendedor. Trata-se do “pequeno proprietário da pequena fábrica de ‘fundo de quintal’”, cujo estilo de vida não difere, muitas vezes, “do próprio trabalhador que emprega, muito frequentemente, sem pagar direitos trabalhistas nem impostos de qualquer tipo”. Segundo o autor, os limites entre essas duas frações de classe são fluidos, o que dificulta a definição exata de seu pertencimento de classe. De modo semelhante, André Singer (2015, p. 8) afirma que se faz necessário reconhecer a possibilidade do surgimento de uma “nova pequena classe média”, composta daqueles que teriam dado um passo a mais em seu movimento ascensional, em comparação ao “novo proletariado”, cuja migração do subproletariado teria sido possibilitada pela integração no mercado de trabalho formal, mesmo que precarizado, e aquisição de uma cidadania trabalhista. Essa nova classe seria constituída pelos trabalhadores por conta própria, que, segundo dados do DIEESE, compõem 21% da classe trabalhadora brasileira. No entanto, o autor destaca que a pequena nova classe se distancia do trabalhador que “vive de bicos”, típico do setor informal, buscando ascender socialmente através do estabelecimento de negócios autônomos.

Apesar disso, Singer (2015, p. 11) afirma concordar com Souza com o fato de que denominar essas frações ascensionais

como uma “nova classe média” pode acarretar consequências políticas, contribuindo para o estabelecimento de um elo de identificação com a classe média tradicional – a qual ela não pertence por ser desprovida tanto de capital cultural quanto das ocupações socialmente valorizadas – distanciando tais frações das posições políticas consideradas mais próximas dos seus interesses objetivos. Nas suas palavras, “ensina a sociologia que quando não existem fortes subculturas de classe em ação os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm”. Nesse sentido, o autor adverte que a identificação dessa mobilidade ascendente como a emergência de uma “nova classe média brasileira” pode ter consequências políticas importantes – e diversas – não somente para os trabalhadores autônomos como também para o que denomina como “novo proletariado”.

Neste capítulo, serão discutidas as condições que possibilitaram a ascensão dos batalhadores empreendedores, à luz dos dados encontrados na pesquisa empírica, destacando as semelhanças e diferenças observadas em suas trajetórias, com relação aos demais batalhadores, assim como as mudanças no âmbito das suas práticas de consumo e de seus posicionamentos políticos. Durante a pesquisa de campo, foi possível entrevistar duas batalhadoras que trabalhavam como cabelereira e conseguiram abrir seu próprio salão de beleza no período recente, um garçom que abriu um restaurante de comida japonesa (temakeria), um motorista, cuja ascensão foi alcançada através do estabelecimento de uma pequena quitanda de frutas e verduras, além de um ajudante de pedreiro, que se tornou encarregado de obra e, posteriormente, microempresário,

abrindo uma empresa de serviços terceirizados em construção civil, em sociedade com um amigo.

Mais uma vez, é importante destacar que, embora cada um dos entrevistados possua uma trajetória singular, decorrente das vivências e experiências que lhe conferem uma inscrição única no mundo social, é possível observar a incorporação de um conjunto de disposições comuns a todos eles, que refletem as semelhanças nas condições objetivas das quais são o produto (BOURDIEU, 2013a). A análise de uma trajetória exemplar permite explorar o conjunto das disposições incorporadas, através dos diversos processos de socialização, consideradas fundamentais para assegurar o processo de mobilidade ascendente do batalhador empreendedor, bem como a predominância de uma orientação ascética no campo dos estilos de vida, responsável por assegurar sua sobrevivência no mercado competitivo.

4.1 Análise de um perfil exemplar: um pequeno comerciante preocupado com o futuro

Moisés, 47 anos, é um pequeno comerciante que reside na comunidade do Sítio do Berardo, Prado, com sua esposa e dois filhos. Seus pais não foram escolarizados. Quinto filho de uma família com seis irmãos, Moisés se lembra da condição apertada vivida na infância, quando sua mãe era dona de casa e seu pai trabalhava como auxiliar de serviços gerais na fábrica de estopa que havia neste mesmo bairro.

Em termos de financeiro existia um pouco mais de dificuldade do que hoje. As coisas era mais difíceis né? Em termos de alimentação, vestuário, essas coisas, era mais difícil, porque o

salário dele [pai] também não era essas coisas, era serviços gerais, pra sustentar seis filhos, era muito difícil. Aí com o tempo, né, os irmãos foram crescendo, aí começaram a ajudar ele, aí as coisas foram ficando mais fáceis.

Embora tenha vivenciado momentos de privação material na infância, sobretudo em termos de vestuário e brinquedos – já que a renda da família era destinada quase totalmente à alimentação –, Moisés cresceu num momento de mais folga em termos financeiros, quando o pai se tornou comerciante de feira livre e os irmãos mais velhos passaram a ajudá-lo. O próprio entrevistado começou a ajudar o pai na feira aos doze anos de idade, adquirindo, de modo afetivo e inconsciente, as disposições para o trabalho duro, além de disposições fundamentais para atuar como comerciante, tais como a disposição para a construção de uma imagem positiva e disposições econômicas gerais – tais como a disposição para o cálculo econômico e a capacidade de poupança (SOUZA, 2012).

Impossibilitado de contratar funcionários, o pai de Moisés contou com a participação dos filhos em seu negócio, considerada fundamental para conseguir se estabelecer no ramo do comércio de frutas e verduras, construindo um projeto de mobilidade ascendente, que só é possível com a ajuda de familiares e se constitui como um projeto familiar. Sendo um dos filhos mais novos, o entrevistado teve acesso a recursos que os irmãos mais velhos não tiveram, como a oportunidade de estudar. Moisés conseguiu terminar o Ensino Médio, no entanto, sua relação com os estudos foi permeada por uma permanente tensão, devido à necessidade de conciliar a vida escolar com o trabalho, que marca a trajetória de todos os batalhadores entrevistados – mesmo daqueles que investem na aquisição de

capital escolar como forma de assegurar a mobilidade ascendente da família, como é o caso dos batalhadores culturais que serão discutidos no capítulo 6. Ademais, Moisés não tinha a percepção de que estudar lhe garantiria uma posição melhor no mercado de trabalho, o que se fundamentava no próprio exemplo bem-sucedido do pai, cuja ascensão foi alcançada através de aprendizado prático do trabalho. Apesar disso, hoje Moisés lamenta não ter ido adiante nos estudos, sentindo-se responsável por não ter investido na sua trajetória escolar. Esse mecanismo social de responsabilização individual pelo próprio fracasso tem sido crescentemente reproduzido pelas instituições modernas e será vivenciado por muitos batalhadores na sua relação com os estudos (SOUZA, 2012, p. 73).

Por outro lado, o entrevistado também reconhece que os pais não tinham as condições objetivas para acompanhar a sua vida escolar, orientando as tarefas, indo às reuniões ou mesmo acompanhando os recados enviados pelos professores. Moisés se lembra que sempre conseguia escapar dos castigos, quando os professores escreviam advertências no caderno, pois seus pais não conseguiam ler e ele não lhes transmitia as mensagens. Na condição de analfabetos, suas expectativas eram de que se o entrevistado aprendesse a ler e a escrever já seria uma grande conquista.

Os meus pais, eles, eles só diziam assim: “vá estudar pra você ser alguém na vida”, mas eles não, eles não tinham aquela, aquela cultura, aquela formação de, de especificar o que era que, só dizer: “vá estudar, vá estudar”. Isso aí parece que entrava num ouvido e saía no outro. Era preciso assim uma, uma linguagem melhor pra entendimento melhor, pra mim, no meu caso, aí dizia: “estudar, estudar, doutor, doutor”. Não tinha, não tinha

assim uma linguagem muito específica, “você vai estudar pra ser engenheiro, pra ser um médico, pra ser...”. Não tinha aquela linguagem porque por eles serem analfabetos aí só mandava a pessoa estudar, estudar, e eu como, como eu comecei a trabalhar com ele [o pai] na infância, já comecei a... a ganhar um dinheirozinho, ele não tinha condições de nos dar o que a gente precisava, de brinquedos, aí o dinheiro que a gente ganhava ele deixava a gente à vontade pra comprar o que quisesse...

O aprendizado prático, no seio da socialização familiar, prevalece como caminho para ingressar no mundo do trabalho, em detrimento da socialização escolar. Nesse sentido, embora Moisés tenha conseguido concluir o Ensino Médio – o que ajuda a explicar sua capacidade reflexiva para perceber os limites impostos pela sua condição objetiva como filho de pais analfabetos –, ele não percebia a trajetória escolar como porta de entrada no mercado de trabalho, uma vez que a imposição da necessidade já havia inserido o entrevistado neste mundo desde a infância. Além disso, é possível observar uma inclinação para um retorno financeiro mais rápido, trabalhando com o pai em seu pequeno comércio, o que também lhe possibilitava satisfazer alguns de seus desejos por bens de consumo.

É importante destacar também que tanto a sua socialização familiar, quanto a socialização escolar, foram estruturadas através de relações punitivas. Moisés afirma que se sentia querido pelos pais, embora reconheça que no tempo da sua infância *a educação era mais rude* e ele costumava apanhar dos mesmos. O entrevistado também apanhava da professora do reforço com a palmatória quando errava algum exercício. Essa postura era autorizada e aprovada pelo pai, que considerava a forma adequada para aprender – crença incorporada posteriormente por Moisés.

E hoje eu agradeço, é melhor apanhar dos pais do que apanhar da polícia, porque se eles não tivessem batido em mim, nos meus irmãos, hoje... talvez eu teria sido um marginal, qualquer coisa aí, porque mesmo o poder aquisitivo deles sendo baixo, eles mostravam respeito assim, respeito, impor, ele... ele dava o respeito, se... não fizesse o que ele tava querendo, ia pra a palmada mesmo.

Destituído dos recursos socialmente valorizados – tais como capital econômico, capital cultural e ocupação qualificada – o pai de Moisés assegurava sua posição como provedor material e moral da família através da imposição da força, buscando garantir sua autoridade e respeito entre os familiares. Vera Telles (2013) destaca que a valorização das hierarquias internas à estrutura familiar traduz o fato muito concreto de que a sobrevivência dos mais pobres depende dos recursos pessoais e energias morais que a família é capaz de mobilizar. Desprovidos de recursos materiais e de uma posição socialmente reconhecida, os membros das classes populares buscam assegurar a reprodução da família através de uma educação rígida, transmitindo princípios morais nos quais se ancoram para garantir sua dignidade, *apesar de sua condição de pobreza*. De modo semelhante, Sarti (1994, p. 59-60) ressalta a importância da família para os pobres como componente estrutural de seu lugar no mundo social, sobretudo num contexto em que não existem outras instituições que pudessem realizar de modo mais eficaz a mediação do indivíduo com a sociedade mais ampla. Segundo a autora, num país onde os recursos de sobrevivência são privados, devido à precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, previdência e amparo à infância e à velhice, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos na mediação entre indivíduo e sociedade, o processo

de adaptação à vida cotidiana dos pobres é estruturalmente mediado pela família.

A estruturação da socialização familiar sobre bases punitivas também pode ser percebida como mais uma maneira pela qual o batalhador vivencia a pobreza como “experiência da liminaridade”, uma vez que o pobre é frequentemente coagido a provar sua dignidade. Desse modo, ele busca ressignificar positivamente sua condição de pobreza através de uma conduta ascética, voltada para o trabalho, que se caracteriza por uma rigidez de princípios morais, além de uma inserção precoce no mundo do trabalho. Por outro lado, Sarti (1994, p. 94) destaca a reprodução de um padrão unilateral do exercício da autoridade no tratamento dado às crianças, que coincide com o tratamento que as instituições públicas reservam aos mais pobres, de modo que a privação que dificulta o exercício da cidadania está longe de ser meramente material, constituindo-se também no plano afetivo. A forma punitiva e pouco estimulante com que Moisés foi educado durante sua socialização familiar e escolar contribuiu para que desenvolvesse uma disposição fraca para os estudos, embora hoje ele considere esse método como algo necessário para o seu aprendizado, conformando uma visão de mundo na qual o aprendizado advém do sofrimento e fornecendo indícios de uma incorporação bem sucedida desses princípios morais, que se reflete na sua relação com os filhos e com a esposa e até mesmo em seus posicionamentos políticos, como veremos adiante.

A infância de Moisés também foi marcada por certa desestrutura familiar, uma vez que o seu pai bebia e se tornava agressivo com os filhos e com a mulher. Ele também não observava cenas de amor romântico entre os pais, o que acabou

incorporando e reproduzindo involuntariamente com a sua esposa e filhos, embora o entrevistado reconheça isso como uma limitação e tente mudar.

Algumas coisas eu herdei do meu pai pelo convívio assim com minha esposa, porque eu sentia que ele amava minha mãe, mas não era... não era de dar flores, nera tão carinhoso assim como eu também não sou muito de... eu procuro melhorar, mas eu acho que isso aí, essas coisas assim, eu puxei mais ao meu pai.

Segundo Jessé Souza (2012, p. 137), a concepção do amor romântico depende da autonomização relativa da esfera erótica com relação à esfera econômica e à esfera religiosa. O batalhador sente dificuldades de vivenciar o amor romântico devido à sua situação de insegurança material e falta de liberdade com relação ao tempo, uma vez que a vida conjugal é totalmente interdependente da esfera produtiva. Essa interdependência pode ser percebida entre os batalhadores ascéticos entrevistados nesta pesquisa, sobretudo entre os mais velhos, que passaram boa parte da vida ameaçados pelas condições de privação material. Embora tenha se distanciado mais recentemente das necessidades econômicas, Moisés também não dispõe de tempo livre nem das disposições necessárias para vivenciar “momentos a dois” junto à esposa, que costumam ser percebidos como luxo pelo *ethos* ascético.

O sonho de Moisés era seguir a carreira militar, mas ele se frustrou quando Collor assumiu o poder e suspendeu a indenização a que ele tinha direito por quatro anos de serviço. Desse modo, o entrevistado desistiu da carreira militar e, em seguida, teve várias experiências de trabalho, tanto no mercado formal quanto no informal. No entanto, seu projeto de mobilidade ascendente se concentrava principalmente na tentativa de se

estabelecer como trabalhador autônomo, tornando-se “patrão de si mesmo”, apesar de sua relativa facilidade para ingressar no mercado de trabalho formal como trabalhador assalariado, com seu diploma de nível médio, além de algumas habilidades adquiridas, tais como a de saber dirigir e ter carteira de motorista, o que lhe garantiu emprego de motorista numa fábrica de confecções, ganhando um pouco mais do que um salário mínimo – além de suas diversas tentativas frustradas de se estabelecer como pequeno comerciante.

Porque no início eu comecei a negociar com água mineral e com cachorro quente. Tinha uma casa de sh..., ainda hoje existe agora é outro nome, uma casa de show aqui no Prado, que antigamente era Cavalos Dourados. Aí eu comecei com uma carroça de cachorro quente, depois comprei outra, aí depois com um certo tempo apareceu uma tal de uma epidemia aí que acharam, é, que negócio com cachorro quente, aí tava, caiu muito as vendas. Aí eu me desfiz, aí depois passei a negociar com água mineral, mas nessa época eu... solteiro, solteiro, ganhava bem, mas também gastava muito. Ganhava fácil e gastava fácil. Aí saía pra praias, pagodes. Solteiro, aí gastava fácil.

Como já destacado no capítulo anterior, além da disposição para o trabalho duro, a virilidade é um valor importante para o processo de construção identitária do homem das classes populares, no qual a “farra” desponta como a contraface do mundo do trabalho, entrelaçando-se aos princípios e promessas da cultura de consumo, na medida em que o processo de autoafirmação é vivenciado através do consumo de bens, tais como automóvel, vestuário, bebidas alcoólicas, festas e mulheres. É possível observar um ritual importante nesse processo, que marca a passagem da “vida de solteiro” para a “vida de casado”, permitindo perceber que o projeto de mobilidade

ascendente se constitui enquanto projeto familiar – e não individual – e que a posição ocupada no seio da família é fundamental para a constituição identitária dos indivíduos pertencentes às frações ascensionais das classes populares. Nesse sentido, enquanto a fase de solteiro se caracteriza pela promiscuidade, pelo desregramento, pela bebida e pela incorporação de disposições para o consumo e lazer, ao se casar, o homem casado se torna o provedor da casa, responsável por assegurar o sustento material da família e também sua base moral. De acordo com Sarti (1994, p. 111), embora a vida de solteiro seja uma etapa necessária para a aquisição do código masculino de sociabilidade e para o processo de “tornar-se homem”, há uma percepção entre os homens da classe trabalhadora de que eles só conseguem progredir na vida depois de casar e constituir família. Essa percepção também é compartilhada por muitas batalhadoras entrevistadas na pesquisa de campo – sobretudo entre as mulheres mais velhas ou com baixo volume de capital escolar e cultural –, para as quais o casamento parece constituir uma etapa fundamental em seu processo de autoafirmação, percebido como um importante marco divisor em sua vida, a partir do qual elas constroem uma ordem cronológica pessoal, narrando os eventos de sua biografia (“quando eu era solteira”; “depois que eu me casei”).

Desse modo, o casamento e a constituição de uma nova família podem atuar como importantes processos de socialização secundária, reforçando as disposições ascéticas incorporadas pelo batalhador desde a infância. A constituição de uma família foi fundamental para o processo de autoafirmação de Moisés, que também recebia incentivos de outros familiares para abrir seu próprio negócio, além de observar a

trajetória de mobilidade ascendente de seus irmãos e primos, que se tornaram todos pequenos comerciantes – com exceção da única irmã, a qual se tornou dona de casa, morando na mesma casa desde a infância, onde Moisés montou sua quitanda na parte dianteira.

Aí depois que eu saí dessa distribuidora, aí fui trabalhar nessa fábrica de confecções como motorista, depois com um certo tempo, aí meus primos que também negociavam com comércio em feiras livres me perguntaram assim: “Moisés, o teu salário?”. Eu disse: “é um salário de motorista”. Se hoje um salário de motorista é de, de ônibus é R\$ 2000 reais, porque tem as categorias, o meu era R\$1800, aí disse: “rapaz...” – eles disseram pra mim – “esse dinheiro que você ganha num mês, você ganha quinzena e final de mês, esse dinheiro que você ganha por mês, você ganha... dentro de uma semana, quinze dias. Você vai ficar trabalhando pros outros?”. E financeiramente, esses meus primos tavam melhores do que eu, financeiramente, aí eles que me deram assim uma luz, “você não tem experiência de negociar com frutas e verduras? Arrume um local, arrume um local pra negociar, aí foi quando eu recebi o, o dinheiro das minhas férias, onde eu trabalhava, recebi o dinheiro das férias e aproveitei esse período de férias pra negociar com frutas e verduras.

É importante destacar a ampla penetração da ideologia do empreendedorismo entre os membros das classes populares brasileiras, a qual parece ganhar contornos específicos, entrelaçando-se com um legado escravagista, cujas reminiscências persistem até o presente, estruturando as relações sociais. Desse modo, muitos batalhadores entrevistados partilham da crença de que trabalhar para os outros seria uma sujeição e buscam alcançar maior autonomia econômica e moral montando o seu próprio negócio. No entanto, Jessé Souza (2012) destaca a perversidade dessa lógica, que converge com a nova

roupagem assumida pelo capitalismo nas sociedades contemporâneas, em sua versão flexível e neoliberal, na qual o trabalhador assume jornadas de trabalho extenuantes, sem nenhum direito trabalhista assegurado, pois acredita estar trabalhando para si próprio. Também é possível observar a incorporação de disposições para o trabalho duro, na medida em que Moisés aproveitou o ordenado recebido pelas férias e o seu tempo livre para investir em um novo ramo – tendência observada em outros batalhadores ascéticos entrevistados –, tentando conciliar o pequeno negócio com o trabalho de motorista, quando as férias acabaram. No entanto, diante da impossibilidade de manter os dois vínculos, devido à falta de tempo, o entrevistado decidiu sair do emprego, confiante com a experiência adquirida desde a infância no comércio de frutas e verduras, estabelecendo-se como pequeno comerciante a partir de 2012. Desse modo, é importante ressaltar a incorporação de disposições para a autossuperação, além de disposições para o cálculo econômico e para a previsão, na medida em que ele decidiu investir nesse ramo por prever uma crescente demanda por frutas e verduras, observando o crescimento do número de prédios de classe média próximo ao seu ponto de venda. Tais disposições são consideradas fundamentais para prosperar nesse ramo.

Do comércio, do comércio, sempre tem umas... umas altas, porque a tendência assim pra essa, essa área de frutas e verduras, a tendência é só... aumentar [...] a renda porque... as mídia é tudo incentivando as pessoas a praticar exercício físico, aí nisso incentiva o consumo mais de frutas e verduras. Aí a tendência é o aumento do, do vendedor, o aumento só tende a aumentar.

Depois de investir nesse negócio, a renda da família de Moisés tornou-se mais estável – cerca de três mil reais mensais

de renda líquida –, contando ainda com a renda da sua esposa, que é viúva e recebe pensão de seu antigo marido, que trabalhava como policial. Eles construíram sua casa em cima da casa da sogra de Moisés, ajudando ainda a construir um segundo andar para seu cunhado. Sua esposa é dona de casa, cuida do filho do casal – o filho mais velho de Moisés é de seu primeiro casamento – e também ajuda o entrevistado a administrar a quitanda. Moisés se sente realizado por conseguir levar adiante esse projeto de mobilidade ascendente, que envolve toda a família e contribuiu diretamente para aumentar sua estima.

Hoje, hoje por ser assim, assim, um pequeno comerciante, eu me sinto uma pessoa mais conhecida no bairro que eu negocio. Eu me sinto uma pessoa mais conhecida.

Além de ter se tornado mais conhecido, o entrevistado parece ser querido no bairro onde mora e negocia, preocupado em conquistar os clientes, em estabelecer uma boa relação com a vizinhança, além de empregar alguns moradores da comunidade – ainda que de maneira informal, pois Moisés não registrou seu negócio como microempresa, não paga impostos e nem pode contratar funcionários de carteira assinada. Em uma das visitas ao seu estabelecimento, foi possível observar uma criança pedindo um ingrediente que faltava para a sua mãe fazer um bolo de cenoura, ao que Moisés respondeu positivamente, afirmando que ela podia pegar. É importante destacar a incorporação de uma disposição para a construção de uma imagem positiva do negócio, além da persistência de relações comunitárias entre os membros das classes populares, que se colocam para além dos valores de mercado. Moisés é conhecido no bairro como um comerciante que sempre presenteia seus

clientes com frutas ao final da compra. Por outro lado, apesar de gostar do seu trabalho, o entrevistado se queixa de ser muito cansativo, afirmando não ter tempo para outras atividades.

Eu estou satisfeito, agora é muito cansativo, muito cansativo, porque no melhor do, no melhor do sono, a pessoa se levanta de madrugada, não é coisa muito boa não [...] É acordando todos os dias de madrugada, o dia que eu me acordo mais cedo é na segunda-feira, que eu me acordo uma e meia da manhã, da madrugada, me acordo de uma e meia, aí, me acordo de uma e meia, fico trabalhando até meio dia, aí durmo de, aí tomo banho, almoço, aí durmo de doze e meia, uma hora até duas horas, duas e meia, às vezes eu vou fazer uma caminhada, às vezes não, aí volto lá pra negociar. Aí largo de sete horas, sete, venho pra casa, tomo banho, janto, assisto o repórter, vou dormir, aí no outro dia acordo de madrugada de novo, aí já é de três horas, quatro. O dia que eu acordo mais cedo é nas segundas-feiras, do domingo pra a segunda, de uma e meia da madrugada.

O entrevistado explica que acorda mais cedo às segundas e quintas-feiras, pois são os dias de reabastecer a quitanda. Ele chega bem cedo para comprar as mercadorias ainda *no carro*, antes de descer para a Ceasa, conseguindo, desse modo, preços mais baixos. Além disso, ele precisa acordar para montar as barracas na calçada, que são colocadas e retiradas diariamente. É interessante notar que embora tenha incorporado uma disposição ascética para o trabalho, essa disposição não pode ser vista como uma paixão, algo que o entrevistado faz sem nenhuma resistência (LAHIRE, 2002). Pelo contrário, Moisés vivencia sua rotina de trabalho de modo conflituoso e lamenta não ter um empregado da sua confiança para que possa deixar o estabelecimento em alguns momentos. Apesar de contar com a ajuda de familiares e vizinhos, que trabalham

informalmente no negócio, nenhum possui a sua experiência. Ele procura pensar os meios de mudar sua condição e ter mais tempo para descanso e lazer. O entrevistado está investindo na formação de seu filho mais velho, que saiu do emprego num cartório para poder ajudá-lo, podendo substituí-lo nos dias em que ele precisar se ausentar do estabelecimento. Moisés planeja ainda fazer o curso do Sebrae para poder contratar funcionários com carteira assinada, além de ter planos de abrir uma filial do seu negócio em outro bairro, indicando a incorporação de disposições administrativas, além das disposições para a autossuperação.

As disposições administrativas são aquelas que permitem ao pequeno comerciante planejar e coordenar o seu negócio, visando o seu bom funcionamento (SOUZA, 2012). Durante a entrevista foi possível observar várias dessas disposições, que permitem coordenar a receita e a despesa do estabelecimento, habilidades para a compra de mercadorias, o planejamento dos negócios durante a semana, o bom atendimento que deve assegurar a clientela, etc.

O segredo dele [do negócio] é... é as compra, é o segredo é a compra e o carisma assim de vender, porque se a pessoa não souber comprar, se ele não souber comprar, se ele comprar mercadoria cara pra vender cara, aí fica, fica difícil, e o atendimento que é... uma das coisas mais importantes é o atendimento, o bom atendimento, porque a pessoa vai comprar, não vai pedir, aí tem que ser bem atendido.

Moisés também incorporou uma disposição para a poupança e para o pensamento prospectivo, que foi fundamental para a prosperidade do seu estabelecimento comercial. O entrevistado se preocupa com o seu futuro, quando não terá

mais condições físicas para desempenhar seu trabalho. Como destaca Richard Sennet (2014), o tempo se torna um recurso fundamental sobretudo para aquelas classes que não podem contar com outros recursos para assegurar sua posição ou tentar alcançar uma posição melhor. Jessé Souza (2012, p. 51), por sua vez, afirma que os batalhadores estabelecem uma relação com o tempo que é fundamental para sua trajetória de ascensão social, denominada em sua pesquisa de pensamento prospectivo, possibilitada por um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais, em comparação com a fração da ralé estrutural, situada logo abaixo, que permanece “refém do ‘presente eterno’, do incerto pão de cada dia e dos problemas que não podem ser adiados” (SOUZA, 2012, p. 52).

Na medida em que alcançou um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais, Moisés incorporou disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo, procurando investir em seu negócio, comprando um automóvel melhor para fazer suas compras, e investindo também em imóveis, de modo a assegurar uma velhice mais tranquila. Em 2017, o entrevistado abriu um novo ponto de venda na Avenida Caxangá, uma barraca de frutas e verduras administrada por um de seus funcionários, investindo também em um uniforme padronizado para todos eles. Ademais, ele afirma não ter tempo para gastar o dinheiro que ganha, já que trabalha de domingo a domingo na quitanda, saindo apenas para o culto no domingo à noite e, eventualmente, para um restaurante, de modo que sua posição no mundo do trabalho contribui para o reforço de suas disposições ascéticas, inibindo antigas disposições hedonistas, manifestas no âmbito do consumo e do lazer, em sua condição passada.

M: Ultimamente eu estou só... compro, to investindo em imóveis. [...] Imóveis, assim, terreno, casa, essas coisas.

E: Ah, é? Aí o senhor tá comprando é?

M: Construindo, construo uma casinha, alugo. Aí invisto num carrinho melhor pra trazer as mercadorias. Por eu trabalhar de domingo a domingo, eu não tenho nem tempo de gastar.

isos. Só assim quando eu vou assim pra um restaurante. Aí fica até pra gastar é difícil. É só entrando.

[...]

M: Eu penso mais no meu futuro assim, na minha velhice. Eu penso em investir em imóveis, terrenos, pra na velhice não, não tá sofrendo tanto. Eu prefiro assim mais o... terrenos, imóveis, de que carro, essas coisas, porque eu já possuí carro, aí só era pra gastar, gastar, gastar na minha adolescência, porque eu com meus 18 anos eu já tinha carro. A minha condição de vida deu, meus irmãos sofreram mais do que eu, porque eu tive mais privilégio assim em termos de, das coisas melhores. Meus irmãos sofreram mais do que eu, eu já peguei as coisas melhores do que eles, aí tive mais facilidade pra estudo, pra ter as coisas, do que meus irmãos mais velhos.

O entrevistado exprime uma percepção do acesso ao consumo de bens como um privilégio, característico das classes mais abastadas, que remete diretamente à persistência de uma forte desigualdade no seio da sociedade brasileira, estruturante das relações entre as classes sociais, que parece ancorada numa distinção valorativa da divisão social entre a carência e o privilégio (CHAUÍ, 2014). Ademais, as disposições ascéticas incorporadas desde a infância por Moisés foram reforçadas pelo seu pertencimento a uma denominação religiosa mais tradicional – a Assembleia de Deus – que conduz o entrevistado a uma vida voltada para o trabalho, distanciando-o das antigas práticas hedonistas, consideradas incompatíveis com a sua atual posição. Desse modo, Moisés se caracteriza por uma orientação

predominantemente ascética no campo dos estilos de vida, restringindo suas atividades de lazer ao ambiente doméstico – tais como assistir televisão – e às práticas de consumo cultural de caráter religioso, como assistir a um filme ou novela de temática religiosa, fazer um passeio com a igreja. A falta de tempo livre, imposta pelas condições objetivas, contribuiu para tornar Moisés um fiel *domingueiro* – que só vai à Igreja aos domingos.

Hoje eu prefiro, hoje eu prefiro é... assistir assim um, um culto, um testemunho. Eu tenho mais prazer nessa, assim do que nas coisas... nas coisas mundanas como festas profanas, jogos de futebol, sentido, essas coisas, eu não tenho mais prazer nessas coisas não.

O entrevistado também gosta de ler a Bíblia e outros livros religiosos; assistir a filmes que falem sobre a história de Jesus Cristo etc. Ele parece buscar tirar uma lição ou um sentido para sua própria vida, nessas atividades, confirmando a tendência já apontada por Bourdieu (2013a), entre os membros das classes populares, de perceber uma continuidade da arte e da vida, que implica a subordinação da forma à função. Desprovidos das condições objetivas para a incorporação de uma disposição estética – em termos de distância do mundo das necessidades material e da incorporação do capital cultural legítimo – e da apropriação dos bens culturais, as classes populares tendem a aplicar a esses bens os esquemas do *ethos*, que são válidos às circunstâncias comuns da vida.

Eu gostei de assistir a Paixão de Cristo com Mel, Mel Gibson. Ultimamente tenho assistido muito a... a uma novela que tá passando, os Dez Mandamentos [...] É, a Paixão de Cristo é sobre... o, o sofrimento assim de, vê o sofrimento que o senhor Jesus teve que pagar por todos nós, mesmo sem merecermos, mas

ele pagou um alto preço. Pagar uma culpa, é... pagar pelo erro dos outros, ele, aí olhando aquele sofrimento dele ali... é isso.

Muitos batalhadores ascéticos se identificam com o martírio de Jesus Cristo e buscam, a partir dessa lição, dar sentido à própria vida, reforçando suas disposições ascéticas para o trabalho duro que, santificado por uma ética do sofrimento, conduzirá à salvação do fiel. Com relação à leitura da Bíblia e de outros livros religiosos, Wânia Mesquita (2007) destaca que muitos fiéis buscam nessa leitura aumentar seu capital religioso, integrando a comunidade religiosa, e até se distinguir dos demais. O entrevistado também costuma participar dos passeios da Igreja, tendo ido ao teatro da Universidade Federal de Pernambuco para assistir a uma cantada de fim de ano, realizada pelos membros de outra igreja batista.

A cosmovisão religiosa sustentada por Moisés também contribui para a formação de suas percepções acerca da riqueza e da pobreza, algumas de suas opiniões políticas e posicionamentos com relação à mídia. Desse modo, Moisés expressou certa preocupação com relação à educação das novas gerações – semelhante ao desconforto apresentado por José, no capítulo anterior –, diante dos valores e crenças transmitidos pela televisão e demais agentes de socialização secundária, que contrastam diretamente com os valores morais constitutivos do *ethos* do trabalho duro, reforçados pelo seu pertencimento religioso.

Hoje a educação é mais, é mais liberal, eu acho que por causa dessa libera..., ser tão liberal assim que as coisas tão desse jeito hoje. Muita violência, devido essa, essa liberalidade toda que tá tendo hoje. Hoje as crianças quase não tem limite pra nada. A censura, não tem quase corte nenhum de censura na... nas TVs.

[...]

Porque hoje também a gente dá uma educação, mas o convívio no colégio, as televisões ensinando também, é, a mídia ensinando muitas coisas, colégio, os amigos do colégio, do bairro, aí acho que isso influencia muito também. A diferença da educação dos meus pais pra a educação de hoje, porque antigamente eu acho que os pais levavam mais os filhos assim pra... ter mais contato assim com a religião e hoje os pais levam mais os filhos pra uma mesa de bar, aí tá muito diferente, a tecnologia avançando, a ciência, aí... aí fica, a diferença eu acho essa.

O entrevistado expressa preocupação diante da transferência de funções da socialização familiar a outras instâncias de socialização. É importante destacar sua preocupação em transmitir valores morais e costumes tradicionais às novas gerações, característica dos batalhadores ascéticos, assegurando a estrutura da família. A existência das classes populares e sua reprodução no tempo depende tanto de recursos materiais – como uma moradia decente –, como da transmissão de disposições e valores, capazes de fazer frente ao sentimento de superioridade moral das classes médias e altas. É por meio de uma moralidade do trabalho duro, transmitida desde a socialização familiar, que os batalhadores conseguem manter uma vida digna, através de uma conduta ascética voltada para o trabalho, distantes da violência e da criminalidade, da miséria e marginalidade, da ausência de planejamento familiar, que atingem, sobretudo, os membros da fração de classe situada imediatamente abaixo. O batalhador percebe a “queda” de sua família à “ralé” como uma ameaça à sua dignidade e busca, através da ética do trabalho duro, distanciar-se dessa possibilidade. Desse modo, a família constitui um valor e recurso fundamental para o batalhador ascético, cuja vida é dedicada à criação dos filhos,

netos e sobrinhos, estabelecendo relações de obrigação mútua e buscando uma melhora na condição social percebida como projeto familiar.

De modo semelhante, sua percepção da riqueza e da pobreza parecem construídas a partir de uma diferenciação entre uma dimensão material e uma dimensão espiritual, que se ancora no *ethos* do trabalho duro e numa economia moral, amplamente compartilhada pelos batalhadores ascéticos que, destituídos dos recursos materiais socialmente valorizados, constroem sua própria hierarquia valorativa, a partir da qual legitimam seu estilo de vida, em contraposição aos valores do mercado e da cultura de consumo. Nesse sentido, Moisés parece rejeitar a riqueza e a dimensão material que esta última implica em termos de consumo de bens de luxo, estruturando sua percepção a partir de uma cosmovisão religiosa que converge diretamente com um *ethos* ascético.

I: Ser rico? Espiritualmente, eu sou rico. Agora financeiramente rico é quem tem muitos bens materiais, como Eike Batista e muitos outros milionários que tem por aí, Neymar, Cristiano Ronaldo, Messi, eles têm muito dinheiro. Financeiramente, eles são ricos, financeiramente, mas pobres espiritualmente.

E: E o que é que falta pra o senhor se considerar rico?

I: Financeiramente? Era pra eu ter muito assim, financeiramente, era pra eu ter muitas coisas materiais, agora espiritualmente eu já me considero rico, porque as coisas desse mundo não enche mais minha vista não, porque tem muitas pessoas que tem casa em beira de praia, o sonho de muitas pessoas é ter uma casa em beira de praia, depois que consegue, vê que a felicidade não tá ali. Depois, tem muitas pessoas que pensam que ter um carro é, traz muita felicidade, depois que consegue ter um carro, vê que aquilo ali não traz felicidade. Pensa que é ter uma fazenda, depois que adquire a fazenda vê que a felicidade não está

ali. Às vezes, as pessoas pensam que a felicidade está nas coisas materiais, mas a felicidade não está nas coisas materiais não. Se a pessoa não entregar a vida ao senhor Jesus, tem um vazio na vida dessa pessoa e não tem, não tem apartamento, não tem fazenda, não tem iate que vai preencher aquele vazio. Aí hoje eu me considero rico em todos os sentidos.

Desse modo, é possível observar o efeito de nivelamento social que a ética do trabalho duro proporciona aos membros das classes populares, através da qual eles se percebem como superiores em relação aos membros das classes dominantes devido à sua conduta ascética voltada para o trabalho e seus princípios morais, que permite fazer frente aos bens e aspirações que o mundo capitalista oferece como possibilidade, legitimando seu estilo de vida ante às demais classes sociais. Moisés contrasta à riqueza material aquela riqueza espiritual, que traz a verdadeira felicidade e só pode ser alcançada por aqueles que entregam sua vida a Jesus. É válido destacar que essa entrevista foi realizada em setembro de 2015, quando muitas investigações sobre corrupção entre grandes empresários já estavam sendo veiculadas na mídia, mas ainda não tinham se desdobrado para a acusação e posterior prisão de empresários como Eike Batista. Esse desfecho mais recente serve para reforçar a percepção do entrevistado acerca da diferenciação entre riqueza material e riqueza espiritual e da ausência de princípios morais entre os mais ricos, que pode ser observada entre os demais batalhadores entrevistados. Isso não quer dizer que o entrevistado rejeite completamente a dimensão material da riqueza e os lucros simbólicos associados ao consumo de bens. Vale ressaltar que o entrevistado se considera rico *em todos os sentidos*, avaliando seu pertencimento de classe de acordo com

o seu acesso ao consumo de bens e serviços característicos das classes dominantes, que permitem ao entrevistado se distanciar das classes pobres, associadas à condição de privação material.

Pobre, pobre, graças a Deus, eu não sou, porque graças a Deus eu tenho assim uma casa própria, tenho um carrinho pra andar, graças a Deus, posso comer o que eu desejar, graças a Deus. Rico, alta, não, porque eu não tenho iate, não tenho... risos. Eu me considero na classe média.

É possível observar uma maior adesão ao discurso da “nova classe média” por parte de alguns batalhadores entrevistados, principalmente entre aqueles que conseguiram ascender socialmente mediante um acúmulo de maior volume de capital econômico, como é o caso do batalhador empreendedor, o que se reflete não somente em uma pequena mudança nas suas práticas de consumo, com relação aos batalhadores trabalhadores – ainda que permaneçam fortemente orientados por uma conduta ascética –, mas também nas suas disposições e opiniões políticas, como veremos adiante. Desse modo, embora o consumo de vestuário não seja um investimento necessário para a posição ocupada por Moisés no mercado, na condição de pequeno comerciante, sua condição de membro da Assembleia de Deus, faz com que o entrevistado oriente seu consumo de vestuário não somente pelo preço e qualidade, mas também por um *estilo* social, buscando manipular os atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva, uma vez que a construção da imagem através da vestimenta é muito importante no meio religioso.

I: Tô me vestindo mais socialmente, quando eu vou pra a Igreja.

E: E como é que o senhor escolhe as suas roupas?

I: Eu vou assim na loja de shopping, no centro da cidade, aí compro uma calça... uma calça social... uma camisa social... Eu gosto de comprar mais promoções, quando tem assim promoção, três calças por... tanto, aí tem aquelas promoções, eu gosto de comprar é quando tá com promoções [...] Foi calça social, se eu me gostar, se eu gostar daquele, daquele produto ali... eu não sou um cliente assim de ficar indo direto pra comprar roupas, mas também quando eu vou, eu vou comprar uma roupa melhorzinha.

Na medida em que se distancia do mundo das necessidades materiais e das urgências temporais, o batalhador empreendedor passa a comprar vestuário em lojas do shopping ou da cidade, orientando sua compra para além da lógica da necessidade, na medida em que acionam outros critérios simbólicos – *estilo social; roupa melhorzinha* – na escolha de suas roupas. A roupa é percebida como um marcador social, que expressa a posição do entrevistado, além de ser um indício de respeitabilidade e dignidade. Também é possível perceber certa dificuldade em admitir que é seletivo com relação ao consumo de vestuário, uma vez que o entrevistado justifica sua prática a partir de uma racionalização que visa legitimar suas práticas de consumo distanciadas da lógica da necessidade, diante de uma observadora externa – *eu não sou um cliente assim de ficar indo direto pra comprar roupas, mas também quando eu vou, eu vou comprar uma roupa melhorzinha*. Moisés também afirma gostar de comprar perfume, exprimindo uma preferência pela marca *O Boticário*.

I: Eu gosto de comprar perfume... eu gosto.

E: É? E o senhor geralmente compra perfume onde?

I: Hoje, eu sempre compro assim da, da Boticário, mas esse meu primo que tá negociando com frutas e verduras, ele agora tá

comercializando também com perfumes. Aí a semana passada eu comprei a ele.

Diante de um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais, muitos batalhadores incorporam uma disposição para o consumo de perfumes e outros produtos cosméticos e de higiene. As pesquisas de mercado destacam essa tendência como uma forma de compensação por parte dos membros das classes populares (NERY, 2017), seja pelo seu trabalho, seja pela posição alcançada, diante da impossibilidade de desfrutar de outras práticas e atividades características das classes média e alta – tais como ter um carro de luxo e viagens – devido à falta de tempo e de um maior volume de capital econômico. Ademais, é possível observar a adoção de critérios simbólicos na orientação de suas práticas de consumo e atividades de lazer. Nesse sentido, o entrevistado afirma que costuma sair para comer num restaurante, com o intuito de *desestressar* e *desopilar*, exprimindo a incorporação de valores e crenças próprias de uma cultura da diversão, sustentada pela indústria do entretenimento, que se estende também às frações ascensionais das classes populares, no período recente. Moisés explica que passou a frequentar restaurantes há dois anos e meio, mais ou menos o tempo que abriu o próprio negócio, mas afirma que prefere a comida caseira, recorrendo a esses lugares como única possibilidade de lazer compatível com o seu ritmo de trabalho na condição presente.

Eu prefiro a comida caseira, mas... pra sair um pouco daquela rotina assim do dia-a-dia, do comércio, aí eu gosto de ir pra um restaurante mais pra me distrair assim, olhar novas... novas pessoas, mas... gosto de ir pra uma praia...

Desse modo, as disposições hedonistas para o consumo e para o lazer do entrevistado parecem ser inibidas não somente pelo seu pertencimento a uma denominação religiosa mais tradicional, que prega uma orientação ascética diante dos prazeres mundanos, mas também pelas condições impostas pelo seu trabalho, já que o entrevistado dispõe de maior volume de capital econômico, mas não dispõe de tempo livre. Embora Moisés saia para comer no restaurante de vez em quando, ele permanece fortemente orientado por uma conduta ascética, ancorada no *ethos* do trabalho duro, cujos valores são reforçados pelo seu pertencimento religioso. Portanto, o aumento de sua renda, na condição presente, não parece suficiente para provocar uma mudança significativa da ordem de seu estilo de vida, uma vez que tal mudança exigiria ajustes com relação ao *ethos* ascético, no sentido de legitimar a aquisição de disposições hedonistas, voltadas para o consumo. As mudanças nos padrões de consumo que caracterizam seu estilo de vida parece depender tanto de um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais quanto de um maior distanciamento com relação aos valores e disposições ascéticas constitutivos do *ethos* do trabalho duro e de uma esfera moral e religiosa, que prega a ética do sofrimento. A partir da análise da trajetória de Moisés, é possível discutir, de modo mais sistemático, as disposições fundamentais para assegurar a mobilidade ascendente do batalhador empreendedor, bem como sua transposição para o campo dos estilos de vida.

4.2 O complexo disposicional do batalhador empreendedor

Assim como os demais batalhadores, o batalhador empreendedor se caracteriza pela incorporação de um conjunto de

disposições ascéticas para o trabalho, desde a mais tenra idade, através de um aprendizado prático do trabalho, no seio da socialização familiar, que se sobrepõe, na maioria das vezes, ao conhecimento escolar, sendo determinante para a posição alcançada no mundo do trabalho. Nesse sentido, foi possível observar, entre os batalhadores empreendedores entrevistados na pesquisa, a incorporação de disposições para o trabalho duro, disposição para a disciplina, capacidade de enfrentar as adversidades, disposições para a autossuperação, disposição para o sacrifício individual e pensamento prospectivo. Essas disposições são consideradas fundamentais para estabelecimento do próprio negócio e sobrevivência em um mercado fortemente competitivo, flexível e instável.

Tal como os batalhadores trabalhadores, os batalhadores empreendedores entrevistados na pesquisa foram inseridos de modo precoce no mundo do trabalho, devido às necessidades imposta pelas condições objetivas, incorporando de modo afetivo e pré-reflexivo as disposições e valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, durante a socialização familiar. Tais disposições são transmitidas através da exemplaridade dos pais, com sua trajetória de luta para garantir a sobrevivência da família. Desse modo, um dos entrevistados, Carlos, 28 anos, afirma ter herdado da mãe *a vontade de trabalhar*. Ele conta que seu pai morreu quando ele tinha um ano de idade e a mãe precisou trabalhar para sustentar os três filhos, que passaram a morar com os avós. Tendo começado a trabalhar aos 14 ou 15 anos como empregada doméstica – profissão também exercida pela sua avó –, a mãe de Carlos conseguiu um emprego como caixa de uma loja no centro da cidade – onde trabalhou por quase vinte anos – e, posteriormente, tornou-se gerente de um grande

restaurante da cidade, onde trabalha até hoje. O entrevistado afirma que a mãe trabalha mais de 12 horas por dia, sem direito à folga, por manter um cargo de responsabilidade. Apesar de não ter sido criado por ela, o entrevistado nutre uma grande admiração pela sua história de esforço e superação, adquirindo as disposições ascéticas para o trabalho através da sua exemplaridade.

Ademais, em muitos casos, o batalhador empreendedor herda também as competências específicas para atuar no mundo do trabalho, através de um aprendizado prático, ajudando os pais em seu ambiente de trabalho, como foi observado na trajetória de Moisés. No caso de Carlos, a mãe conseguiu um emprego para ele como garçom no restaurante em que trabalhava e o entrevistado precisou aprender *na prática* as habilidades necessárias para trabalhar, através da ajuda da mãe e de outros colegas de trabalho. Ele se lembra que, no início, não sabia nem *pegar numa bandeja*, mas em dois meses estava apto a atender as mesas e *tirar os pedidos*. Antes disso, o entrevistado havia trabalhado como ajudante de serralheiro, desde os 14 anos, experiência também possibilitada por meio de um aprendizado prático do trabalho. Embora tenha concluído o Ensino Médio, o entrevistado afirma que não gostava de estudar, nem se achava inteligente, argumentando que se tivesse sido criado pela mãe, sua trajetória escolar teria sido diferente, pois ela teria *puxado mais*.

A relação conflituosa com os estudos foi observada em todos os batalhadores empreendedores entrevistados, que precisavam conciliar a vida escolar com o trabalho, desde cedo, exprimindo uma disposição fraca para os estudos. Isso pode ser percebido na trajetória de Valdir, 32 anos, que estudou até a sétima série do Ensino Fundamental II (sexto ano), mas não

chegou a concluir esta série e nem gostava de estudar. O entrevistado afirma que, na escola, só gostava de brincar e namorar, esperando *completar a idade* para começar a trabalhar. Nascido em Itapetim, interior de Pernambuco, ele seguiu a mesma trajetória do pai, que era carpinteiro no ramo da construção civil, viajando pelo Brasil sempre que aparecia trabalho. Quando completou dezoito anos, Valdir passou a viajar junto com o pai, exprimindo a mesma disposição itinerante, mas se mostrou mais habilidoso como pedreiro, conseguindo *evoluir* na carreira. Ele se tornou encarregado da construção civil e, mais recentemente, abriu sua própria empresa de serviços terceirizados em construção civil, em sociedade com um amigo. É possível observar, a partir da análise de sua trajetória, um processo de mobilidade intergeracional – uma vez que os avós de Valdir trabalhavam na agricultura e seu pai conseguiu migrar para o setor da construção civil, inserindo seu filho, posteriormente – e intrageracional, já que Valdir deixou de ser pedreiro, tornando-se microempresário, migrando também do campo para a cidade.

Apesar de alguns terem conseguido concluir o Ensino Médio, o estudo não parece adquirir um sentido prático na vida desses batalhadores, nem ser percebido como um caminho para tentar melhorar de vida, na medida em que sua inserção precoce no mundo do trabalho, além das necessidades impostas pelas condições objetivas, favorecem a incorporação de uma disposição para um retorno financeiro rápido. Desse modo, os batalhadores empreendedores buscam ascender socialmente através do estabelecimento de seu próprio negócio – convergindo diretamente com a nova dinâmica do capitalismo e suas premissas de valorização do capital e aceleração do seu tempo

de giro (HARVEY, 2007) –, ancorando-se, para tanto, em sua experiência prática, adquirida em suas diversas experiências de trabalho, além das disposições para a autossuperação. Essas últimas correspondem às inclinações do batalhador em se projetar para uma condição de vida melhor, tanto para si mesmo quanto para a sua família – como é o caso das disposições para projeção dos filhos no futuro e a disposição para o consumo de bens considerados “superiores”. Embora tais disposições envolvam sempre algum nível de tensão entre interesses individuais e compromissos familiares, essa tensão parece pouco acentuada no caso dos batalhadores de orientação mais ascética, que tendem a perceber a ascensão social como um projeto familiar, exprimindo uma forte disposição para o sacrifício individual, incorporada desde a infância. No caso do batalhador empreendedor, as disposições para a autossuperação podem também ser expressas a partir de uma preocupação em construir uma imagem positiva para seu negócio, como foi observado no caso de Moisés, que busca proporcionar um bom atendimento aos seus clientes, estar sempre com um sorriso no rosto e investir na estrutura de sua quitanda – através da aquisição de um novo automóvel; de um novo ponto de venda, além de uniformes que permitem padronizar a roupa de seus funcionários. Tal preocupação foi observada entre os demais batalhadores empreendedores entrevistados.

De modo semelhante, as disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo são consideradas fundamentais para aqueles batalhadores que buscam se estabelecer no mercado competitivo, montando seu próprio negócio. Embora o domínio do tempo constitua um privilégio das classes média e alta, Souza (2012) destaca a incorporação do pensamento

prospectivo como uma característica dos batalhadores, que orienta sua conduta de vida voltada para o futuro, através do adiamento da gratificação no presente, buscando assegurar uma vida melhor para si mesmo e para os familiares. Por outro lado, como mostra Bourdieu (2013a), esse adiamento da gratificação só é possível se os indivíduos vislumbram a possibilidade de obter, no futuro, um retorno maior do que o que poderiam obter no presente, de modo que essa relação com o tempo está diretamente relacionada à sua posição no espaço social e às possibilidades vislumbradas pelos indivíduos.

Além das disposições ascéticas para o trabalho, encontradas entre os demais batalhadores entrevistados, o batalhador empreendedor incorpora um conjunto de disposições consideradas fundamentais para o estabelecimento de seu próprio negócio, tais como as disposições econômicas gerais e competências administrativas. Segundo Souza (2012, p. 97), as disposições econômicas gerais correspondem a uma inclinação para o espírito de cálculo e previsão – tais como a disposição para o cálculo econômico e a capacidade de poupança – amplamente requisitada num contexto de economia capitalista moderna. Os batalhadores empreendedores entrevistados na pesquisa manifestavam a incorporação de tais disposições, que favoreceram a acumulação de capital econômico – através de uma poupança no banco ou guardando dinheiro em casa –, necessária para a compra de um ponto de venda, bem como para os investimentos em seu estabelecimento. Nesse sentido, Carlos afirma que juntava dinheiro há alguns anos em sua poupança, planejando abrir seu próprio restaurante em um momento futuro.

Esse sonho foi antecipado quando ele conheceu sua atual esposa, proprietária de um salão de beleza, que estava

interessada em investir num segundo empreendimento, disponibilizando a maior parte dos recursos – para fazer a reforma do local, compra de móveis, etc. – enquanto Carlos contava sobretudo com sua experiência no ramo, tendo trabalhado em uma temakeria anteriormente. No momento da entrevista, seu restaurante funcionava há um ano e Carlos ainda não conseguia obter o retorno financeiro esperado, destinando quase toda a receita à compra dos produtos, pagamento dos funcionários e demais despesas do negócio – acentuadas por um aumento inesperado no preço do salmão. Desse modo, o entrevistado só conseguia retirar o dinheiro necessário para pagar suas contas pessoais, exprimindo uma forte capacidade de resistência ao consumo imediato, além de uma disposição para o pensamento prospectivo.

Mesmo aqueles batalhadores que possuíam uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, como é o caso de Paloma, 42 anos, precisam incorporar disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo, de modo a investir em seu próprio estabelecimento, assegurando o seu bom funcionamento. A entrevistada afirma que, tendo trabalhado desde a infância para ajudar a família, ela começou a trabalhar como cabelereira – depois de fazer um curso gratuito no bairro em que morava –, abrindo seu próprio salão de beleza. No entanto, ela trabalhava muito e lamentava não dispor de tempo para atividades de lazer, sobretudo em determinados períodos do ano, nos quais ela ganhava mais dinheiro, mas não tinha tempo para aproveitar as festas, tais como Carnaval, São João e as festas de fim de ano. Exprimindo uma disposição fraca para a poupança e para o pensamento prospectivo, a entrevistada desistiu do salão e precisou se desfazer de bens que havia adquirido,

como um carro, seu maior “sonho de consumo”. Hoje em dia, Paloma se arrepende de não ter investido em sua carreira como cabelereira e tenta se estabelecer novamente no ramo, conciliando com o trabalho de motorista na Prefeitura de Jabotão dos Guararapes.

Eu não tinha planos, porque se eu tivesse pensado, hoje eu tava com uma bela de uma casa, um belo de um carro e um belo de um salão, porque na área que eu estava só tinha eu de salão. Na rua que eu botei meu primeiro salãozinho, que era bem pequenininho, só cabia eu e a cadeira do rapaz e uma pessoa pra sentar. Eu ganhei muito porque não existia salão na rua que eu tava não, só era eu. Aí eu, 20 e poucos anos, queria dançar, queria tá na balada, curtir minha noitada, né? Eu era muito solta também. Aí eu fechei o salão e fui trabalhar numa empresa. Na empresa tinha hora pra largar e tudo, o salão prendia muito. Salão prende a gente. Chegava festa, final de ano, feriado, eu tinha que tá dentro do salão, aí é que eu ganhava dinheiro. Saia com bolsa, comprava roupa e sapato. Só gastava com roupa e sapato, e olhe que eu não bebia, viu, aí é que eu ia ter sucesso mesmo.

É possível observar que, embora a entrevistada tenha se tornado proprietária de uma salão de beleza no período recente, afirmando que gosta da profissão de cabelereira, sua escolha não se dá sem conflitos devido à jornada extenuante de trabalho, sem direito à folga ou a um horário fixo – tensão que também foi observada na trajetória de outros batalhadores empreendedores. Mais recentemente, a entrevistada conseguiu juntar dinheiro para dar entrada na compra de um *box* no mercado público, no centro de Jabotão, livrando-se da despesa com aluguel – exprimindo a incorporação das disposições para a poupança e para o pensamento prospectivo. Para tanto, a entrevistada também contou com a ajuda das amigas,

com quem divide a casa onde mora, que lhe dispensaram do pagamento das despesas domésticas, enquanto Paloma estiver pagando o financiamento de seu ponto comercial – que permite perceber a predominância de relações de solidariedade, consideradas fundamentais para assegurar a reprodução das classes populares no tempo¹.

As disposições administrativas, por outro lado, correspondem às propensões e inclinações à realização de ações de planejamento, coordenação e controle de um negócio. Elas podem ser observadas através das escolhas do ramo a ser explorado e do local do estabelecimento, por meio das quais os batalhadores empreendedores exprimem a incorporação de disposições para “visão de negócio” (SOUZA, 2012, p. 100). Carlos conta que, depois de decidir abrir um restaurante, em sociedade com a sua esposa, eles optaram por uma *temakeria* por se tratar de um estabelecimento relativamente pequeno, que não exige muito espaço. Sua *temakeria* possuía menos de quarenta metros quadrados. O entrevistado também contava com sua experiência de trabalho anterior, em que trabalhou na parte administrativa de uma *temakeria*, tendo acesso ao contato de distribuidoras de peixe, além de conquistar parte de sua clientela. Ademais, Carlos afirma ter passado meses procurando um local para alugar, em vários bairros da cidade, observando sua visibilidade, o movimento do entorno, etc. Ele não gostou muito do local escolhido pela esposa, inicialmente, pois não ficava na avenida Real da Torre, mas a cerca de

1 As relações de solidariedade foram fundamentais para a trajetória de Paloma desde o seu nascimento, já que a entrevistada foi deixada pela mãe com poucos dias de vida na casa de uma vizinha que ganhava a vida cuidando dos filhos da vizinhança e se tornará mãe *de criação* de Paloma. A entrevistada conta que sempre recebeu amor da sua mãe adotiva e de outra irmã que também era adotada. No entanto, ela se sentia rejeitada pelo seu marido e filhos biológicos.

50 metros. Contudo, à medida que conquistava a clientela, ele foi ganhando mais confiança. Foi possível observar a incorporação de disposições para atendimento comercial e para a construção de uma imagem positiva do negócio, que asseguraram a fidelidade de seus antigos clientes.

Os batalhadores empreendedores também precisam adquirir outras competências administrativas, que permitem controlar a receita e as despesas de seu estabelecimento. Enquanto alguns entrevistados recorrem às disposições duravelmente incorporadas, a partir de um aprendizado prático, em sua condição passada, controlando *de cabeça* a receita e despesas de seu negócio – como é o caso de Moisés – outros recorrem às práticas de escrita, de modo a ter controle sobre tais gastos – como é o caso de Jéssica:

Tudo eu anoto, o que eu gasto, eu anoto, o que entra, o que sai, eu tô anotando, meu marido também me ajuda nessa parte financeira, quando eu tô com alguma dúvida, ele que me ajuda. Eu, eu, eu controlo. Eu não tento ser, o que entra tem que gastar não. O que entra é lucro né? Aí eu sei, eu controlo direitinho.

Embora a entrevistada não possua experiência como administradora de um salão de beleza, ela exprime uma disposição para aprendizagem na prática dos negócios, contando, para tanto, com o conhecimento adquirido em sua experiência escolar, além da ajuda de seu marido, que a auxilia na parte financeira. Desse modo, a entrevistada incorpora, na prática, noções econômicas como a ideia de *lucro*, entrada e saída de dinheiro. Outros batalhadores empreendedores entrevistados recorrem a um sistema informatizado para fazer o balanço diário do caixa, como é o caso de Carlos, cujo estabelecimento é um pouco maior, contando com alguns funcionários assalariados.

A parte administrativa de sua temakeria é de responsabilidade da sua esposa e sócia, mais experiente no ramo dos negócios. O entrevistado afirma que sua esposa anota todos os gastos em uma caderneta. Já Valdir terceiriza essa atividade, recorrendo a um escritório de contabilidade para controlar os gastos de sua empresa. Segundo o entrevistado, é o escritório que determina a quantia que seu sócio e ele podem tirar do negócio por mês. A partir dessa discussão, é possível analisar de que maneira as disposições dos batalhadores empreendedores se manifestam no âmbito das suas práticas de consumo, conformando seu estilo de vida. Tal análise será desenvolvida no próximo tópico.

4.3 Práticas de consumo e estilo de vida do batalhador empreendedor

À medida que o batalhador empreendedor se distancia do mundo das necessidades materiais e de suas urgências temporais, é possível observar algumas mudanças no âmbito de suas práticas de consumo, muito embora prevaleça uma orientação ascética no campo dos estilos de vida, considerada fundamental para a sua sobrevivência no mercado competitivo. Contudo, como vimos anteriormente, a posição no mercado não constitui o único fator determinante na orientação de suas práticas de consumo, uma vez que essas últimas precisam ser legitimadas e ajustadas com relação aos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, mostrando-se coerentes com sua trajetória, marcada, muitas vezes, pela privação social na condição passada. Desse modo, há certa rejeição com relação às práticas de consumo associadas ao luxo e à ostentação, tal como observado entre os demais batalhadores ascéticos.

Apesar de alcançar um maior distanciamento do mundo das necessidades, mediante o acúmulo de capital econômico, o que favorece sua adesão a novas práticas de consumo e atividades de lazer, as práticas de consumo do batalhador empreendedor permanecem orientadas principalmente para a esfera doméstica e para a família.

Nesse sentido, alguns entrevistados conseguiram realizar o sonho da casa própria no período recente, aquisição considerada fundamental para garantir o conforto e a segurança da família, conforme discutido no capítulo anterior. É o caso de Jéssica, que comprou um pequeno terreno no bairro da Caxangá – onde morou desde a infância, assim como seu marido – e construiu, aos poucos, o primeiro andar. De modo semelhante, Valdir comprou um terreno e construiu sua casa no Alto do Céu – Cavaleiro, onde mora com sua esposa e os dois filhos². Assim como os demais batalhadores ascéticos, os batalhadores empreendedores entrevistados afirmaram orientar suas práticas de consumo por um gosto de necessidade, comprando móveis e eletrodomésticos apenas quando os antigos estão velhos ou quebrados. Ademais, eles afirmam não dispor de tempo para desfrutar de atividades de lazer, orientado seu tempo livre para atividades com a família, como pode ser observado na fala de Carlos:

Agora nem tempo, praticamente, nem tempo de usar [o dinheiro] eu tenho, a gente, só o que? Final de semana, a gente almoça fora, passeia, um cinema. Tenho, tem que ter o cineminha da

2 No momento da entrevista, a casa ainda estava em reforma e o entrevistado juntava dinheiro para construir o primeiro andar. Havia apenas uma escada, sem acabamento no piso, e um quarto no primeiro andar, onde dormia toda a família, já que os filhos ainda são pequenos.

semana, todo, assim praticamente toda semana a gente tem, do dia de cinema da gente, dia de folga. Dia de folga entre aspas né? Porque ela trabalha durante o dia, aí eu vou pra a temakeria, dou uma olhada lá, volto, pego ela e a gente vai pro cinema. E no final, deixo ela em casa e vou pra a temakeria.

[...]

Exterminador do Futuro, o que você imaginar de filme lançamento, agora da, da atualidade que passou, nesses dois meses a gente, eu gostei, só não gostei de Quarteto Fantástico.

Como na maioria das vezes o processo de mobilidade ascendente dos batalhadores empreendedores entrevistados não foi acompanhado por um acúmulo de capital cultural considerado legítimo – embora alguns possuam diploma escolar de nível médio e técnico – eles orientam suas atividades de lazer principalmente para os bens culturais oferecidos pela indústria do entretenimento, assistindo a filmes da indústria cultural no cinema. Carlos explica que esses passeios são importantes porque ele e a esposa não dispõem de muito tempo para ficar juntos. Outros batalhadores empreendedores buscam proporcionar atividades de lazer aos seus filhos, levando-os ao cinema, ao shopping ou ao restaurante. Jéssica afirma que no seu tempo livre gosta de ficar com o filho, proporcionando-lhe as oportunidades que ela mesma não teve.

A gente vai pro parque, pra a praia, ele adora piscina, sempre to levando ele, cinema.

Ainda quando o batalhador empreendedor incorpora novas disposições para o consumo e para o lazer, possibilitadas pela melhora na sua condição social, suas práticas permanecem orientadas por um *ethos* ascético, a partir do qual elas não se orientam, antes de tudo, para o prazer e desfrute individual, mas

precisam adquirir um valor moral, sendo legitimadas perante os valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, voltando-se, desse modo, para os filhos e para a família. É possível observar também um investimento na educação dos filhos, que estudam em escola particular. Jéssica explica participar de um programa – *Educa mais Brasil* – em que recebe uma bolsa de 50% na mensalidade escolar de seu filho. Vale ressaltar também as estratégias acionadas pelos batalhadores empreendedores para baratear suas atividades de lazer. Desse modo, a entrevistada afirma levar lanche quando vai à praia ou faz outros passeios, buscando economizar. No entanto, quando leva o filho para a piscina, o passeio sai mais caro, por se tratar de um clube em Aldeia – Águas Finas – onde *tem que pagar pra entrar*. Num passeio desses, a entrevistada afirma gastar cerca de R\$230 reais. Ela também foi assistir *Transformers* com o filho no cinema e gostou muito por se tratar de um filme *animado e divertido*. Os batalhadores empreendedores entrevistados não têm muito o hábito de ler, a não ser livros religiosos – como é o caso de Moisés – ou livros infantis, como é o caso de Jéssica, que lê para o filho livros indicados pela escola, buscando projetar um futuro melhor para ele.

As práticas de consumo do batalhador empreendedor permanecem, portanto, voltadas para as necessidades da família, para a educação dos filhos e modernização do lar, ao mesmo tempo em que predomina uma disposição para o sacrifício individual, para a poupança e para o pensamento prospectivo. Jéssica afirma que, se tivesse mais dinheiro, gostaria de investir em imóveis e não em bens de consumo. A entrevistada também possui uma poupança, onde deposita o dinheiro que sobra no final do mês – *Não tiro não, só faço botar*. Outros batalhadores empreendedores

afirmam ter incorporado mais recentemente uma disposição para a poupança e certa preocupação com o futuro, orientando suas práticas de consumo por um gosto de necessidade, como é o caso de Carlos. Apesar disso, o entrevistado admite que em sua juventude gostava de comprar roupas de marca, como bermudas da *Seaway*. Carlos explica os critérios acionados na compra de tênis, produto que ele mais gosta de comprar.

I: É meio de, é... é o produto praticamente porque eu feito mesmo, é, eu tenho um negócio, não adianta eu pagar R\$ 600 reais, R\$ 500 reais num tênis, eu não vou... eu mesmo não uso. Eu vou ser sincero pra você, eu mesmo não uso, isso aí é mais status. Eu, eu prefiro comprar um tênis que eu use pra que eu, é, como é que é? Como é que é? Porque eu tô precisando, tá entendendo? Eu não, não, compro assim, “não, quero comprar isso aqui porque isso aqui é o lançamento tudinho”, eu não tenho esse, esse meu ponto de vista já, isso aí já é passado, antes, agora não, a realidade é outra.

E: Sim. Mas mais jovem tu...

I: Era, comprava...

E: Procurava o quê? Marca?

I: É, isso aí, eu mesmo vou ser sincero a tu, é... antigamente eu cheguei ainda, comprei uma bermuda da *Seaway*, *Seaway* de marca, você paga numa bermuda daquela de quase R\$ 200 reais, numa bermuda daquela. Eu nunca na minha vida agora vou comprar uma bermuda daquela.

É possível observar uma mudança de orientação com relação ao consumo de bens, uma vez que nem sempre o entrevistado se orientou por um gosto de necessidade, buscando, em sua juventude, manipular os atributos simbólicos dos produtos em função de uma intenção expressiva, qual seja, a de buscar *status*. A mudança de orientação no consumo de bens foi favorecida pela sua posição no mercado, como pequeno

empreendedor, que precisa ter sempre um dinheiro extra para enfrentar as contingências e adversidades, já que a entrada de capital em seu negócio é flutuante. Ela também se deve à sua posição de homem casado, com mais responsabilidade, que busca expressar razoabilidade no consumo de bens. Ademais, a compra de vestuário sempre foi realizada pela mãe do entrevistado e, agora é delegada à sua esposa, de modo que ele não mostra muito interesse pelo consumo de vestuário, considerando uma atividade mais característica das mulheres. Portanto, a orientação das práticas de consumo do batalhador empreendedor não depende apenas de sua posição no mercado, mas também da posição no seio da família, do momento no ciclo de vida, entre outros fatores.

A partir dessa discussão, é possível apreender uma trajetória dissonante entre os batalhadores empreendedores entrevistados. Trata-se da trajetória de Paloma, que exprime uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, a qual parece contrastar diretamente com suas aspirações em se estabelecer como microempreendedora – na medida em que a entrevistada possui uma disposição fraca para a poupança e para a resistência ao consumo imediato. Seu perfil dissonante pode ser explicado pelo maior montante de capital cultural incorporado por Paloma, já que a entrevistada fez um curso técnico em Assistente de Produção Cultural pelo Pronatec, além de ter passado por processos de socialização secundária relativamente heterogêneos, como uma ONG – *Loucas de pedra lilás* – que fomenta atividades culturais, como um grupo de teatro, e atividades políticas em defesa da mulher e da comunidade LGBT. Paloma também participa de um grupo de maracatu e precisa ter roupas e acessórios para

fazer as apresentações. Ademais, sua posição na família – como mulher solteira e sem filhos – e no mercado de trabalho, como proprietária de um salão de beleza, contribuem para a incorporação de disposições para o consumo, em sua nova posição social.

Então eu tenho esse cuidado com a aparência, eu tenho, dente, eu acho que dente você tem que priorizar os dentes, tá sempre cuidando da estética facial, porque você é o espelho do cliente, né? O cliente chega lá e “Misericórdia, que mulher é essa?”. Eu recebo muitos elogios das minhas clientes: “menina, tu toda no estilo, né?”, porque parece que eu fiquei mais afobada quando eu passei dos 40 anos.

A entrevistada afirma que a aparência é fundamental para atuar no ramo da beleza, exprimindo uma disposição para a construção de uma imagem positiva de seu negócio, que contribui para uma adesão a novas práticas de consumo, voltadas para o uso individual. Vale ressaltar também um maior consumo de perfume, produtos cosméticos e de higiene entre os batalhadores empreendedores entrevistados – produto até então considerado supérfluo, que passa a integrar o novo rol de necessidades das classes populares no período recente³ (NERY, 2017). Maria de Salette Nery (2017) afirma que a preferência dos membros das classes populares em processo de mobilidade

3 Segundo Nery (2017, p. 69-70), o Brasil se encontra entre as primeiras posições no ranking mundial de consumo de perfumes, cosméticos e produtos de higiene – ocupando a terceira posição em 2014 e caindo para a quarta posição em 2015, atrás dos Estados Unidos, da China e do Japão, respectivamente, com um faturamento *Ex-Factory*, líquido de impostos sobre venda, de R\$ 43,2 bilhões de reais em 2014. A autora destaca a participação da chamada “classe C” no consumo de tais produtos, tal como denominada por pesquisas de mercado, e o papel crucial assumido pelo Nordeste, onde o consumo desses produtos cresceu 45% entre 2010 e 2013, apesar de contar com o menor PIB do país.

ascendente no Brasil e, mais especificamente no nordeste, pelo consumo de perfumes corresponde ao seu valor como um bem simbólico e cultural, associado aos sentidos e significados do cheiro – e sua apropriação comercial no mercado de fragrâncias –, que podem estar ligados à beleza, à higiene e limpeza, à moralidade, à saúde corporal e espiritual e aos costumes de um determinado grupo, duravelmente instalados. No caso dos nordestinos, a autora destaca que o intenso consumo de perfumes está ligado também ao hábito de tomar vários banhos por dia, usando perfume – de pouca fixação e baixo valor agregado – várias vezes ao dia, devido ao clima quente predominante na região e à busca por limpeza e bem-estar. Nesse sentido, muitos membros das classes populares adquirem o hábito de usar perfume desde cedo, de modo naturalizado.

Os batalhadores empreendedores entrevistados durante a pesquisa afirmam gostar de comprar perfume e exprimem uma preferência pela marca *O Boticário*, comumente associada ao estilo de vida da classe média, de modo que esse produto pode atuar também como um importante “marcador social”, permitindo perceber que suas práticas de consumo não estão desvinculadas de uma busca por lucros simbólicos, visando exprimir a nova posição alcançada no espaço social. Nesse sentido, Carlos afirma gostar de comprar o perfume *Malbec d’O Boticário*. De modo semelhante, Jéssica afirma gostar de comprar perfume d’*O Boticário* para *andar cheirosa* e também porque não tinha essa possibilidade antes. É muito comum que os batalhadores atribuam às suas práticas de consumo o sentido de uma superação da privação vivenciada em sua condição passada. De modo semelhante, o batalhador empreendedor apresenta maior inclinação do que os demais batalhadores

ascéticos para ir a restaurante, percebendo esta prática como uma das poucas atividades de lazer passíveis de serem conciliadas com o seu ritmo de trabalho. Os entrevistados acionam critérios simbólicos para explicar a adesão a essa nova prática de consumo, tais como *fugir da rotina*, *desopilar* ou *comer uma coisinha diferente*, mas também a percebem como um meio de não ter que trabalhar ou livrar a esposa do trabalho, além de proporcionar um momento de lazer para a família. Isso pode ser observado na fala de Valdir, que afirma não gostar muito de comer fora de casa, mas costuma frequentar restaurantes aos domingos, para levar a esposa e os filhos.

E: Tu gosta de comer fora de casa?

I: Não muito.

E: Não muito, né?

I: É. Quem gosta mais é a mulher.

E: Aí às vezes vocês vão?

I: Sim. É sempre no domingo, a gente almoça fora, vai numa churrascaria. Ela passa a semana todinha cozinhando, aí final de semana ela quer comer uma coisinha diferente.

A mudança possibilitada pela prosperidade do pequeno empreendimento, bem como a adesão a novas práticas de consumo – até então restritas às classes dominantes – conduz à ideia de pertencimento à classe média e maior distanciamento dos mais pobres, percebidos como privados dos bens de consumo, convergindo com o discurso da “nova classe média brasileira”, amplamente difundido no Brasil, principalmente a partir de 2008. Nesse sentido, a maioria dos batalhadores empreendedores afirmaram se considerar de classe média, fundamentando sua afirmação em torno dos bens de consumo a que tem acesso, tais como casa própria, automóvel e emprego. Mesmo

Valdir, que pareceu pouco confortável diante do questionamento insistente sobre seu pertencimento de classe, expressou um distanciamento dos mais pobres a partir dos bens alcançados em sua nova posição social.

Acho que quem tá mais abaixo é uma pessoa que tá desempregada e tá pagando aluguel. Entendesse? Ai já me sinto, assim, que eu já conquistei, né? Conquistei meu lar, não pago aluguel e tenho meu transporte pra andar e tenho meu emprego.

O desconforto de Valdir em expressar a sua nova classe social pode ser percebido como uma preocupação em não demonstrar pretensão, algo que o entrevistado parece repudiar, considerando essa conduta incoerente com a sua origem social humilde e interiorana. Em outro momento da entrevista ele afirma que *tem rico que quer ser besta e pobre que quer ser besta também*, referindo-se aos casos em que o pobre *não tem e diz que tem*, buscando parecer ser mais do que é – pretensão (Bourdieu, 2013a). Ancorados no *ethos* do trabalho duro, os batalhadores empreendedores entrevistados na pesquisa expressaram certa indiferença pela riqueza, reprovando o consumo de bens de luxo associado a esta última, o que também se relaciona ao seu distanciamento objetivo das classes dominantes – *Não conheço nenhum rico, nunca fui na casa de um rico* (Jéssica) – e relativo fechamento de seu horizonte de possíveis, característico de grupos sociais relativamente homogêneos, que atua com um princípio de conformidade, conduzindo à rejeição de qualquer tentativa de pretensão. Isso pode ser observado na fala de Jéssica, ao ser questionada como seria sua vida se ela fosse rica.

I: Oxe, eu ia ser... rica eu não quero ser não, quero viver bem, mas rica, rica, quero ser não.

E: Por que?

I: Nossa, a pessoa não vive não, Deus me livre...

E: Aí tu acha que o rico não vive não?

I: Vive, mas assim... sei lá, o pessoal é todo inseguro, fica com medo de tudo. Tá bom do jeito que tá.

É importante destacar, mais uma vez, que, embora se posicionem criticamente com relação à riqueza e ao consumo de bens considerados de luxo, os membros das classes populares reconhecem e valorizam os recursos culturais característicos das classes dominantes, tais como a educação, da qual se sentem destituídos, o que lhes impossibilita não somente alcançar uma melhor posição no mercado – legitimando, desse modo, as diferenças e desigualdades entre as classes sociais –, mas também de opinar sobre temas políticos para os quais não sentem possuir a competência exigida – sentimento de destituição estatutária. Por outro lado, vale ressaltar também a percepção expressa por muitos entrevistados de que sua nova posição social, bem como os bens associados a esta última, seriam decorrentes de uma conquista individual, alcançada através do trabalho árduo, que converge diretamente com os valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro. Tal percepção se reflete em alguns dos posicionamentos políticos assumidos pelo batalhador empreendedor, como veremos a seguir.

4.4 As disposições políticas do batalhador empreendedor

É possível observar entre os batalhadores empreendedores a mesma heterogeneidade nas opiniões e posicionamentos políticos encontrada nos demais batalhadores entrevistados durante a pesquisa, que oscilam de uma inclinação mais progressista a

outra mais conservadora, dependendo do assunto considerado, conforme destacado em pesquisas recentes sobre o comportamento político das classes populares (FPA, 2017). Assim como os demais batalhadores, destituídos das competências culturais e políticas para opinar sobre temas “propriamente” políticos, os batalhadores empreendedores recorrem aos valores do *ethos* do trabalho duro, assumindo, em alguns casos, uma posição mais conservadora com relação a temas já desenvolvidos no campo da política. Isso pode ser observado na fala de Jéssica sobre a redução da maioria penal.

Concordo. Eu acho que uma, que... uma pessoa com, sei lá, quinze anos, já sabe o que é certo e o que é errado, eu concordo.

A entrevistada afirma que costuma se informar sobre esses temas nos telejornais, como *NETV* e o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, enquanto desempenha alguma tarefa doméstica, além de acessar o *Facebook*, embora nem sempre atribua muita credibilidade às informações veiculadas nesta rede social. As mensagens transmitidas na televisão são mediadas pela própria experiência da entrevistada, assim como pelos valores constitutivos de seu *ethos*. Nesse sentido, o “efeito de trajetória” destacado por Bourdieu (2013a), segundo o qual a experiência de ascensão social ou de declínio exerce influência sobre as disposições e opiniões políticas, assume um sentido muito específico no caso dos batalhadores empreendedores – abrangendo também batalhadores trabalhadores –, em que se aplica o mesmo rigor moral, a partir do qual se orienta as próprias ações, à avaliação das mais diversas políticas sociais.

As opiniões políticas explicitadas por muitos batalhadores também refletem o peso do passado de pobreza e a solidariedade

com o outro, que atuam como importantes “filtros” na avaliação de diversos temas, estabelecendo uma identificação com os mais pobres. Além disso, mesmo os batalhadores que conseguem um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, como é o caso dos batalhadores empreendedores, continuam recorrendo a serviços públicos, como é o caso do Sistema Único de Saúde e não possuem plano de saúde privado⁴. Por outro lado, é possível observar uma avaliação moralizante e ambígua acerca de políticas sociais como o Programa Bolsa Família, entre alguns batalhadores empreendedores que afirmam reconhecer a importância do programa, mas parecem condicioná-lo ao merecimento dos beneficiários, como na opinião expressa por Jéssica:

Rapaz... eu sei, sei que tem gente que realmente tem necessidade, mas às vezes, tem gente que recebe, você vai ali só tirar o dinheiro, sem fazer nem esforço, eu já vi muita gente às vezes na fila ficar, tirando onda, ficar brincando, tem gente que realmente não merece não.

O programa não parece avaliado como um direito social. Ao invés disso, os valores do *ethos* do trabalho duro parecem convergir com uma perspectiva que tende a associar a cidadania ao trabalho, assegurando direitos sociais somente àqueles que trabalham (TELLES, 2013). Também é importante destacar a centralidade dos processos de socialização secundária na formação e reforço das opiniões e disposições políticas dos

4 Aqueles que possuem plano de saúde, explicam que adquiriram através do trabalho, como é o caso de Carlos. Como sua mãe é gerente de um grande restaurante, ela pagou um termo de responsabilidade, assumindo o plano de saúde do filho, quando este saiu do emprego, pagando R\$65 reais mensais, no momento da entrevista.

batalhadores, como é o caso da religião, que orienta muitas das posições políticas assumidas por Moisés.

Eu acho que hoje, o governo, os Direitos Humanos tão tirando os direitos dos pais de educação e criando um, umas, umas, umas leis que tá destruindo a, a, a família, a família. Hoje, hoje, tá, tá correndo no Senado uma lei que tão querendo aprovar que hoje quando nasce uma criança não pode dizer se é homem, se é mulher. Tem que deixar a criança decidir quando tiver com 17 anos. Desde que o mundo é mundo, quando a parteira, a criança sai, a parteira diz é “homem ou mulher”, o pediatra diz é “homem ou mulher” e hoje, uma lei no senado pra ser aprovado pra quando a criança nascer não dizer se é homem, se é mulher, a criança quem tem que decidir com 17 anos. Por que isso? Porque o pai e mãe não podem dar umas palmadas no filho? Né melhor o pai e a mãe bater de que a polícia bater? Aí quer dizer que a sociedade, esses Direitos Humanos, eles tão criando leis que tá acabando com a educação brasileira. Porque eu mesmo, meus irmãos, eu tive cinco irmãos, todos começaram a trabalhar desde criança, todos deram pra cidadãos e hoje as crianças, não pode, não pode botar as crianças pra trabalhar, as crianças não têm o que fazer, cabeça vazia é oficina do, do cão. Aí começa a pensar coisas, aí vê a pessoa com um carro, por exemplo, a pessoa com uma moto, aí não trabalha, aí vai querer roubar aquelas coisas daquela outra pessoa que trabalha. Aí é onde vem, aí aparece também as drogas, tudo por causa dessa, dessa, dessa classe que tão criando, esses Direitos Humanos aí, às vezes um bandido, marginal tem mais direito de que o cidadão.

Como discutido anteriormente, o entrevistado expressa certa preocupação com relação à transferência de funções da família para outros agentes de socialização, exprimindo uma avaliação moral, fundamentada no *ethos* do trabalho duro – que garante não apenas a sobrevivência material, mas também

a formação do “caráter” dos mais pobres – e é articulada a uma cosmovisão religiosa, amplamente difundida nas igrejas evangélicas. Vale destacar também a crítica que o entrevistado faz aos *Direitos Humanos*, referindo-se a um suposto projeto de lei que tramitaria no Senado, propondo que a definição do sexo da criança apenas aos 17 anos de idade, que reflete a manipulação e ampla difusão de notícias falsas, direcionadas a partidos e políticos de esquerda, e às organizações defensoras dos direitos humanos, percebidos como uma ameaça aos valores fundamentais dos batalhadores – tais como a família, o trabalho e os costumes tradicionais, que seriam protegidos e reforçados pela religião⁵. Nesse sentido, a religião aparece como defensora dos valores fundamentais dos batalhadores, tornando-se uma de suas principais fontes de informação e de influência entre os membros dessa fração de classe. Há, portanto, uma convergência entre os seus valores em torno da família e do trabalho e o discurso conservador defendido por algumas Igrejas e por grupos políticos de direita. Durante as inúmeras visitas à quitanda de Moisés, foi possível observar que o rádio estava sempre ligado, transmitindo programas evangélicos, que sustentavam muitas das posições acima referidas⁶.

5 Em um texto publicado na *Carta Capital*, Jean Willys, deputado federal do Rio de Janeiro pelo PSOL, afirma que a veiculação de informações falsas na opinião pública – denominadas por ele de mentiras aliadas a preconceitos – tem sido instrumentalizada pela direita tradicional e pela extrema direita. Segundo o deputado, seu mandato tem sido alvo de várias dessas notícias, segundo as quais Jean Willys teria apresentado projeto de lei para alterar trechos da Bíblia, para obrigar crianças a mudar de sexo e até mesmo defendendo a pedofilia (*Carta Capital*, 2016).

6 Sobre a convergência das classes populares às denominações evangélicas, bem como a articulação de seus valores por partidos de direita ver entrevistas com o sociólogo Roberto Torres (2016a, 2016b) no site do *El país*.

Por outro lado, a aquisição de maior volume de capital escolar e cultural, através de sua participação num curso técnico e numa ONG que defende os direitos das mulheres e da comunidade LGBT contribuiu para que Paloma incorporasse disposições consideradas propriamente políticas no âmbito das questões de gênero. Além disso, a entrevistada considera as mudanças ocorridas na sua vida nos últimos anos, assim como na vida dos mais pobres, como diretamente relacionadas à geração de empregos e políticas educacionais do governo Lula.

Eu achei excelente [o governo Lula]. Eu achei excelente, apesar dele ter feito o que dizem que ele fez, porque se ele fez isso é porque ele tá preso, né? E todos fazem, né? Não tem santo né? Mas assim, ele teve ideias fantásticas em relação às pessoas do sertão, do Nordeste. Ele não teve preconceito com a classe pobre. Mesmo que ele tivesse fazendo na intenção de benefício pra si próprio, mas ele ajudou, ele contribuiu de alguma forma. Eu não sou petista, mas eu sou a favor da atitude de cada um, que faz por benefício do próximo. Apesar de “tu é petista de tá brigando por Lula, por Dilma”. Eu brigo por Dilma até o último mandato dela. Eu tenho a maior admiração por ela, né? Principalmente como nós mulheres militantes, a gente tem que levantar causa feminista mesmo, que eu acho que se ela tá ali, minha filha, é porque ela tem merecimento. Ela não tá ali à toa. Então não é à toa que ela se reelegeu. “Ah, mas se reelegeu por causa do Bolsa Família”. Não interessa, ela tá dando continuidade aos projetos que estão aí ainda. Ele passou o bastão pra ela, ela deu continuidade. É tanto que hoje o salário foi aumentado, mesmo na crise, né? [...] e ainda assim ela foi corajosa e fez o aumento prevalecer. Mas na gestão dele, eu achei muito boa. Eu achei porque, poxa bicho, você tem noção do que é você ver... é... cursos assim, intercâmbio, facilitando a pessoa da classe lá das brenhas. Hoje o cara fazer intercâmbio, facilitado pelo governo dele. Acho que muitas coisas tiveram vantagem nisso. Pronatec,

eu fazer Pronatec. Eu fazer Senai, eu fazer uma série de cursos, porque teve essa oportunidade do governo dele.

É importante destacar que ao expor sua avaliação positiva do governo Lula, a entrevistada sente a necessidade de se justificar perante à opinião pública – com suas denúncias sobre corrupção –, trazendo à tona as questões colocadas no debate, defendendo valores como a solidariedade com os mais pobres e direitos, como políticas educacionais, já que corrupção *todos fazem*. Mesmo aqueles que expressam posições mais conservadoras ou moralizantes com relação às políticas sociais, reconhecem o esforço do governo Lula em combater a pobreza, representando os interesses dos mais pobres. Isso pode ser observado na fala de Moisés, ao ser questionado sobre o que achava do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FCH):

Eu acho, na minha opinião, as coisas veio melhorar assim no tempo de, de Lula, assim porque os pobres vieram a ter as coisas melhores do tempo de Lula pra cá, se foi Fernando Henrique Cardoso que criou o que Lula tá fazendo eu não tô bem informado não, mas se os pobres pode ter tudo o que o rico pode ter hoje assim, em termos de celular, tv, eletrodoméstico, se o pobre, se o pobre pode ter o que o rico tem, eu acho que isso veio da parte do governo de, de, se ele tem assim, que eu saiba veio a partir do governo de Lula. Agora que, é, o governo atual tá tendo muitos erros, muitas roubalheira, muita roubalheira, talvez até a presidenta Dilma, porque a pessoa às vezes numa casa, o pai de família, às vezes, pra educar três, dá uma mesma educação a três filhos, dentro de uma mesma casa, a mesma educação, às vezes sempre tem um que às vezes vai ser alcoólatra, vai ser maconheiro, quanto mais uma nação com mais de... mais de, é, eu não sei quantos milhões em ação, oitenta milhões em ação na década de 70. Hoje já tá com uns 200 milhões de brasileiros, aí quer dizer que o presidente pra governar uma nação pra uma

população tão enorme como essa, não é fácil. Aí ela, ela tem os cargos dos ministros, mas cada um que quer roubar um, um, um pouco, aí pronto.

É possível perceber a adesão do entrevistado à articulação difundida pelo lulismo em torno do conflito entre ricos e pobres (SINGER, 2012), que se ancora em sua percepção sobre a melhoria das condições de vida dos mais pobres, em termos de acesso a bens de consumo, a partir do governo Lula. O entrevistado recorre aos valores do *ethos* e à sua experiência prática na avaliação dos governos de FHC, Lula e Dilma, sobretudo para falar sobre corrupção – principal “tema político” veiculado nos meios de comunicação de massa. Buscando justificar sua avaliação positiva sobre os governos do PT, *apesar da corrupção*, o entrevistado faz alusão à família – que sempre tem um filho com comportamento desviante – e ao repertório cultural ligado ao futebol, citando a marchinha da copa de 1970, para argumentar as dificuldades em se governar um país com duzentos milhões de habitantes – em que sempre há ministros querendo roubar para si mesmo. A ampla cobertura midiática acerca da corrupção nos governos do PT parece contribuir para aumentar o sentimento de destituição estatutária das classes populares – muitas vezes, representadas pela opinião pública como indignas ou manipuladas e não como exprimindo um posicionamento político legítimo –, de modo que alguns entrevistados optaram pelo voto em branco nas últimas eleições, apesar de afirmar que o governo Lula *foi bom*, como é o caso de Valdir. O entrevistado afirma que nunca participou da política e diante da crescente descrença nos políticos e em sua capacidade de mudança, além do acirrado debate que denegria a imagem de todos os candidatos envolvidos na disputa eleitoral,

preferiu votar em branco nas eleições presidenciais de 2014. Carlos, por sua vez, afirma que nunca foi petista e optou por Marina no primeiro turno, e Aécio no segundo turno. Para atrair clientes em seu restaurante num momento de retração econômica, o entrevistado criou um cardápio com opções promocionais de temakis fritos – de menor custo –, nomeados de *temaki CPMF*, *temaki crise*, entre outros, fazendo referência ao cenário político-econômico do país, bem como às medidas da presidenta Dilma para combater a crise. Foi possível observar um cardápio semelhante no restaurante em que Carlos trabalhava anteriormente, na Cidade Universitária. A heterogeneidade com relação aos posicionamentos políticos, bem como o sentimento de destituição estatutária, podem ser encontrados também entre os batalhadores que exprimem uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

O batalhador hedonista

Se eu quiser fumar, eu fumo. Se eu quiser beber, eu bebo.
Eu pago tudo que consumo com o suor do meu emprego.

Zeca Pagodinho, “Maneiras”

As noções de batalhador ascético e de batalhador hedonista são perfis culturais que buscam dar conta da complexidade das disposições e das práticas de consumo encontradas entre os membros das frações ascensionais das classes populares brasileiras, que não aparecem de maneira homogênea na realidade social. No entanto, apesar das nuances e diferenças encontradas entre os dois perfis no âmbito das práticas de consumo, eles partilham de uma trajetória social relativamente comum e de um conjunto de disposições e valores que constituem seu *ethos*. Assim como o batalhador ascético, o batalhador hedonista incorporou desde a mais tenra idade disposições ascéticas para o trabalho duro no seio da socialização familiar, que possibilitaram sua reprodução e posterior mobilidade ascendente. Contudo, o batalhador hedonista parece vivenciar de modo diverso os conflitos entre o conjunto de valores e disposições

ascéticas incorporadas desde a infância e os valores e crenças a que está exposto no seio de uma sociedade capitalista e de mercado, permeada por uma cultura de consumo. Estes últimos constituem um universo simbólico, apresentando possibilidades e modos de ser e viver que o batalhador hedonista almeja em alguma medida, de modo que ele vivencia de maneira mais acentuada o conflito entre os valores encerrados no *ethos* do trabalho duro e aqueles sustentados pela cultura do consumo.

Enquanto o batalhador ascético busca resolver essa tensão através de uma concepção quase religiosa do trabalho, que reforça uma orientação ascética da conduta nos diversos domínios da prática, norteador o consumo de bens para o lar e para a família, o batalhador hedonista busca conciliar seus valores e disposições em conflito através de um ajuste com relação ao *ethos* do trabalho duro, adotando, em determinados contextos, uma ética do consumo mais próxima da retórica do desejo e do querer, tal como explicitada por Campbell (1998). Esse ajuste é possibilitado tanto por um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, quanto com relação à esfera moral e religiosa; sendo favorecido pela influência exercida pelos processos de socialização secundária que podem ser heterogêneos, e até mesmo contraditórios, com relação ao conjunto de valores e disposições incorporados na socialização primária, tais como o universo do trabalho, grupo de amigos, meios de comunicação de massa e universidade¹. Tais con-

1 No caso dos batalhadores que conseguiram ingressar na universidade, é possível pensar a emergência de um tipo específico de batalhador – o *batalhador cultural* – considerando o grau das diferenças observadas na sua trajetória, bem como no âmbito das suas práticas de consumo e estilo de vida. Os batalhadores culturais partilham, em sua maioria, de uma orientação mais hedonista no âmbito das práticas de consumo e serão analisados no próximo capítulo.

dições conduzem a tensões intraindividuais entre os valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, tal como a disposição para o sacrifício individual e as disposições para a autossuperação, na medida em que a busca por uma condição de vida considerada melhor pode envolver a adoção de novas práticas de consumo, orientadas para o prazer e desfrute individual. Portanto, o batalhador hedonista parece combinar a ética do trabalho duro com uma ética do consumo, aqui denominada de *retórica do trabalho duro*, com o intuito de legitimar a incorporação de disposições hedonistas para o consumo em seu processo de autoafirmação.

Como vimos nos capítulos anteriores, as práticas de consumo dos batalhadores são norteadas pela distância com relação ao mundo das necessidades materiais e urgências temporais, volume e estrutura do capital, idade, gênero, posição na família e no mercado de trabalho, pelo momento no ciclo de vida, além da influência exercida pela origem social e pelos diversos processos de socialização secundária. No caso do batalhador hedonista, é mais comum encontrar neste perfil mulheres, jovens, indivíduos com maior volume de capital cultural – como no caso dos batalhadores culturais, que serão discutidos no próximo capítulo –, ocupações nas quais a construção da autoimagem é importante, posições sociais mais distanciadas do mundo das necessidades materiais – tanto na condição passada quanto no presente – e processos de socialização relativamente heterogêneos, nos quais os batalhadores se relacionam com membros de outras classes sociais e parecem mais suscetíveis à incorporação de valores e disposições heterogêneos ou contraditórios com relação ao *ethos* do trabalho duro.

A análise de um perfil exemplar permite discutir a incorporação de disposições nos diversos processos de socialização, bem como sua transposição para o campo dos estilos de vida, através da adesão a novas práticas de consumo que buscam exprimir a nova posição alcançada no espaço social. Em seguida, é possível discutir, de modo mais sistemático, os ajustes realizados pelos batalhadores hedonistas entre os valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro e os princípios e valores da cultura de consumo a que os membros das frações ascensionais das classes populares estão cada vez mais expostos.

5.1 Análise de uma trajetória exemplar: uma faturista que gosta de se arrumar

Elisângela, 36 anos, parda, trabalha como faturista de uma empresa terceirizada num grande hospital da cidade e mora no bairro da Mangueira com seu marido e dois filhos. A entrevistada foi criada pela sua mãe e pelo avô, já que o pai abandonou a família quando ela era pequena. Sua mãe não terminou o Ensino Fundamental e trabalhava como empregada doméstica. Apesar de não ter sido criada por pai e mãe, Elisângela teve as condições materiais e emocionais asseguradas para que conseguisse estudar e concluir o Ensino Médio, fazendo também um curso técnico de Administração. Contudo, ela só começou a trabalhar há cerca de dez anos, quando já estava casada e seus filhos estavam maiores. A entrevistada se casou aos 16 anos e passou boa parte de sua *vida de casada* como dona de casa, estabelecendo uma divisão sexual do trabalho muito comum entre os membros das classes populares, na qual seu marido

trabalhava fora de casa, provendo o sustento material da família, enquanto Elisângela assumia as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Mesmo tendo concluído o Ensino Médio e feito um curso de nível técnico, prevaleceu sua posição como mãe, esposa e dona de casa, para as quais a entrevistada foi preparada desde a socialização familiar.

As disposições para o trabalho doméstico e cuidados com a família, que orientam a posição da mulher no seio familiar foram reforçadas e atualizadas após o casamento, de modo que a vida conjugal constituiu um importante processo de socialização secundária, contribuindo para o reforço de tais valores e disposições. Ademais, é importante destacar, mais uma vez, que o casamento constitui uma fase importante no processo de autoafirmação das mulheres das classes populares, percebido como um importante evento biográfico que divide a sua vida (*vidade solteira; vida de casada*) e para o qual elas são preparadas desde a socialização familiar.

A entrada de Elisângela no mercado de trabalho também foi fundamental para seu processo de autoafirmação, na medida em que possibilitou uma maior autonomização com relação à família e às condições materiais da existência, sendo decisiva para o processo de mobilidade ascendente de sua família, que contava, até então, somente com o salário de seu marido, como motorista de ônibus – R\$ 1.445 em 2015, momento da entrevista. Recentemente, seu filho mais velho também ingressou no mercado de trabalho formal, trabalhando numa loja do Shopping Riomar, onde recebe um *salário de comércio* – R\$ 1.182,60, em 2015 – de modo que a renda mensal da família de Elisângela aumentou para mais de três salários mínimos no período recente. A entrevistada só começou a trabalhar fora de casa em

meados dos anos 2000, quando os filhos estavam com cinco e seis anos, respectivamente. Ela trabalhou inicialmente como atendente na lanchonete de um hospital e há seis anos trabalha como faturista de uma empresa terceirizada que presta serviço a este mesmo hospital. Sua inserção no mercado de trabalho e posterior mobilidade ocupacional contribuiu não somente para a melhoria das condições materiais da sua família, mas também para a sua autoestima.

Depois que eu trabalhei foi ótimo pra mim, ótimo, ótimo, porque você em casa, você é só aquele mundinho aqui, quando você trabalha, você é outras coisas né? É outro mundo que você enfrenta, é outras pessoas que você convive, é bom, é ótimo. Gostei mesmo, só tenho que falar que, de foi de bom. E cada dia quando você trabalha você aprende uma coisa nova, uma coisa diferente.

Embora o trabalho seja fonte de realização pessoal para a entrevistada, seu sentido também está fortemente associado à sua posição no seio familiar, uma vez que Elisângela só conseguiu trabalhar fora de casa quando os filhos estavam um pouco maiores, exprimindo uma disposição para o sacrifício individual, a partir da qual os batalhadores priorizam os interesses da família, colocando-os acima das necessidades e desejo individuais. Além disso, seu salário ajuda a complementar a renda do marido – que continua sendo percebido como o principal provedor da família. Desse modo, sua inserção no mundo do trabalho parece ganhar sentido pelo que a entrevistada pode oferecer em termos de conforto e lazer para os membros da sua família. Vale destacar que o trabalho atuou não somente como um importante processo de socialização secundária no reforço de suas disposições ascéticas, constitutivas do *ethos* do trabalho

duro, na medida em que Elisângela passou a conciliar sua jornada de trabalho com astarefas domésticas, mas também possibilitou a incorporação de novas disposições para o consumo e para o lazer, pois o salário da entrevistada é percebido como uma renda extra, destinada principalmente ao consumo de bens e atividades de lazer para a família.

Quando eu não trabalhava, não, a gente se apertava bem mais. Depois que eu comecei a trabalhar, graças a Deus... tá entendendo, a gente se apertava um pouquinho, mas aí... depoisque eu trabalhei melhorou muito. E a gente paga as coisas, sobra dinheirinho pra a gente ter um lazer.

[...]

Porque meu marido era sozinho pra tudo né? E hoje em dia eu ajudo a ele... entendesse? Em questão de, eu não digo, ele é que paga a maior parte das contas em casa, mas assim, eu ajudo em questão de tá precisando trocar um móvel, tá precisando de uma coisa, principalmente lazer, quando a gente quer sair... tá entendendo? Aí é muito bom eu trabalhar por conta disso.

A partir de sua inserção no mercado de trabalho, a entrevistada incorporou novas disposições para o consumo, na medida em que o dinheiro que sobra no final do mês é destinado às atividades de lazer e bens de consumo. É possível observar que, diferentemente dos batalhadores ascéticos entrevistados, o batalhador hedonista exprime uma menor propensão para a poupança e para o pensamento prospectivo. No caso da entrevistada, sua maior propensão para o consumo imediato de bens, que visam expressar a nova posição social alcançada, parece ter sido favorecida pelo maior distanciamento do mundo das necessidades materiais em sua condição passada, uma vez que Elisângela não vivenciou uma privação material extrema, como é o caso de muitos batalhadores ascéticos entrevistados. Estes

últimos parecem mais preocupados em planejar sua vida no futuro, temendo uma “queda” à condição anterior, o que contribui para reforçar suas disposições ascéticas no campo dos estilos de vida no presente. Há também um importante elemento geracional, uma vez que a dose maior de sacrifício foi vivenciada pelos pais da entrevistada, possibilitando às gerações mais jovens uma maior segurança material. Desse modo, Elisângela não parece partilhar da crença de que adiar uma gratificação no presente pudesse assegurar uma condição de vida melhor no futuro para si mesma e para a sua família – encontrada entre os batalhadores ascéticos –, exprimindo um hedonismo realista que, segundo Bourdieu (2013a), consiste em uma inclinação para aproveitar as oportunidades no presente, característica das classes populares. Nesse sentido, foi possível perceber a incorporação de novas disposições para o consumo no momento em que Elisângela começou a trabalhar, recebendo seus primeiros salários.

Fiquei muito feliz, né, porque quando você não trabalha, quando você tem o seu primeiro salário, eu: “ai meu Deus, o que é que eu vou fazer?”, porque aí como eu não era acostumada a comprar... dependia muito do meu marido pra tudo, então... eu deixei em casa e fui usando nas coisas que iam precisando em casa... aí o próximo mês, aí você já começa a sair comprando né? Compra no cartão... aí fui começando a ter o hábito de comprar minhas coisas que eu precisava comprar, que não era acostumada... pronto. E aí fui dando continuidade. E as coisas que ia precisando em casa, ajudando...

[...]

Aí é, é essas coisas que eu comecei a fazer né? Ter mais a liberdade de, de comprar as coisas que eu tenho, se eu passar hoje numa loja, vê, eu vou e compro, porque eu trabalho. Já não preciso, já não, eu não comprava antes porque via a, a... a despesa

que ele tinha e ele era sozinho pra tudo. Então você também tem que ter consciência né? Você como chefe da casa, dona da a... a cabeça da casa, que é a mulher, você tem que ter a consciência, não: “ah, porque meu marido tem obrigação, porque eu trabalho em casa”, não, porque ele já tem a obrigação dele e trabalha e é... sozinho pra tudo, ele era sozinho pra tudo, então, eu via e reconhecia que: “ah, não vou fazer dívida pra ele pagar não”. Agora no dia que eu conseguir arrumar um emprego, tiver meu dinheirinho, aí eu vou comprar minhas coisas.

É importante destacar a desvalorização do trabalho doméstico na fala da entrevistada, na medida em que ela está sempre afirmando que o marido *era sozinho pra tudo*, enquanto ela cuidava da casa e dos filhos, embora ela considere a mulher a *cabeça* da casa, em termos do controle das despesas do lar, exprimindo uma percepção acerca da divisão sexual do trabalho muito comum entre os membros das classes populares, além da incorporação de disposições ascéticas para a disciplina e autocontrole. A partir de sua inserção do mercado de trabalho, a entrevistada explica que passou a usar o cartão de crédito, pois quando viviam numa condição financeira mais apertada, procuravam comprar tudo à vista, assegurando o controle sobre as despesas. Nessa época, a família consumia com muita cautela, restringindo-se aos itens considerados necessários. A fala de Elisângela também permite pensar que o batalhador hedonista pode ter incorporado disposições para crer, em sua condição anterior, ligadas aos valores e às promessas da cultura do consumo, sem ter as condições materiais para incorporar as disposições para agir. Depois que começou a trabalhar e a ter uma renda própria, ela conseguiu incorporar novas disposições para o consumo. Ademais, as justificativas apresentadas por Elisângela sobre as condições nas quais

considera prudente consumir bens individuais, como vestuário, sem comprometer as despesas do marido, expressam uma combinação entre ascetismo e hedonismo na orientação de suas práticas de consumo, encontrada entre os demais batalhadores hedonistas entrevistados.

É válido destacar que o trabalho não possibilita somente as condições materiais para a incorporação de novas disposições para o consumo, mas também as condições morais, uma vez que os batalhadores hedonistas legitimam sua adesão a novas práticas de consumo a partir de uma “retórica do trabalho duro”, justificando a aquisição de bens de consumo como uma recompensa pelo seu trabalho. Desse modo, Elisângela expressa sua autonomia e independência econômica, conquistada a partir do ingresso no mercado de trabalho, através do consumo de bens, que possibilitam a melhoria das condições de vida de sua família, além do consumo de bens individuais. Nesse sentido, é possível perceber a passagem da família como unidade de consumo – característica do *ethos* do trabalho duro –, para o indivíduo (MCCRACKEN, 2003), que será encontrada sobretudo entre os batalhadores mais jovens.

A orientação da entrevistada sobre o uso do seu dinheiro também parece ligada à sua posição na família, como *cabeça* da casa, que sabe das necessidades da família, mas não é a principal responsável por supri-las. Assim, a entrevistada usa seu dinheiro para comprar bens duráveis para a casa, proporcionar atividades de lazer para a família, além de dar vazão aos seus desejos por bens de consumo individuais. Ela afirma orientar o consumo de bens duráveis – como móveis e eletrodomésticos – por um gosto de necessidade, comprando quando está quebrado ou está precisando. Contudo, Elisângela também procura *algo*

mais nessas compras, buscando modernizar seu lar, seguindo as novas tendências em decoração – uma parede com cor destaque na sala de estar, TV LCD instalada na parede colorida, sofá em *estilo chaise* (retrátil) –, buscando legitimar a adoção de critérios simbólicos a partir de uma “retórica do trabalho duro”, na medida em que o conforto do lar é percebido como uma recompensa pelo seu esforço e dedicação no trabalho. Isso pode ser observado quando a entrevistada explicita os critérios acionados na escolha do sofá que comprou recentemente:

Eu já imaginei quando eu fui comprar esse daqui, eu disse: eu vou querer um com “chaise” porque aí como a gente assiste TV, a gente assiste um filme, a gente quer um conforto né? Chegar do trabalho, ter um conforto.

A entrevistada justifica a compra do novo sofá a partir de uma retórica do consumo ancorada no trabalho e na necessidade de proporcionar conforto para a família. Embora a busca pelo conforto no âmbito do consumo de bens duráveis para o lar também seja encontrada entre os batalhadores ascéticos, constituindo a margem das despesas eticamente permissíveis do *ethos* ascético (WEBER, 2016), estes últimos não apresentam a mesma inclinação para o consumo de bens voltados para o prazer e desfrute individual, no presente – como é o caso dos batalhadores hedonistas –, exprimindo uma disposição para o sacrifício individual e para o pensamento prospectivo que prevalece na orientação de suas práticas de consumo. Já o batalhador hedonista apresenta uma maior propensão ao consumo de bens individuais, destinados à satisfação de desejos e necessidades imediatas, exprimindo uma transformação na natureza e dinâmica da unidade de consumo – observada em domínios

e contextos específicos –, além de uma mudança no processo de tomada de decisão sobre a aquisição de bens de consumo e na própria natureza dos bens, até então característicos dessa fração de classe (MCCRACKEN, 2003).

No caso de Elisângela, o trabalho também atuou como um importante processo de socialização secundária na incorporação de novas disposições para o consumo e para o lazer, uma vez que a entrevistada passou a conviver com pessoas de outras classes sociais, trabalhando com médicas, enfermeiras, secretárias, o que possibilitou um maior acesso às práticas de consumo características das classes dominantes, as quais parecem ser almejadas pela entrevistada, em alguma medida. Ela conta que as colegas de trabalho sempre viajam para o exterior, usam perfumes importados e até já trouxeram alguns para ela de presente, despertando seu interesse por tais bens de consumo. Desse modo, Elisângela passou a frequentar uma loja de perfumes importados, no Shopping Boa Vista, inicialmente interessada em conhecer as fragrâncias dos perfumes de que as colegas falavam, as principais marcas e os preços desses produtos – incorporando novas disposições para o consumo, ainda que sob a forma de crença. Posteriormente, a entrevistada passou a comprar alguns desses perfumes, nas situações em que as médicas do trabalho viajavam para o exterior e se disponibilizavam a trazer suas encomendas. Elisângela afirma que se tivesse mais dinheiro compraria mais produtos importados, exprimindo a incorporação de disposições para crer.

I: Ai, se eu fosse rica! Risos. [Compraria] os produtos importados que são maravilhosos. Risos.

E: Produto importado de que?

I: Tem umas marcas de, de, de hidratante mesmo, que eu esqueci até o nome agora. É Victoria, Victoria Secret, que os, os, os hidratantes são perfeitos... os perfumes importados. Se eu tivesse dinheiro com certeza eu só usaria importado, inclusive eu tenho dois importados, que são o... 212 Sexy e tenho... o, o... Euforia, da Calvin Klein, é perfeito. Muito bom! É uma coisa que você paga mais, mas em compensação a durabilidade, a fixação, é... impressionante. Muito bom, muito bom. Aí como trabalho com médicos, quando eles viajam, eles sempre compram nos dutyfrees, que são nos aeroportos. Aí sai bem mais em conta. Aqui é um absurdo. No top internacional, conhece perfumes importados né?

E: Sim.

I: Pronto, aqui você compra o 212 Sexy por R\$ 400 reais, lá você compra o de 100 ml por R\$ 200 reais.

E: Aí tu pede pra eles, quando eles viajam é?

I: Aí as vezes eu peço. Quando eu tô com um dinheirinho sobrando, eu sempre peço. Aí eu dou em espécie, eles vão e compram. Mas é muito bom viu? Muito bom!

A entrevistada não apresenta o mesmo desconforto em expressar desejo por bens de consumo característicos das classes dominantes, como é o caso dos batalhadores ascéticos entrevistados, muito embora ela se apresse em justificar as razões de sua preferência com base em critérios que avaliam a função do produto – *durabilidade; fixação* –, os quais compensariam o seu preço, fornecendo indícios de uma boa vontade cultural no consumo de bens considerados de luxo, na medida em que os membros das classes dominantes não sentem a mesma necessidade de justificar suas preferências (BOURDIEU, 2013a). Há, portanto, certo distanciamento com relação aos princípios de conformidade que orientam as práticas de consumo do batalhador ascético, reforçando a premissa de não querer

parecer ser mais do que é (pretensão) e de que os mais pobres devem restringir seu consumo aos bens considerados necessários, ainda quando ascendem socialmente – reforçados por uma moralidade de classe média acerca do consumo popular (SCALCO, PINHEIRO-MACHADO, 2010). No entanto, a incorporação de novas disposições para o consumo de bens distintivos, num contexto de mobilidade ascendente, só é possível se tais disposições encontram espaço para sua atualização, rompendo a barreira do relativo fechamento do horizonte de possíveis característico dos meios populares, que atua como importante princípio de conformidade das práticas de consumo dos membros dessa classe. No caso da entrevistada, o convívio com membros de outras classes e frações de classe, em seu ambiente de trabalho, possibilita a atualização das novas disposições para o consumo incorporadas.

Desse modo, a entrevistada norteia suas preferências por critérios que parecem se distanciar das práticas de consumo características das classes populares no que se refere a perfumes, que segundo Nery (2017), prefeririam fragrâncias mais leves, de menor fixação, comprando produtos de baixo valor agregado, os quais podem ser utilizados várias vezes ao dia. Nesse sentido, a adoção de tais critérios pela entrevistada parece envolver uma busca por distinção com relação aos membros das classes populares, aproximando-se do estilo de vida característico das classes média e alta. Tal orientação parece favorecida por um crescente processo de estratificação observado no interior das classes populares brasileiras, decorrente da expansão educacional e sua irradiação nos meios populares, com a conseqüente elevação da taxa escolarização entre as gerações mais jovens, além do ingresso das mulhe-

res no mercado de trabalho, entre outros fatores (PONTES, 2015, p. 26).

Por outro lado, é possível perceber também um forte elemento de ascetismo na orientação de suas práticas de consumo, ainda quando a entrevistada parece nortear o consumo de bens para o prazer e desfrute individual. Elisângela exprime certa preocupação em mostrar, diante de uma observadora externa, que suas práticas de consumo são responsáveis e prudentes, explicando que só compra perfumes importados quando tem *um dinheirinho sobrando*, pagando à vista – *em espécie* – de modo a não contrair dívidas, as quais poderiam prejudicar os interesses de sua família no futuro. Como vimos anteriormente, a vaidade é condenada entre os membros das classes populares justamente por ser concebida como uma atitude irresponsável, que coloca os interesses individuais acima dos compromissos familiares (SARTI, 1994). Desse modo, Elisângela explica que seu consumo de perfumes importados é subordinado à satisfação das necessidades e interesses da família, os quais precisam ser priorizados, buscando expressar razoabilidade no consumo de bens considerados de luxo.

Hoje em dia pra você comprar um perfume no Boticário, Boticário, Natura, é em torno de mais de R\$100 reais um perfume bom, então é melhor você pagar um pouquinho a mais e ter um produto melhor né? Isso é quando dá pra você comprar né? Você também não vai fazer, sacrificar a família, “ai vou comprar um perfume bom, porque eu quero”, não. E sacrificar a família? A alimentação? Não. Eu só compro realmente quando dá pra comprar, como eu comprei esses dois, comprei um e depois de muito tempo comprei outro, quando dá mesmo. Eu tô te dizendo assim a questão de qualidade, realmente a qualidade é bem melhor.

Portanto, embora o batalhador hedonista apresente uma maior inclinação para a incorporação de novas disposições para o consumo de bens individuais, esse processo não se dá sem tensões e conflitos internos, precisando ser ajustado aos valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro. Desse modo, se, por um lado, a disposição para o sacrifício individual constitui um valor central para os batalhadores, por outro lado, eles incorporam também disposições para a autossuperação, que podem assumir a forma de uma propensão ao consumo de bens considerados superiores, visando expressar seu processo de mobilidade ascendente. Tais disposições podem assumir a forma de uma tensão permanente entre compromissos familiares e interesses individuais. Luiz Fernando Duarte e Edlaine Gomes (2008) destacam que o processo de autoafirmação vivenciado pelos membros das frações ascensionais das classes populares envolve tensões entre valores fundamentais de seu *ethos*, tais como a orientação de priorizar a relação familiar e ao mesmo tempo investir no projeto de “subir na vida”, que pressupõe um relativo distanciamento com relação à família extensa, em direção à nuclearização da família em torno da unidade doméstica, considerada fundamental para o processo de autoafirmação. Os autores consideram esse processo como a forma pela qual os membros das frações ascensionais das classes populares vivenciam a individualização, caracterizada por um relativo desenraizamento com relação à condição de origem, através das diversas formas de autonomização com relação à condição anterior, nas quais o indivíduo busca substituir o status atribuído por um status adquirido (DUARTE, GOMES, 2008, p. 250).

No caso de Elisângela, o processo de autonomização foi assegurado através de sua inserção no mercado de trabalho, o que lhe garantiu um acúmulo de capital econômico, tornando-a mais independente com relação à família e, mais especificamente, à renda no marido. No plano subjetivo, Elisângela percebe a mudança em sua condição social a partir do maior acesso a bens de consumo e atividades de lazer, até então características das classes dominantes, através das quais ela busca expressar a nova condição social alcançada, distanciando-se da condição de origem, assim como de alguns dos valores e disposições constitutivas do *ethos* do trabalho duro. A entrevistada busca conciliar as disposições em conflito estabelecendo as situações e contextos nos quais considera apropriado orientar suas práticas de consumo para o prazer e desfrute individual, desde que tais despesas não ameacem os interesses e necessidades da família no futuro. A tomada de decisão acerca dos contextos e circunstâncias consideradas apropriadas para o consumo de bens individuais pode ser percebida como uma das maneiras pelas quais a entrevistada exprime sua individualidade e reflexividade, desenvolvida a partir dos conflitos e tensões vivenciadas num contexto de mobilidade ascendente (BOURDIEU, 2013C; KAUFMANN, 2003, LAHIRE, 2002).

Desse modo, os batalhadores hedonistas parecem nortear suas práticas a partir de diferentes princípios e valores, assumindo uma postura mais ascética no mundo do trabalho e uma orientação caracterizada pela combinação de elementos ascéticos e hedonistas no campo dos estilos de vida. Essas diferenças intraindividuais são possibilitadas pela incorporação de disposições heterogêneas e contraditórias nos diversos processos de socialização e contextos daprática. Desse modo, a

entrevistada oscila entre uma retórica da necessidade e uma retórica do desejo (CAMPBELL, 1998), de acordo com os contextos e circunstâncias específicas nas quais se encontra, apresentando variações segundo os diferentes domínios do campo de estilos de vida – tais como mobiliário, vestuário etc. Sua adesão a novas práticas de consumo visam expressar um poder sobre a necessidade dominada, marcando um distanciamento com relação à condição passada, característico de seu processo de autoafirmação. Desse modo, o contexto de mobilidade ascendente possibilitou à entrevistada a adoção de uma retórica do querer na orientação de suas práticas de consumo, em domínios nos quais ela costumava se orientar para a satisfação das necessidades. Elisângela explica como a conquista de uma maior autonomização, através do trabalho, possibilitou a incorporação de disposições para o consumo de bens individuais.

É, porque assim... usava [bens de consumo individuais], sendo que eu usava com muita cautela, assim eu não usava cartão, a gente sempre comprava as coisas que tinha necessidade mesmo, mas em questão de roupa: comprava roupa, mas só final de ano, comprei final de ano, entendeu? Eu não era acostumada assim: ah, eu passar numa loja, vê uma blusa, uma calça, gostei, não tinha como eu comprar, porque meu marido era sozinho pra sustentar a casa. E aí quando você trabalha, você tem seu dinheiro, você gosta de uma coisa, você tá com o cartão ali, vai, “ah, eu gostei, vou comprar”.

Ademais, a entrevistada busca legitimar suas práticas de consumo a partir de uma ideia de feminilidade, segundo a qual além do cuidado com a família e com o lar, a mulher deve cuidar também da sua aparência, acompanhar as tendências da moda, apresentando-se sempre bonita e arrumada. Como mostra Beverley Skeggs (2002), a feminilidade constitui um

dos poucos recursos que podem ser capitalizados pelas mulheres das classes populares – destituídas dos recursos socialmente valorizados, tais como capital econômico e capital cultural – tanto no mercado matrimonial quanto no mercado de trabalho. Desse modo, as batalhadoras hedonistas entrevistadas recorrem ao consumo de bens individuais – tais como vestuário, acessórios, produtos cosméticos e de higiene –, buscando expressar sua feminilidade. Isso pode ser observado quando Elisângela explicita os critérios acionados no consumo de vestuário, afirmando orientar suas práticas por uma retórica do querer, que parece legitimada pela sua identidade feminina.

I: É porque roupa é assim: eu passo, me agradei daquela roupa, vesti, caiu bem em mim, ficou bem, eu vou e compro.

E: Não é muito... mais quando tá precisando não?

I: É não, tão difícil, às vezes eu tenho roupa lá em cima no meu guarda-roupa que, umas quatro, cinco roupas que eu nem usei ainda. Risos.

E: Tu gostas de comprar roupa?

I: Gosto. Aí eu vejo uma coisa que tá na moda, aí as vezes eu olho, faço: “meu Deus, não vai vestir bem”. Aí eu vou, mulher, sempre tem aquela... vou provar, não sei o quê, aí vou, provo, fica... eu gosto do jeito que vestiu, aí eu vou e compro.

[...]

I: Gosto muito de me arrumar, gosto. Gosto muito de roupa nova (risos). Sapato, perfume, eu acho que isso pra uma mulher... não sei todas, mas na minha opinião, eu adoro!

Como destaca Campbell (1998), a orientação das práticas de consumo é também estruturada pelos papéis de gênero, de modo que os homens costumam orientar-se pela satisfação das necessidades, enquanto as mulheres percebem essas atividades como voltadas ao prazer. No caso das batalhadoras hedonistas

entrevistadas na pesquisa, é como se elas não só gostassem de consumir, mas devessem se preocupar com a aparência, com a beleza e com a moda – como parte de suas atribuições enquanto mulher –, indicando uma mudança não somente na unidade de consumo, que passa da família para o indivíduo, mas também na dinâmica do consumo, bem como na própria natureza dos bens, valorizados pelo seu caráter de novidade, em conformidade com as tendências da moda, sobretudo entre as novas gerações. Elisângela explica que mesmo quando era dona de casa considerava importante cuidar da sua aparência e beleza, tentando se arrumar em casa. Desse modo, ela afirma que quando começou a trabalhar não adquiriu o hábito de frequentar salão de beleza – como fazem muitas mulheres que trabalham –, conseguindo economizar seu dinheiro para atividades de lazer com a família.

Eu acho que mulher tem que se ajeitar né? Não pode ser... mesmo quando a pessoa não trabalha, acho que tem que se ajeitar. Da forma que der pra se ajeitar, se ajeita. Eu como não, antes não trabalhava, então eu me ajeitava em casa, então meio que me acostumei, muita gente de, que trabalha é muito difícil se ajeitar em casa, vai pra salão pra fazer unha, cabelo... mas eu não, eu faço tudo em casa, costume. Aí depois que eu passei a ganhar dinheiro, eu pensei: meu Deus, eu não vou gastar com salão de beleza. Vou me ajeitar da mesma forma, faço minha unha, ajeito meu cabelo e o dinheiro de eu ir pro salão, eu guardo pra... comemorar com a família, ir pra um restaurante, sair pra um cinema.

Desse modo, a entrevistada afirma priorizar os interesses da família quando se trata de recorrer a serviços de beleza, destinando seu dinheiro para atividades de lazer com a família. A entrevistada costuma ir à praia, ao *Sport Clube do Recife*, de onde é sócia, e também a shows de forró, esporadicamente.

Tais atividades são realizadas com todos os membros da família, já que os filhos estão maiores. A adesão a novas práticas de consumo e atividades de lazer, voltadas para a busca do prazer, parece possibilitada não somente por uma maior autonomização com relação às condições materiais da existência – mediante a aquisição de um maior volume de capital econômico – mas também através de uma maior autonomização com relação à esfera moral e religiosa, que prega uma ética do sofrimento como forma de salvação diante das tentações e prazeres mundanos. A entrevistada afirma ser católica, mas não costumava frequentar a igreja, assim como os demais membros da família. Ela afirma ir ao culto de uma igreja evangélica, acompanhando a sua prima, de vez em quando. O distanciamento de uma cosmovisão religiosa – que tende a se articular aos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, no caso dos batalhadores ascéticos entrevistados –, favorece a incorporação de crenças e valores sustentados pela cultura de consumo e por uma indústria da diversão e do entretenimento. No caso de Elisângela, a adesão a bens da indústria cultural é favorecida também pelo baixo volume de capital cultural considerado legítimo – embora a entrevistada possua um diploma de nível técnico profissionalizante. Ela lança mão de julgamentos que qualificam a prática de ir ao teatro, apesar de não dispor da competência específica, assumindo uma postura de reverência diante da cultura, que caracteriza a boa vontade cultural.

E: E tu vai ao teatro?

I: Não.

E: E já fosse?

I: Não. Já fui, uma vez, eu acho que eu namorava com o meu marido, há muitos, muitos anos atrás. Namorava não, a gente

era recém-casado. Faz muito tempo, que foi a peça até aquela... é... Cinderela [A história que a sua mãe não contou]. A gente assistiu no teatro... Teatro do Parque. Pronto e faz muitos anos isso, muito tempo. De lá pra cá, adorei. É muito bom teatro.

Embora a entrevistada expresse boa vontade cultural para com as instituições da cultura legítima, ela não dispõe dos referenciais ou princípios necessários à sua aplicação, recorrendo a uma peça teatral considerada vulgar, acessível a um público popular, e exprimindo certa *alodoxia cultural*, que consiste numa reverência indiferenciada que denuncia a distância entre conhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 2013a). Elisângela também não incorporou disposições para a leitura, afirmando não dispor de tempo livre para se dedicar a essa atividade. Apesar de não ter o hábito de ler, a entrevistada comprou recentemente um livro indicado pela sua prima, *Casamento Blindado*, cuja leitura orienta como manter um casamento feliz ao longo do tempo, exprimindo uma tendência a aplicar, neste domínio, os mesmos princípios práticos de orientação utilizados em outros domínios. Seu interesse pelo livro está associado à sua posição de mulher casada que busca preservar o casamento.

I: É difícil eu ler, que o tempo é tão curto. Eu chego em casa, aí faz as coisas, organiza, quando você vê já tá na hora de dormir. Aí procuro, tava dormindo muito tarde, aí agora eu to me habituando chegar mais ou menos quando der umas dez, nove e meia, dez horas, aí eu vou durmo, tô me acordando bem mais disposta no outro dia porque quando eu dormia tarde e acordava de seis, seis e meia, aí acordava muito cansada. Aí eu tô dormindo, eu comprei até um livro: “Casamento blindado”. Já ouviu falar?

E: Não.

I: Não? Dizem que é muito bom, pra casamentos que já tem já um tempo, um tempo de convivência, aí é muito bom porque ele ensina como é que você assim, ao passar do tempo, você não deixar desgastar o casamento.

O distanciamento com relação a uma cosmovisão religiosa, bem como com relação aos bens do campo de produção erudita, favorece um maior consumo de programas televisivos, sem a preocupação com relação aos seus “efeitos danosos” para a formação do caráter das novas gerações, encontrada entre os batalhadores ascéticos. Apesar disso, a entrevistada procura mostrar que não é *fissurada* em novela, nem tem tempo para acompanhar os programas televisivos com muito compromisso, permitindo perceber que tais programas possuem baixa legitimidade cultural também entre aqueles mais abertos à influência dos bens e princípios da cultura de consumo – como é o caso dos batalhadores hedonistas.

Tão difícil eu assistir televisão visse? É como eu te disse, quando eu chego em casa sempre fazendo uma coisa, outra. Meu marido é que senta, a gente tem Sky, aí ele gosta muito de assistir jogo, é filme, mas eu vejo muito pouco, eu só assisto mais a novela das sete e das nove. Somente dou uma olhadinha, também não me acostumo, não é todo dia... que eu assisto e só vejo uns lancezinhos de novela e pronto.

Por outro lado, como mostra Bourdieu (2013a), é justamente em matéria de alimentação que é possível observar a força das disposições primárias, incorporadas de maneira durável e inconsciente, desde a infância. Assim como os batalhadores ascéticos entrevistados, a família de Elisângela não apresenta mudanças significativas em sua dieta alimentar, nem no formato da refeição; costumam comer separadamente e fazem a

feira em supermercados que vendem em atacado, comprando em grande quantidade, como estratégia de barateamento dos produtos. Mesmo mostrando certa reverência com relação ao estilo de vida das classes dominantes em outros domínios da prática, a entrevistada exprime a força dos hábitos alimentares duravelmente instalados, distanciando-se, na prática, das crenças afirmadas sobre o que é comer bem e comer mal. Nesse sentido, apesar de afirmar que comer bem, para ela, seria ter uma alimentação saudável, com frutas no café da manhã – considerada a *principal refeição do dia* – e fazer as *três refeições* do dia, a entrevistada não costuma tomar café da manhã, pois acorda enjoada, saindo em jejum para o trabalho, onde come bolacha com café, enquanto espera a hora do almoço. Seus filhos também não costumam tomar café da manhã. É como se a entrevistada tivesse interiorizado a crença de que comer frutas e se alimentar bem pela manhã é saudável, mas não desenvolveu a disposição para agir no sentido de sua crença.

Além disso, é possível observar referências contrastantes em sua fala, uma vez que a entrevistada alude a percepções e valores diversos, comumente encontrados em classes que ocupam posições extremas no espaço social: de um lado, comer bem é ter uma alimentação saudável – princípio que norteia a prática de muitos membros das classes dominantes –, de outro lado, é ter as três refeições por dia – percepção encontrada entre os membros das classes populares que tem a privação material como horizonte possível. Ela permanece orientada pela dieta alimentar característica das classes populares, embora considere que os ricos se alimentam melhor, porque têm nutricionistas e empregados domésticos. Elisângela afirma que se tivesse condições mudaria suas práticas alimentares.

Mudaria porque se eu tivesse muito dinheiro eu ia ter uma nutricionista pra me... explicar qual o, a, o alimento adequado né? Entendesse? Ia ter uma pessoa, que eu não ia fazer, ia ter uma pessoa que iria fazer pra mim, então... com certeza eu ia mudar né? Totalmente. Porque aí quando você trabalha, trabalha, é dona de casa e trabalha fora, às vezes se torna até cansativo pra você fazer né? Às vezes, muitas vezes, eu chego cansada e às vezes os meninos faz: “mainha faz isso assim diferente” e às vezes eu, eu, eu às vezes me sinto péssima por conta disso, por conta do cansaço que às vezes eu chego do trabalho. Então... eu às vezes erro na parte de... dar janta, que eu... não me dedico como eu deveria me dedicar. E não é porque eu não queira me dedicar, é o cansaço do trabalho.

Vale destacar a angústia da entrevistada devido às dificuldades de conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico, que colidem diretamente com as suas expectativas acerca dos papéis da mulher, como alguém que trabalha fora, tem sua independência financeira, mas também cuida da família e do lar. Isso se dá na medida em que a entrada da mulher das classes populares no mercado de trabalho não implica em mudanças na divisão do trabalho doméstico. É possível observar, mais uma vez, a coexistência de valores conflitantes, geralmente encontrados nos dois extremos do espaço social. De um lado, o desejo de investir na sua carreira profissional e conquistar sua independência econômica, típico das mulheres de classe média e, de outro lado, a percepção de que deve cuidar da sua família e do lar, preparando refeições mais elaboradas, como boa mãe e dona-de-casa, mais comum entre as mulheres das classes populares. Nesse sentido, Elisângela mantém não somente a dieta alimentar, como também a estrutura da divisão sexual do trabalho doméstico. Ademais, embora considere que as classes

dominantes possuem uma alimentação mais saudável, ela não mostra interesse em adotar sua dieta alimentar.

I: Eu como uma saladinha, [arroz] integral eu não sou muito fã não, a gente usa mais arroz branco aqui, ou parbolizado quando vai fazer um, uma, um arrozinho carioca... só, mas já ouvi dizer que esse arroz integral é muito bom assim, saudável, mas nunca provei não. Nunca provei não...

E: Mas também não tem muito interesse?

I: Não, porque eu acho que a alimentação da gente é direitinha aqui, acho que pra só, só coisa de gente rico mesmo esses piti de “ah, porque eu vou comer arroz integral, não sei o que”. O meu arroz branco e a maioria das vezes aqui durante a semana é só mais arroz branco. E arroz branco também é uma alimentação saudável também.

Apesar de legitimar o seu estilo de vida, em matéria de alimentação, a entrevistada exprime certo distanciamento de uma orientação ascética – articulada à uma cosmovisão religiosa –, ao avaliar a riqueza, bem como as práticas de consumo características do estilo de vida das classes dominantes. Estas últimas não são condenadas ou rejeitadas, como é o caso entre os batalhadores ascéticos entrevistados, sendo almejadas pela entrevistada, em alguma medida, embora ela também exprima uma diferença entre a dimensão material e moral da riqueza. Nesse sentido, ao ser questionada como seria sua vida se ela fosse rica, Elisângela afirma que teria o mesmo *caráter*, só gastaria mais e viajaria mais. Por outro lado, é possível perceber um maior distanciamento com relação à economia moral que parece conformar a visão de mundo dos batalhadores ascéticos entrevistados, em direção a uma maior adesão aos valores de mercado, bem como aos princípios e promessas da cultura de consumo.

Acho que o rico... deve gastar assim: trabalha muito, como eu trabalho com médicos eu acho que médicos são a... tipo assim... ricos, né? Eu vejo eles trabalhar muito, passa muito tempo, pouco tempo em casa, eu acho que o tempo que eles têm... têm muito dinheiro, que aí eles guardam muito dinheiro, recebe e ganham muito bem né? E aí o tempo eu acho que livre pra eles é mais viagem, eu vejo muito viajar, comprar coisas importadas... Perfumes, roupas... viajam pra comprar isso né? Roupas, perfume, viaja com a família... Acho que eles fazem muitoisso, viajam muito pra fora, pro exterior...

[...]

Os médicos mesmo que eu trabalho... saem muito pra fora, Estados Unidos, Argentina, Paris, só essas viagens fraquinhas. Risos.

É possível observar a aplicação da mesma lógica a partir da qual a entrevistada legitimou suas próprias práticas de consumo. A riqueza parece moralmente justificada, uma vez que provém do trabalho e do esforço individual dos membros das classes dominantes. Desse modo, não há nenhum problema para Elisângela no fato do rico viajar muito e consumir produtos importados. Pelo contrário, ela parece valorizar o estilo de vida das classes dominantes, o que pode ser percebido quando ela brinca, afirmando que os médicos só fazem *viagens fraquinhas*. Embora perceba uma melhoria nas condições de vida da sua família, a entrevistada afirma que ainda se considera pobre – *Graças a Deus, como pobre eu tenho tudo* –, explicando que ainda vive numa condição apertada e nem sempre pode ter acesso a uma atividade de lazer. Ela argumenta que apesar de ter carro, e seu marido também, esses bens não foram comprados por eles. Seu marido herdou o carro quando o pai faleceu e Elisângela ganhou um carro de seu pai, quando este se aposentou, para poder levá-los ao médico e suprir outras necessidades

dos pais, que estão envelhecendo. Do contrário, eles não teriam condições financeiras para comprar dois carros. A entrevistada também expressa o desejo de mudar de bairro. Embora goste de morar na Mangueira, ela deseja ter uma casa maior, com garagem para os dois carros. Elisângela morava na mesma casa de sua infância, tendo construído um espaço para a mãe nos fundos, além de dois quartos no primeiro andar, aumentando o tamanho da área construída. Ela paga aluguel para guardar o carro num estacionamento do bairro.

E quem tem seu... seu carro, você quer guardar na sua casa né? Não quer guardar em... não quer guardar em lugar nenhum, porque eu fico me arriscando alguém bater no meu carro. E meu marido se arrisca porque coloca o carro dele na casa da minha sogra, que é na Mustardinha, aí fica um pouquinho distante. Então eu só queria sair daqui por conta disso, de ter uma casa com espaço pra guardar os carros, entendeu? Essa questão é de mudança mesmo, de sair do bairro pra ver outro lugar diferente.

Como mostra Sarti (1994), a casa própria é almejada entre os mais pobres não só como conquista de uma segurança material, mas também pelo simbolismo em torno da ideia de ser proprietário de alguma coisa numa sociedade capitalista. No caso da entrevistada, ela não consegue desfrutar plenamente da sua condição de proprietária de dois carros, já que os mesmos são guardados em outros locais. Por essas razões, Elisângela ainda não se considera de *uma classe melhorada*. Por outro lado, é possível observar a adesão a novas práticas de consumo, até então características das classes média e alta, possibilitadas não somente por mudanças nas condições objetivas – mediante sua inserção no mercado de trabalho – mas também através da interiorização de novas crenças e valores, próprios da cultura de

consumo, bem como de ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro, que permitem a legitimação de uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida entre os membros das classes populares, caracterizando seu processo de mobilidade ascendente. Essa discussão será feita no próximo tópico.

5.2 Tensões e ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro

Embora o batalhador hedonista possua uma maior inclinação para o consumo de bens voltados para o prazer e desfrute individual, no campo dos estilos de vida, isso não significa que ele não tenha incorporado os valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro, consideradas fundamentais em seu processo de mobilidade ascendente. O trabalho permanece como um importante valor para o batalhador hedonista, através do qual ele busca reconhecimento social e legitima o seu estilo de vida, distanciando-se dos atributos morais negativos associados à pobreza, que assombram as classes populares brasileiras. Assim como no caso dos batalhadores ascéticos, o sentido do trabalho é dado não tanto pelo valor da atividade em si – geralmente pouco qualificada e mal remunerada –, mas pela sua relação como universo familiar, em termos do que ele permite prover à família, reforçando as relações de obrigação mútua entre os familiares (SARTI, 1994).

O trabalho também possibilita algum nível de realização pessoal, uma vez que favorece uma maior autonomização com relação à condição anterior – marcada por uma maior dependência com relação aos familiares, assim como pela maior proximidade com relação ao mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais –, favorecendo a adesão a novas

práticas de consumo, através das quais o batalhador hedonista exprime seu processo de autoafirmação. No entanto, é importante destacar que o trabalho fornece não somente as condições materiais, mas também as condições morais e simbólicas para a incorporação de novas disposições para o consumo entre os membros das frações ascensionais das classes populares, permitindo um maior distanciamento com relação à lógica da necessidade que orientava suas práticas de consumo, bem como a adesão a uma orientação mais hedonista e aos princípios da cultura de consumo – estetização e estilização –, aos quais as classes populares brasileiras estão cada vez mais expostas. O trabalho se torna fonte de legitimação de suas práticas de consumo e atividades de lazer, uma vez que estas são percebidas pelo batalhador hedonista como uma recompensa pelo seu esforço e dedicação ao trabalho.

A incorporação de uma orientação hedonista no campo dos estilos de vida pelos membros das frações ascensionais das classes populares parece possibilitada tanto por uma maior autonomização com relação às condições materiais da existência quanto com relação a alguns dos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro. Nesse sentido, foi possível observar entre os batalhadores hedonistas entrevistados um maior distanciamento com relação à ética do sofrimento, que se imbrica ao *ethos* do trabalho duro, dando sentido e orientando as práticas do batalhador ascético. Embora o batalhador hedonista também tenha incorporado um *ethos* do trabalho duro fortemente ligado à noção de sacrifício, que confere um atributo moral positivo ao trabalho, ele não estende essa orientação ascética a todos os domínios da prática. Pelo contrário, os batalhadores hedonistas entrevistados parecem

se afastar de uma cosmovisão religiosa que fundamenta a interpretação da vida como um eterno sacrifício, através do trabalho, o que favorece uma maior adesão aos valores e princípios da cultura de consumo. Isso pode ser observado na fala de Mário, 57 anos, funcionário administrativo de uma empresa de transportes, que mora com sua esposa, a filha e a neta, no bairro de Brasília Teimosa.

As pessoas, às vezes, fica: “não Mário, você é ateu”. Não, não sou ateu. Tenho o meu Deus, que é diferente do seu. O seu Deus, não, se você fizer isso, Deus castiga. O meu não castiga ninguém, meu Deus é só amor, é só... faça que eu tô olhando, as vezes eu sei que... “olha, a gente tá devendo aqui, você acha que Deus tá olhando pra gente?”. Tá, tá, ele tá olhando, ele é onipresente e onipotente, agora ele tá olhando mais o mendigo que tá lá fora, porque é um filho desgarrado dele e ele não vai condenar o cara não, o cara mesmo tá se condenando entendeu?

Apesar de ter sido criado na Igreja Católica, o entrevistado afirma que não é católico nem frequenta a Igreja, considerando-se católico não praticante. Para ele, Deus não é aquele que castiga; é o Deus do amor, que está mais preocupado com aqueles que estão numa situação de maior vulnerabilidade social, que estão se condenando justamente por não conseguirem sair dessa situação através da disposição para trabalhar. Desse modo, é possível observar a legitimação de seu estilo de vida através dos valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, apesar de seu distanciamento de uma cosmovisão religiosa orientada pela ética do sofrimento. A despeito das diferenças e variações interindividuais, esse distanciamento com relação à ética do sofrimento pode ser observado entre os demais batalhadores hedonistas entrevistados, favorecendo a inclinação à

uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida, que se manifesta de diversas formas, sendo a incorporação de novas disposições para o consumo a de maior interesse para os fins deste trabalho.

A adesão a novas práticas de consumo entre os membros das frações ascensionais das classes populares é possibilitada por meio de um ajuste com relação aos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, mediante a adoção de uma retórica do consumo que se ancora justamente no trabalho como um valor fundamental. De acordo com essa retórica, denominada neste trabalho de *retórica do trabalho duro*, as práticas de consumo dos batalhadores que se distanciam de uma lógica da necessidade podem ser consideradas legítimas, na medida em que são decorrentes do seu trabalho. O consumo de bens orientado pela busca do prazer individual é percebido como uma recompensa pelo esforço, sacrifício e dedicação ao trabalho ao longo da vida. É importante destacar que os batalhadores hedonistas não rompem com a concepção ascética – e quase religiosa – do trabalho como sacrifício, mas apenas se distanciam da ideia segundo a qual tal concepção deve orientar sua conduta em todos os domínios da prática. Nesse sentido, o consumo de bens é considerado uma espécie de autoindulgência, revelando a persistência de elementos ascéticos mesmo entre aqueles que se distanciam de um gosto de necessidade, orientando suas práticas de consumo para o prazer e desfrute individual. O batalhador hedonista se caracteriza, portanto, por uma combinação complexa de elementos ascéticos e hedonistas na orientação de suas práticas de consumo.

Campbell (1998) já havia destacado a existência de duas retóricas do consumo, orientadas para a satisfação da neces-

sidade – retórica do precisar – e para a busca do prazer – retórica do querer – respectivamente. Embora ambas estejam institucionalizadas nas sociedades modernas, orientando as práticas de consumo dos indivíduos em sua vida cotidiana, o autor afirma que a primeira teria conquistado maior legitimidade e aprovação social. Desse modo, ao orientar suas práticas de consumo para a satisfação dos desejos, os indivíduos buscam redefinir compra, racionalizando-a como uma necessidade ou tentando redefinir seu contexto, de modo a legitimar a gratificação direta dos desejos – tais como aniversário do consumidor, grau de indulgência obtido através de algum sucesso pessoal, grande esforço no trabalho ou ainda economia feita durante um período de tempo, férias, ou ainda ancorados na ideia de que *simplesmente merecem*, como sugerem as campanhas publicitárias de alguns produtos (CAMPBELL, 1998, p. 243. Grifo nosso).

Embora o autor adote uma perspectiva transclassista para abordar as justificativas acionadas pelos indivíduos na legitimação de suas práticas de consumo, esse processo assume um caráter muito peculiar na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo no que se refere aos membros das classes populares, inseridos apenas recentemente no consumo de massa. Como mostra Jessé Souza (2006a), buscando explicar a naturalização da desigualdade social em sociedades periféricas como a brasileira, diferentemente do que ocorreu nos países capitalistas centrais – nos quais o processo de racionalização das instituições sociais, advindo com a modernidade, foi precedido por transformações culturais responsáveis pela generalização do tipo humano requerido pelos imperativos funcionais dessas instituições –, no Brasil, o processo de modernização periférica se caracterizou por uma importação das práticas institucionais

modernas sem o lastro ideal e valorativo que precedeu seu desenvolvimento naqueles países. Desse modo, o consenso valorativo acerca da necessidade de homogeneização e generalização de um tipo humano transclassista, caracterizado pela internalização de uma economia emocional burguesa, foi deixada a “uma suposta ação automática do progresso econômico” (SOUZA, 2006a, p. 99).

Como consequência, a institucionalização da moderna noção de cidadania jurídica e política – cuja eficácia se assenta justamente na extensão do princípio da dignidade a todos os cidadãos – deu-se de modo deficitário, agravado pelo peso estruturante do passado escravocrata – caracterizado pelo poder quase absoluto do senhor de escravos –, relegando a maior parte da população brasileira à condição social de subcidadãos e conduzindo a um “abismo material e valorativo entre as classes e raças que compõem nossa sociedade” (SOUZA, 2006a, p. 13). Destituídos de um patamar mínimo de dignidade, que constitui uma das principais promessas da modernidade, os membros das classes populares brasileiras buscam assegurar reconhecimento social através da incorporação de uma moralidade do trabalho duro, almejando conquistar uma “cidadania trabalhista”, que permite um maior distanciamento dos atributos morais negativos que pesam sobre a pobreza². Na ausência de garantias que assegurem o valor fundamental da igualdade, os bens de consumo tornam-se ainda mais importantes na constituição de identidades, atuando como signos privilegiados para expressar posição social e buscar reconhe-

2 Como destaca Vera Telles (2013), a cidadania, no Brasil, foi assegurada somente àqueles que conseguiram se integrar no mercado de trabalho, adquirindo direitos sociais e trabalhistas.

cimento, de modo a exprimir a dignidade material alcançada através do trabalho.

No entanto, na medida em que essas classes estiveram historicamente relegadas a um nível de subconsumo, ainda quando inseridas no mercado de trabalho, pesa sobre o consumo popular no período recente uma forte avaliação moral, fundamentada tanto no *ethos* do trabalhoduro – produto de tais condições de existência –, quanto em uma moralidade de classe média (SCALCO, PINHEIRO-MACHADO, 2010), que atuam como princípios de conformidade, orientando as práticas de consumo dos membros das classes populares para a satisfação das necessidades, ainda quando estes últimos alcançam uma nova posição social. Desse modo, os membros das frações ascensionais das classes populares que adotam uma orientação mais hedonista, no campo dos estilos de vida, ancoram-se numa retórica do trabalho duro que visa legitimar suas práticas de consumo, percebidas como uma recompensa pelo seu trabalho, ajustando-se, dessa forma, aos valores e disposições ascéticas constitutivas do seu *ethos*. Tal retórica foi denominada neste trabalho de “retórica do trabalho duro”, com o intuito de destacar o caráter peculiar assumido pelo processo de legitimação das práticas de consumo orientadas para a gratificação direta de desejos entre os membros das classes populares brasileiras.

Diferentemente do que foi encontrado por Campbell (1998), em sua pesquisa na Inglaterra dos anos 1990 – na qual os indivíduos buscavam redefinir o contexto da compra orientada pelo desejo, acionando diversas situações nas quais essas práticas poderiam ser legitimadas –, os batalhadores hedonistas entrevistados legitimavam suas práticas de consumo *quase exclusivamente* pela ideia de uma recompensa pelo trabalho duro ao

longo da vida, *conquistadas com o suor do seu trabalho*, através da incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro. Desse modo, Paloma afirma ter se distanciado de uma lógica da necessidade quando começou a trabalhar, exprimindo sua autonomia e independência econômica através do consumo de bens que constituem a materialização de suas conquistas no âmbito do trabalho

Desde quando eu comecei a ganhar dinheiro só pra mim mesma. Ser dona do meu próprio nariz, ser autônoma. Eu sempre fui autônoma, eu trabalhei na feira, eu trabalhei na Mc Donalds, então eu tinha meu salário. Se é meu, eu compro o que eu quiser.

O ajuste com relação ao *ethos*, através de uma retórica do trabalho duro, permite a orientação da conduta do batalhador hedonista para o prazer, convergindo diretamente com os valores da cultura do consumo característicos da sociedade moderna, tais como a liberdade, a opção e o individualismo (SLATER, 2002). Por outro lado, embora o trabalho constitua um valor fundamental do *ethos* do trabalho duro, as práticas de consumo dos batalhadores hedonistas precisam ainda ser ajustadas aos demais valores e disposições constitutivos desse *ethos*, tais como a disposição para o sacrifício individual, que prioriza os interesses da família em detrimento dos interesses individuais. Apesar de Jessé Souza (2012, p. 97) sugerir a existência de tensões entre as disposições constitutivas do *ethos* do trabalho duro, na medida em que além da disposição para o sacrifício individual, o autor destaca também a existência de disposições para a autossuperação, que correspondem a uma inclinação para uma condição de vida melhor, podendo assumir a forma de uma disposição para o “consumo de bens superiores”, o autor

não explora o caráter assumido por tais tensões – e, particularmente, a orientação assumida pelos batalhadores no campo dos estilos de vida, sobretudo aqueles que se distanciam do gosto de necessidade no âmbito de suas práticas de consumo.

Buscando apreender as referidas tensões e ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro, tomamos de empréstimo a noção de autoafirmação desenvolvida por Luiz Fernando Duarte e Edlaine Gomes (2008, p. 253), em sua pesquisa sobre identidades, projetos e processos de reprodução social com famílias das classes populares que se encontram entre as camadas menos pauperizadas, “no limite das possibilidades do acesso a condições de reprodução diferenciadas que permitirão que alguns de seus membros ou linhagens acabem por se encontrar entre as camadas médias”. Os autores recorrem à noção de autoafirmação, uma vez que consideram as noções de individuação e individualização inadequadas para analisar os processos de ascensão social observados entre os membros classes populares brasileiras. Enquanto a individuação, de caráter universal, é considerada insuficiente para dar conta dos processos que impulsionam os sujeitos para a mudança, num contexto em que o individualismo é hegemônico, a individualização, característica das sociedades modernas, seria muito restrita para abranger as especificidades assumidas por esse processo nos meios populares, podendo ser confundida com a plena alternância para o “reino cosmológico do individualismo” – o que não parecer ser o caso. Embora o processo de autoafirmação conduza à assunção de uma agência própria, pessoal, ele também é permeado por conflitos e tensões, na medida em que pressupõe algum grau de desenraizamento com relação à posição de origem e com o englobamento originário – característico

de todo processo de individualização – colidindo com valores fundamentais das classes populares, tais como a centralidade da família para a trajetória de seus membros.

Os autores destacam que, apesar dos diversos planos e possibilidades nos quais esse processo é vivenciado e das complexas formas nas quais se entrecruzam, todos eles parecem articular-se a partir do “pertencimento familiar” e das formas pelas quais tal pertencimento é constituído à volta de cada sujeito, conduzindo a afastamentos e desenraizamentos na medida em que ele constrói um projeto de “subir na vida”, que constitui outro valor fortemente ansiado pelos membros das classes populares. Nesse sentido, se, por um lado, o pertencimento familiar constitui uma das características centrais da experiência concreta dos membros das classes populares, conformando sua visão de mundo, por outro lado, a nuclearização familiar é considerada uma das pré-condições para o processo de autoafirmação, através da qual os indivíduos exprimem uma disposição para afirmação de um espaço de singularidade própria. Segundo Duarte e Gomes (2008, p. 263), a família nuclear, restrita à mínima expressão da unidade doméstica, constitui um exemplo das tensões vivenciadas entre “o horizonte de autonomia absoluta e o mandamento social da relação”.

Embora esse processo jamais possa consistir num afastamento absoluto da relacionalidade, ele ocorre segundo diferentes graus de consistência e abrangência, podendo conduzir a uma 1) autonomização – seja pela nuclearização familiar, seja pela acumulação diferencial de capital econômico –, 2) interiorização – de natureza ética ou hedonista, alcançada, sobretudo, através de uma maior escolarização e profissionalização – e até a uma 3) disposição para a distinção, com relação

aos segmentos sociais dos quais se afastaram. No entanto, em qualquer desses casos, o processo de autoafirmação envolve um desafio recorrente da vida social popular: “o de subir na vida sem alterar os aspectos considerados positivos de sua experiência local” (DUARTE, GOMES, 2008, p. 266-277). Desse modo, há uma preocupação em manter valores como a solidariedade com relação aos familiares e à antiga rede comunitário- vicinal, que constituiria um dos principais valores ameaçados nesse processo, levando muitos dos membros ascendentes a emitir sinais de reciprocidade, que visam assegurar um sentimento de pertencimento.

Considerando que esse processo assume diversas formas e possibilidades – variando de acordo com a idade dos sujeitos, momento no ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas, entre outros fatores –, podendo avançar em determinadas esferas mais do que em outras, buscou-se apreender de que maneira os batalhadores hedonistas vivenciam os conflitos e tensões, em seu processo de autoafirmação, no campo dos estilos de vida, a partir da incorporação de disposições para o consumo de bens individuais, distanciando-se do gosto de necessidade que norteava suas práticas de consumo na condição passada. É certo que os batalhadores ascéticos também vivenciam um processo de autoafirmação, marcado por um maior desenraizamento com relação à família extensa e uma maior autonomização. No entanto, eles parecem permanecer fortemente orientados por uma disposição para o sacrifício individual para o pensamento prospectivo, no campo dos estilos de vida, norteando suas práticas de consumo para a esfera doméstica, de modo a assegurar o conforto da família. Como vimos no terceiro capítulo, muitos batalhadores ascéticos só se

permitem comprar um bem de consumo mais caro quando vão presentear algum membro da família, como a mãe, orientados pelo princípio da dádiva e do sacrifício que permeia suas relações de obrigação mútua (SCALCO, PINHEIRO-MACHADO, 2010).

No caso do batalhador hedonista, é possível perceber um maior distanciamento com relação à retórica da necessidade, propiciado por uma maior autonomização com relação à cosmovisão religiosa, articulada à ética do sofrimento, além de ajustes com relação ao *ethos*, através de uma retórica do trabalho duro. Tais ajustes possibilitam a combinação de valores e orientações diversas, conciliando disposições ascéticas para o trabalho duro e disposições hedonistas para o consumo. Como vimos anteriormente, Elisângela redefine a situação de compra de modo a legitimar o consumo de bens característicos das classes dominantes, voltados à gratificação direta dos desejos, a partir de tomadas de decisão sobre as situações consideradas adequadas ao consumo de bens individuais, buscando prevenir que as necessidades e interesses da família não sejam sacrificadas no futuro. Ademais, a entrevistada afirma que suas compras são realizadas com o dinheiro do seu trabalho, de modo que ela também não sobrecarrega o marido, responsável por suprir as principais despesas da família. Os ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro também possibilitam a passagem da família como unidade de consumo para o indivíduo, conduzindo a uma mudança nos processos de decisão com relação ao consumo de bens, à dinâmica da unidade de consumo e a própria natureza dos bens consumidos pelos membros das frações ascensionais das classes populares – ainda que essa passagem esteja restrita a alguns domínios do campo dos estilos de vida, a circunstâncias e contextos específicos da prática e sobretudo às gerações

mais novas. As práticas de consumo do batalhador hedonista parecem, portanto, orientadas por uma combinação complexa de ascetismo e hedonismo, presente em todos os entrevistados.

Além disso, é válido ressaltar que os batalhadores hedonistas entrevistados não expressaram a mesma rejeição ou indiferença com relação à riqueza e ao consumo de bens de luxo, tal como encontrado entre os batalhadores ascéticos. Por outro lado, muitos deles afirmaram que utilizariam a riqueza para ajudar outras pessoas, exprimindo uma composição de valores heterogêneos, tais como a orientação para afirmação de uma singularidade própria e a solidariedade com a família e com os mais pobres. Isso pode ser observado na fala de Mário:

[Se fosse rico] seria, seria muito diferente da rotina, mas assim eu queria ser muito rico, eu queria ajudar muita gente, não era ser rico só pra mim [...] Eu teria mais acesso, eu iria passear mais, viajar mais, ia a cinemas mais, frequentemente mais, iria a teatro, você perguntou se eu já fui alguma vez. Risos. Entendeu? É... seria... melhor né?

Outra importante diferença observada entre os batalhadores hedonistas e os batalhadores ascéticos é que os primeiros expressam desejos e disposições para o consumo que estes últimos não se permitiram expressar, ao menos diante de uma observadora externa, ancorados numa economia moral de acordo com a qual *as coisas materiais não lhes encham os olhos*. Os batalhadores hedonistas, por sua vez, não sentem a mesma dificuldade para expressar a falta, na medida em que tendem a legitimar seus desejos e necessidades como sendo legitimados pela posição social alcançada, através de sua inserção no mercado de trabalho, conquistada por meio de sua disposição para trabalhar. Ancorados numa retórica do trabalho duro, eles

expressam maior adesão aos valores de mercado e aos princípios e promessas da cultura de consumo. Distanciados de uma cosmovisão religiosa articulada à ética do sofrimento, eles se permitem expressar planos de mudar seu estilo de vida, de *gastar mais, viajar mais*, se tivessem condições. Nesse sentido, foi possível observar também uma disposição para o novo, através da qual os batalhadores hedonistas exprimem seu anseio em mudar para uma condição melhor, que pode se expressar através do consumo de bens.

O maior acesso ao consumo de bens e serviços até então restritos aos membros da classe média também conduz a uma maior adesão com relação ao discurso da “nova classe média” entre os batalhadores hedonistas, de modo que alguns deles afirmaram ter alcançado a classe média em seu recente processo de mobilidade ascendente. Além da casa própria e de bens considerados de luxo, como o carro e produtos importados, os batalhadores hedonistas também se distinguiam dos mais pobres pelo acesso a serviços privados como plano de saúde – pelo menos para os filhos ou netos – e escola particular para os seus filhos, que são característicos da classe média. No entanto, o sentido atribuído ao acesso a tais serviços, bem como o uso que é feito pelos mesmos, difere daqueles encontrados entre os membros da classe média, como vimos anteriormente. A aquisição do plano de saúde entre os batalhadores hedonistas, assim como entre os batalhadores ascéticos, é percebida como um *sacrifício* em prol da saúde dos membros da família – considerada um valor fundamental do *ethos* do trabalho duro, que assegura sua disposição para trabalhar.

Apesar disso, o acesso ao plano de saúde também é percebido por alguns entrevistados como uma forma de demarcar

sua posição social, através da valorização de um serviço particular, associado à classe média, em detrimento do serviço público – tendência que tem sido apontada em pesquisas recentes sobre o comportamento político dos moradores da periferia (FPA, 2017). Isso foi observado na entrevista com Elisângela, na qual a informante enfatizou algumas vezes que ninguém da sua família utilizava o SUS.

Também foi possível observar, entre os batalhadores hedonistas entrevistados, uma menor inclinação para a poupança e para o pensamento prospectivo, o que favorece a incorporação de novas disposições para o consumo. Desse modo, muitos batalhadores hedonistas entrevistados durante a pesquisa afirmaram utilizar o dinheiro que sobra no final do mês com atividades de lazer e bens de consumo para a família e para si próprio, talvez porque não haja uma perspectiva de que poupar essa pequena quantia pudesse assegurar uma condição melhor no futuro, exprimindo um hedonismo realista, que visa aproveitar os momentos no presente. Alguns entrevistados pareciam preocupados em demarcar a nova posição social no presente, incorporando novas disposições para o consumo, comumente associados ao estilo de vida das classes dominantes. Essa tendência foi encontrada sobretudo entre as mulheres. À medida que conquistam uma independência econômica com relação à família, através do trabalho, as batalhadoras hedonistas buscam expressar sua autonomia e liberdade através do consumo de bens e possuem uma maior inclinação para se orientar pelas práticas de consumo que caracterizam o estilo de vida das classes dominantes.

No caso de Paloma, sua orientação hedonista para o consumo foi favorecida por um desenraizamento com relação à

família de origem e também por um distanciamento do modelo de família nuclear, em sua condição atual, bem como aos papéis atribuídos às mulheres nos meios populares, possibilitado pela sua orientação homossexual. Segundo Duarte e Gomes (2008, p. 256), a orientação sexual não convencional constitui uma das possibilidades através das quais ocorre a busca por autoafirmação, ainda que através de um caminho considerado desviante. Ademais, a entrevistada vivenciou um relativo desenraizamento com relação à família de origem, na medida em que, como filha adotiva, nunca foi aceita pelo pai e pelos irmãos, estabelecendo relações afetivas apenas com a mãe, que perduram até o presente. Mantendo dois empregos atualmente e morando com duas amigas, a entrevistada alcançou as condições para a incorporação de disposições hedonistas, legitimando suas práticas de consumo através de uma retórica do trabalho duro.

No entanto, como vimos nos capítulos anteriores, a incorporação de uma orientação hedonista no campo dos estilos de vida por parte dos membros das frações ascensionais das classes populares depende não somente de um ajuste com relação ao *ethos* do trabalho duro, através de uma retórica do trabalho duro, mas também de outros fatores que exercem influência sobre as práticas de consumo do batalhador hedonista e serão discutidos a seguir.

5.3 Variantes do gosto hedonista

Assim como no caso dos demais batalhadores, as práticas de consumo do batalhador hedonista parecem influenciadas pela distância com relação ao mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais, pelo volume e estrutura do capital,

trajetória social – considerando tanto o peso da origem social quanto dos processos de socialização secundária –, pela posição ocupada no mercado, por gênero, idade, momento no ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas, além do momento no ciclo de vida individual. Durante a pesquisa de campo, foi possível observar que os batalhadores que se aproximam de uma orientação mais hedonista no campo dos estilos de vida apresentam um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, já que a maior dose de sacrifício parece ter sido vivenciada pela geração de seus pais. Nesse sentido, a maioria dos batalhadores hedonistas entrevistados não viveu sob condição de privação material extrema, como foi observado na trajetória de muitos batalhadores ascéticos, o que favoreceu a incorporação de disposições para a poupança e maior propensão para o cálculo e planejamento de sua vida no futuro, entre estes últimos³.

Já os batalhadores hedonistas exprimiram uma maior inclinação para aproveitar o momento presente, concedendo maior espaço a um hedonismo realista, de que fala Bourdieu (2013a), ao caracterizar o estilo de vida das classes populares francesas nos anos 1960 – embora seja importante considerar as diferenças de natureza histórica e empírica que as frações ascensionais das classes populares brasileiras apresentam com relação às classes analisadas pelo autor. Desse modo, enquanto o batalhador ascético parece se orientar por uma gratificação

3 A trajetória Paloma pode ser considerada dissonante nesse sentido, uma vez que a entrevistada viveu uma condição de maior privação social na infância, agravada pelo alcoolismo de seu pai. Como vimos anteriormente, Paloma apresenta uma fraca disposição para a poupança e para o pensamento prospectivo – o que possibilita a incorporação de uma orientação hedonista no campo dos estilos de vida.

adiada do desejo, no campo dos estilos de vida, o batalhador hedonista apresenta uma maior propensão para buscar a gratificação direta dos desejos no presente, através do consumo de bens e serviços, por considerar que o retorno a ser obtido no futuro não é maior do que o que pode ser obtido no presente. Nesse sentido, o aumento do volume de capital econômico possibilita a incorporação de disposições hedonistas para o consumo e para o lazer, sobretudo nos casos em que esses batalhadores alcançam maior independência econômica com relação à família e não são considerados seus principais provedores, podendo dispor de parte desse dinheiro para a satisfação de suas necessidades individuais. Esse é geralmente o caso dos jovens e das mulheres e parece diretamente ligado à sua posição no seio familiar, dependendo também do momento no ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas.

As batalhadoras hedonistas parecem orientadas por um ideal de feminilidade, segundo o qual as mulheres devem cuidar não somente da casa e da família, mas também do corpo, da beleza e acompanhar as tendências da moda, como forma de garantir ou assegurar sua posição tanto no mercado matrimonial quanto no mercado de trabalho. De acordo com Berveley Skeggs (2002), a feminilidade constitui um dos principais recursos das mulheres das classes trabalhadoras na tentativa de garantir ou melhorar sua posição no espaço social, uma vez que se encontram destituídas de recursos socialmente valorizados, tais como capital econômico e capital cultural. Como vimos no caso de Elisângela, a entrevistada considera a mulher responsável por preservar o casamento e o bem-estar da família, afirmando que *mulher tem que se ajeitar*. De modo semelhante, Paloma afirma se orientar por um ideal de mulher *batalhadora*,

guerreira, que luta para conquistar sua carreira profissional e também gosta de se cuidar, o que permite reforçar sua autoestima, sobretudo depois que chegou *na idade da loba*:

Eu sempre fui feminina, eu sempre gostei de vestido, sempre gostei de andar maquiada, com base, batom [...] então por isso que eu digo a você, depois dos 40 eu passei a me valorizar mais como mulher. Eu digo: – Porra, tô me sentindo uma jovem, só quero ser a boyzinha. Parece que flora isso em você, quando você chega na idade da loba, 40 anos, vejo as mulheres tudo quer causar, quer provocar. É como se você sentisse mais madura, e você é madura. 42 anos eu tenho, não sou mais nenhuma jovem né? Então eu me sinto assim, a poderosa, eu me sinto assim, é uma mulher... Uma pessoa muito madura. Da época pra cá eu sou outra Paloma. Eu tô com a cabeça a dez, a mil.

Nesse sentido, as batalhadoras hedonistas entrevistadas na pesquisa parecem preocupadas não somente em expressar respeitabilidade – como verificou Skeggs (2002) em seu estudo com mulheres das classes trabalhadoras inglesas e pode ser observado entre as batalhadoras ascéticas entrevistadas –, mas também em investir em cuidados com a beleza e seguir as tendências da moda. Para tanto, as batalhadoras hedonistas incorporam novas disposições para o consumo de bens individuais, sobretudo à medida que alcançam maior autonomização com relação à família e à posição anterior, ingressando no mercado de trabalho. É certo que esse investimento só é possível na medida em que elas vislumbram obter algum lucro simbólico, seja no mercado de trabalho, seja no mercado matrimonial.

Também é possível observar entre as mulheres um maior distanciamento com relação à retórica da necessidade, a partir da adoção de critérios simbólicos no consumo de vestuário e produtos cosméticos, tais como o desejo de se sentir bem, de

estar bem vestida, de *ser diferente* e de expressar sua “feminilidade” através do cuidado com a beleza e aparência, exprimindo uma disposição para afirmação de uma singularidade própria, característica de seu processo de autoafirmação. Tal disposição favorece a adesão ao consumo de bens individuais, marcando a passagem da unidade de consumo familiar, característica das classes populares, para a unidade de consumo individual, em determinados espaços simbólicos. Além disso, há uma preferência por produtos de marca e bens considerados de luxo que, segundo Bourdieu (2013a), também pode ser considerado um indício de boa vontade cultural, uma vez que a recorrência a marcas conhecidas constitui uma estratégia entre aqueles que não podem confiar no próprio gosto. Mesmo entre as batalhadoras ascéticas, que restringem suas práticas de consumo à constituição de uma esfera doméstica, destinadas a assegurar o conforto da família, é possível observar a mesma preferência por produtos de marca, tais como eletrodomésticos da marca *Brastemp* ou alimentos de qualidade, tais como carne *Friboi*.

Campbell (1998) destaca a institucionalização das diferentes orientações com relação ao consumo através da estruturação dos papéis de gênero, segundo a qual os homens tendem a nortear o consumo de bens através de uma retórica da necessidade, enquanto as mulheres costumam perceber as práticas de consumo como atividades prazerosas em si mesmas, orientadas por uma retórica do querer. Embora as batalhadoras hedonistas orientem o consumo de bens para a gratificação direta dos desejos em determinados contextos e subespaços simbólicos, seu interesse pelo consumo de bens também revela um forte elemento de ascetismo na orientação de suas práticas, não somente porque elas precisam ser conciliadas com outros

valores do *ethos* – tais como a necessidade de priorizar os interesses da família – como também pelo fato de que os cuidados com a beleza parecem ser encarados como uma necessidade e novo atributo das mulheres, divididas entre valores e orientações conflitantes, tais como investir na carreira e priorizar a família – próprias de uma posição de fronteira.

Ademais, seu interesse pelo consumo de bens parece estruturado por uma divisão sexual do trabalho, prevalecente nessa fração de classe, de acordo com a qual as mulheres ficam responsáveis pela compra de bens duráveis para a casa, assim como pelo vestuário de todos os membros da família. Desse modo, as batalhadoras hedonistas exprimem maior interesse pelo tema do consumo, assim como maior conhecimento das marcas e das tendências da moda, tanto no âmbito do vestuário como em decoração. Já os homens entrevistados afirmavam delegar às mulheres – mães e esposas – a compra de vestuário, bem como a pesquisa de preço de bens para o lar, sobretudo entre os mais velhos.

Isso não quer dizer, como mostrou Campbell (1998) que os homens não incorporem uma orientação hedonista, mas que tal orientação se manifesta em outros domínios do campo dos estilos de vida, tais como assistir a jogos de futebol, frequentar bares com amigos e familiares ou praticar esportes. Isso foi observado também entre os batalhadores hedonistas entrevistados, cuja orientação hedonista se manifesta principalmente nas atividades de lazer, como a “farrá” com amigos e familiares nos finais de semana que, segundo Duarte e Gomes (2008), constitui a contraface do trabalho no processo de autoafirmação vivenciado pelos homens das classes populares. Nesse sentido, os homens situados neste perfil se caracterizam sobretudo

por uma orientação para aproveitar a vida no presente. Isso pode ser percebido na fala de Mário, que constitui o principal provedor de sua família, já que sua esposa é dona de casa, destinando o seu dinheiro para o pagamento das despesas da casa e gastando o que sobra com atividades de lazer.

E: E o que é que vocês fazem quando sobra dinheiro no final do mês?

I: Gasta. Risos.

E: Gasta.

I: Não guarda.

E: Não guarda não?

I: Não tem o que guardar, é muito pouco né? Eu tenho uma Sky, pago luz, água, telefone, alimento, porque o que sobra é muito pouco, quando sobra a gente faz uma festinha em casa, um churrasquinho, reúne a família. É esse o lazer da gente.

De modo semelhante, o entrevistado afirma que quando falta dinheiro no fim do mês, ele costuma pedir emprestado ao gerente do trabalho ou ao irmão, exprimindo uma disposição fraca para a poupança e para o pensamento prospectivo, diferentemente do que foi observado entre os batalhadores ascéticos entrevistados, os quais respondiam à mesma questão com assertivas tais como: *não falta* ou *não deixo faltar*, expressando maior controle sobre suas despesas. Por outro lado, é possível observar a predominância de relações de solidariedade com familiares, amigos e vizinhos na medida em que o entrevistado festeja com eles quando tem dinheiro sobrando, mas também recorre aos mesmos quando falta dinheiro no fim do mês. Com relação ao consumo de bens tais como vestuário, produtos de higiene ou bens duráveis, o entrevistado costuma delegar tais atividades à sua esposa. Mário explica que sua esposa vai ao

centro comprar roupas para ele, pois já conhece suas preferências, como o gosto por camisa polo ao invés de camisa de botão, por exemplo. Ele também não se interessa por roupas de marca, exprimindo forte ascetismo no consumo de vestuário, uma vez que tende a reduzir a roupa à verdade de sua função:

Eu costumo dizer que uma camisa de R\$400 reais me atende do mesmo jeito que uma de R\$50. É como eu digo, você vai, é, é, o esbanjamento do dinheiro, “não, fulano tá com uma camisa de seda, custou R\$800 reais”. Eu to com uma camisa de algodão, custou R\$ 50 e vestiu tão bem como a dele, entendeu? Não sou de gastar muito com roupas não, o pessoal compra uma calça de R\$200 reais, eu compro três calças. Três, quatro calças. Vai no camelódromo, aquelas calças que vem de Santa Cruz, Toritama, é a mesma calça que você compra em São Paulo naquelas lojas chiques lá, porque o nosso jeans vai pro exterior, só muda a etiqueta [...] porque você encontra uma pessoa na cidade passando, você olha a calça dela, qual é a marca dessa calça? É Colombo? É não sei o que? É Hugo Boss? Não, uma calça é uma calça. Uma camisa é uma camisa. Tá vestindo a pessoa.

Os homens deste perfil parecem menos preocupados em demarcar a posição social através do consumo de vestuário, até porque não vislumbram lucros simbólicos na mesma proporção que as mulheres, de modo que é mais comum observar entre eles julgamentos sobre a pretensão de distinção através do consumo de bens de luxo. Suas chamadas à ordem se ancoram numa racionalidade que recorre à função dos objetos, buscando afirmar valores como a racionalidade e autocontrole no consumo de bens, considerados fundamentais para a afirmação da identidade masculina. Desse modo, sua orientação hedonista se expressa muito mais pelo uso do seu tempo livre, voltado para atividades de lazer, através das quais ele visa

aproveitar o momento presente. Para Mário, os domingos são dias de celebração com a família; por isso, ele gosta de tomar uma cerveja, fazer um churrasco, uma mão-de-vaca, buchada ou feijoada, para aproveitar o dia livre com amigos, vizinhos e familiares.

Já os mais jovens apresentam maior inclinação à incorporação de novas disposições para consumo de bens individuais – inclusive produtos de marca e perfumes importados – voltados à gratificação imediata dos desejos, na medida em que alcançam certa autonomização com relação à família, através de seu ingresso no mercado de trabalho. Sua inclinação ao consumo de bens está ligada ao maior distanciamento do mundo das necessidades materiais, bem como ao acesso a novas formas de sociabilidade, provenientes de processos de socialização secundária relativamente heterogêneos, que possibilitam uma maior exposição aos princípios e promessas da cultura de consumo. Nesse sentido, é possível observar entre eles um maior consumo de bens individuais tais como vestuário, perfumes, produtos de higiene, aparelhos eletrônicos e até automóvel.

A incorporação de novas disposições para o consumo também está ligada à influência exercida por processos de socialização secundária que podem ser heterogêneos, e até mesmo contraditórios, com relação aos valores e disposições ascéticas transmitidas durante a socialização familiar. Como vimos no caso de Elisângela, a entrevistada passou a conviver com membros de outras classes sociais quando começou a trabalhar, despertando o interesse pelo consumo de bens característicos das classes dominantes, tais como perfumes importados, bolsas de marca, roupas na moda, etc. De modo semelhante, agentes de socialização secundária como a escola, grupos de

amigos, religião e meios de comunicação de massa podem exercer influência na incorporação de uma orientação hedonista, que precisa ser ajustada, como vimos anteriormente, aos valores e disposições constitutivas do *ethos* do trabalho duro.

Com relação à geração de batalhadores que conseguiu ingressar na universidade, é possível perceber uma mudança significativa no âmbito de suas práticas de consumo e na ordem do seu estilo de vida, exprimindo uma tendência a se distanciar do gosto de necessidade, embora permaneçam fortemente influenciados pelos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro. Tal geração foi denominada, neste trabalho, de *batalhadores culturais*, cujas principais práticas e disposições características de seu estilo de vida serão discutidas no próximo capítulo. Como veremos mais adiante, a aquisição de capital cultural, assim como a profissionalização via escolarização exercem influência sobre as práticas de consumo dos batalhadores hedonistas, na medida em que eles passam a ter acesso a ocupações e grupos sociais nos quais a construção da autoimagem é considerada importante, buscando obter lucros simbólicos através do consumo de bens individuais. Ademais, é possível observar uma mudança nas suas práticas de consumo cultural, marcadas por uma maior propensão à incorporação das competências culturais consideradas legítimas, que exprimem não somente uma atitude de reverência com relação à cultura legítima dominante, mas também um forte anseio de mudar de vida mediante o acúmulo de capital cultural.

Mesmo entre os batalhadores hedonistas destituídos do capital cultural considerado legítimo é possível observar essa atitude de reverência com relação aos bens e instituições da cultura legítima dominante, caracterizada por uma boa vontade

cultural, que pode ser definida como um reconhecimento sem conhecimento. Nesse sentido, foi possível observar casos de *alodoxia* em suas práticas de consumo cultural, que podem ser percebidos como erros de avaliação nos quais os entrevistados denunciam a distância entre reconhecimento e conhecimento (BOURDIEU, 2013a, p. 300). Isso pode ser percebido quando Paloma explicita suas preferências em termos de peças teatrais. Como já participou de um grupo de teatro, através de sua passagem por uma ONG, e tem amigos que fazem teatro, ela costuma ganhar ingressos e vai ao teatro com certa frequência. Ela afirma ter preferência pelas peças de comédia, percebidas como momentos para *extravasar, desopilar, rir*.

I: A comédia de Waldermar de Oliveira, que eu sempre vou. Aí leva 1 kg de alimento não perecível e você... Não sei se você já assistiu a comédia do Chupa Chupa.

E: Não.

I: Minha irmã, assista! Ele tá no facebook, Almiro Xavier. Cara, os caras são muito bom, eles mudam de personagem em cena. É um teatro podre, né? É uma peça bem chula mesmo, mas eu gosto é da interpretação dele. Eles falam o cotidiano da gente. Eu gosto de peça de teatro que fale do nosso dia a dia, debocha da nossa vida, do cara que tem hidroceli, da mulher que é prostituta, da mulher que bota gaia no cara, brinca assim. Brinca, faz comédia com a vida do ser humano. Eu acho isso fantástico, eu amo.

Apesar da entrevistada afirmar ir ao teatro com maior frequência, buscando expressar a incorporação de competências culturais consideradas legítimas, o que também pode ser observado quando ela explicita seu gosto pela peça devido à interpretação dos personagens, é possível observar um erro de avaliação na medida em que Paloma afirma gostar de um

teatro podre e peças *chulas*, considerados de menor valor e legitimidade no campo de produção cultural. Além disso, há uma tendência para aplicar aos bens culturais os mesmos princípios práticos aplicados em outros domínios – que revela a ausência de uma disposição estética –, estendendo às coisas da arte a lógica das coisas. Paloma tem preferência por assistir shows no teatro. Ela afirma que conseguiu ir a shows que nunca antes imaginava poder ter acesso, porque eram muito caros, tais como show de Bethânia, de Simone, de Isabela Taviani e Renata Arruda, expressando um anseio por inclusão social através de atividades culturais. É importante destacar que embora a entrevistada faça referência a uma prática cultural que é mais comum entre os membros das classes média e alta, ela traz referências relativamente heterogêneas do campo musical, algumas consagradas, como é o caso de Bethânia, e outras detentoras de baixo capital simbólico, como Renata Arruda e Isabela Taviani, expressando um ecletismo que difere daquele encontrado entre os detentores da disposição estética por Bourdieu (2013a).

Os demais batalhadores hedonistas entrevistados, que possuem baixo montante do capital cultural considerado legítimo, também expressam a mesma preferência por peças teatrais de comédia e apresentações de *stand ups* com famosos do universo midiático. Na medida em que o projeto de imposição pedagógica da cultura dominante não conseguiu se consolidar através de uma difusão dos bens culturais do campo de produção erudita, devido à baixa escolarização de boa parte da população brasileira, além da precarização do ensino formal, é possível observar uma maior influência dos meios de comunicação de massa (ROCHA, 2002; SOUZA, 2012). Nesse sentido, os batalhadores hedonistas entrevistados exprimem uma

preferência por produtos da indústria cultural, tais como filmes nacionais de comédia, shows de forró, telenovelas e programas esportivos, no caso dos homens. Há uma preferência por filmes que *passem uma mensagem de superação*, que exprimem uma avaliação do conteúdo em detrimento da forma. A boa vontade cultural do batalhador hedonista também pode ser observada pelo reconhecimento da importância da leitura, ainda quando não se incorporou a disposição para agir no sentido dessa crença. Isso pode ser observado na fala de Paloma:

Tu acredita que eu sou preguiçosa? Eu leio quando é conveniente pra mim, necessário. Eu não fui criada, eu tenho assim, essa tristeza dentro de mim assim, por não ter tido essa educação da leitura, como as crianças hoje são... São valorizadas tanto no ensino, na questão da leitura, eu fico achando... Poxa, eu queria ter isso, eu queria ter uma escola que focasse como prioridade a leitura dos alunos, das crianças. Mas assim, a gente pode criar o hábito de ler, mas eu nunca fui, nunca. Eu me culpo muito por isso, eu tinha até me dito... Poxa, eu quero fazer tanta coisa, tanta coisa, mas quando se diz: “Bora ler um livro”, eu não consigo terminar. Mas é o que? Hábito. Se eu começar a ler... Agora me bote pra ver um filme que eu assisto até o final, mas a leitura eu não me sinto envolvida para concluir um livro, eu tenho essa dificuldade. Mas essa dificuldade é muito pessoal, né? É minha. Uma coisa muito minha que eu tenho que trabalhar isso. Eu posso ler, mas viciada em leitura, eu não sou. Eu queria ser viciada em leitura.

É possível observar a mesma tendência de responsabilização individual pelo desinteresse por práticas culturais consideradas legítimas encontrada entre os demais batalhadores entrevistados, além de uma valorização de tais práticas, que exprimem uma atitude de reverência com relação aos bens da cultura legítima dominante, encontrada entre todos os batalhadores

entrevistados. Desse modo, embora os batalhadores hedonistas busquem legitimar seu estilo de vida através de um *ethos* do trabalho duro, além da incorporação de bens de consumo que exprimem a nova posição social alcançada em seu processo de autoafirmação, é possível observar a mesma tendência de valorização e legitimação do estilo de vida das classes dominantes devido à sua aquisição de capital cultural, encontrada entre os demais batalhadores – muito mais difícil de ser revelado como mecanismo arbitrário de dominação (BOURDIEU, 2013a). Esse sentimento de destituição estatutária também se revela no âmbito das disposições políticas do batalhador hedonista, caracterizadas pela mesma heterogeneidade encontrada entre os batalhadores ascéticos, que se torna ainda maior quando se considera a influência do capital cultural considerado legítimo ou a importância dos processos de socialização secundária na incorporação de disposições “propriamente” políticas no interior deste perfil.

5.4 As opiniões políticas do batalhador hedonista

Diante da heterogeneidade observada entre os batalhadores hedonistas entrevistados no âmbito dos posicionamentos políticos, sobretudo quando se considera variáveis como a aquisição de capital cultural e a importância de processos de socialização secundária que possibilitam a incorporação de disposições políticas, como é o caso do acesso à universidade, discutiremos, neste capítulo, apenas as inclinações políticas daqueles batalhadores hedonistas caracterizados por um baixo montante de capital cultural. As disposições políticas dos batalhadores culturais serão discutidas no próximo capítulo. Assim como os batalhadores ascéticos entrevistados, os batalhadores

hedonistas costumam aplicar os esquemas do *ethos* na orientação de suas opiniões políticas, quando destituídos da competência específica e dominados por um sentimento de destituição estatutária. Desse modo, ainda quando apresentam posicionamentos mais conservadores sobre a redução da maioria penal ou legalização de drogas, por exemplo, eles parecem se orientar pelos princípios do *ethos* que aplicam à própria vida, caracterizados pelo rigor moral, e não por um conjunto de princípios políticos claramente articulados. De modo semelhante, mesmo sem recorrer a objetivos e interesses de classe estabelecidos de modo consciente, esses batalhadores hedonistas partilham com os demais batalhadores de um princípio de solidariedade com o próximo e de uma identificação com a classe e, mais especificamente, com aqueles que trabalham e se esforçam para alcançar suas conquistas. Há uma demanda por justiça social, através da reivindicação por melhores condições de trabalho e de remuneração para a classe trabalhadora, de modo a assegurar sua qualidade de vida. Isso pode ser observado na fala de Elisângela, que sente as mudanças na sua vida a partir da capacidade de compra do assalariado:

Acho que no começo do ano teve um aumento de energia, a semana passada mudou mais 11, aumentou mais 11%. Então você tá vendo que o salário, o salário do, do... do trabalhador não aumenta, mas aí os gastos tão aumentando e como é que você vai ter uma qualidade de vida, o assalariado, entendeu? Aí fica na questão o que, graças a Deus, a gente aqui somos três, então três trabalham, então graças a Deus a gente não vive tão apertado porque os três trabalham, mas aí se alguém desempregar? Então a gente vai sofrer né? Com esse absurdo que tá as coisas, tudo caro, você vai prum, pro supermercado com 100 reais, você não traz mais nada. Então é até difícil pra você se manter,

viver... numa situação dessa. É muito complicado! Eu acho que o salário mínimo deveria ser bem mais do que ele é hoje né? Até questão pra você dá o melhor à sua família.

Apesar de desejarem condições de trabalho mais justas, os batalhadores não costumam participar de movimentos sociais e políticos e a maioria deles percebem no voto sua única oportunidade de buscar mudanças. Paloma é uma exceção à regra, pois através de seu ingresso em uma Organização Não Governamental, ela se envolveu com o movimento feminista e LGBT e hoje afirma ser militante dessas causas, buscando combater a homofobia.

Eu gostei da militância, a questão da militância, até porque, se não existir esse grupo que faça esse vanguardismo todo, a gente não consegue mudar nada na nossa cultura. Se ficar de braços atados, as mulheres não fazem nada. E quando tem um grupinho assim que provoca, você vê que tem gente esperto na história, a gente sabe o que é bom e o que é ruim para a gente poder brigar pelos nossos direitos. A questão de preconceito me incomoda muito por conta disso, porque eu tenho aquela preocupação. O menino tá se descobrindo como um gay dentro de casa, se os pais não apoiam, lá fora ele vai sofrer muito. Então a minha intenção é levar isso pra escola, para as mães ter consciência que independente dele ser gay ou o que seja, tem que ter amor, né? Tem que trabalhar com tolerância, porque o único acolhimento que ele vai ter de verdade é a família dele, se ele não tem isso na família, lá fora ele vai sofrer muito, e a dor da rejeição é muito dolorosa. O desprezo, você pode ter tudo, menos o desprezo do ser humano, desprezo é a pior coisa que pode acontecer no ser humano. Ele pode ter tudo, mas se tiver o desprezo de alguém da família, é ruim demais. Dói, menina.

É importante destacar o papel de organizações da sociedade civil como processos de socialização secundária fundamentais,

através dos quais os batalhadores incorporam o capital cultural considerado legítimo e um discurso considerado “propriamente” político, articulado à perspectiva democratizante dos direitos, mesmo que apenas em domínios específicos, como com relação à pauta feminista e LGBT, no caso da entrevistada. Essas instituições assumem um papel central, sobretudo na trajetória dos batalhadores culturais, como veremos adiante, atuando ao lado de outros agentes de socialização secundária – para suprir as demandas das classes populares que não são providas pelo Estado, tais como educação e atividades culturais. Por outro lado, alguns batalhadores hedonistas exprimem um crescente distanciamento da política e não se identificam com os protestos nas ruas e com os movimentos sociais, como é o caso de Mário. O entrevistado afirma que quando trabalhou em empresa de ônibus como fiscal participou de oito greves, nunca furou nenhuma, mas sua participação era em casa, sem ir trabalhar. Ele orientava seus colegas a agir da mesma forma, afirmando *ser contra atos de violência*, tais como depredar ônibus, jogar pedra, etc.

A postura assumida por Mário também é decorrente de um profundo realismo prático, partilhado por muitos batalhadores, uma vez que ele não nutre grandes expectativas de que movimentos como esses possam gerar as mudanças desejadas. É como se houvesse um reconhecimento por parte dos batalhadores de sua posição de destituição estatutária, de modo que eles não acreditam que sua participação em protestos possa gerar os efeitos esperados. As grandes decisões políticas permanecem restritas aos grupos que detêm poder. Mário faz uma alusão ao próprio papel do sindicato, que atua muito mais para conciliar os interesses do empresário do que para representar os interesses dos trabalhadores.

Eu dizia pra os meninos: ói, amanhã é greve, se você vim vai dobrar, porque eu não venho não, vou fica em casar, eu só voltava quando terminava a greve. O que eles assinasse, 7%, 10%, 15% ou 20, eu ia ganhar. Não adianta eu: “não, quero 30”. Todo ano só dá 6, 7 ao motorista, a classe que eu trabalhava, 6, 7%, todo ano a mesma coisa, 6, 7%, empurrada pelo próprio sindicato.

É possível observar também um crescente desinteresse pela política que reflete o profundo descrédito a que a política institucional vem sendo submetida na opinião pública, principalmente a partir dos escândalos de corrupção envolvendo os principais partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), no qual muitos batalhadores hedonistas votaram em 2006. Elisângela afirma ter votado em Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2010. Embora tenha gostado do governo Lula, a entrevistada decidiu votar em Aécio Neves, pois não gostou do governo Dilma e queria mudança. Ela afirma não se interessar por política, pois acredita que político é tudo farinha do mesmo saco. De modo semelhante, Mário costuma anular seu voto, pois não confia em nenhum político:

Eu não confio em nenhum político, aí por isso que eu não voto. A gente, a gente tem que se conscientizar o seguinte: “a gente não depende de político, a gente depende da gente, nossos esforços” Aí você: “não, mas eu não sei se você vai mudar porque tá, tá insatisfeito”. Então ninguém vota! Toda eleição, ninguém vai votar. Vai ter, ninguém vai, ninguém vai, vai ter, porque vai ter que acabar, esses políticos, ou então vai ter que... um jeito, mas não adianta você: “ah, vou votar em fulano, fulano é novo, tá prometendo mundos e fundos, tal, tá num partido bom”, na outra eleição vai pra outro, e vai pra outro, e quer dizer, não vai mudar a filosofia dele, vai mudar a filosofia pro partido. Eleição é isso, aí eu não voto, eu sou a-político.

Embora a descrença na política e nos políticos tenha sido interpretada como sendo expressão de um “liberalismo popular”, em pesquisas realizadas com membros das classes populares brasileiras (FPA, 2017), é importante destacar que essa visão de mundo encontra lugar em uma configuração social na qual prevalece a busca de soluções individuais para problemas históricos e sociais, como destaca Bauman (2004, p. 308) em sua caracterização das sociedades contemporâneas, marcadas pela crescente desregulamentação, individualização e pelo descompromisso dos governantes em garantir o bem da coletividade. Nesse contexto, assiste-se “ao fim da Política com P maiúsculo e ao surgimento da ‘política da vida’”, em que os indivíduos são abandonados aos próprios recursos. Essa tendência é tanto mais acentuada em uma sociedade historicamente marcada por uma forte desigualdade social e pela ineficácia do Estado em prover serviços sociais básicos à população mais vulnerável, como a brasileira. Desse modo, ela favorece a articulação entre, de um lado, os valores fundamentais do *ethos* do trabalho duro – produto de tais condições objetivas da existência e voltado à superação das dificuldades através da disposição para o trabalho – e, de outro lado, uma narrativa triunfalista que converge com um projeto político, econômico e ideológico de caráter neoliberal, cuja ênfase é voltada ao papel das competências individuais, no mercado, em detrimento das políticas sociais implementadas pelo Estado. Ancorados nos princípios do *ethos* e imersos em um contexto de forte descrença no Estado e na política, observa-se uma ampla adesão a uma narrativa triunfalista por parte dos batalhadores, segundo a qual eles teriam *conquistado* a nova posição social, através de seu trabalho, disciplina e esforço individual, dependendo apenas da sua disposição para trabalhar.

Ademais, a criminalização da política nos meios de comunicação de massa parece reforçar o sentimento de destituição estatutária dos membros das frações ascensionais das classes populares e seu distanciamento deste domínio, ainda quando reconhecem o avanço dos governos do PT no combate à desigualdade social. Isso pode ser observado na fala de Mário:

No primeiro ano do, do, do PT, é... eu não votei, mas assim o PT fez muito pelo nordeste, o, o, a parte do Brasil que vivia esquecida pelos políticos. Até nós temos aqui grandes políticos, como se fala, nunca fizeram nada por aqui. E Lula pelo menos trouxe refinaria, trouxe a Fiat, trouxe a fábrica de hemoderivado, empregou muita gente. Hoje tá na crise? Tá na crise, mas ele trouxe emprego pra essa turma e mesmo assim o povo ainda falava dele. Se fala mal do Bolsa Família, do Bolsa Escola, porque é o dinheiro daqui, que esse dinheiro sempre teve lá, os outros governos nunca deram nada a ninguém, o PT veio e deu uma parte ao povo, aos necessitados. Eu viajava assim pra os interiores com ele [aponta para o irmão] e eu via lá a cidade abandonada, as casa quebrada, o pessoal ia pro sul do país em busca de emprego, hoje se você chegar no interior, tá lá as mercearias tudo estocada, o pessoal tem um cartãozinho pra comprar, há anos atrás a gente via falar de saque lá na Cobal, nas mercearias, não existe mais saque, hoje existe saque de que? O pessoal vai passar pra roubar a televisão, DVD, aproveitar quebrar. Não existe isso. Então assim, eu acho que o PT foi útil, agora tem que dá uma melhorada? Tem. Mas pra mim o melhor partido que houve até hoje pro pobre, pro nordestino foi o PT, independente de Lula, de Dilma.

É importante destacar uma adesão à articulação ideológica construída pelo lulismo em torno do conflito entre ricos e pobres (SINGER, 2012), mediada pela experiência prática do entrevistado, embora isso não tenha sido suficiente para conquistar o voto de Mário, uma vez que ele afirma ter anulado seu

voto, de modo a evitar ser enganado pelos políticos ou ter seu posicionamento deslegitimado. Tais posicionamentos revelam as tensões existentes entre as percepções e valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro e as diversas maneiras com que os mesmos são articulados com as crenças e valores transmitidos nos diferentes processos de socialização secundária que atravessam os indivíduos, formando suas opiniões políticas, como a mídia, a interlocução estabelecida pelos partidos políticos, mediados também pela sua experiência prática. À medida o batalhador adquire capital cultural, observa-se um maior distanciamento com relação ao sentimento de destituição estatutária – ainda que isso não ocorra em todos os casos –, encontrado nessa fração de classe, o que possibilita um maior interesse no tema da política e a incorporação de algumas disposições políticas. Essa tendência foi observada no caso dos batalhadores culturais, que serão analisados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

O batalhador cultural

E as mudanças são como viagens para longe daquilo que ficou, lá e cá, como memória ativa. Nada pode ser mais característico do modelo pleno da pessoa ocidental moderna, em que a ênfase na invenção de um futuro a conquistar, a adquirir, longe dos constrangimentos e convenções originárias, se combina constantemente com a ênfase no pertencimento e continuidade enquanto critérios de uma existência autêntica.

Luiz Fernando Duarte e Edlaine Gomes (2008, p. 52-3)

Durante a pesquisa de campo, destacou-se uma fração das classes populares, cuja ascensão social nos últimos anos foi possibilitada pelo acúmulo de capital cultural, denominados, neste trabalho, de batalhadores culturais. Para fins de delimitação da pesquisa, entrevistamos, neste universo, membros das frações ascensionais das classes populares que conseguiram ingressar no Ensino Superior e alcançar uma posição mais qualificada no mercado de trabalho, posteriormente, ocupando o topo dessa fração de classe em termos de acúmulo de capital cultural. Trata-se da geração de batalhadores que conseguiu aproveitar

as oportunidades advindas com o processo de expansão educacional em curso no Brasil ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, as políticas de inclusão ao Ensino Superior – tais como o FIES, o Prouni e as cotas implementadas nas universidades públicas a partir de 2012¹ –, que tornaram o acesso aos diferentes níveis educacionais mais democratizado, contribuindo para a redução da desigualdade de oportunidades observada no período recente (RIBEIRO, 2017).

Segundo Carlos Antônio Costa Ribeiro (2017) houve uma diminuição constante da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil, no período entre 1973 e 2014, considerando a força da associação estatística entre origem de classe (OC) e destino de classe (OD) – avaliada a partir dos dados sobre ocupação do pai e ocupação do filho, respectivamente –, que diminuiu ao longo dos anos, de acordo com o coeficiente Unidiff – avaliado em escala logarítmica –, passando de 1 para 0,77 nesse período. Tal coeficiente permite apreender as chances de mobilidade relativa entre as diferentes classes sociais. Para ilustrar essa diminuição, o autor compara as chances relativas de um filho de profissional de alto nível (Classe I) permanecer na mesma classe com as chances do filho de um trabalhador manual qualificado (Classe VI) tornar-se um

1 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes em instituições privadas, a partir da Lei N.10.260/2001. Já o programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em 2004, pela Lei N. 11.096/2005, com a finalidade de conceder bolsas parciais e integrais a estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de Ensino Superior, através da concessão de isenção de tributos às mesmas. Por fim, foi criada a Lei de Cotas n. 12.711/2012, que reserva 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública (MEC, 2017).

profissional (Classe I) quando adulto. As chances do filho de profissional permanecer na mesma classe foi de 35 vezes com relação ao filho do trabalhador manual alcançar a mesma posição, em 1973, caindo para quinze vezes em 2014. Embora essa análise não permita identificar os mecanismos responsáveis pela diminuição da desigualdade de oportunidades e das vantagens relativas dos membros das diferentes classes sociais, o autor afirma que há diversas possibilidades que passam provavelmente pelo efeito desempenhado pela educação nesse processo. A principal hipótese aventada neste sentido – mas não a única – é a de que a expansão educacional ocorrida no Brasil nas últimas décadas pode ter diminuído o efeito da classe de origem sobre a educação alcançada pelos filhos.

Analisando as chances de sucesso para completar as transições educacionais – tais como quatro anos de Ensino Elementar, oito anos de Ensino Elementar, Ensino Médio etc. – entre as diferentes classes sociais no período entre 1973 e 2014 –, restritas na análise aos dados socioeconômicos, tais como nível de escolaridade e status ocupacional dos pais –, Ribeiro (2017) destaca que a desigualdade socioeconômica diminuiu significativamente para completar as duas primeiras transições educacionais. Contudo, embora tenha aumentado as chances de todas as classes sociais concluir o Ensino Médio ao longo do tempo, não houve mudança na desigualdade de classe para concluir esse nível educacional, de modo que os indivíduos com origem social na classe alta permanecem mais ou menos com a mesma vantagem. Também houve uma diminuição das desigualdades socioeconômicas para ingressar e completar o Ensino Superior, mas esta última parece ter sido possibilitada não por um aumento de chances das pessoas com origem mais

baixa e sim por uma piora nas chances das pessoas com origem na classe alta. Desse modo, a conclusão do Ensino Médio constituiria uma das principais barreiras para assegurar a equalização das oportunidades educacionais.

Com relação ao Ensino Superior, Vilma Aguiar (2016) afirma que sua expansão teve início no Brasil a partir de 1995, acompanhando um movimento internacional, em curso desde os anos 1970. De acordo com a autora, o número de matrículas em instituições de nível superior passou de cerca de um milhão e setecentos mil, em 1995, para seis milhões e trezentos mil, em 2010. Analisando as políticas implementadas pelo governo Lula (2003-2010), Aguiar (2016) destaca que se, por um lado, houve um investimento significativo no setor público que diferem das políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), promovendo a ampliação do acesso e da equidade, no caso do setor privado, houve um aprofundamento das opções políticas implementadas durante o governo FHC, acentuando as tendências de privatização e mercantilização do Ensino Superior². Concentrando sua análise especificamente nas políticas implementadas no setor privado, a autora ressalta que tais políticas constituíram ações de fomento ao desenvolvimento do setor privado, através da ampliação de seu financiamento e da consolidação de um marco legal que proporcionou segurança jurídica às instituições desse setor. Por outro lado, tal fomento possibilitou um sensível aumento

2 De acordo com a autora, a privatização corresponde ao crescimento do setor privado no total de matrículas e instituições de Ensino Superior, enquanto a mercantilização se refere à emergência de instituições com fins lucrativos no Brasil, assim como suas implicações no desenho do sistema nacional de Ensino Superior no Brasil (AGUIAR, 2016).

e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre o crescimento do setor privado.

Nesse contexto, o presente capítulo visa analisar as condições que possibilitaram aos membros das frações ascensionais das classes populares ingressar no Ensino Superior, destacando os sonhos, expectativas e frustrações envolvidas nesse projeto de mobilidade ascendente, além de apreender as mudanças em suas práticas de consumo e na ordem do seu estilo de vida, à medida que esses indivíduos acumulam capital escolar, além de outras formas de capital cultural, em suas tentativas de ascender socialmente. Para tanto, analisou-se a trajetória de oito batalhadores culturais, situados numa faixa etária entre 19 e 40 anos de idade, dos quais seis ingressaram em universidades públicas e três em instituições privadas, considerando que uma das entrevistadas – cuja trajetória será analisada mais adiante –, conseguiu ingressar numa universidade particular, através do Prouni, e, mais recentemente, ingressou em uma universidade pública, através do sistema de cotas para estudantes de escola pública, para cursar uma segunda graduação. Desse modo foram analisados estudantes e graduados dos cursos de graduação em Direito, Licenciatura em Música, Publicidade, Administração e Licenciatura em Matemática.

A análise permite perceber que, embora o batalhador cultural possua uma trajetória relativamente semelhante à dos demais batalhadores, incorporando disposições ascéticas para o trabalho duro desde a mais tenra idade, ele obteve as condições objetivas e subjetivas para a incorporação de disposições gerais para os estudos, investindo suas disposições ascéticas em estratégias escolares, além de outras estratégias de acúmulo cultural. Uma dessas condições corresponde à maior

distância com relação ao mundo das necessidades materiais e suas urgências temporais, asseguradas através do trabalho árduo e sacrifício dos pais, que buscam priorizar os estudos de seus filhos, vivendo uma “vida por procuração”, na qual projetam um futuro melhor para os mesmos, transferindo para eles suas próprias ambições (BOURDIEU, 2013a, p. 331). Além disso, a família do batalhador cultural é, geralmente, estruturada; composta por pai e mãe casados, ou por outros membros da família que – à maneira dos batalhadores ascéticos apresentados no terceiro capítulo – buscam assegurar as pré-condições materiais, cognitivas e emocionais para a incorporação de disposições ascéticas para os estudos.

Outra característica do batalhador cultural é que seus pais costumam ter um nível de escolaridade mais elevado do que os pais dos demais batalhadores, o que possibilita a aquisição de um pequeno montante de capital cultural desde a infância, ou seja, já na posição inicial, que constitui o ponto de partida de sua trajetória. Contudo, tal escolarização não ocorre de modo linear, como “curso natural da vida”, como costuma ser o caso entre os membros da classe média, mas é alcançada através de muito sacrifício, por meio da incorporação de uma conduta ascética orientada por um pendor que impele esses indivíduos *a viver acima de seus meios*, tentando superar sua condição social (BOURDIEU, 2013a, p. 316). Desse modo, embora a família do batalhador cultural não disponha de muitos recursos econômicos e culturais para assegurar a trajetória ascendente de seus filhos, eles conseguem transmitir valores morais característicos de um *ethos* ascético, através do qual o batalhador cultural adquire uma inclinação para aproveitar as oportunidades, buscando acumular capital sobretudo através da educação.

Vale ressaltar também a importância assumida pelos processos de socialização secundária na trajetória dos batalhadores culturais, tal como a escola, bem como cursos oferecidos por Organizações Não-Governamentais, que possibilitam a aquisição de capital escolar, além de outras formas de capital cultural, que não poderiam ser incorporados através da socialização familiar. Apesar de todo o investimento no acúmulo de diferentes formas de capital cultural, a trajetória desses batalhadores se distancia daquela comumente encontrada entre os filhos da classe média, uma vez que as condições materiais da existência impõem ao batalhador cultural a necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas da família, conciliando os estudos com o trabalho. Nesse sentido, sua trajetória se aproxima daquela encontrada entre os demais batalhadores, na medida em que são inseridos de maneira precoce no mundo do trabalho, incorporando disposições ascéticas através de um aprendizado prático do trabalho.

A partir da análise de uma trajetória exemplar, é possível observar a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho e para os estudos, que favoreceram a mobilidade ascendente do batalhador cultural, assim como a adesão a novas práticas de consumo no campo dos estilos de vida, à medida que tais batalhadores alcançam uma maior autonomização com relação à família e à condição anterior.

6.1 Análise de um perfil exemplar: uma orçamentista que tenta fazer a diferença

Paula, 29 anos, branca, formou-se em Publicidade pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), através do

Prouni, e trabalha como orçamentista numa gráfica. Recentemente, a entrevistada decidiu fazer uma segunda graduação em Direito, ingressando na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por meio da política de cotas para estudantes de escola pública. Paula mora no Coque com seu marido, que vive nesse bairro desde a infância. Ela é filha de pais separados e morou com a mãe e os avós maternos durante a infância no bairro do Ibura. Seu avô assumiu o papel da figura paterna, cuidando das netas junto com a avó, já que trabalhava em casa, como marceneiro, enquanto a mãe de Paula trabalhava fora, como empregada doméstica. Sua mãe não chegou a concluir o Ensino Médio e seu pai estudou até o Ensino Fundamental. A família passou por alguns momentos de maior necessidade, mas o clima em casa era sempre tranquilo e ela recebia muito amor dos avós e incentivo para estudar.

Meu avô, ele sempre disse que a preocupação que ele tinha com a gente, quando a gente era criança e adolescente, era estudar. Ele só queria que a gente estudasse, então eu, minha irmã, meus primos que tavam em casa, a vida da gente era essa, ir pra escola, fazer as tarefinhas da escola e pronto; ajudar mesmo em casa, de fazer as coisas, a gente nunca teve essa preocupação não, inclusive, nem trabalhar ele queria que a gente trabalhasse, que ele dizia, o sonho dele era me ver formada, então ele queria só que eu fosse trabalhar, fazer as coisas depois que eu tivesse formada.

De modo semelhante, a avó de Paula contava às netas que seu sonho era ser professora, mas ela não teve condições para estudar e, por isso, as incentivava. A entrevistada afirma que a avó se sentiu realizada quando sua irmã mais nova foi fazer licenciatura. Portanto, apesar de não dispor de capital econômico e capital cultural, a incorporação de disposições gerais

para os estudos se deu de maneira afetiva, através de incentivos, bem como da exemplaridade, sobretudo a partir da observação do sacrifício feito pelos familiares para manter Paula e a irmã fora do mundo do trabalho. Dessa forma, a necessidade de estudar adquiria um sentido prático na vida da entrevistada, na medida em que a família se esforçava para que ela dedicasse todo o seu tempo aos estudos, liberando-a até mesmo de ajudar nas tarefas domésticas, as quais eram assumidas pela sua avó. Paula afirma ter recebido uma educação rígida de seus avós e de sua mãe, que estabeleciam os horários de estudo e de brincadeira e não a deixavam brincar na rua, controlando suas saídas também quando ela ficou mais velha. A avó costumava mediar as decisões em seu favor. Desse modo, a entrevistada incorporou disposições para a disciplina e autocontrole desde a mais tenra infância. Apesar da rigidez na educação, as relações familiares não costumavam assumir uma forma punitiva, nem violenta nos momentos de punição. Paula se lembra que costumava ficar de castigo quando fazia algo de errado.

De modo semelhante, os processos de socialização secundária assumiram uma importância fundamental na trajetória da entrevistada, como é o caso da escola, possibilitando a incorporação de capital escolar e reforçando suas disposições ascéticas para os estudos. Paula afirma ter tido uma experiência estimulante na escola, sendo incentivada pelos professores, o que contribuiu para a sua autoestima e autoconfiança, de modo que a entrevistada incorporou uma disposição forte para os estudos.

Eu sempre fui uma aluninha CDF na escola (risos). Aí sempre era a queridinha das professoras, era muito bom, eu gostava, sempre gostei muito de assistir aula, quando era criança, eu

chegava em casa da escola, a primeira coisa que eu ia fazer era fazer a tarefinha de casa que os professores mandavam, não é nem tomar banho, nem almoçar, nem fazer nada, eu ia fazer a tarefa da escola. Aí a escola era escola pública que eu sempre estudei, eu estudei, acho que até a segunda série na escola particular, aí depois fui pra a pública [...] eu tive sorte de ter professores muito bons, apesar da escola ser pública e ser, é... daquele jeito que escola pública é, sabe? Ninguém liga pra nada, mas eu tive sorte de ter professores muito bons e eu acho que foi esse fato, o fato de eu gostar de estudar com o fato de eu ter professores muito bons, foi que me ajudou a ter uma base legal pra poder fazer o vestibular, passar, essas coisas.

A entrevistada lembra que sempre gostou de escrever e quando estava na quarta série teve uma de suas histórias inseridas num livro publicado pela Secretaria de Educação, graças ao incentivo de sua professora. Paula também participou de um curso de teatro e dança numa Organização Não-Governamental no centro da cidade quando ficou adolescente; levada pela irmã, que fez inicialmente um curso de formação política nessa mesma ONG. Essa experiência possibilitou a aquisição de competências culturais bem como a incorporação de valores e crenças políticas, na medida em que a entrevistada conheceu pessoas do teatro e de movimentos sociais. No entanto, apesar das vivências estimulantes em todos esses processos de socialização, bem como do incentivo de familiares e professores, Paula não se sentiu preparada para tentar o vestibular quando terminou o Ensino Médio e precisou começar a trabalhar para ajudar nas despesas da família, que passava por um momento de aperto econômico, devido ao estado de saúde do seu avô – considerado, até então, o principal provedor da família.

O meu avô teve um princípio de infarto, aí não podia mais trabalhar, aí a situação em casa tava bem difícil porque ele ficava dependendo dos meus tios, da minha mãe, o dinheiro era pouco, aí minha mãe conhecia uma pessoa que tinha uma gráfica e aí vez em quando eu ia pra lá, trabalhava um dia, trabalhava outro, aí depois ele me contratou pra ficar trabalhando sempre, aí foi o período que eu comecei a trabalhar.

É possível observar que a pobreza como experiência da liminaridade se estende também ao batalhador cultural, imposta, sobretudo, quando a família enfrenta adversidades como uma doença ou desemprego de algum de seus membros (TELLES, 2013). A entrevistada incorporou uma disposição ascética para o trabalho através de um aprendizado prático, que é característico dos demais batalhadores, embora tenha se inserido mais tarde neste universo, se comparado aos demais batalhadores. A inserção no mercado de trabalho também foi importante para assegurar seu posterior acesso ao nível superior, uma vez que Paula não se sentia preparada para fazer o vestibular quando terminou o Ensino Médio, utilizando seu salário para pagar um curso preparatório. Nesse sentido, a entrevistada exprime uma disposição para o pensamento prospectivo, que permitiu adiar qualquer gratificação no presente, visando obter um retorno melhor no futuro, a partir de seu investimento no acúmulo de capital escolar. Foi com base nessa experiência que Paula decidiu fazer um curso de publicidade dois anos depois, com o intuito de aperfeiçoar as habilidades adquiridas. Contudo, ela achou que o curso não contribuiu muito para isso, pois, como fez toda a graduação trabalhando, ela adquiriu mais conhecimento através do aprendizado prático em suas diversas experiências de trabalho do que no curso.

Então, uma das coisas que me fez meio que desanimar do, da graduação que eu tinha feito de Publicidade é que pra trabalhar no que eu tava trabalhando não precisava ter feito essa graduação, sabe? Era uma coisa que me desestimulava era isso, era porque era, eu já trabalhava nessa área e eu continuei trabalhando na área e aí o que eu evolui profissionalmente foi com a vivência que eu tava tendo lá no, no ambiente de trabalho, não era porque eu tinha estudado que aperfeiçoou o que eu já fazia, sabe? Aí, na verdade, as competências que eu preciso para esse momento que eu tô agora, trabalhando como orçamentista, é ter o conhecimento que eu tenho de visão de gráfica, que não foi um conhecimento que eu adquiri na universidade, foi um conhecimento que eu adquiri trabalhando mesmo na área, vivendo, sabe, o dia-a-dia, sabendo o que é que uma máquina precisa, o que outra precisa, o que é que eu tenho que fazer pra você me mandar um arquivo e depois você receber um livro bonitinho, já prontinho sabe?

O desânimo de Paula com relação ao curso de Publicidade está diretamente ligado às expectativas que a entrevistada nutria com a obtenção do diploma de nível superior, almejando uma formação que lhe garantisse uma ocupação mais qualificada. No entanto, mesmo depois de terminar o curso de graduação, Paula não conseguiu emprego como publicitária e continuou trabalhando em gráfica, exercendo as mesmas funções que havia aprendido através de sua experiência prática no trabalho, com o diploma de nível médio. A dificuldade para conseguir uma posição mais valorizada no mercado de trabalho com o diploma de nível superior pode ser explicada pelo que Bourdieu (2013a) denominou de inflação de diplomas, que corresponde à desvalorização do diploma à medida que cresce o número de pessoas que tem acesso a ele. De modo semelhante, Ribeiro (2012) afirma que a expansão educacional do Ensino

Médio e Superior no Brasil nas últimas décadas conduziu a uma redução das vantagens obtidas com os diplomas educacionais – diminuição dos retornos educacionais. Segundo o autor, esse mecanismo, avaliado a partir da diminuição da associação estatística entre educação e classe de destino seria a principal variável educacional responsável pela diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil no período recente, diminuindo as diferenças entre diplomados e não-diplomados em termos de prêmio de classe e rendimentos.

Desse modo, Paula não conseguiu realizar suas expectativas de ascensão social, ao obter o diploma de nível superior, e continuou realizando as mesmas tarefas, recorrendo às competências adquiridas através de seu aprendizado prático do trabalho. Apesar de considerar sua renda estável – com renda bruta mensal de R\$2.500 reais – e gostar de trabalhar, identificando-se como uma *proletária* – conceito aprendido com a professora de Teoria do Estado –, a entrevistada não se sente reconhecida nem valorizada pelo seu trabalho, o que contribui para aumentar o seu sentimento de frustração.

I: E o reconhecimento não é só financeiro não, não, é reconhecer mesmo sabe? O esforço que você faz.

E: Tu acha que tu não tem isso hoje no teu trabalho?

I: Não, nesse trabalho que eu tô, não tenho, aí é uma coisa frustrante.

E: E como é que tu percebe isso?

I: Assim, é, essa gráfica que eu trabalho, o dono de lá, ele é, ele é um louco (risos), aí ele um dia pensa uma coisa, um dia ele combina uma coisa com você, aí no outro dia, ele descombina tudo que ele tinha combinado, é... é um louco assim, sabe? E aí você, você, eu mesma tem dia que eu tenho tanta coisa pra fazer, aí na hora de, do almoço, vou, almoço e volto pra trabalhar, aí

fico lá fazendo as coisas que eu tenho pra fazer, pra ver se eu consigo dar conta, mas no final das contas você vê que você não vai ser reconhecido por isso, sabe? Que, no final das contas, quando der a louca na cabeça dele, ele demite, contrata outra pessoa no seu lugar e não vai tá nem aí pelo esforço que você fez, pra ajudar, pra nada sabe?

É possível observar também a incorporação de uma disposição para o trabalho duro, uma vez que a entrevistada precisou conciliar todo o curso de graduação com o trabalho, devido à necessidade de ajudar nas despesas da família, exprimindo também uma disposição para o sacrifício individual. Essa jornada de estudo e trabalho não se deu sem tensão para a entrevistada, que lamenta não ter aproveitado melhor o curso, participado da vida universitária e de não ter feito estágio, pois como já trabalhava, ela tinha um salário maior do que o que receberia no estágio. Desse modo, a entrevistada decidiu fazer uma segunda graduação em Direito, visando aumentar as suas chances no mercado de trabalho e conquistar uma condição de vida melhor no futuro, além de aproveitar a oportunidade de ingresso numa universidade pública através do sistema de cotas. No momento da entrevista, em novembro de 2015, Paula trabalhava dois turnos como orçamentista de uma gráfica em Ipojuca e cursava Direito na UFPE à noite. Para enfrentar essa intensa jornada de trabalho e estudo, ela sai de casa às seis da manhã e retorna às 23 horas, durante toda a semana, exprimindo a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro, ao lado das disposições ascéticas para os estudos. Paula pretende fazer esse curso de modo diferente e está disposta a sair da gráfica onde trabalha para estagiar na área de Direito, mesmo que seja ganhando menos. Além disso,

mesmo sem ter muito tempo, ela está participando do movimento estudantil.

As tensões vivenciadas por Paula não se restringem à necessidade de conciliar trabalho e estudo, estendendo-se para outros âmbito de sua vida, já que o processo de autoafirmação conduz a certo distanciamento com relação a alguns dos valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, principalmente à medida que a entrevistada vivencia processos de socialização secundária relativamente heterogêneos, incorporando novos valores e crenças. Nesse sentido, vale destacar a presença de conflitos em torno da orientação sobre a necessidade de constituir família e ter filhos – transmitida desde a socialização familiar, como um valor fundamental do *ethos* do trabalho duro –, e, de outro lado, a necessidade de investir em sua carreira profissional, como principal meio para “subir na vida” – valor incorporado desde a infância e reforçado em diversos processos de socialização secundária. Para a entrevistada, esse conflito constitui um dos principais dilemas da mulher independente, que trabalha e busca se profissionalizar.

Eu acho que é bom, sabe, você deixar de ser aquela mulher dominada que você era antigamente e que o marido provia tudo, então ele tinha direito de fazer o que quisesse tal, o que eu acho de negativo é que eu fico pensando às vezes assim sabe, é, quando eu tava na minha adolescência, eu já, que eu batia muito de frente com a minha mãe, eu brigava muito com ela e falava sempre: “ah, a senhora nem tem tempo de cuidar de mim, não sei o que”, porque ela tava sempre trabalhando, a gente se via mais nos finais de semana, aí hoje em dia, eu acho que isso vai postergando a minha vontade de ser mãe lá pro futuro, sabe, porque eu fico pensando assim, caramba, eu vou ter um filho pra jogar na minha cara a mesma coisa que eu joguei na cara

da minha mãe, que eu não tenho tempo de cuidar dela? Que eu não tô com ela a hora que ela precisa? Essas coisas, aí eu fico pensando, eu não quero escutar isso não, aí eu acho que uma coisa talvez negativa tenha sido isso sabe? Que você tem que fazer uma escolha, porque mesmo que você consiga conciliar as duas coisas, é difícil, aí você acaba tendo que fazer uma escolha entre o profissional ou a família.

É possível observar nesses conflitos a emergência de novos valores ligados aos papéis de gênero que se distanciam da tradicional divisão sexual do trabalho encontrada entre os membros das classes populares, muito embora a entrevistada ainda exprima uma concepção da mulher como a principal responsável pelo cuidado com os filhos e com a família, papel que parece ser encarado como prioritário quando a mulher decide ter filhos. Nesse sentido, Paula vivencia de modo mais acentuado os conflitos e tensões entre valores e crenças características do *ethos* do trabalho duro, como a necessidade de colocar os interesses da família acima dos interesses individuais – expressa na disposição para o sacrifício individual, incorporada desde a infância – e, de outro lado, a tentativa de alcançar uma condição de vida considerada melhor – a partir da incorporação de disposições para autossuperação. Segundo Duarte e Gomes (2008) tais conflitos e tensões são próprios do processo de autoafirmação característico das frações ascendentes das classes populares, vivenciada como uma relativa autonomização com relação à família e à condição de origem, embora esse distanciamento nunca ocorra de forma absoluta. Também é possível observar uma mudança significativa com relação às práticas de consumo cultural, uma vez que Paula acumulou algum montante de capital cultural considerado

legítimo ao longo de sua trajetória, atravessando processos de socialização secundária relativamente heterogêneos, que possibilitaram o acesso a pessoas de outros grupos e classes sociais, bem como às práticas características de seu estilo de vida – de modo a romper a barreira imposta pelo relativo fechamento do horizonte de possíveis, característico dos meios populares, que atua como um importante princípio de conformidade para os membros das classes populares. Desse modo, a entrevistada costuma ir ao teatro com certa frequência para assistir a peças encenadas pelos seus amigos. Ela não lembrava da última peça que havia assistido, mas assegurou ter sido num dos teatros do Recife Antigo:

Acho que foi um daqueles lá do Recife Antigo, [Teatro] Apolo ou o [Teatro] Hermilo [Borba Filho].

É interessante notar a familiaridade com que a entrevistada se refere a dois teatros pouco frequentados pelos demais batalhadores, que costumam assistir a peças infantis e de comédia, em teatros mais voltados para uma programação popular, como é o caso do Teatro Waldemar de Oliveira. Assim como os demais batalhadores entrevistados, Paula afirma que não tem tempo para ler, embora goste muito de literatura, exprimindo uma relação mais instrumental com a cultura, distanciada da relação lúdica encontrada entre os membros da classe média. Por outro lado, é possível observar a aquisição de competências culturais que permitem ao batalhador cultural avaliar os livros de literatura a partir da identificação de um gênero específico, distanciando-se das avaliações mais comuns entre os demais batalhadores, que tendem a aplicar os esquemas do *ethos*, fazendo um julgamento ético acerca do conteúdo do livro.

O último que eu li completo, consegui terminar foi o meu, O hobbit, que eu ganhei de presente, tava com ele há dois anos lendo (risos) e não conseguia terminar ele. Deixa eu ver qual foi o outro, acho que eu li O pequeno príncipe quando eu tava... com um tempinho livre, aí eu passei uma tarde lendo ele também.

[...]

Eu gosto de livro de, assim, que estimula a criatividade e a imaginação sabe, tem um pouco de Direito e um pouco de Publicidade ainda em mim, aí eu gosto sabe de Senhor dos Anéis, As Crônicas de Nárnia, O hobbit, eu gosto desses livros assim que você começa a ler e vai imaginando como é que se passava aquele cenário todinho. Eu gosto desse tipo de livro.

De modo semelhante, é possível observar a incorporação de novas disposições para o consumo e para o lazer, à medida que o batalhador cultural alcança uma maior autonomização através de sua inserção no mercado de trabalho, aderindo a práticas até então características dos membros das classes dominantes, tais como viajar.

I: Entre as prioridades de tudo o que eu gosto de fazer, o que eu mais gosto é viajar, então acho que se eu tivesse muito dinheiro, esse dinheiro ia ser investido nisso.

E: E hoje tu viaja pra onde?

I: Faz um tempinho, com certeza, todo ano a gente viaja pra o Festival de Inverno de Garanhuns, todo ano a gente vai, fora o Festival de Inverno de Garanhuns, quando eu consigo ter férias coletivas, eu tenho uma semaninha de férias, a gente vê algum lugar que vai viajar, assim uma vez por ano, de dois em dois anos, a gente foi pra a Chapada Diamantina logo quando a gente casou, aí passou uma semana lá, aí depois a gente foi pra o Rio de Janeiro, pra o Rock in Rio, passou uma semana lá, aí agora como eu vou ter férias coletivas de novo, a gente tá planejando ir de novo pra a Chapada Diamantina, passar uma

semana. A gente gosta de fazer essas viagens assim de aventura, de ir fazer trilha, acampar.

É possível observar a incorporação de disposições hedonistas, tais como a disposição para a fruição de experiências, ambientes e atividades culturais orientadas para o prazer, oposta à ética do sofrimento, encontrada entre os batalhadores ascéticos. A entrevistada exprime também uma disposição fraca para a poupança, afirmando que só consegue guardar dinheiro nas situações em que planeja fazer uma viagem – *Sou péssima pra guardar* –, caso contrário, ela sempre encontra algo que está precisando para comprar com o dinheiro que sobra no final do mês para si mesma ou para a casa. Por não ter muito controle sobre os gastos, a entrevistada decidiu cancelar o cartão de crédito. Apesar de ter incorporado uma disposição para o pensamento prospectivo, essa orientação se manifesta muito mais a partir de um investimento no acúmulo de capital escolar e outras formas de capital cultural, que possam lhe garantir uma ocupação mais qualificada no futuro, e não necessariamente sob a forma de uma restrição ao consumo imediato de bens, como ocorre entre os batalhadores ascéticos.

Além disso, assim como observado entre os demais batalhadores hedonistas entrevistados, tais práticas parecem possibilitadas pelo trabalho, na medida em que as atividades de lazer se constituem como a contraface do mundo do trabalho, sendo legitimadas em circunstâncias específicas, ligadas ao trabalho, como é o caso das férias, nas quais os batalhadores culturais buscam recarregar as energias para voltar a trabalhar. Nesse sentido, embora seja possível observar um maior

distanciamento com relação à ética do sofrimento por parte dos batalhadores culturais, bem como alguns conflitos com relação aos valores e disposições constitutivos do *ethos* do trabalho duro, esses batalhadores parecem ainda fortemente orientados por seus princípios e valores fundamentais, legitimando suas práticas de consumo através do trabalho.

I: Eu sempre fui assim sabe? Eu sempre, eu sempre, eu gosto de trabalhar pra pagar meus luxos, sabe? Eu nunca fui uma mulher que quer depender de homem, marido, de nada não sabe? Gosto de trabalhar pra pagar minhas coisas.

E: Sim. E o que são teus luxos?

I: Ah, meus luxos são sair pra ir almoçar num restaurante que eu gosto, ir pro cinema pra ir assistir um filme que eu acho legal, comprar maquiagem, comprar livro, adoro comprar livro, comprar série (risos).

É possível observar a mesma tentativa de legitimação do estilo de vida através de um ajuste com relação ao *ethos* do trabalho duro, encontrada entre os demais batalhadores hedonistas, no sentido de acomodar novas disposições hedonistas para o consumo ao lado de suas disposições ascéticas para o trabalho, recorrendo, para tanto, a uma retórica do trabalho duro. Assim, a entrevistada pode ter *luxos* porque trabalha para isso. Vale destacar também os bens que Paula considera luxo, tais como livros, séries ou mesmo ir ao cinema. É comum observar entre os batalhadores culturais uma maior inclinação para comprar bens de consumo que expressem seu montante de capital cultural, tais como livros e séries. Nesse sentido, Paula explica que apesar de ter acesso a filmes e seriados no *Netflix*, ela gosta de *ter mesmo as séries*, de modo a exprimir seu capital cultural objetivado. De modo semelhante, a entrevistada

reivindica certo caráter distintivo das práticas de consumo que caracterizam seu estilo de vida, numa clara identificação com a classe média, detentora de capital cultural:

Eu acho que eu gasto mais com supermercado do que com salão de beleza (risos). Porque eu gosto de ir no supermercado comprar um queijo diferente, um vinho bom e chegar em casa fazer uma comidinha gostosa do que ficar uma tarde lá no salão, com aquele povo conversando aqueles assuntos que não interessa (risos).

É possível perceber, portanto, uma tentativa de legitimação do seu estilo de vida a partir da apropriação de bens e práticas consideradas distintivas, que também pode ser observada no âmbito das práticas alimentares. Enquanto os batalhadores que ascenderam socialmente por meio de um maior volume de capital econômico costumam manter os mesmos hábitos alimentares e rejeitam a dieta alimentar da classe dominante, aqueles batalhadores que ascendem através do acúmulo de capital cultural procuram investir justamente numa mudança dos hábitos alimentares, na busca por uma alimentação mais saudável, influenciados por um discurso que prega o cuidado de si e com o corpo e é característico do estilo de vida das classes dominantes. Desse modo, Paula exprime certa racionalização no âmbito das práticas alimentares, tendência encontrada entre muitos batalhadores culturais entrevistados, que pode ser percebida como forma de manifestar o montante de capital cultural acumulado, através de seu maior acesso a conhecimento e informação, buscando distanciar-se não somente do estilo de vida popular, mas também com relação ao que considera ser o estilo de vida característico daquela fração da classe dominante detentora de capital econômico.

Rapaz, se for julgar pelo que a gente vê pela televisão, acho que [o rico] come um monte de coisa que não presta né? Porque ô povo pra gostar de industrializado (risos). Se a gente for julgar dessa forma...

Num contexto em que as classes populares têm maior acesso aos bens de consumo, caracterizando-se por uma maior tendência a consumir produtos industrializados e apropriar-se a crédito de bens até então considerados distintivos, enquanto a fração dominante da classe dominante, detentora de capital econômico, assegura o consumo de bens de luxo, buscando consumir alimentos saudáveis – o que indica um erro de avaliação da entrevistada –, os batalhadores culturais exprimem certa racionalização com relação às práticas alimentares, que pressupõe algum distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, característico do estilo de vida das classes dominantes, de modo a legitimar seu estilo de vida. Nesse sentido, Paula afirma que gosta de frequentar uma loja que vende produtos veganos no centro da cidade, embora seu marido não tenha o mesmo interesse. Ela também gosta de sair para comer fora, ancorando suas preferências nos atributos simbólicos associados à prática, tais como comer algo diferente, frequentando, de preferência, restaurantes japoneses ou rodízios de carne, que é a preferência de seu marido.

Apesar da adesão a novas práticas de consumo, que visam exprimir seu processo de autoafirmação – chegando a reivindicar um caráter distintivo em determinados subespaços simbólicos –, Paula afirma ainda se considerar pobre, avaliando o bairro em que mora e as coisas que faz, muito embora a entrevistada reconheça que a vida do pobre melhorou muito nos últimos anos. Desse modo, Paula não adere ao discurso da “nova

classe média”, exprimindo um distanciamento crítico com relação a essa ideia, ancorada em sua experiência prática enquanto moradora de um bairro periférico, que ela considera esquecido pelo poder público. Para ela, os verdadeiros membros da classe média são aqueles que moram em bairros melhores e têm maior visibilidade e acesso aos recursos públicos e serviços.

Eu acho que eu sempre fui pobre, mas assim eu acho que a condição do pobre, como todo mundo fala né, a classe média ascendeu, muita gente acha que agora é classe média, mas, assim eu sempre fui pobre, mas eu acho que a condição do pobre melhorou, você, hoje em dia, você tem uma condição melhor do que quando eu era criança, do que quando minha mãe tinha minha idade, socialmente, economicamente mudou, sabe? Melhorou.

[...]

Hoje em dia, todo mundo se acha classe média (risos), mas, o pessoal que mora num bairro, que tenha umas condições de vivência que é melhor, né, que, um bairro que tem saneamento básico, que tem calçamento, que tem ruas. Segurança eu não digo porque segurança você não tem em lugar nenhum né? Mas assim o pessoal que tá nesses locais, que são melhores vistos pela prefeitura (risos), né? Aqui você tá dormindo, às vezes, no sábado de manhã, pessoal tá fazendo, vem esses tratores pra fazer, começar a obra seis horas da manhã, em alguns outros bairros você não vê um negócio desse acontecer porque o horário que tem pra começar a obra é oito da manhã.

É possível observar uma maior demanda por serviços públicos, além de uma percepção da desigualdade construída a partir da constatação acerca da distribuição desigual dos recursos públicos entre os bairros da cidade. Nesse sentido, ainda que se considere pobre, o processo de autoafirmação da entrevistada é possibilitado – e legitimado – mediante o acúmulo de capital cultural, sob suas diferentes espécies, além da incorporação

de uma moralidade do trabalho duro e de sua maior politização, que permitem certo distanciamento com relação ao sentimento de destituição estatutária, bem como aos atributos morais negativos que pesam sobre a pobreza. A entrevistada se percebe como alguém que está *tentando fazer a diferença*, através de seu ingresso no curso de Direito – na medida em que há uma forte crença na educação como principal mecanismo de mudança –, e de sua participação em movimentos sociais tanto no bairro em que mora quanto na universidade, através de seu ingresso no movimento estudantil.

Eu tô tentando lutar pelo que eu acredito, lutar pelo que eu acho que é pra mudar, o que tá desigual, acho que tá errado.

À medida que o batalhador adquire o tipo de capital cultural considerado legítimo, ele apresenta uma maior tendência a se politizar, exprimindo posicionamentos e opiniões consideradas “propriamente” políticas, uma vez que constituídas enquanto tais no campo de produção ideológica (BOURDIEU, 2013a). Desse modo, muitos tendem a perceber o problema da pobreza e da desigualdade como uma questão política e social e não como uma questão moral. No entanto, antes de partir para essa discussão, é importante sistematizar as principais condições que permitem ao batalhador cultural incorporar disposições gerais para os estudos e adquirir capital cultural, exprimindo mudanças significativas na ordem do seu estilo de vida.

6.2 A família do batalhador cultural

Como foi possível observar a partir da análise de um perfil cultural exemplar, a socialização familiar assume um papel

fundamental na trajetória do batalhador cultural, provendo as condições materiais e emocionais por meio das quais esses batalhadores adquirem uma propensão para *viver acima dos seus meios*, buscando superar sua condição social (BOURDIEU, 2013a, p. 316). Apesar de serem desprovidos de capital econômico e cultural, os pais dos batalhadores culturais fazem todo tipo de sacrifício para manter seus filhos longe do mundo do trabalho – o que pressupõe um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais –, de modo a investir suas disposições ascéticas em estratégias escolares, além de outras formas de acúmulo de capital cultural. Desse modo, a família do batalhador cultural busca assegurar as pré-condições materiais, cognitivas e emocionais para a incorporação de disposições ascéticas para os estudos. Ademais, seu projeto de mobilidade escolar parece se constituir, muitas vezes, como um projeto familiar, contando com uma rede de apoio mais ampla, que se coloca para além da família nuclear, tais como avós, tios e outros familiares, que buscam investir no futuro desses batalhadores, contribuindo para o seu distanciamento com relação às necessidades impostas pelas condições materiais. Nesse sentido, é importante destacar a predominância de relações de solidariedade e de obrigação mútua entre seus membros, que caracteriza também as relações encontrada entre os demais batalhadores.

Outra característica da família do batalhador cultural é que seus pais costumam ter um nível de escolaridade mais elevado com relação aos pais dos demais batalhadores, o que favorece a aquisição de algum montante de capital cultural já em sua posição de origem. Nesse sentido, alguns dos entrevistados na pesquisa tinham pais com Ensino Médio completo

e até mesmo com diploma de nível técnico, alcançando uma ocupação mais qualificada. Contudo, vale destacar que essas trajetórias escolares não costumam ocorrer de modo linear, como “curso natural da vida”, como parece ser o caso entre os membros da classe média, mas através de muito sacrifício, desistências e interrupções, que conduzem a uma conclusão tardia, fora da idade escolar. Esse é o caso da família de Janaína, 36 anos, formada em Licenciatura em Música e professora do Ensino Secundário da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes. Sua mãe se tornou técnica em Enfermagem, passando num concurso do governo do Estado quando seus quatro filhos já estavam adolescentes. Embora sua mãe tenha alcançado um nível de escolaridade mais elevado, ela só conseguiu concluir o Ensino Médio tardiamente, quando já estava casada e seus filhos estavam maiores. Ela decidiu voltar a estudar e trabalhar, sobretudo porque seu marido, que trabalhava como segurança, passava por muitos períodos desempregado. Para tanto, a mãe de Janaína precisou enfrentar uma dupla jornada de trabalho e estudo, além de cuidar dos filhos e assumir as tarefas domésticas.

O pai de Janaína tinha Ensino Médio completo e também participava da educação e vida escolar dos filhos, orientando-os a *ter postura* e saber se portar nos lugares, transmitindo a mesma rigidez com a qual ele havia sido educado; passando exercícios escolares para evitar que os filhos fossem brincar na rua. Ela lembra que, apesar da condição financeira mais apertada vivenciada na infância, seu pai nunca deixou que os filhos faltassem à escola por não ter a passagem do ônibus, algo que era comum entre seus colegas. Sua mãe era mais amorosa com os filhos e tentava transmitir a importância de estudar como

meio de ascender socialmente. Desse modo, a entrevistada incorporou desde a mais tenra idade um *ethos* ascético, orientado principalmente para a incorporação de disposições gerais para os estudos.

Mainha achava a gente muito inteligente, a gente nunca repetiu de ano, entendesse? A gente fazia, é, ela dizia, a gente tinha obrigação de passar de ano, porque ela fazia de tudo pra a gente passar, mas não ficava dando presentinho, não ficava dando é, como é que se diz? Tem uma palavrinha que chama, estímulos assim sabe? O estímulo da gente, dela, era dizer: “estude pra poder ter um emprego bom no futuro, pra a gente poder mudar a condição de vida da gente, a gente não viver tão apertado e o único jeito que a gente vai poder fazer é esse”. Então eu acreditava nisso, eu acreditava que o estudo é que ia fazer a diferença na minha vida, que só através de uma formação é que eu poderia ter uma profissão e ter um bom emprego, então é o que eu acredito até hoje, apesar de que... (risos). Mas, enfim, foi o que eu fui estimulada a escutar pra ter uma profissão pra poder não ser colocada pra trás e não deixar ninguém me inferiorizar.

Nesse sentido, o batalhador cultural incorpora, desde a infância, disposições para a disciplina e para o autocontrole, tanto através da exemplaridade dos pais, como de orientações e conselhos explícitos, adquirindo também uma rotina de estudos, que é fundamental para a incorporação de disposições gerais para os estudos, tais como capacidade de concentração, disposição para a leitura, prática de escrita, entre outras. É interessante notar o modo de aquisição de capital escolar característico dessa fração de classe, possibilitado através de uma relação mais instrumental com o conhecimento – *estude pra poder mudar a condição de vida da gente* –, em contraposição a uma relação mais lúdica com a cultura, característica dos membros

da classe média. A aquisição de capital escolar é percebida pelo batalhador cultural como forma de ser incluído socialmente e sair da situação de pobreza. Além disso, os pais escolarizados possuem as condições objetivas para acompanhar a vida escolar dos filhos, transmitindo uma orientação ascética para os estudos até mesmo através de sua exemplaridade, de modo que a importância de estudar adquire um sentido prático na vida desses batalhadores, como caminho para alcançar uma profissão qualificada. A base emocional fornecida pela família também será fundamental para enfrentar as adversidades da vida, inclusive a experiência de exclusão social e de racismo, que marca a vida escolar de muitos batalhadores negros, como veremos mais adiante.

Alguns batalhadores culturais entrevistados adquiriram também outras competências culturais no seio de sua socialização familiar, como o hábito de frequentar o teatro. Desse modo, Janaína afirma que contou com o incentivo de duas tias que não tiveram filhos e ajudavam na educação dos sobrinhos, levando-os para o teatro e para passar as férias em Gravatá, onde uma delas morava. A entrevistada lembra ainda que existia em sua vizinhança, no bairro de Afogados, lideranças políticas ligadas à esquerda e à Teologia da Libertação, que foram referências políticas para a sua mãe, contribuindo para a sua politização e também da família, de modo que Janaína adquiriu interesse pelas questões políticas desde cedo. Outra batalhadora cultural, Jandira, 40 anos, advogada, afirma que, embora seus pais tivessem um baixo nível de escolaridade – sua mãe estudou até a quarta-série e seu pai era semianalfabeto –, a profissão de seu pai, como jogador de futebol profissional, possibilitou o acesso a condições de vida mais estruturadas e experiências culturais

diferenciadas, já que a família chegou a morar alguns anos em Portugal. Seu pai precisou aprender uma profissão, condição exigida pelos clubes na Europa, tornando-se soldador e trabalhando num estaleiro onde o presidente do clube de futebol era gerente. Desse modo, quando ele retornou ao Brasil nos anos 1980 e não conseguiu mais ser contratado por outro time de futebol, foi trabalhar como metalúrgico no ABC paulista. Sua mãe preferiu trabalhar em casa, como costureira, ainda que ganhasse menos, de modo a poder acompanhar de perto a vida dos seus dois filhos.

A educação de Jandira durante a socialização familiar se caracterizou pela introdução da disciplina e do rigor até mesmo naqueles domínios da prática que costumam ser vivenciados com mais liberdade pelos membros das classes populares, tais como o estabelecimento de horário para as brincadeiras, para as refeições, além da construção de uma rotina de estudos. A entrevistada lembra que o jantar tinha um horário rígido pré-estabelecido, no qual todos os membros da família precisavam estar presentes, do contrário, ninguém começava a comer. Jandira era orientada a tomar banho antes do jantar, a comer com garfo e faca, desde os cinco anos de idade e a permanecer na mesa até que todos terminassem a refeição. Mesmo morando num pequeno cortiço e dividindo o quarto com o irmão, a entrevistada afirma que os espaços da casa eram bem definidos, assim como as tarefas de cada um dos membros da família e seus momentos de reunião. É possível observar a incorporação bem-sucedida de disposições para a disciplina e autocontrole quando a entrevistada afirma que até hoje não consegue *comer sem pôr a mesa*. Contudo, apesar da rigidez da educação, dos ensinamentos e valores transmitidos, as relações familiares

não costumam ser punitivas, nem assumir uma forma violenta nos momentos de punição. Nesse sentido, Jandira afirma que o máximo que seu pai fazia era uma *cara feia*, delegando para a mãe as tomadas de decisão, assim como as punições mais severas. É certo que nem todos os batalhadores culturais tiveram acesso às mesmas condições materiais, culturais e afetivas durante a socialização familiar, construindo uma trajetória totalmente diversa. É o caso de Efraim, 33 anos, estudante do curso de Licenciatura em Música, na Universidade Federal de Pernambuco, que trabalha como ajudante na padaria de sua tia. Filho mais velho de uma família com seis irmãos, o entrevistado só conseguiu ingressar na escola aos sete anos de idade, pois seu pai não era escolarizado e não via necessidade de colocar o filho tão novo na escola. Ademais, a família não dispunha de recursos econômicos, de modo que Efraim presenciava todos os anos as dificuldades dos seus pais para comprar o material escolar e, muitas vezes, precisava reutilizar os materiais do ano anterior. Além de iniciar sua trajetória escolar tardiamente, ele precisou conciliar os estudos com o trabalho desde os trezes de anos de idade, trabalhando como ajudante na padaria da sua tia, devido à necessidade de ajudar nas despesas da família – local onde voltou a trabalhar recentemente. É possível observar a incorporação de disposições para o trabalho duro, desde a infância, através de um aprendizado prático do trabalho.

A trajetória escolar de Efraim também foi interrompida por mais de dez anos, após terminar o Ensino Médio, quando o entrevistado tentou por vários anos se inserir na escola naval, sem obter êxito. Desse modo, ele se viu obrigado a readequar suas expectativas às possibilidades, inserindo-se no mercado de trabalho formal com o seu diploma de nível médio, como

vendedor de uma loja – o que explica seu ingresso tardio na universidade. No caso de Efraim, os processos de socialização secundária assumiram um papel fundamental tanto para a conquista de autoestima e autoconfiança, quanto para a aquisição de algum montante de capital escolar e cultural, o que favoreceu seu ingresso no Ensino Superior no período recente. Como veremos a seguir, tais processos assumem um papel central na trajetória dos batalhadores culturais, possibilitando as condições necessárias para que estes últimos adquiram capital escolar, assim como outras formas de capital cultural.

6.3 A importância dos processos de socialização secundária

Ainda que o batalhador cultural não disponha de todos os recursos econômicos e culturais necessários para disputar as melhores posições na escola e no mercado de trabalho com os membros das classes dominantes, eles incorporam disposições ascéticas para os estudos, além de uma propensão para aproveitar as oportunidades, buscando melhorar sua condição social através do acúmulo de capital cultural. Desse modo, os processos de socialização secundária assumem uma importância central em suas trajetórias ascensionais. Um desses processos ocorre na escola, nos casos em que os batalhadores culturais são estimulados a estudar e adquirir capital escolar, como ocorreu com Paula. No entanto, nem sempre o processo de socialização escolar é considerado positivo e estimulante para os batalhadores culturais, uma vez que alguns deles afirmam ter vivenciado episódios de racismo e discriminação, percebendo sua trajetória escolar como uma experiência traumática. É o caso de Janaína que afirma ter vivenciado muitos conflitos com

colegas na escola, que os professores não sabiam como mediar e muitas vezes puniam a entrevistada.

I: Ai, a escola era muito difícil, a escola foi muito difícil, porque... por causa dessa coisa da cor mermo né? Da, do, do poder aquisitivo, é... eu sofria bastante, porque a gente era, sempre foi muito, gostava muito de ler, sempre foi muito estudiosa e tem essa coisa de ser politizada também né? Então, e a gente conhecia coisas e pessoas que, e tinha acesso a coisas que as amigas da gente não tinha [...] e aí era difícil ser aceita né? Porque como é que era, já era negra, já era pobre, apesar de que todo mundo era pobre, porque escola pública, todo mundo vinha de bairro... Curado, Jardim São Paulo, de Rio Doce, estudar nessa escola, né? Mas eles não aceitavam não o meu comportamento, que era diferente, os lugares que eu frequentava, de final de semana eu ia pra o teatro, eles iam à praia, eu também ia à praia, mas eu também ia pro teatro, eu também ia pro cinema, eu viajava, quer dizer... não viajava muito né? Viajava nas minhas férias, por exemplo, sabe? Então assim, ouvia cantores e músicos, que eles não sabiam nem quem era, assim era muito difícil. Aí eu era como se fosse “a metida”, aí eles implicavam muito, muito, muito, muito com a gente, sabe?

Mãe: O cabelo...

I: O cabelo incomodava demais, o cabelo da gente incomodava demais a gente, eles sabe? E aí eu, meu Deus do céu, era louca pra crescer e sair daquela escola e ir pra outro lugar, porque era todo dia uma, todo dia tinha briga, todo dia tinha briga, todo dia tinha briga, sabe?

É possível perceber as chamadas à ordem de que fala Bourdieu (2013a), que atuam como um princípio de conformidade quando os membros das classes populares expressam gostos e comportamentos característicos do estilo de vida das classes dominantes, que são percebidos, em seu próprio meio, como uma *pretensão*, ou seja, como uma tentativa de *querer*

ser mais do que é. Contudo, é importante ressaltar que Janaína vivenciava esse processo através de uma dupla desvantagem, já que sua posição é definida não somente com base na sua origem social como também em seu pertencimento racial. A entrevistada sentia um tratamento diferenciado não somente dos alunos, mas também dos professores que não expressavam, segundo ela, o mesmo carinho e nem exaltavam a sua beleza. Por outro lado, ela afirma que não sofria tanto com isso porque tinha o suporte da família e de amigos que a achavam linda e estimulavam sua autoestima. De modo semelhante, Jandira afirma ter enfrentado racismo e discriminação durante toda sua trajetória escolar, tanto por parte de professores, como de alunos. Por serem de uma geração mais velha com relação aos demais batalhadores culturais entrevistados, Janaína e Jandira enfrentaram ainda mais dificuldades para se inserir em espaços tradicionalmente ocupados pelas classes dominantes, como em instituições escolares, sobretudo de nível técnico e de nível superior, onde havia poucos negros, e vivenciaram várias experiências de racismo ao longo de sua trajetória. Ambas afirmam ter sido pouco estimuladas no ambiente escolar, sendo consideradas alunas medianas. Jandira lembra que um professor do curso de Cerâmica do Senai afirmou que não sabia o que ela estava fazendo ali.

No entanto, apesar das dificuldades de acesso a esses espaços e do tratamento diferenciado sentido por parte de colegas e professores, as entrevistadas afirmam ter tido uma base emocional familiar que possibilitava a sua persistência, a construção de uma autoestima positiva e a incorporação de disposições gerais para os estudos. Outros batalhadores culturais negros também relataram experiências semelhantes, afirmando

terem sido humilhados e maltratados na escola pelos colegas, ancorando-se no apoio familiar para persistir em sua trajetória escolar. Para tanto, eles incorporaram a crença de que os estudos seriam sua única possibilidade de melhorar de vida. Nesse sentido, é possível observar o estabelecimento de uma relação instrumental com o conhecimento – em contraposição à relação lúdica estabelecida pela classe média, detentora de capital cultural já em sua posição de origem –, que conduz a uma propensão para tentar mudar sua condição social através do acúmulo de capital escolar, além de outras formas de capital cultural. Alguns deles contaram ainda com o apoio de professores que marcaram a sua experiência escolar, incorporando disposições gerais para os estudos e para o pensamento crítico – posteriormente, tais disposições encontraram na universidade um contexto para seu reforço e atualização.

Além da escola, quase todos os batalhadores culturais entrevistados na pesquisa passaram por outros processos de socialização secundária que foram importantes para a aquisição de competências culturais, como a participação em Organizações Não Governamentais que desenvolviam projetos socioculturais para crianças e jovens de baixa renda, tais como atividades artísticas e esportivas, aulas de reforço em português e matemática, cursos de informática, cidadania e formação política. A participação nesses cursos foi fundamental para a aquisição de capital cultural, que não poderia ser adquirido de outra maneira, reforçando a educação recebida durante a socialização familiar e escolar. A participação nesses projetos permite perceber a propensão dos batalhadores culturais em aproveitar as oportunidades que se encontram ao seu alcance, em sua tentativa de acumular capital escolar e outros tipos de capital

cultural como forma de ascender socialmente. Nesse sentido, embora não tivessem familiaridade com o universo da música, alguns batalhadores ingressaram em cursos de iniciação musical, adquirindo as competências necessárias para o seu ingresso posterior numa graduação de Licenciatura em Música, vislumbrando uma possibilidade de se profissionalizar na área. Esse foi o caso de Janaína que decidiu entrar em um curso profissionalizante de música para estudantes de escola pública, quando estava nos últimos anos do Ensino Médio.

E aí eu fui estudar música porque uma amiga: “ah, abriu um teste pra a escola de música”. Eu na parada do ônibus, dizendo, pra vim pra casa, ficava conversando lá com as minhas amigas e tal, aí... é, ela disse, aí eu disse: “ah, então eu quero também, eu vou estudar música”. Aí fui nesse embalo, passei na seleção, nessa escola de música, passei e fiquei estudando música, durante esse processo eu descobri que eu não, aí eu descobri que as pessoas viviam de música, que aí como, como se formava um músico entendesse? E aí eu disse: ah, eu acho que eu posso fazer isso também [...] e aí eu entrei nesse curso profissionalizante, só que eu não tinha, esse curso profissionalizante entrava quem nunca tinha estudado música na vida com os alunos de iniciação musical, entendesse? Então assim eu tive uma puta dificuldade, porque eu não era musicalizada e os meninos eram.

Apesar das dificuldades sentidas na escola de música, Janaína persistiu, exprimindo uma disposição para autossuperação que também é característica dos demais batalhadores culturais entrevistados. Ela decidiu atuar como professora de música, participando de projetos e, posteriormente, prestou o vestibular para o curso de Música da Universidade Federal de Pernambuco. Ela lembra como, inicialmente, a possibilidade de ingressar numa universidade parecia remota, mas através

dos amigos do curso de música, ela decidiu tentar. Um deles passou no curso de Música e a convidou para assistir disciplinas como ouvinte, de modo que a entrevistada estava cada vez mais próxima do espaço universitário. Ainda assim, não foi sem dificuldades que a entrevistada conseguiu ingressar no Ensino Superior, sete anos após ter concluído o Ensino Médio. Depois de ter tentado o vestibular algumas vezes, ela fez um curso pré-vestibular intensivo, com o dinheiro que ganhava com as aulas de música e conseguiu passar. Essa dificuldade de ingressar no Ensino Superior será vivenciada por todos os batalhadores culturais entrevistados, como veremos adiante, mas o que é importante ressaltar, neste momento, é o pendor do batalhador cultural para aproveitar as oportunidades, tais como ingressar num curso profissionalizante de música sem ter nenhuma iniciação musical anterior e nenhum estímulo neste sentido, contando somente com a sua propensão para acumular capital cultural como principal estratégia para mudar sua condição social.

A religião também constitui um importante processo de socialização secundária para a trajetória ascensional de alguns batalhadores culturais entrevistados, sobretudo para aquelas famílias que se encontram numa condição de maior vulnerabilidade social, como foi o caso de Efraim. Apesar da condição de pobreza vivenciada na infância, o entrevistado afirma que sua família sempre teve o suporte da Igreja, inclusive para manter boas relações familiares.

Assim, é... de vez em quando tinha, né, uns... uns problemas, mas isso era amenizado com conversas, com... assim, como toda família tem seus, um período né de tranquilidade, de paz, mas sempre numa família sempre tem, mas, eu acho que a gente nunca, sempre fomos uma família tranquila, uma família

assim que, eu acho, que eu me lembro não, não teve nenhum problema assim sério, tal, que nunca foi resolvido ou que não teve, sempre a gente trabalhava, sempre a gente, é, nossa família, graças a Deus, a gente somos evangélicos e sempre a gente, é... procuramos sempre estar assim, de acordo, seguindo a Bíblia, então eu acho que é isso que ajudou bastante a gente a entender assim, aconselhamento pastoral, aconselhamento da própria Igreja mesmo, sempre ajudou nossa família até como hoje nos ajuda, contando que meu pai, ele é presbítero da Igreja, aí isso tudo tem uma base né? Uma base que sempre diz tudo, sempre, é, como trabalhar em família, como trabalhar na área social, junto com a Igreja, tudinho, nós crescemos assim, nessa área.

Além de orientar as interações familiares dos batalhadores, a religião possibilita a incorporação de competências culturais, através da participação em grupos de estudo, de leitura da Bíblia e em cursos de iniciação musical. Efraim conta que desde novo se interessou em fazer parte da banda da Igreja, participando das aulas de música e tendo se tornado regente da banda, quando ficou mais velho. Ele tinha um grupo de amigos que se reunia para estudar, com o intuito de ingressar no Ensino Superior ou tentar concursos públicos. Um deles dava aula de matemática gratuitamente para os demais. Nessa época, o entrevistado pensava em ser biólogo ou professor de História e também tentou alguns anos a seleção para a escola naval, mas, *sem base*, ele *sempre batia na trave* e era desclassificado. Essas tentativas acabaram desestimulando Efraim, que sentia que a trajetória escolar não era para ele e decidiu se dedicar somente ao trabalho, quando terminou o Ensino Médio.

Sempre tinha aqueles, aqueles cursinhos nas escolas particulares que preparavam tal e eu pensava assim, poxa, não tenho dinheiro pra prestar vestibular, pra me inscrever, pra estudar,

então na minha adolescência que eu pensei, a maior dificuldade foi essa de, pra mim, ter, não ter uma condição boa financeiramente, os meus estudos, ele era devagar, lento, se eu tivesse realmente uma escola boa, eu acho que, no meu pensamento né, que é naquela época, eu seria uma pessoa totalmente diferente, eu... sei lá, era tanta coisa que eu pensava naquela hora, naquele tempo, que eu chegava até a... a pensar comigo assim: “poxa, por que eu não nasci rico?” (risos). Mas isso é coisa de adolescente, que pensa assim [...] eu coloquei na cabeça, disse assim: realmente, eu não tenho mais condições de seguir em frente, eu vou terminar meus estudos mesmo, depois eu vou arrumar um emprego, depois eu vou, eu vejo que realmente tudo tem que ter estudo mesmo e eu não tenho condições de, nem meios nem forças de... não é força, era meio, de ir atrás, de batalhar, de chegar assim, de estudar, de entrar numa faculdade, de pagar um cursinho, de entrar num colégio bom, tudinho, pra me formar em Biologia ou História, aí eu não, parei, estacionei, eu não quis mais, não, eu não vou, vou estudar, concluir meus estudos mesmo e arrumo um emprego, aí foi depois que eu fiz isso, como eu comecei, arrumei um emprego, depois eu me acordei, eu via meus amigos todos né? Todos que estudavam comigo passou na PM, outro é... bombeiro, é... o outro passou num concurso de, de, na área de saúde lá do município, tenho um amigo também, que ele se formou em Medicina, e era tudo meu grupo de estudo, porque a gente estudava junto, eu parei, parei assim, poxa, por que eu parei? Por que eu parei? Não fui em frente? Aí eu decidi: não, agora vai ser o contrário, embora que eu lute a vida toda, mas agora tô determinado, eu vou seguir em frente mesmo, não importa que eu esteja trabalhando, se eu tiver só cinquenta minutos de estudo, não, vou tá lá, eu, não era pra eu ter perdido esses dez anos da minha vida, porque eu perdi dez anos.

É possível observar a existência de um forte conflito interno vivenciado pelo entrevistado que, de um lado, orienta-se por uma visão mais realista, voltada para readequação

das expectativas às possibilidades apresentadas no curso de sua trajetória, assim como para um retorno financeiro imediato e, de outro lado, por uma visão meritocrática que coloca a escolarização como o principal caminho para mudar de vida, que constitui uma crença importante incorporada pelas novas gerações de batalhadores, sendo reforçada pela observação das trajetórias ascendentes dos seus amigos. Portanto, ao concluir o Ensino Médio, o entrevistado se dedicou ao trabalho, fazendo apenas alguns cursos de capacitação no ambiente de trabalho. Depois que saiu da padaria, ele trabalhou como vendedor durante sete anos numa loja de departamento e quase três anos como soldador no Estaleiro Atlântico Sul – emprego no qual ele conseguiu obter uma casa no Residencial construído pelo estaleiro, em Ipojuca, onde mora com seus pais. Seu estímulo para voltar a estudar, dez anos depois, veio da observação das trajetórias ascendentes dos seus amigos e também de conselhos que o entrevistado recebia de alguns deles, os quais eram importantes para aumentar sua confiança e autoestima. Desse modo, o entrevistado se inscreveu no conservatório de Música para cursar o nível técnico e, ao ser demitido do estaleiro, num período de corte de gastos, decidiu tentar o vestibular para Licenciatura em Música, na UFPE, manifestando uma disposição para a autossuperação.

O ingresso na Universidade constitui outro processo de socialização secundária fundamental na trajetória do batalhador cultural, possibilitando não somente a obtenção de um diploma de nível superior, mas também a aquisição de competências culturais e políticas que acarretam mudanças significativas na ordem do seu estilo de vida. É certo que a influência exercida pelo ingresso na Universidade – assim como em

qualquer outro processo de socialização secundária – depende do momento da biografia individual de cada um, da maneira como novas disposições e crenças estão sendo incorporadas, bem como da possibilidade de atualização das mesmas em outros domínios da prática (KAUFMANN, 2003; LAHIRE, 2002, 2005). No caso de Efraim, o acesso a um curso universitário se dá quando muitas de suas disposições – incorporadas durante a socialização familiar e reforçadas através de seu pertencimento religioso – já estavam duravelmente instaladas, provocando um impacto menor na adesão a novas práticas e valores, se comparado com outros batalhadores culturais, que ingressaram mais cedo no Ensino Superior e afirmam ter mudado de modo significativo sua visão de mundo, seus valores, suas crenças religiosas e até mesmo práticas de consumo³.

A inserção em diferentes atividades e contextos sociais diversos também possibilita o acesso a outros grupos e classes sociais, fazendo com que o batalhador cultural atravesse processos de socialização secundária relativamente heterogêneos, em comparação com os demais batalhadores, que exercem influência sobre seu valores, práticas e estilo de vida. Desse modo, eles se distanciam de alguns dos valores característicos do *ethos* popular, adotando diferentes estratégias para ascender socialmente e se aproximar do estilo de vida das classes dominantes, além de novas disposições para o consumo, orientados pela ansiedade em acumular capital. Apesar de alcançar

3 Em outros casos, a entrada na universidade ocorreu concomitantemente ao ingresso em outros processos de socialização secundária, como no mercado de trabalho ou na vida militar, o que interfere diretamente na forma como as diferentes disposições são incorporadas, sobretudo aquelas de natureza política, como veremos adiante ao analisar a trajetória de um batalhador cultural que se tornou bombeiro militar.

as condições objetivas para incorporar capital cultural, sobretudo sob a forma de capital escolar, que caracteriza a posição social dos membros da classe média, os batalhadores culturais se afastam da trajetória destes últimos por não conseguirem assegurar uma trajetória linear nos estudos, sobretudo na passagem para o Ensino Superior. Sua trajetória escolar costuma ser interrompida pelas próprias dificuldades de acesso a esse nível de ensino, além da crescente necessidade de se inserir no mercado de trabalho, para suprir as despesas familiares e individuais. Nesse sentido, embora tenham uma inserção relativamente tardia no mercado de trabalho, se comparado aos demais batalhadores, os batalhadores culturais começam a trabalhar, geralmente, antes de ingressar no Ensino Superior, até mesmo como condição para possibilitar seu posterior acesso a este espaço.

6.4 A inserção “tardia” no mercado de trabalho

Alcançando uma maior distância com relação ao mundo das necessidades materiais e fazendo sacrifícios de todos os tipos, a família do batalhador cultural tenta propiciar as condições para que ele possa se dedicar integralmente aos estudos, além de outras atividades culturais, como estratégias para ascender socialmente através do acúmulo de capital cultural, levando uma vida que os próprios pais não puderam ter. Contudo, apesar de todo o esforço realizado, a maioria dos batalhadores culturais entrevistados não conseguiu ficar fora do mundo do trabalho até ingressar na faculdade, devido às dificuldades impostas pelas condições materiais, assim como pelas próprias dificuldades de acesso ao Ensino Superior, incorporando uma

disposição para o trabalho duro que possibilitou seu ingresso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a trajetória dos batalhadores culturais também se diferencia daquela encontrada entre os membros da classe média entrevistados, em que o ingresso na universidade parece ser o “curso natural” da vida e a entrada no mercado de trabalho é encarada como decorrência de sua formação superior. Além disso, é importante destacar que as razões que levam o batalhador cultural a se inserir no mercado de trabalho também diferem daquelas apresentadas pelos membros de classe média entrevistados. Enquanto os primeiros começam a trabalhar por força da necessidade, para poder ajudar nas despesas da família ou mesmo para suprir suas necessidades pessoais, os últimos afirmavam, geralmente, buscar adquirir experiência em suas áreas específicas, ingressando em estágios ou empregos em sua área de formação. Desse modo, a inserção dos batalhadores culturais no mundo do trabalho se dá de maneira precoce, se comparado aos membros da classe média, através de um aprendizado prático do trabalho – à maneira dos demais batalhadores –, e da incorporação de disposições para o trabalho duro, que possibilitam seu ingresso em empregos informais ou caracterizados por uma formalidade precária, como é o caso do setor de telemarketing (ANTUNES, BRAGA, 2009; SOUZA, 2012).

A inserção no mundo do trabalho também se coloca, muitas vezes, como condição para ter acesso ao Ensino Superior, uma vez que a maioria dos batalhadores culturais entrevistados não consegue ingressar na universidade com a base adquirida na escola, utilizando seu salário para pagar um curso preparatório para o vestibular ou mesmo uma faculdade particular.

Isso pode ser observado na trajetória de Salatiel, 23 anos, estudante de Administração na UFPE. O entrevistado estudou até a sétima série numa escola particular, no bairro em que morava, mas precisou ir para a escola pública a partir da oitava série, pois seu pai não tinha condições de continuar pagando a escola. Ainda assim, ele estudou numa escola de referência, que tinha o ensino integrado e também frequentou uma ONG no bairro em que morava, onde teve aula de desenho e conseguiu aprimorar seus trabalhos, pois já gostava de desenhar. Ao concluir o Ensino Médio, Salatiel tentou vestibular para Artes Plásticas, mas não passou, começando a trabalhar no início do ano seguinte numa empresa de telemarketing. Ele conta que não gostou dessa experiência, entendendo-a como um trampolim para ingressar no Ensino Superior.

Era tedioso, que a gente meio que trabalhava sob pressão, pra tá batendo meta, e... aquilo dali era muito ruim, apesar de ser seis horas por dia, o tempo não passava, tinha vez que eu colocava o...um papelzinho em frente ao relógio do Windows pra nem ver a hora (risos), que a hora não passava. Aí acabou se tornando muito chato, eu não aguentei mais e... saí.

Salatiel tentou vestibular mais uma vez para Design e não passou, decidindo começar um cursinho pré-vestibular, que conseguiu pagar com o salário que recebia. Contudo, só quando saiu da empresa, ele teve condições de se dedicar aos estudos e conseguiu passar no vestibular para o curso de Administração. Em seguida, ele começou a trabalhar numa concessionária como vendedor de serviços, onde trabalha há três anos de segunda a sábado, conciliando com o curso de graduação à noite. Desse modo, é possível observar a incorporação de disposições para o trabalho duro, que possibilitam ao

entrevistado encarar uma dupla jornada de trabalho e estudos. Outros batalhadores culturais começaram a trabalhar ainda durante o Ensino Médio,

como é o caso de Erinaldo, 29 anos, formado em Licenciatura em Matemática e bombeiro militar. Sua família propiciou as condições para que o entrevistado pudesse se dedicar integralmente aos estudos até os dezessete anos de idade. A escola também constituiu um importante processo de socialização secundária para sua posterior orientação profissional. Ele estudou em escola pública até a quarta série, mas conseguiu fazer o Ensino Fundamental II numa escola particular, onde adquiriu um forte interesse por matemática e decidiu seguir essa área do conhecimento, devido à influência de um professor. No entanto, ele voltou a estudar em escola pública durante o Ensino Médio e ficou decepcionado com a diferença na qualidade do ensino. Erinaldo ficou desestimulado para ir à escola e passou dois meses sem assistir às aulas, mas afirma que o fato de ter sido procurado pelos colegas para ensinar os conteúdos passados pelo professor o estimulava a estudar e querer ensinar. Ao lado das disposições ascéticas para os estudos, o entrevistado incorporou também disposições para o trabalho duro, para a disciplina e para o autocontrole durante sua socialização familiar, tendo que conciliar uma dupla jornada de trabalho com os estudos a partir do terceiro ano do Ensino Médio.

O que eu aprendi muito e desde cedo que a gente tinha que estudar e trabalhar, isso era fato. Mainha, dentro das limitações dela, mainha foi bem clara ao me dizer que, “olhe, eu não posso lhe dar tudo, mas o mínimo que eu quero lhe dar é que você tenha educação, você tenha estudo”, então dentro do possível, ela, ela como mãe se matou da maneira que pode pra trabalhar e me dá condições necessárias pra eu estudar, foi o que eu fiz né?

Ela dentro das limitações dela fez isso e foi o que eu fiz, tanto é que assim, dentro da minha realidade financeira, na época, eu começar a trabalhar realmente aos 17 anos é até tarde, dependendo de algumas famílias por aí né? Então eu comecei até tarde, eu comecei a trabalhar quando eu já tava no terceiro ano do Ensino Médio, foi uma necessidade, mas assim, o que ela pode fazer pra dá isso aí o máximo possível, ela fez, ela fez mesmo.

Erinaldo começou a trabalhar como gazeteiro, vendendo jornal em Olinda; ele estudava à tarde e trabalhava numa casa de vídeo game à noite. Desse modo, o entrevistado saía de casa às quatro horas da manhã para pegar o jornal no centro do Recife e só retornava às 23h, exprimindo a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho. Neste primeiro emprego, o entrevistado afirma que recebia R\$0,30 centavos por cada jornal vendido.

Lembro que na época também nem era um salário mesmo (risos), era um dinheiro, era um dinheiro bem pouco assim, mas era aquele negócio, mainha não fez eu dividir o dinheiro todo com ela, mas isso aí eu me lembro, ela disse: “olhe, seu dinheiro é pouco, então o mínimo que tu vai fazer é pagar a conta de energia”. Pronto, foi o que eu fiz, com o salário, com o salário não né? Com o dinheiro que eu pegava. E a obrigação dentro de casa mesmo era pagar a conta de luz e quando vinha uma coisinha a mais, eu dava mais a mainha, porque assim no jornal, eu ganhava por jornal vendido, a comissão, então pra tu ter noção de como o dinheiro era tão pouco que era por cada jornal que eu vendia, era trinta centavos que eu ganhava. Então, assim, eu vendi muito jornal na época porque foi o caso que era de Maria Eduarda e Tarsila, então eu trabalhava vendendo jornal da Folha de Pernambuco e a Folha de Pernambuco, sensacionalista ao extremo, o que é que ela fazia? Qualquer coisa que dissesse, tipo, “o cabelo das meninas foram cortados”, tome na capa, aí o pessoal tome comprava o jornal. Vendia coisa de 70, 100 jornais

por dia, aí a comissão ainda dava por causa disso, que eu ainda tava vendendo muito jornal [...] tinha dia que eu ia trabalhar, se eu ganhasse três reais era muito, era... era complicado, porque dias que eu só vendia 10 jornais, ninguém queria mais comprar jornal. Aí eu vendia 10 jornais e ganhava o que? Três reais. Vê?

É possível observar também a incorporação de uma disposição para o sacrifício individual, uma vez que Erinaldo destinava o dinheiro recebido ao pagamento das despesas em casa, de modo a ajudar sua mãe, reforçando suas relações de obrigação mútua. Além disso, o entrevistado afirma ter começado a trabalhar com o intuito de suprir suas próprias necessidades, tais como iniciar um tratamento ortodôntico, já que a sua mãe não tinha condições de pagar. Outros batalhadores culturais que não precisam contribuir com as despesas familiares começam a trabalhar para poder suprir suas necessidades individuais imediatas. Desse modo, à medida que começam a trabalhar e se tornam mais independentes com relação à família, os batalhadores culturais incorporam novas disposições para o consumo de bens e serviços – que muitas vezes já haviam sido interiorizadas sob a forma de crenças. É o caso de Jandira, que começou a trabalhar aos quatorze anos de idade como empacotadora de velas. Ela explica que embora não passasse necessidade, ela tinha uma vida muito limitada do ponto de vista econômico, ganhava roupas e sapato apenas uma vez por ano e queria trabalhar para conquistar certa independência e poder comprar bens de consumo, produtos de marca, entre outras coisas.

Era dinheiro que eu queria comprar um relógio, sempre gostei muito de relógio, sapato, de bolsa, queria, e essas coisas é supérfluo pra uma família que vive de um orçamento. Por que acha

que meu pai vai me dá uma bolsa? Talvez é por isso que eu criei uma síndrome com bolsa, parei agora. Mas é... você, seu pai vai tirar de coisa pra te dar uma bolsa que custa R\$300 reais? Não, minha filha. Tu já tem a bolsa? Fica com a bolsa até acabar. Essas coisas que eu queria pra mim que não dava e eu também nunca gostei de ficar pedindo, detestei, sempre detestei, pedi uma vez, não deu, pronto.

Desse modo, o batalhador cultural começa a trabalhar, em muitos casos, não somente para ajudar nas despesas familiares, mas também para poder incorporar, na forma de disposições para agir, aquilo que já havia sido incorporado sob a forma de crenças, ligadas aos valores da cultura de consumo. A entrevistada lembra que, na época, queria se vestir como surfista, e embora nunca tenha praticado surfe, ela comprou com o seu primeiro salário um sapato Canon bege da marca Castor. Como mostra Slater (2002) e outros teóricos do consumo, os bens de consumo tornam-se centrais para a constituição de identidades nas sociedades modernas, sobretudo entre os jovens. Nesse sentido, é possível observar a passagem de uma unidade de consumo familiar para uma unidade de consumo individual, em determinados domínios (MCKRACKEN, 2003).

Como foi visto nos capítulos anteriores, a incorporação de disposições para o consumo depende não somente do distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais e dos ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro, mas também da posição ocupada no seio familiar e do momento no ciclo de vida, pois, ainda que ligados por relações de obrigação mútua aos familiares, muitas vezes os jovens adquirem maior autonomização com relação à família, ao começar a trabalhar, e não são os principais responsáveis pelas despesas da família.

Imersos num contexto cultural que exalta as promessas da cultura de consumo, eles podem incorporar novas disposições para o consumo e para o lazer. Isso pode ser observado também no caso de Salatiel que conta que sua condição social melhorou quando ele começou a trabalhar.

Antes de eu trabalhar, se eu quisesse ter... não sei, qualquer coisa assim que eu quisesse ter não, não, não era fácil, não, não seria fácil. Então a gente tinha que ficar implorando pra meu pai comprar e et Cetera. E depois que eu comecei a trabalhar, eu vim começando a ter meu dinheiro, aí a gente vai sabendo aquilo que a gente pode comprar, o que não pode, o que pode esperar um pouco pra comprar um pouco mais à frente, esse tipo de coisa, se torna mais independente, não depende tanto dos pais pra... adquirir algo, fazer algo, quiser sair, alguma coisa assim do tipo.

É interessante notar que, embora o entrevistado tenha adquirido novas disposições para o consumo de bens individuais, ao ingressar no mercado de trabalho, ele permanece orientando suas práticas de consumo por uma conduta ascética, exprimindo o realismo característico do *ethos* do trabalho duro, no sentido de saber identificar as situações adequadas para comprar, além do adiamento da gratificação que caracteriza o *ethos* ascético. Como vimos anteriormente, a predominância de elementos ascéticos nas práticas de consumo é mais comum entre os homens, que buscam expressar racionalidade, objetividade e prudência, característicos da constituição da identidade masculina, entre os membros dessa fração de classe. Ademais, tal orientação também parece estar ligada à nova posição ocupada pelo entrevistado no seio da família, uma vez que seu pai havia morrido recentemente e ele passou a assumir a maior parte das despesas, já que a pensão de sua mãe

ainda não havia sido liberada. Por outro lado, o entrevistado não renuncia completamente ao consumo de bens individuais voltados ao prazer e desfrute individual – como parece ser o caso entre muitos batalhadores ascéticos –, tendo comprado um celular com câmera e um perfume importado com o seu primeiro salário, exprimindo a incorporação de novas disposições para o consumo, que já haviam sido interiorizadas sob a forma de crenças.

O que eu fiz com o meu primeiro salário acho que foi comprar um celular. Risos. [...] da época, que era... tirava foto etc. Eu queria ter e meus pais nunca me deram, aí... eu comprei um celular.

Desse modo, é possível observar uma combinação complexa de elementos ascéticos e hedonistas na orientação de suas práticas de consumo, como é o caso entre os demais batalhadores. Embora já tivesse um celular, Salatiel queria um com câmera que havia sido lançado há pouco tempo, afirmando que, além da funcionalidade, queria exibir certo *status* diante dos amigos da escola, que ainda não haviam começado a trabalhar, exprimindo sua maior autonomização através do consumo de bens. Desse modo, o batalhador cultural exprime a incorporação de disposições ascéticas para o trabalho duro, ao lado de disposições hedonistas no campo dos estilos de vida – variações intraindividuais que são decorrentes de sua inserção em processos de socialização diversos e heterogêneos.

Outra característica da trajetória do batalhador cultural é a necessidade de conciliar trabalho e estudo, uma vez que eles precisam trabalhar antes e durante o curso superior, distanciando-se da trajetória mais comumente encontrada entre os membros da classe média. É importante destacar que a tensão

observada entre trabalho e estudo é somente uma das facetas dos conflitos e tensões que envolvem a trajetória do batalhador cultural, decorrentes de sua própria posição no espaço social brasileiro, caracterizada como uma *posição de fronteira*, a qual é atravessada por processos de socialização secundária heterogêneos e pela distância entre disposições para crer e disposições para agir, como veremos a seguir.

6.5 Conflitos e tensões de uma posição de fronteira

Como mostra Lahire (2002, 2005, 2006), a participação em processos de socialização heterogêneos faz com que os indivíduos estejam muito mais sujeitos a conflitos e tensões entre diferentes valores e disposições do que aqueles indivíduos que atravessam processos de socialização relativamente homogêneos. Contudo, enquanto o autor enfatiza a dimensão interindividual e intraindividual dessas tensões, é possível perceber, a partir da pesquisa de campo, a existência de conflitos que são vivenciados por todos os batalhadores culturais entrevistados, sendo característicos de sua posição de classe – ainda que vivenciados como um conflito interno entre disposições. Os batalhadores culturais entrevistados na pesquisa enfrentam diversos conflitos na ordem dos seus valores, práticas e disposições, em suas tentativas de ascender socialmente mediante o acúmulo de capital cultural, ocupando uma posição de fronteira, na qual se distanciam da trajetória comumente encontrada entre os demais batalhadores, mas ainda não conseguiram realizar sua reconversão para a classe média.

Uma das principais tensões vivenciadas pelo batalhador cultural está ligada às suas tentativas de ingressar na universidade.

Enquanto a entrada na universidade parece ser o “curso natural da vida” para muitos membros da classe média, ela constitui uma grande incerteza para o batalhador cultural, que está disposto a fazer todo tipo de sacrifício para conquistar esse acesso, entendido como importante estratégia para mudar sua condição social. As tensões envolvidas em tais tentativas são decorrentes da distância entre disposições para crer e disposições para agir, na medida em que o batalhador cultural incorpora a crença na importância de fazer um curso superior como meio de mudar de vida, sem muitas vezes ter incorporado as condições objetivas para agir no sentido da sua crença, como o capital cultural exigido, principalmente sob a forma de capital escolar. A distância entre crença e disposição para agir pode gerar nos indivíduos uma frustração temporária ou permanente, ou ainda um sentimento de ilegitimidade (LAHIRE, 2002).

Isso pode ser observado na trajetória de muitos batalhadores culturais, como é o caso de Efraim, que se sentiu frustrado diante de suas inúmeras tentativas de ingressar na Escola Naval. O entrevistado se ressentia de não ter nascido numa família rica, de não ter estudado numa escola particular e de não ter dinheiro para fazer um curso pré-vestibular, precisando readequar suas expectativas às possibilidades encontradas no curso de sua trajetória. Assim, ele trabalhou durante mais de dez anos, conseguindo obter uma promoção como soldador no estaleiro em que trabalhava, mas sempre permaneceu com essa tensão, sobretudo por observar a trajetória ascendente de seus amigos e acreditar que poderia alcançar uma melhor posição do que aquela na qual se encontrava. Somente após dez anos que havia terminado o Ensino Médio, Efraim voltou a estudar e conseguiu ingressar no curso de Música da UFPE.

É importante destacar que essa fração das classes populares recorre, muitas vezes, a estratégias conscientes, com o intuito de melhorar sua posição social. Nesse sentido, muitos batalhadores culturais afirmam optar por cursos menos concorridos, no qual teriam mais chances de ingressar na universidade. Janaína conta que quando tentou vestibular ainda não havia cotas para negros, mas se tivesse essa oportunidade, ela poderia ter optado por um curso mais concorrido. Ela só conseguiu passar no vestibular na terceira tentativa, quando teve condições de pagar um curso pré-vestibular intensivo. Nesse ano, ela passou em duas universidades públicas, para o curso de Pedagogia na UPE e para o curso de Música, na UFPE. Devido ao grande investimento que havia feito nos estudos, a entrevistada conseguiu passar num concurso público da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes para professor de música nesse mesmo ano. De modo semelhante, Erinaldo conseguiu passar no vestibular somente em sua terceira tentativa, quando começou a trabalhar como técnico administrativo numa ONG onde havia estudado, sendo admitido para trabalhar posteriormente devido ao seu bom desempenho. Ele teve condições de pagar um cursinho pré-vestibular e conseguiu a *base que precisava*, passando em duas universidades públicas e também no concurso para bombeiro militar. O entrevistado brinca afirmando que se tivesse jogado na loteria nesse ano teria ganho também, exprimindo uma disposição para a autossuperação.

Embora o ingresso na universidade seja percebido como uma grande conquista, ele constitui apenas o início do desafio, que é acompanhado por outros conflitos e tensões, tais como a necessidade de conciliar o curso de graduação com o trabalho – vivenciada por todos os batalhadores culturais entrevistados.

Como afirma Souza (2012, p. 52), “o agulhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas [...] passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental”. Desse modo, depois de passar por várias experiências de trabalho, Efraim voltou a trabalhar na padaria de sua tia, pois essa foi a única alternativa que ele encontrou para conciliar o trabalho com um curso de horário integral. Assim, embora ganhe pouco, ele consegue negociar os dias que não pode ir trabalhar, compensando suas faltas nos finais de semana e nas férias, cobrindo a folga de outros funcionários – negociação que só é possível dentro de um empreendimento familiar. O entrevistado exprime disposições ascéticas para o trabalho e para os estudos, vivenciando uma tensão entre investir em sua carreira profissional e, ao mesmo tempo, precisar trabalhar para suprir suas necessidades – encontrada entre os demais batalhadores.

A dificuldade para conciliar trabalho e estudo não é a única vivenciada pelo batalhador cultural durante o curso universitário, uma vez que muitos carregam um sentimento de destituição estatutária, sentindo que não se encontram na mesma condição que os demais estudantes, devido à sua origem social e ao seu baixo volume de capital cultural, até mesmo devido a uma base escolar precária. Salatiel foi o entrevistado que expressou de maneira mais explícita esse sentimento. Ao ser questionado se gostaria de mudar alguma coisa em si mesmo, ele responde:

Eu acho que, por exemplo, deixaria de ser mais tímido (risos). Às vezes, na faculdade mesmo eu não gosto muito de dar opinião... expressar a minha opinião etc., por vergonha, até. É, trabalhos mesmos, eu não sou muito de, não sou fã de fazer trabalho de

faculdade, e lá tem que apresentar, mas eu faço porque eu sei que vou depender daquilo. Mas eu... eu acho que seria isso mesmo assim [...] porque digamos são pessoas assim que têm ma..., bem maiores conhecimentos, alguns têm maiores conhecimentos do que eu, se de repente eu falo alguma coisa errada e aquela pessoa discorda, eu fico, vou ficar com vergonha. Aí eu procuro não muito, sou, eu uso mais o ouvido, lá.

O batalhador cultural também enfrenta conflitos e tensões nos demais domínios da prática, revelando um progressivo distanciamento com relação a alguns dos valores do *ethos* do trabalho duro, que é decorrente das influências sofridas no meio universitário e nos demais processos de socialização secundária, caracterizados pela sua heterogeneidade. Desse modo, embora o batalhador cultural tenha na família um de seus valores fundamentais e reproduza relações de solidariedade entre familiares – que são importantes para sua trajetória ascensional –, ele busca construir uma trajetória diferente da de seus pais. Nesse sentido, nenhum dos batalhadores culturais entrevistados na pesquisa tinha filhos e muitos deles alegavam explicitamente optar por não ter filhos, ou pelo menos não ter filho muito cedo, adotando uma estratégia consciente em sua tentativa de ascender socialmente, que Bourdieu (2013a) chamou de malthusianismo, ao falar da pequena burguesia francesa dos anos 1960.

Isso pode ser observado, sobretudo, no caso das mulheres que, a despeito de terem passado por uma socialização de gênero ao longo da vida que as prepara para desempenhar o papel de mãe e dona de casa, alegam não dispor de recursos, tais como tempo e dinheiro, vivenciando o conflito entre constituir uma nova família ou investir em suas carreiras profissionais,

em seu processo de autoafirmação. Nesse sentido, todas as batalhadoras culturais entrevistadas afirmam tentar construir uma trajetória diferente da mãe, distanciando-se dos valores e papéis de gênero característicos do *ethos* do trabalho duro, encontrados entre as demais batalhadoras entrevistadas. Isso pode ser observado na fala de Jandira.

Eu acho que o que eu me tornei muito diferente da minha mãe é porque eu não sou muito do lar, das coisas do lar, sou completamente, eu não sou de... comida, eu sou péssima pra cozinhar, minha mãe é assim, tipo assim, é... esse negócio de, de, do cuidado, de fulaninho, aí porque, tipo: “Dênis gosta de saladinha, não sei o que”. Aí vai comer, aí, posso tá na mesa, vou levantar pra fazer a salada dele porque ele gosta de salada. Não, comigo não, tá aqui e cabou, então eu acho que isso, eu acho que eu não herdei dela esse lado assim, é, talvez de agregadora e ao mesmo tempo de cuidado, da coisa peculiar da mulher, da casa... não, não herdei mesmo, sou totalmente diferente.

A “opção” pela carreira profissional indica uma mudança nos valores da batalhadora cultural com relação aos papéis comumente atribuídos à mulher, entre os membros das classes populares, diretamente ligados à ideia de maternidade, de cuidados com a casa, priorizando os interesses da família, em detrimento de seus interesses individuais. Isso pode ser observado também no caso de Janaína, que afirma ter decidido não ter filhos para poder suprir as próprias necessidades individuais e manter o seu padrão de consumo e estilo de vida, exprimindo certo distanciamento com relação à disposição para o sacrifício individual.

O meu padrão de vida, o meu padrão de vida melhorou né? Mas, por exemplo, eu tive que escolher entre um filho e um carro, entendeu? Se eu tivesse um filho com o salário que eu

ganho, eu não podia ter o padrão de vida que eu tenho hoje, entendeu? Eu não podia viajar, eu não podia trabalhar numa área que, como eu trabalho com cinema também, fazendo documentários, eu não podia investir nessa área, com o dinheiro que eu tenho. Eu ia tá trabalhando em, em, eu ia ter trabalhado de manhã, de tarde e de noite, pra poder ter o padrão de vida que eu tenho hoje, entendeu? Então assim de poder viajar, de poder sair, de poder frequentar restaurante, de poder sair pra dançar, é... de ir pro cinema, de manter meu carro, entendeu? Se eu tivesse um filho eu não ia poder ter esse padrão de vida.

A decisão de Janaína por não ter filhos parece estar ligada não somente à falta de capital econômico para manter o estilo de vida almejado, como também um conflito entre dedicar seu tempo a si mesmo ou a outrem, indicando a incorporação de uma disposição para afirmação de uma singularidade própria, característica do processo de autoafirmação, que pressupõe um relativo desenraizamento e distanciamento com relação à disposição para o sacrifício individual, encontrada entre os batalhadores ascéticos entrevistados. Por outro lado, apesar de não ter constituído uma nova família, Janaína permanece fortemente ligada à família de origem, por relações de obrigação mútua (SARTI, 1994). Ela mora com a mãe e assume a maior parte das despesas em casa, além de tentar prover-lhe algum conforto – levando-a de carro para o trabalho e para a hidroginástica sempre que pode – e participar da criação dos sobrinhos. Ademais, fortemente influenciado pelo estilo de vida das classes dominantes, o batalhador cultural se distancia crescentemente do *ethos* ascético articulado à ética do sofrimento, na orientação de suas práticas de consumo e atividades de lazer. É possível perceber na fala de Janaína a incorporação de uma orientação hedonista, a partir da qual a entrevistada critica a

ideia de sacrifício implícita no valor ascético do trabalho, questionando o adiamento da gratificação.

Eu também acho que a gente trabalha demais, pra falar a verdade, eu acho um absurdo que as pessoas tenham que trabalhar oito horas por dia, porque a hora, o momento da gente viver é esse, quando a gente é jovem, por que quando a gente é jovem tem que se lascar de trabalhar, pra quando for velho poder descansar? Que lógica é essa? Podendo aproveitar a vida, você vai aproveitar a vida velho? Aí quando você tá velho começa a aparecer um monte de problemas e você vai ter que cuidar da sua saúde, você não vai poder mais fazer as coisas que você fazia enquanto você era jovem. Mas quando você era jovem, você não pode fazer aquilo, porque você tava trabalhando, então assim a gente tá criando uma sociedade extremamente é... estressada, que só vive pro trabalho, só vive, que, que, não tem, não tem oportunidade de estudar, porque você vê, eu to estudando, mas eu to perdendo sabe? Eu tenho um desconto no meu salário de, a minha gratificação pelo exercício, pela função de coordenadora educacional, eu perdi.

Janaína tirou uma licença no trabalho para poder fazer o mestrado em Educação, mas explica que perdeu sua função de coordenadora educacional e a gratificação correspondente, de modo que precisará voltar para sala de aula quando terminar a licença e levará cerca de quatro anos para recuperar o “dinheiro perdido”. Ela acredita que o esforço do trabalhador para se qualificar não é compensado. Além disso, é importante destacar uma mudança com relação aos valores característicos do *ethos* do trabalho duro e um conflito decorrente da distância entre a crença na importância do prazer, cujo modelo corresponde à arte de viver das classes dominantes, e as disposições para agir, ou seja, as condições objetivas para assegurar esse prazer no presente. Embora o batalhador cultural incorpore a crença

na importância das atividades esportivas e de lazer, ele não dispõe de tempo livre para se dedicar a essas atividades, uma vez que precisa trabalhar muito para alcançar o padrão de vida almejado. Nesse sentido, apesar de Janaína reproduzir um discurso do prazer, afirmando a necessidade de aproveitar a vida enquanto se é jovem, ela teve um problema de saúde alguns meses antes da entrevista – queda dos cílios –, ocasionado por estresse, devido ao acúmulo de trabalho.

Em alguns casos, esse conflito entre crenças e disposições para agir faz com que o batalhador cultural se sinta frustrado pela falta de tempo livre para fazer o que gosta ou mesmo para investir em sua carreira profissional – conflito este que não parece ser vivenciado do mesmo modo, pelo menos não na mesma intensidade, pelos batalhadores ascéticos, cujas práticas e disposições são fortemente orientadas pelo *ethos* do trabalho duro, reforçado por uma ética do sofrimento. Esse conflito entre a interiorização de uma orientação hedonista que prega o prazer e a falta de recursos – tais como capital econômico e tempo livre – para se dedicar àquilo que gosta é vivenciado pela maioria dos batalhadores culturais, que precisam trabalhar muito para manter o seu padrão de vida e fazem um grande esforço para conseguir acompanhar o curso universitário. No entanto, muitos deles acreditam poder alcançar uma vida melhor no futuro, através de sua dedicação aos estudos, reforçando suas disposições ascéticas para os estudos e para o trabalho, além de exprimir disposições para autossuperação.

Não dispondo desses recursos no presente, os batalhadores culturais investem em estratégias de ascensão social a longo prazo, contando com o tempo como um recurso fundamental para isso. Esses conflitos e tensões parecem indicar também

que o trabalho não constitui a principal esfera para constituição da identidade do batalhador cultural. Como mostra Lahire (2002), a identidade individual é resultante da participação e do cruzamento dos diferentes processos de socialização e contextos sociais. Nesse sentido, vale destacar também o papel assumido pelos bens de consumo na constituição dessas identidades (CANCLINI, 1995; SLATER, 2002). Também é possível observar um distanciamento do batalhador cultural com relação à ética do sofrimento, característica do *ethos* do trabalho duro e, de modo geral, com relação a uma esfera moral religiosa de orientação mais ascética, em direção a uma orientação hedonista que permite a incorporação de novas disposições para o consumo e a adesão a práticas de consumo e atividades de lazer características das classes dominantes.

Esse distanciamento pode ser observado sobretudo entre aqueles batalhadores culturais que são religiosos, mas se afastaram da Igreja ou pelo menos de alguns de seus valores e práticas religiosas, a partir da interiorização de novas crenças, em processos de socialização heterogêneos, como é o caso do ingresso na universidade. Salatiel é de família evangélica, mas afirma estar um pouco afastado da Igreja. Além de não dispor de tempo para participar das atividades da Igreja como antes, o entrevistado interiorizou novas crenças e valores, devido à aquisição de novas competências culturais e políticas, que orientam alguns dos posicionamentos e opiniões do entrevistado, os quais eram informados pelo *ethos* antes. Ele conta que mudou sua opinião sobre o aborto e outras questões depois de participar de alguns debates na universidade. Esta mudança provocou certa tensão com relação às crenças religiosas do entrevistado, que parece ter dúvidas sobre seu atual pertencimento religioso.

Assim, minha família é evangélica, boa parte dela é evangélica, então eu nasci mais ou menos nesse meio. No momento, eu acho que talvez eu não me considere evangélico, eu to um pouco afastado, mas assim eu frequento a Igreja, principalmente nos domingos, que é o dia que eu tenho tempo. Mas assim eu não pretendo nem ir pra outra religião nem desacreditar em Deus não. É só assim meio que um foco meu, tem aquele, aquele momento que a gente tá mais focado em Deus ou aquele momento que a gente... pouco, deixa de lado por outras preocupações.

É possível observar certo desenraizamento com relação à condição de origem, pressuposto em todo processo de autoafirmação. É certo que tal processo não conduz a um distanciamento com relação à religião em todos os casos. Como foi dito anteriormente, a influência exercida por qualquer processo de socialização secundária na incorporação de novas disposições depende do momento da biografia individual, da forma como as novas crenças são interiorizadas e da possibilidade de atualização dessas disposições em diferentes contextos sociais. Desse modo, enquanto Salatiel se distanciou da Igreja depois de entrar na Universidade, Efraim, que ingressou na faculdade tardiamente, parece orientar suas práticas pelas disposições duravelmente instaladas desde a socialização familiar, que são reforçadas pela religião e pelo grupo de amigos da Igreja. Contudo, também é possível observar mudanças na ordem dos valores e disposições do entrevistado. Efraim afirma que, quando decidiu parar de estudar, tentava se convencer de que tudo que precisava para ser feliz era ter uma casa e uma família, mas hoje ele considera mais importante investir em sua carreira profissional e também posterga seu desejo de constituir uma nova família.

Portanto, embora tenham sido socializados dentro de um rigor ascético e incorporado disposições ascéticas para o trabalho e para os estudos no seio da socialização familiar, os batalhadores culturais tendem a se distanciar de alguns dos valores que constituem o *ethos* do trabalho duro, em direção à uma visão de mundo mais hedonista, expressa em determinados subespaços simbólicos, influenciados pelo estilo de vida das classes dominantes. Desse modo, diferentemente do batalhador ascético que permanece orientado por uma moral do dever e não se permite expressar a falta, manifestando uma atitude de suspeita ou até mesmo de culpa com relação ao lazer e ao agradável, o batalhador cultural parece se aproximar de uma moral do prazer, ancorando-se numa nova ética do consumo, de modo a expressar seu processo de autoafirmação. Isso pode ser percebido sobretudo nas atividades de lazer e práticas de consumo que caracterizam seu estilo de vida. Assim como no caso dos demais batalhadores hedonista, tal orientação só é possível mediante ajustes entre disposições e valores do *ethos*, envolvendo conflitos e tensões próprias do processo de autoafirmação, que visam legitimar as novas práticas de consumo através da longa jornada de trabalho e estudo enfrentada ao longo da trajetória, de modo que tais práticas parecem encaradas como recompensa – apesar das especificidades assumidas por esse processo, possibilitadas pelo acúmulo de capital cultural considerado legítimo.

6.6 Pretensão cultural e orientação para o prazer

As práticas de consumo e atividades de lazer do batalhador cultural se diferenciam do demais batalhadores devido ao maior

volume de capital cultural que caracteriza essa fração de classe e possibilita que ela seja mais bem-sucedida na apropriação dos bens de consumo e práticas culturais consideradas legítimas, fortalecendo a eficácia da pretensão cultural (BOURDIEU, 2013a). A participação em processos de socialização heterogêneos e a relação com membros de outras classes sociais também influencia as práticas de consumo cultural dos membros dessa fração de classe. Nesse sentido, muitos deles afirmam ir ao teatro, ao cinema, a shows e concertos musicais. Janaína frequenta o teatro desde a infância, incentivada pela sua família, exprimindo um pequeno volume de capital cultural, já em sua posição de origem. Além disso, o fato de ter um grupo de amigos do meio artístico e desenvolver trabalhos com audiovisual possibilita a Janaína participar de diversas atividades culturais que reivindicam um posto de contracultura, como assistir a peças de teatro domiciliar. No momento da entrevista, ela afirmou ter ido ao teatro pela última vez há dez dias.

Eu fui assistir Meu pezinho de galinha, que é uma proposta de... é uma proposta de teatro diferenciada. É... teatro dentro de casa, bem bacana. [...] Aí o filme [peça] foge, né, dessa coisa do, do, dos grandes espetáculos, do muito dinheiro pra financiar, e você não deixa de fazer né?

É possível observar que a entrevistada reivindica certo lucro simbólico por acompanhar práticas culturais consideradas diferenciadas, justamente pelo seu caráter contracultural. Além disso, como afirma Bourdieu (2013a) e teóricos do consumo como Mckracken (2003), as práticas e bens de consumo assumem um caráter distintivo devido à sua raridade, no sentido de ser pouco acessível à maioria dos membros da sociedade. Nesse sentido, o batalhador cultural busca lucros simbólicos

em práticas de consumo cultural que são pouco acessíveis aos membros das classes populares e até mesmo a uma fração das classes dominantes, caracterizada principalmente pelo seu volume de capital econômico. É certo que, em alguns casos, é possível observar erros de avaliação na adesão a práticas culturais menos legítimas. É o caso de Jandira, por exemplo, que afirma ter ido ao Teatro Guararapes assistir a uma comédia de Tiririca. No entanto, a maioria dos batalhadores culturais entrevistados afirma frequentar teatros considerados mais distintivos, como o Teatro Santa Isabel. É válido ressaltar, no entanto, que a participação de alguns batalhadores culturais entrevistados em atividades culturais consideradas *distintivas* está relacionada à sua posição no mercado e, mais especificamente, às suas tentativas de se estabelecer em ocupações relativamente novas, diretamente ligadas ao campo de produção artística e cultural, como é o caso dos profissionais da música. O caso de Janaína ilustra bem isso. A entrevistada é professora de música de nível secundário e coordenadora educacional da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, realizando também trabalhos com audiosvisual.

Ó, na verdade, eu atuo numa área muito difícil, que é a arte né? É música, então assim, esse reconhecimento da importância da música na educação é uma coisa que tá sendo construída ainda, porque é [de] 2010 a obrigatoriedade do ensino da música nas escolas de educação básica de todo o Brasil. É, essa previsão pra implementação, o tempo pra implementação já se esgotou e... a gente tem doze professores na rede e tem 140 escolas, a gente tá assim... eu to, eu escutei coisas absurdas até março de pessoas que eu, de gente que eu, que, que você, de educadores, tipo assim: “eu espero que não abra concurso pra professor de música porque é muito complicado administrar

essa disciplina na escola”. Sabe? E eu ter que dizer: “eu não sei se eu choro ou se eu fico rindo com o que você falou, porque pra mim é de uma extrema, eu fico extremamente penalizada pelo fato de você não ter estudado música, não ter tido oportunidade de estudar música na sua escola, por isso que você hoje tem esse discurso, porque se você tivesse estudado música, tinha feito, você não era a pessoa que você é hoje”. [...] E assim, ninguém, quase ninguém tem consciência do que é música, da importância da educação musical e a música entra num momento em que, é... ela tem que dividir a carga, ela é um conteúdo de arte, então ela tem que dividir com artes visuais, teatro e dança, sendo que ela é um componente obrigatório, os outros não são, entendeu?

Nesse sentido, os batalhadores culturais musicistas precisam fazer um grande investimento na aquisição de competências culturais específicas, buscando estabelecer, inclusive, seu campo profissional. Janaína afirma que costuma viajar para assistir a shows e festivais de cinema, mas essas programações não são meras atividades de lazer, já que são importantes para sua atuação profissional. Em matéria de leitura, a maioria dos batalhadores culturais entrevistados costuma ler livros relacionados à sua área de atuação profissional, devido à falta de tempo e à necessidade de dar conta de uma bibliografia especializada. Janaína afirma que, no momento, está mais focada em leituras sobre metodologia para seu projeto de mestrado, mas afirma gostar de ler desde cinema negro até ficção científica. É interessante notar que, embora a entrevistada busque exprimir certo ecletismo em suas práticas de leitura – que se aproxima de uma orientação encontrada por Bourdieu (2013a) entre as classes dominantes –, ela não possui as condições objetivas para estabelecer uma relação lúdica com a leitura, como é

o caso da classe média, orientando seu tempo para as leituras consideradas obrigatórias.

É possível observar a aquisição de competências culturais que permitem ao batalhador cultural avaliar os livros de literatura a partir da identificação de um gênero específico, distanciando-se das avaliações mais comuns entre os demais batalhadores, que tendem a aplicar os esquemas do *ethos*, fazendo um julgamento ético acerca do conteúdo do livro – embora esse tipo de avaliação também apareça entre aqueles batalhadores culturais que detêm menor volume de capital cultural considerado legítimo. Os batalhadores culturais também costumam ir ao cinema com maior frequência do que os demais batalhadores. Além disso, muitos deles gostam de assistir a filmes que estão fora do grande circuito de produção, os chamados “filmes de arte” e buscam fazer um julgamento estético, acerca *da forma do filme, do enredo*, em detrimento de seu conteúdo – como é geralmente o caso entre os demais batalhadores. Desse modo, é possível perceber a aquisição de competências culturais que possibilitam certo distanciamento com relação ao *ethos* na orientação das práticas de consumo cultural. Mesmo aqueles batalhadores culturais, cujos gostos permanecem mais próximos do estilo de vida popular, passam por mudanças na ordem dos seus valores e das suas práticas culturais, distanciando-se, em alguma medida, do *ethos* do trabalho duro. É o caso de Erinaldo, cujas competências culturais adquiridas em sua formação estão mais ligadas ao ensino de matemática. Ele não incorporou uma disposição forte para a leitura e afirma que seu gosto musical se aproxima mais do *povão*, exprimindo uma preferência por forró e pagode. O entrevistado também afirma que gosta de assistir

comédia romântica e filmes que deixam uma mensagem no final. Ele afirma que o último filme que assistiu no cinema foi *Bata antes de entrar, com Keanu Reeves*.

Embora Erinaldo faça um julgamento ético característico do gosto popular, o entrevistado adquiriu novos valores e disposições, orientados para o prazer, que o aproximam de algumas práticas culturais características das classes dominantes, como viajar, considerada pelo entrevistado como uma *nova necessidade* devido ao estresse vivenciado, sobretudo, no ambiente de trabalho. Nesse sentido, Erinaldo considera fundamental viajar pelo menos uma vez por ano, para fugir do estresse da sua rotina, exprimindo a incorporação de disposições para o lazer, que foram possibilitadas não somente pelo distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, mas também pelo distanciamento com relação ao *ethos* ascético, articulado à noção de sacrifício e sofrimento e estendido aos diversos domínios da prática, no caso dos batalhadores de orientação mais ascética.

Isso não quer dizer que os batalhadores culturais se distanciem completamente do *ethos* do trabalho duro, mas que eles passam a adotar orientações diversas nos diferentes domínios, à medida que alcançam uma maior autonomização com relação às condições materiais da existência, exprimindo uma orientação mais ascética no mundo do trabalho, que é recompensada pela adoção de uma postura mais hedonista, no campo dos estilos de vida. Além disso, assim como os demais batalhadores hedonistas, essa prática ainda é legitimada, em grande medida, por referência ao *ethos* do trabalho duro, recorrendo, para tanto, a uma *retórica do trabalho duro*, segundo a qual tais atividades são necessárias e merecidas por conta da rotina

estressante e extenuante de trabalho e dos sacrifícios vivenciados ao longo da vida.

I: É, porque a gente assim, a gente faz as coisas, graças a Deus, pelo menos, acho que pelo menos uma vez no ano, a gente tá viajando né Luciana? Pelo menos uma vez no ano.

Esposa: Eu acho que é o correto, não, diga se, você trabalha tanto, tudinho, poxa, viajar nem que seja uma vez no ano ou dois já... já ajuda. E o trabalho dele é super estressado, ele não sabia nem o que era viajar, quando eu dei de presente a ele, no aniversário dele, foi a gente ir pra Fortaleza, aí... [...] ele não queria ir de forma nenhuma. Eu: “vai menino, vai”. Ele: “não, não”. Eu: “menino, já paguei tudo e tu vai dizer que não vai. Óa, eu só sei que ele foi, se divertiu tanto, quando ele voltou, ele encontrou um amigo dele lá do quartel, aí ele: oia, eu juro que eu precisava disso, que eu tava muito estressado, foi a melhor coisa que eu fiz”. Eu: “oia, tá vendo, que triste, não queria ir” (risos).

I: É muito bom, viajar é muito bom, muito bom mesmo.

A adesão a novas práticas voltadas ao prazer e desfrute individual parece, portanto, possibilitada por meio de um ajuste com relação ao *ethos* do trabalho duro, em que o trabalhador cultural recorre a uma retórica do trabalho duro, percebendo tais práticas como recompensa pelo seu trabalho. No caso de Erinaldo, que incorporou disposições ascéticas em sua socialização familiar, o casamento foi fundamental para a incorporação de novas disposições para o consumo. A influência da esposa torna-se central para a incorporação de disposições hedonistas pelos homens, na medida em que a construção da identidade masculina passa pela adoção de um discurso da racionalidade, de objetividade, que implica em ter controle sobre os gastos, o que é reforçado muitas vezes pela posição que ocupam no seio da família como provedores, como é o

caso de Erinaldo. Já as mulheres ocupam uma posição na qual ficam encarregadas por várias das práticas de consumo da família, tais como arrumar a casa, comprar móveis, as roupas do marido e dos filhos, cuidados com a saúde e bem-estar dos familiares, além dos cuidados pessoais com o corpo e a beleza, o que reforça a constituição de uma identidade feminina fortemente ligada ao consumo de bens.

Todos os batalhadores culturais entrevistados afirmam gostar de viajar e viajariam mais, se tivessem recursos para isso. Mesmo aqueles batalhadores culturais que não possuem as condições materiais, incorporam disposições sob a forma de crenças e desejos por bens de consumo, serviços e experiências, como pode ser percebido na fala de Salatiel.

Eu quero muito ter um plano de saúde, se eu for colocar um plano de saúde de onde eu trabalho, é muito caro, vai fazer falta no final do mês. Quero... por exemplo, dá melhores condições à minha mãe. Sair, poder viajar, tenho vontade de conhecer o Brasil, de viajar pra fora.

Assim como os demais batalhadores hedonistas, o batalhador cultural se permite expressar a falta e o desejo por bens de consumo e serviços. Além disso, é possível observar entre os membros dessa fração de classe a convivência de disposições para o consumo voltadas para a família – resultante das relações de obrigação mútua entre familiares e da incorporação de uma disposição para o sacrifício individual – ao lado de disposições hedonistas, cuja unidade de consumo se concentra no indivíduo. Nesse sentido, muitos batalhadores culturais entrevistados expressaram o desejo de melhorar sua posição social para poder dar uma vida melhor aos pais e outros familiares. Por outro lado, eles também incorporam novas disposições

para o consumo de bens individuais, como roupas, sapatos etc., exprimindo mudanças na ordem do seu estilo de vida, em seu processo de autoafirmação.

É interessante notar que os batalhadores culturais gostam de comprar objetos que expressem o seu maior volume de capital cultural, tais como livros, discos, quadros, filmes e séries, buscando obter lucros simbólicos a partir da acumulação de capital cultural objetivado. Muitos deles afirmam ter comprado bens como um computador com o seu primeiro salário. É possível observar uma busca por lucros simbólicos pela maneira como esses bens são dispostos no espaço da casa, à mostra, em prateleiras que preenchem os cômodos, como salas e quartos. Alguns deles exibem num lugar de destaque uma réplica da placa de formatura. Janaína mora com a sua mãe num apartamento de dois quartos, que compraram há cerca de oito anos na Estrada dos Remédios. Sem muito espaço para acomodar suas coisas, ela construiu uma espécie de mezanino em seu quarto com uma cama japonesa em cima e um pequeno sofá embaixo, ao lado de diversas prateleiras com CDs, filmes e livros, como uma espécie de “puxadinho estilizado” – a partir do qual exprime a aquisição de competências culturais consideradas legítimas, bem como algum domínio sobre as tendências em arquitetura e decoração de interiores. Embora muitos batalhadores culturais considerem suas casas pequenas⁴, é possível observar que estas se constituem como espaço de fruição, ambiente de descanso e lazer, lugar para receber amigos e confraternizar e também como espaço de estudo e trabalho. Desse modo, eles valorizam um ambiente tranquilo e silencioso.

4 Este foi o principal adjetivo utilizado por esta fração de classe para definir suas casas.

Erinaldo e sua esposa se mudaram do bairro em que moravam desde a infância, em Paulista, e compraram um apartamento na Cidade Universitária. Boa parte de suas atividades de lazer ocorrem em casa, tais como assistir filme, jogar no computador, escutar música e descansar, por isso buscaram equipá-la de modo confortável e aconchegante.

Bom, minha casa é um apartamento, tem 64m², possui um... eu digo que é terraço, mas é uma varanda (risos). Uma varandazinha que é a parte que mais ventilada da casa, porque o resto é um pouquinho quente, tem dois quartos, sendo um suíte, certo? É um ambiente tranquilo, certo? Que vive minha esposa e o cachorro, Nick, muito tranquilo mesmo, muito tranquilo, tanto é que de fundo, se a gente parar pra ouvir, tem o som de passarinho.

A esposa do entrevistado se sentiu aliviada por se mudar para um bairro em que seus vizinhos não escutam *bregas feiosos*, exprimindo a busca de distanciamento com relação ao mundo de origem, característica de seu processo de autoafirmação. A casa pode ser percebida também como um bem distintivo, a partir do qual os entrevistados buscam exprimir sua nova posição social e se diferenciar dos demais membros das classes populares. Depois que adquiriu sua casa através do programa habitacional do Estaleiro Atlântico Sul – em parceria com o Programa Minha casa, minha vida – a família de Efraim busca orientar a escolha dos móveis e decoração da casa de acordo com as novas tendências da moda, observando a casa de parentes que possuem uma melhor condição social. No momento da entrevista, a mãe de Efraim, principal responsável pelo cuidado e decoração da casa, queria comprar uma televisão de 44 polegadas e instalar na parede da sala, pois, segundo ele, fica *mais*

chique, mais arrumada e impressiona pra quem chega. É possível observar o distanciamento de uma lógica da necessidade no que se refere ao consumo de bens duráveis, em favor da adoção de critérios simbólicos que, no caso da mãe de Efraim, parece articulada por uma teologia da prosperidade, que possibilita a legitimação de práticas de consumo orientadas para o prazer (MESQUITA, 2007).

A busca por benefícios simbólicos na arrumação e disposição dos móveis também pode ser observada na casa de Janaína, que passou por uma reforma recentemente, na qual se trocou a estante da sala por uma cristaleira, onde ficam expostas as taças e a louça.

E aí a ideia da, da cristaleira foi minha também, a fim de me livrar da estante, porque eu não aguentava mais, eu tinha que beber vinho todo dia (risos), pra poder manter as taças limpas (risos). Aí, enfim, aí eu sugeri, porque também eu achava um negócio muito quadrado, tava cheia, vamos mudar um pouquinho. Aí ela escolheu, foi e encomendou a cristaleira, dizendo o que ela queria, qual aspecto ela queria, disse o que ela queria e eu que arrumei assim. E aí... aqui também foi ela que escolheu, ela queria, a gente queria mudar o canto da televisão, eu queria botar na parede, mas aí ela não queria chumbar a parede, porque isso é porcelanato, ia ser ruim [...] aí ela escolheu, aí sugeri que a gente comprasse um pé de máquina [de costura], que achava bonito, que ela gosta de coisas antigas, ela gosta de coisa de madeira, que remete essa coisa antiga e tal, aí a gente achou essa, que é super rara, inclusive, é um modelo da Singer de cem anos.

É importante destacar um distanciamento com relação ao discurso da necessidade, característica do *ethos* do trabalho duro, na orientação do consumo de mobiliário em direção à incorporação de uma ética do prazer, que orienta as escolhas de

consumo a partir de uma busca por bem-estar e pela expressão de um determinado gosto, característico de seu estilo de vida. A entrevistada reivindica o caráter distintivo de seu mobiliário, enfatizando a raridade e antiguidade de alguns objetos, bem como o modo de aquisição, já que a máquina de costura foi comprada em um antiquário. Além disso, através de brincadeiras, Janaína revela à pesquisadora um hábito de beber vinho, que também reivindica um caráter distintivo, por se tratar de uma prática comumente associada aos membros das classes dominantes. De modo semelhante, é possível observar uma mudança no âmbito das práticas alimentares entre os batalhadores culturais, que exprimem certa tendência de racionalização, orientando seu consumo por uma busca de alimentos saudáveis – num domínio que permanece fortemente orientado por disposições duravelmente instaladas ao longo do tempo entre os demais batalhadores. Isso pode ser observado na fala de Salatiel:

Comer bem é você, por exemplo, no café da manhã, é... para ali, ou na sua casa ou seja lá no trabalho, não, não ficar comendo besteira, tá substituindo refeição, tem gente que substitui o almoço pra comer uma coxinha com refrigerante, isso não é comer bem. Ultimamente eu não gosto disso, eu não faço isso. Eu procuro realmente almoçar um almoço, uma comida, gosto de frutas, se tiver verdura ali eu vou e coloco. Prefiro suco ao invés de refrigerante, mas se for refrigerante tudo bem. Eu penso assim no meu futuro, penso em ser uma pessoa saudável, eu me preocupo com isso.

Embora o discurso sobre a necessidade de ter uma alimentação saudável tenha se difundido entre diferentes classes e frações de classe da sociedade brasileira, como é possível observar entre os demais batalhadores entrevistados – além

dos membros das classes dominantes –, nem todos possuem as condições – materiais e disposicionais – para incorporar novos hábitos alimentares. Há uma crescente tendência de racionalização das práticas alimentares entre os batalhadores culturais, expressas como uma preocupação com o corpo e com a saúde, que é possibilitada pelo maior acesso à informação e também pode ser percebida como uma nova estratégia de distinção, através da qual essa fração de classe exprime seu maior volume de capital cultural, buscando assegurar ou valorizar sua posição social, na medida em que se aproximam da classe média, detentora de capital cultural. Nesse sentido, alguns informantes afirmam ter preferência por alimentos orgânicos, comprar produtos integrais ou frequentar lojas de produtos veganos – embora nenhum dos informantes tenha se tornado vegetariano –, o que também exprime certo montante de capital econômico, na medida em que tais produtos costumam ser mais caros e menos acessíveis aos membros das classes populares. Ademais, é possível perceber uma maior tendência de estilização no preparo das refeições, como, por exemplo, a orientação de harmonizar as cores de uma salada, adquirida por Janaína:

Eu gosto de cozinhar assim, esporadicamente, eu cozinho, tipo, uma vez, duas vezes na semana, sabe? É... mas gostar de fazer aquela coisa, feijão com arroz todo dia, também não gosto, gosto de fazer, preparar salada, descobri que salada não é você botar todo, toda, todos legumes que você tem na geladeira, sabe? Todas as verduras, fazer salada não é isso, é, fazer salada, inclusive, pra mim, tem uma harmonia das cores, tem a salada verde, tem a salada com tomate, tem a salada que leva o, o, a beterraba, gosto de botar amendoim, castanha, na salada, de vez, eu quero misturar, acho que uma salada não pode ter mais de cinco coisas, porque senão perde o gosto, é...

a comida da gente é integral aqui em casa, é, é, muito voltada pra uma comida mais natural e tal, então assim, o molho de tomate é natural, os temperos que a gente usa, também é mais, é alho, cebola...

Essa estilização no âmbito das práticas alimentares é possibilitada não somente por um maior distanciamento com relação ao mundo das necessidades materiais, mas também pela maior influência exercida pelo estilo de vida da classe média. Na medida em que o batalhador cultural atravessa processos de socialização secundária mais heterogêneos, ele tem maior acesso a pessoas de diferentes grupos e classes sociais e sofre maior influência do seu estilo de vida. A entrevistada afirma que adota novas receitas e modos de preparo das refeições a partir da observação das práticas de amigos e que algumas vezes repassa tais orientações para a sua mãe. Ademais, é importante destacar o maior acesso a receitas e informações sobre alimentos através de sites da internet, sobretudo no caso das mulheres, que acessam sites da internet para aprender novas receitas. Embora a prática de cozinhar continue sendo uma atribuição das mulheres, algumas batalhadoras culturais entrevistadas afirmam perceber essa prática como um *hobby*, algo que fazem algumas vezes na semana, indicando uma mudança nos papéis de gênero no interior dessa fração de classe.

Do mesmo modo, todos os batalhadores culturais entrevistados costumam sair para comer fora com familiares e amigos, indicando uma mudança no padrão de sociabilidade entre os membros dessa fração de classe, sobretudo entre os mais jovens. Enquanto os demais batalhadores percebem esses passeios como uma oportunidade para evitar o trabalho doméstico, os batalhadores culturais destacam os benefícios simbólicos

associados à prática de comer fora, tais como provar pratos diferentes, desfrutar de novos ambientes e ter experiências gastronômicas, indicando uma disposição para o novo, característica dessa fração de classe que busca ascensão social através do acúmulo de capital cultural. Salatiel afirma que gosta de pedir pratos que não conhece quando vai a restaurantes, tais como rodízio de sushi, exprimindo uma disposição para o novo que é também característica dessa fração de classe.

Eu me interesso até por conhecer esses pratos diferentes. Às vezes o pessoal faz: “ah, tu vai comer esse negócio aí nojento, não sei quê”, mas eu peço, às vezes, sem saber o que é, só pra ver o que é e ver se eu vou gostar.

De modo semelhante, ao ser questionada se gostaria de comer algo diferente se tivesse condições, Janaína afirma que só não comeu aquilo que ela não conhece ainda, destacando que o acesso a pratos diferentes não depende somente de recursos financeiros, mas sobretudo do acesso ao conhecimento (capital cultural), além de acesso a diferentes pessoas e lugares (capital social). Ademais, a incorporação de novas disposições para o consumo nos diferentes domínios da prática está diretamente ligada a uma mudança no padrão de consumo segundo a qual os indivíduos estão mais expostos às promessas e valores ligados à cultura de consumo e gastam mais tempo se informando sobre os produtos (MCKRACKEN, 2003). Nesse sentido, muitos batalhadores culturais afirmam conhecer novos produtos pela internet, fazer pesquisas e comprar desde roupas e sapatos até eletrônicos e bens duráveis por esse meio. Assim como observado entre os demais batalhadores hedonistas, parece haver certo deslocamento da unidade de consumo da família para o

indivíduo, característico de seu processo de autoafirmação, que implica sempre algum tipo de desenraizamento com relação ao pertencimento familiar e à condição de origem, exprimindo uma disposição para a afirmação de uma singularidade própria, através do consumo de bens. Portanto, à medida que conquistam uma maior autonomização com relação às condições materiais e à família, os batalhadores culturais buscam realizar seus desejos de consumo e suas necessidades imediatas através da incorporação de disposições hedonistas para o consumo de bens individuais.

A incorporação de novas disposições para o consumo pode ser observada, sobretudo, no caso das mulheres, que buscam assegurar sua posição no mercado matrimonial e no mercado de trabalho através da apropriação de bens de consumo, diante da sua dupla desvantagem no espaço social brasileiro. Nesse sentido, a constituição de identidades femininas permanece dominada por signos e bens de consumo também entre as batalhadoras culturais entrevistadas, que afirmam ter uma preocupação com a aparência e usam seu dinheiro para comprar roupas, sapatos, acessórios e maquiagem. Algumas delas apresentam uma fraca disposição para a poupança, como é o caso de Jandira.

Hoje eu tenho uma renda estável, só não sou uma pessoa equilibrada economicamente. Não sou equilibrada economicamente porque eu mesmo, vamos dizer assim, eu me, hoje eu já tô fazendo uma outra contração de, justamente, de saneamento e de reconstrução da economia, porque o que eu acho que eu ganho não é ruim, mas ao mesmo tempo eu me perdi gastando muito em besteira, tipo, dois mil em bolsas assim, entendeu? Compra uma, aí depois compra outra, compra outra, aí você tá devendo dois mil em bolsa, dois mil reais em bolsa.

Embora reconheça a necessidade de ter um maior controle sobre seus gastos, a entrevistada afirma, por outro lado, ter uma preocupação com a sua aparência devido à posição social que ocupa, como advogada, orientando seu consumo de vestuário, maquiagem e acessórios a partir de uma busca por lucros simbólicos. Nesse sentido, Jandira frequenta o salão de beleza toda semana para fazer a unha e escovar o cabelo, com um gasto mensal que varia entre R\$100 e R\$320 reais, dependendo do salão frequentado.

Aí uma preocupação maior com, com a aparência, pra quando você chegar no Fórum, porque se depender de você chegar no Fórum toda descabelada minha filha, você vai passar o dia todo lá e ninguém vai nem pegar um processo pra você, porque o pessoal te ignora, infelizmente o pessoal é muito rótulo. Se você chegar lá sem um estilozinho, o pessoal ignora você, passa, passa o dia todo e você fica lá no balcão e as pessoas não, eles não, eles não lhe dão atenção. Infelizmente, eles ainda são muito rótulo.

Se os bens de consumo são considerados fundamentais para a constituição de identidades nas sociedades modernas, eles assumem uma importância central numa sociedade profundamente desigual como a brasileira, em que na ausência de garantias que assegurem o valor da igualdade fundamental entre as pessoas, os bens de consumo atuam como senhas do reconhecimento social. Na medida em que os bens de consumo tornam-se os signos privilegiados para exprimir uma posição e buscar reconhecimento social, as batalhadoras culturais fazem um grande investimento em vestuário e produtos cosméticos. Isso é válido sobretudo para as mulheres negras, cuja posição no espaço social é marcada por uma dupla desvantagem, devido à sua cor e origem social, tanto no mercado matrimonial quanto

no mercado de trabalho, ainda quando elas detêm um maior volume de capital cultural. Nesse sentido, essas batalhadoras culturais buscam se apropriar de bens de consumo considerados distintivos, tais como roupas de marca, cujos produtos exclusivos e de maior custo exprimem sua posição social e seu maior poder aquisitivo. Janaína gosta de comprar suas roupas em lojas como a *Farm* e a *Le lis Blanc* e afirma que se tivesse condições compraria roupa todo mês.

Aí eu sempre compro uma blusa, tem mês que eu não compro nada, tem mês que eu compro, eu gosto de comprar em lojas que hoje assim eu me dou o luxo de comprar em lojas fora do padrão, assim, não magazine, de loja, como assim C&A, Riachuelo, Renner, eu me dou o luxo de comprar em lojas diferenciadas, em lojas que trabalham com uma coleção própria, uma estampa própria, sabe? Porque, justamente por isso, por um cuidado com essa estética mais sabe? Pra mostrar que, é... nem todo ne, nem toda negra... nem todo negro tem, é, no caso, tem que ser humilde, ou é humilde, ou é simples, ou é... sabe? É mais por isso, assim, na verdade, não é porque eu, eu... é mais por essa preocupação de como as pessoas enxergam a mulher negra, sabe? Então assim, e, e, e com essa referência...

É possível observar que os sentidos que os batalhadores culturais atribuem às suas práticas de consumo também estão associados ao estigma da pobreza, do qual eles buscam se distanciar, tal como os demais batalhadores. Desse modo, Janaína busca se afirmar socialmente através do consumo de roupas de marca. Além disso, a entrevistada afirma adotar critérios simbólicos na escolha do vestuário – tais como uma roupa mais *estilosa* para dançar ou uma roupa de *alfaiataria* para trabalhar –, de acordo com as ocasiões, exprimindo uma crescente tendência de racionalização no consumo de vestuário – que

também pode ser vista como uma estratégia de distinção, na medida em que expressa certo distanciamento do mundo das necessidades materiais, aproximando o batalhador cultural do estilo de vida das classes dominantes, caracterizado por uma tendência de estilização nos mais diversos domínios da prática. É possível observar, portanto, uma busca por lucros simbólicos através da apropriação de práticas distintivas em matéria de vestuário. Essa tendência também pode ser percebida com relação ao consumo de produtos cosméticos, sobretudo no caso das mulheres, como mostra Jandira, que gosta de comprar maquiagem e afirma que se tivesse condições investiria em procedimentos estéticos, como design de sobrancelha.

Eu acho que eu, que eu procuraria algumas intervenções assim, de tipo, é... design de sobrancelha, umas coisas assim, agora de produto eu acho que não mudaria o que eu uso hoje. Eu preciso de cinco produtos, vamos dizer assim, que seria um rímel, um lápis, um, um jogo de sombra, nunca fui de usar muito sombra, um blush e uma base boa. O que eu acho que mudaria é que eu trabalharia com produtos de melhor qualidade e aí a aparência ficaria cada vez melhor, por exemplo, um pó da Clinique é tão hiper fino que, que você pode passar o dedo depois e nem sente. Ele deixa... então quer dizer, eu acho que a qualidade seria melhor, mas não mudaria a quantidade.

Embora afirme não ter *fôlego financeiro* para comprar produtos cosméticos da *Clinique* em sua condição atual – que variam entre R\$ 140 e R\$ 200 –, Jandira afirma que está mais preocupada em saber se a marca testa seus produtos em animais, exprimindo uma tendência de politização do consumo, que constitui outro mecanismo de legitimação do estilo de vida do batalhador cultural, aproximando-se da classe média, detentora de capital cultural (COMBY, 2013). Na impossibilidade

de se apropriar dos bens de consumo considerados de luxo, a entrevistada lança mão de outros critérios, afirmando consultar os dados da PETA⁵ e optar por lojas que tenham uma proposta ecologicamente sustentável. Essa politização do consumo também pode ser percebida como uma forma de estilização na medida em que são assumidos critérios de escolha dos produtos que se distanciam de sua funcionalidade e de uma necessidade imediata, como a preocupação com o meio ambiente e com os animais, por exemplo.

Além disso, as práticas de consumo do batalhador cultural também refletem um anseio em se distanciar do estigma da pobreza e se sentir incluído socialmente, como também é o caso dos demais batalhadores. Apesar de buscar essa inclusão principalmente através do acúmulo de capital cultural e de sua inserção em espaços tradicionalmente ocupados pelos membros das classes dominantes, como a universidade, a apropriação de bens de consumo assume um papel importante na constituição das identidades individuais e valorização da posição social, sobretudo numa sociedade profundamente desigual como a brasileira. Nesse sentido, não só as mulheres buscam se apropriar de práticas de consumo e bens distintivos, como vimos anteriormente, mas também os homens orientam suas escolhas por bens de consumo buscando distanciar-se do estigma da pobreza. Embora sejam mais ascéticos e apresentem uma maior inclinação para a poupança, até mesmo pela posição que ocupam ou podem vir a ocupar no seio familiar como “provedores” da família, e pela forma como se constituem as identidades masculinas – orientadas pelos valores da

5 A PETA constitui uma organização não governamental em defesa dos animais (PETA, 2017).

racionalidade e objetividade –, os batalhadores culturais entrevistados também incorporam novas disposições para o consumo, orientados pelo desejo de integrar-se socialmente nos novos espaços e exprimir a mudança na sua condição social. Efraim afirma que costuma comprar suas roupas em lojas de departamento como *C&A* e *Riachuelo*, procurando vestir roupas discretas, que não chamem muita atenção, de modo a exprimir uma conduta de reserva e sobriedade, encontrada em outros batalhadores entrevistado.

As minhas roupas são mais simples assim, não gosto de usar essas modas que têm hoje em dia, assim, colorido, então eu comprei essa daqui porque eu ganhei, entendeu? Assim, mas eu sou bastante simples, eu não, eu me visto assim, por exemplo, é, não gosto de cores misturadas assim, embora que eu acho bonito, mas eu não visto, eu não, acho que não combina comigo e a cor que eu mais gosto é o cinza ou um chumbo [...] mas assim que não chame atenção assim, se tiver o nome é um nome só e tiver em inglês, eu tento traduzir pra saber o que é aquilo porque eu não quero me ver ao ridículo de passar com uma camisa e escrito uma coisa que eu não sei o que é.

O entrevistado se preocupa em não se expor ao ridículo não tanto pelo significado dos termos em inglês em suas camisas, mas por não ter o conhecimento de seus significados, exprimindo um sentimento de destituição estatutária que se manifesta até mesmo no consumo de vestuário. Além disso, como também ocorre com os demais batalhadores, muitas das práticas de consumo do batalhador cultural adquirem sentido a partir das privações sociais vivenciadas na condição passada. Mesmo quando mais distanciados do mundo das necessidades materiais na infância, os batalhadores culturais percebem sua condição social de pobreza a partir da privação do consumo

de bens, como brinquedos e jogos, bem como pelo sacrifício feito pelos pais para suprir suas necessidades. Erinaldo, por exemplo, afirma ter comprado um vídeo game que havia sido o seu sonho de infância com o seu primeiro salário num emprego formal.

Eu me lembro até hoje de uma história que mainha, mainha foi comprar, foi um vídeo game, na época, quando eu era criança, que, na época, pra ela comprar, oxe, foram muitos anos, e quando foi comprar ainda foi engraçado, que era nas Lojas Arapuã, que nem existe mais, a gente foi na cidade, quando chegou na cidade não tinha, a gente rodou, rodou, rodou, e nada, nada, nada, na época era pra comprar um Super Nitendo, aí chegou lá não tinha, aí ao invés de comprar o Super Nitendo, comprou uma bicicleta, foi aquele negócio, depois de muito tempo, muito esforço, ela foi lá, ela viu que tinha condições de comprar, aí foi pra comprar, aí não tinha mais, porque a promoção foi tão boa, eu acho que as Lojas Arapuã devia tá fechando na época, queria se desfazer de tudo, aí não consegui, aí ao invés do vídeo game, pegou a bicicleta.

É possível observar um desejo de exprimir poder sobre a necessidade dominada a partir das práticas de consumo do batalhador cultural, buscando distanciar-se de seu passado de pobreza. Por outro lado, apesar de perceber mudanças na sua condição social, a maioria dos batalhadores culturais afirma que ainda se considera pobre, levando em conta não apenas sua ocupação e renda ou o local de moradia, mas também o seu esforço e suas limitações para manter um determinado padrão de vida. Na falta de capital econômico, o tempo torna-se um recurso fundamental para a aquisição de determinados bens de consumo, pela possibilidade de serem adquiridos a crédito, mas também pela necessidade de planejar antecipadamente

todas as suas atividades e gastos (BOURDIEU, 2013a; SENNET, 2014). Nesse sentido, Salatiel afirma que se considera de classe média baixa, pois embora não passe pelo mesmo tipo de privação material que os mais pobres, precisa de recursos como o tempo, pagamento a crédito, além do seu próprio esforço e trabalho quando quer adquirir um bem de consumo, distanciando-se, desse modo, da classe média. Além disso, o entrevistado destaca a instabilidade de sua posição social diante da possibilidade de desemprego de algum membro da família – experiência da liminaridade.

Porque assim classe, pelo que eu entendo, assim, classe baixa são realmente aquelas pessoas pobres que necessitam de alimentos etc. e tal, tem muita dificuldade, eu acho que aí a gente não se enquadra. A classe média estaria dentro, mas a gente não tem tudo que a gente quer, não... A gente tem que trabalhar, tem que se esforçar, se de repente eu sair do meu trabalho, eu sei que eu vou ter algumas necessidades. É... e no caso eu acho que a gente consegue aquilo, tudo que a gente tem a gente consegue com esforço, não é algo assim que a gente... ganhe, por exemplo, eu quiser comprar... sei lá, ter um carro, do ano, eu vou ter um. Não. É tudo assim planejado. Planejado e... etc. tem que tá pagando no cartão de crédito, tem que... fazer isso ou aquilo. Não... não é assim tão, piscar o olho e ter assim, isso eu queria mas... por enquanto não.

De modo semelhante, Janaína afirma que, quando vai sair com seus amigos à noite, precisa planejar antecipadamente o passeio, tentando prever quanto vai gastar com consumo de bebida alcoólica, além de reservar uma parte do dinheiro para garantir o seu deslocamento em segurança. A entrevistada afirma que muitas vezes prefere ir de carro como forma de economizar não somente com o táxi, mas também para evitar

o consumo de bebida alcoólica. Essa necessidade de planejamento faz com que ela sinta que não pertence à classe média, pois acredita que suas amigas não precisam fazer o mesmo tipo de cálculo quando saem para se divertir. Portanto, é sobretudo através de suas práticas de consumo e atividades de lazer que o batalhador cultural percebe sua condição social e sente as mudanças sociais em sua vida cotidiana, assim como os demais batalhadores. Contudo, eles apresentam uma maior tendência a associar as mudanças em sua condição social com transformações sociais e políticas mais amplas, destacando as políticas de inclusão social através da educação, tais como o Prouni e a lei de cotas. Além disso, enquanto os demais batalhadores buscam legitimar sua posição social através da incorporação de disposições para o consumo, os batalhadores culturais buscam expressar seu processo de autoafirmação não somente pela adoção de novas práticas de consumo, mas também através da incorporação de competências culturais e políticas. Nesse sentido, é possível observar uma maior “politização” do batalhador cultural, entendida como uma maior capacidade de se apropriar das questões consideradas “propriamente” políticas, possibilitada pelo seu maior volume de capital cultural.

6.7 A politização do batalhador cultural

Como mostra Bourdieu (2013a, p. 373), a incorporação de competências consideradas políticas está diretamente ligada à posição social e a um sentimento correlato de competência estatutária, ou seja, de ser socialmente reconhecido como habilitado para tratar de questões políticas, o qual tende a aumentar à medida que se eleva o nível de instrução escolar. Nesse sentido,

o batalhador cultural tende a apresentar um maior interesse por questões políticas, distanciando-se gradativamente dos julgamentos éticos, o que pressupõe um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais, além da incorporação de competências culturais e políticas. É certo que, assim como os demais batalhadores, essa fração de classe também recorre ao *ethos* na ausência da competência específica, sendo possível encontrar certa heterogeneidade de valores no conjunto de suas opiniões políticas, embora tal heterogeneidade apareça numa proporção menor se comparado aos demais batalhadores entrevistados.

A incorporação de competências políticas específicas pode ser observada quando Jandira explica seu posicionamento contrário à redução da maioria penal no Brasil. A entrevistada traz à tona as dificuldades estruturais do sistema carcerário, destacando a necessidade de uma mudança na formação do policial, ancorada em sua formação jurídica e sua experiência de trabalho em presídio.

Eu acho que a polícia, ela tem um grande problema, ela tem um grande problema de formação, eu acho que ela é até incipiente, eu trabalho muito com a polícia e não sou contra os policiais não, pelo contrário, acho que são muitos cidadãos, são muitas pessoas dedicadas, existem muitas pessoas, como toda profissão existe os problemas e existe os defeitos, mas eu acho que está na formação, é uma instituição centenária, aonde que existe ainda um regimento de formação muito antigo, que ainda é muito institucional, ditatorial, onde a hierarquia ainda é muito suprema, acima do conhecimento, então eu acho que é uma reflexão sobre a formação é que é essencial. Não é aquela formação onde você dá um curso de Direitos Humanos pro pessoal do Bope. Meu filho isso não faz reflexão em ninguém não, o cara já tá indo obrigado e muito menos

vai fazer [...] o papel dele tem que ser admitido, que é cuidar do cidadão, agora pra cuidar do cidadão, ele também tem que se atualizar [...] ele é formado pra achar que preto, pobre e prostituta, mais do que esses três não pode nem ser digno e o mais louco que a formação faz é quando o próprio policial negro, ele passa a não se achar negro. Então, quer dizer, pra você vê como a formação ela deturpa tanto uma pessoa porque ela não tem nem a própria visão de si próprio, que poderia ser um irmão meu, qualquer outra pessoa ou independente disso, que ele tinha que prender do mesmo jeito e ele não consegue, se ele vê você de paletó e o outro de bermuda e sem camisa, ele vai chegar na ocorrência e vai tratar o de paletó melhor. E o de paletó é ladrão, o outro sem camisa e de bermuda é o cara que tá com os bens, mas vai ser tratado como ladrão, por que? Porque as pessoas, eles tão caracterizando tipos, quase que Lombroso né? Tem a característica própria do criminoso, aí já cria aquela teoria lombrosiana. Olha, é negro, tudo, é não sei o que, eles não conseguem justamente fazer uma análise crítica da situação.

É importante destacar que a entrevistada não recorre a um julgamento ético, analisando, por exemplo, o caráter moral dos jovens que cometem crimes ou mesmo dos policiais que tratam de maneira diferente segundo a aparência das pessoas, mas busca perceber esse problema a partir de sua dimensão estrutural e institucional, exprimindo o distanciamento requerido para a incorporação de uma disposição “propriamente” política. Além disso, há uma maior percepção da desigualdade social como um problema que perpassa as relações sociais de diferentes maneiras. É interessante notar que Jandira destaca a importância dos bens de consumo na percepção da posição social e no tratamento diferencial por parte de diversas instituições. A maioria dos batalhadores culturais afirmou ser

contrária à redução da maioria penal por relacionar essa questão diretamente ao problema da desigualdade social.

Apenas dois batalhadores culturais afirmaram ser favoráveis à redução da maioria penal, ancorados num julgamento ético: Erinaldo e Efraim. O primeiro afirma ter mudado completamente sua visão de mundo depois que se tornou militar, passando por uma formação que atuou como importante processo de socialização secundária na orientação de suas opiniões políticas. Ele afirma ter percebido que *o mal existe*, defendendo que os bandidos devem ser controlados e punidos de maneira rígida e severa. Já Efraim afirma que não tinha opinião formada até ser assaltado no ônibus por vários menores com facões, comandados por uma pessoa maior de idade. Ele considera que as pessoas devem responder por seus atos, ancorado no valor do livre arbítrio que incorporou em sua formação religiosa e que é reforçado nos programas televisivos.

É um assunto muito difícil de ser comentado, mas é... assim, ele já pensa, já age por si só, ele já tem já o que ele quer em mente, o que ele não quer, então se ele acha, e por que ele não pode ser enquadrado aos outros? Não é? Mas tem gente que defende: não, mas isso só vai aumentar a criminalidade, mas... poxa, então, o que se deve fazer pra ele não fazer isso? Isso é uma opção, isso é uma opção, eu acho que isso é válido, por que? Como passa no repórter e muito, às vezes você dá o celular, você entrega tudo e pelo simples fato de ele não, pensar que o seu celular seria um outro, tal, última geração, aí ele com raiva, po, atira em você, então eu acho que assim a redução seria uma das formas pra, não a eficaz, mas seria uma das formas pra ajudar a diminuir a criminalidade, eu acho isso.

Assim como a formação militar, a religião e os meios de comunicação de massa atuam como processos de socialização

secundária fundamentais na formação das opiniões políticas, contribuindo para uma avaliação da discussão sobre a redução da maioria penal a partir de um julgamento ético, desvinculado do problema da desigualdade social – embora esse processo seja sempre mediado pela experiência prática dos entrevistados. A partir da entrevista é possível perceber que o pertencimento religioso de Efraim à Assembleia de Deus contribui para a reprodução de certo conformismo social, uma vez que embora tenha se ressentido em diversos momentos de sua vida de sua condição de pobreza e da falta de oportunidades, ele costuma encarar sua trajetória como resultante da vontade divina, como provações pelas quais ele precisava passar. Como mostram os estudos sobre pentecostalismo e, mais especificamente, sobre a teologia da prosperidade, os indivíduos se sentem responsáveis pela sua condição social, de pobreza ou de prosperidade.

No entanto, a maioria dos batalhadores culturais tende a se distanciar dessa cosmovisão religiosa em direção à incorporação de disposições políticas que permitem perceber o caráter político da pobreza e da desigualdade social. Desse modo, alguns deles afirmam ter mudado a forma como pensavam diversas questões depois que entraram na universidade, tais como o debate sobre aborto, sexualidade e políticas como o Programa Bolsa Família, distanciando-se de um julgamento ético, em direção a um julgamento propriamente político, que se ancora na perspectiva dos direitos e da cidadania. Nesse sentido, há uma crescente demanda por direitos sociais e políticas públicas, em detrimento das relações de favor como padrão de sociabilidade (TELLES, 2013). A maioria dos batalhadores culturais afirma ser favorável a programas como o Minha Casa,

minha vida, alguns deles tendo sido beneficiários desse último, como é o caso de Efraim e de Erinaldo, que ajudou a comprar uma casa para sua mãe através do Programa. Desse modo, tais avaliações parecem ancorar-se também em sua experiência prática, como mostrou pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, sobre as percepções políticas dos membros da periferia de São Paulo (FPA, 2017). Há também uma crença na importância da intervenção do Estado na garantia dos direitos, como mostra Jandira.

Eu acho que eles [os programas sociais] são essenciais porque se as pessoas que não acham, loucura, quem, quem, eu pelo menos sou da década de 80, 90, as pessoas não sabiam, casa própria era pra quem tinha muito dinheiro, quem não tinha, não tinha, as favelas foram formadas por isso, na década de 60, de 40, de 50, justamente pela crise de moradia, crise urbanística é o que mais tem nesse país. A gente tem um país que tem um território enorme, mas ainda continua com a maioria com poucas pessoas tendo as propriedades de terras, a gente não tem moradia como um direito digno, faz parte da dignidade humana, então eu acho que a Minha casa, minha vida, ela é uma forma de você conseguir possibilitar que pessoas com uma renda, que era, já era pra todo mundo ter, nascer com o direito de ter uma, uma casa, e pagar um símbolo e ter o direito do Estado de prover uma moradia pra você. Então eu acho que é essencial e necessário mesmo. E sou a favor.

Além disso, há uma forte crença na educação como principal mecanismo para combater problemas como a criminalidade e a desigualdade social. Nesse sentido, todos os entrevistados se mostraram favoráveis a políticas de inclusão social através da educação, tais como o Prouni e cotas sociais e raciais, por perceberem uma forte desigualdade de oportunidades entre as

diferentes classes sociais. Essa avaliação também se ancora na experiência dos entrevistados em suas tentativas de ingressar no Ensino Superior. Efraim se lembra como foi difícil para seus pais manter os filhos na escola por falta de recursos econômicos. Ele acredita que se na sua época existisse o Programa Bolsa Família, sua trajetória escolar teria sido diferente. Ele também afirma que sentiu uma insegurança muito grande ao tentar o vestibular, por observar a disparidade de recursos entre estudantes de escola pública e de escola particular. Por isso, ele considera importante a existência de uma política de cotas para ingressar na universidade.

Eu concordo [com a adoção de cotas] porque, veja só, eu fiquei indignado, eu fiquei um pouco triste porque assim antes de dizer porque eu concordo, foi assim, eu quando fui fazer vestibular, aí tinha lá o pessoal do Visão, da Escola Visão, Contato, dos seus colégios grandões, tal, esse negócio tudinho lá, assim, e concorrendo com as pessoas que realmente a trajetória de vida dele foi de sacrifício, foi de luta, foi tal, tal, tal, tal, aquela dificuldade todinha e lá uma mesa ampla de lanche, só pro colégio, lanche, água mineral, tinha até massagista (risos), lá, fazendo, então, você quando, quando você chega lá, isso lhe intimida, eu mesmo, eu pensei assim, eu fiz assim: poxa, eu acho que eu não vou passar não.

A percepção da desigualdade de oportunidades no acesso à universidade reforça o sentimento de destituição estatutária do entrevistado, mas também a sua percepção da importância de políticas sociais voltadas para a educação. Há uma forte demanda por justiça social, que aproxima essa fração de classe dos demais batalhadores. Também é possível observar entre os batalhadores culturais uma percepção da relação entre posicionamento político e posição de classe, encontrada entre os

demais batalhadores – sobretudo em sua avaliação dos partidos políticos e da importância do voto como instrumento de mudança social.

Contudo, enquanto a percepção destes últimos é permeada por uma tendência de criminalização da política que conduz a um maior distanciamento com relação a esse campo, reforçando seu sentimento de destituição estatutária – a partir da ideia de estarem sendo manipulados por medidas populistas –, os batalhadores culturais legitimam sua posição social através da incorporação de competências políticas e percebem sua ascensão social como diretamente ligada às mudanças sociais e políticas mais amplas – e não somente ao seu trabalho e esforço individual, como acreditam alguns batalhadores. Nesse sentido, todos os batalhadores culturais entrevistados avaliaram positivamente os governos do PT, devido ao reconhecimento de seu investimento em políticas de inclusão social, a despeito das denúncias sobre corrupção, e muitos deles acreditam na importância da política como instrumento de mudança social, buscando se informar sobre questões políticas ou mesmo participar de movimentos sociais e políticos.

Por outro lado, embora acreditem na importância da educação como instrumento de inclusão social e busquem ascender socialmente mediante o acúmulo de capital escolar, muitos batalhadores culturais não conseguem realizar uma reconversão de classe após obter o diploma de nível superior e enfrentam dificuldades para conseguir emprego na sua área. Tais dificuldades estão ligadas à desvalorização dos diplomas escolares, devido ao aumento do número de pessoas que estão concluindo o Ensino Superior, além da ausência de outros recursos sociais importantes na definição da posição social, tais

como capital econômico e capital social. Desse modo, ao concluir sua graduação de Direito numa faculdade particular de São Paulo, Jandira não conseguiu emprego na área, afirmando ser uma área muito seletiva, fortemente arraigada numa cultura familiar. A entrevistada decidiu se mudar para Recife, onde sua tia tinha conhecimentos e conseguiu um emprego como advogada numa penitenciária – exprimindo uma disposição itinerante, que também é característica de seus familiares, os quais haviam saído de Recife para tentar a vida em São Paulo. De modo semelhante, Erinaldo ficou decepcionado com a sua experiência como professor de matemática e decidiu seguir a carreira de bombeiro militar, como forma de assegurar certa estabilidade econômica, o que concilia com aulas em um curso pré-vestibular aos sábados. Paula também não conseguiu melhorar sua posição no mercado com o diploma de nível superior e decidiu fazer uma segunda graduação em Direito. Janaína está fazendo mestrado em Educação, mas já não nutre muitas esperanças de conseguir mudar sua posição social através desse investimento:

Eu acho tão difícil... eu acho tão difícil, assim, eu posso melhorar um pouquinho minha qualidade de vida, eu posso melhorar, mas dizer que eu vou ter uma vida, é... três vezes melhor do que eu tenho, eu acho muito difícil, entendesse? Porque, é... isso inclui várias, várias e várias coisas, primeiro inclui oportunidades, entendesse? E aí a gente sabe que, é diferente, de eu, que nasci negra, mulher, ser chamada pra fazer um trabalho, vou ter um emprego, que eu vou receber, é... no mínimo, seis mil reais por mês, como eu conheço algumas pessoas que foram convidadas, que têm cargos políticos, que recebem isso por mês, entendesse? É... ou é filho de fulaninha, que o pai tem uma empresa grande e aí ele ficava com o pai, e aí ele tem essa renda,

ou é filho de fulaninho e fulaninho convidou ele pra trabalhar, entendesse? Ou ele teve uma puta de uma educação e ele fez medicina e ele tem dez mil, ele ganha um salário de dez mil reais por mês, entendesse? Eu acho que isso, eu considero que tem oportunidades, né, de... mas eu, professora, sabe? A única coisa que eu vou fazer quando terminar o meu mestrado, é continuar sendo professora.

A percepção de Janaína, a partir de sua experiência prática, é corroborada por estudos recentes sobre a desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil, que destacam a importância da origem social na determinação da posição de destino, a despeito da expansão educacional em curso no país nas últimas décadas. Segundo Carlos Antônio Ribeiro (2012), embora seja possível observar a importância da educação na redução da desigualdade de oportunidades no Brasil, essa tendência pode ser explicada principalmente por uma diminuição dos retornos educacionais – avaliada pela associação entre educação e destino de classe – e não por um mecanismo de equalização educacional, que corresponde à diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais, como é o caso de países europeus, como a França e a Suécia, ou mesmo por um mecanismo de composição, a partir do qual se diminui o efeito de origem à medida que os indivíduos alcançam níveis escolares mais elevados, como é o caso dos Estados Unidos. De acordo com o autor, à medida em que diminuem as vantagens geradas pelos diplomas escolares, em termos de salário e ocupações de status mais elevados, é possível observar um aumento da influência da origem de classe sobre o destino de classe, controlando por educação. Desse modo, as famílias em posições de classe mais vantajosas têm mais capacidade de

garantir as condições para manter ou melhorar a posição social dos seus filhos, assegurando seu acesso a escolas e universidades de melhor qualidade, em áreas de formação consideradas mais seletivas e promissoras (RIBEIRO, 2012, p. 674).

Nesse contexto, os batalhadores culturais buscam readequar seus sonhos e expectativas às possibilidades encontradas no curso de sua trajetória, contando, sobretudo, com sua propensão para viver acima de seus meios, além de suas disposições ascéticas para o trabalho e para os estudos. Ainda que percebam as dificuldades em mudar sua condição social através da aquisição de um diploma de nível superior, há uma crença muito forte na educação como principal recurso para valorizar a posição social, mesmo entre os batalhadores culturais mais “politizados”. Desse modo, essa fração de classe busca legitimar sua posição através do acúmulo de capital cultural e da apropriação de bens e práticas consideradas distintivas, partilhando com os demais membros das classes populares de um reconhecimento da cultura legítima dominante, que tende a ofuscar o papel da cultura na reprodução das desigualdades sociais. Apesar disso, alguns deles têm desenvolvido uma visão mais crítica acerca das diferentes formas de aquisição de capital cultural, à medida que elevam seu nível de escolaridade, percebendo seu papel, ao lado de outros recursos sociais de valor – como capital econômico e capital social – na reprodução das classes sociais no tempo, como aparece na fala de Janaína.

CONCLUSÃO

Em meio a uma discussão acerca das transformações na estrutura da sociedade brasileira na virada para o século XXI, que extrapolou as fronteiras das ciências sociais brasileiras, permeando o debate político, a mídia, os discursos e medidas governamentais e a opinião pública, este trabalho buscou analisar as práticas de consumo das frações ascensionais das classes populares no período recente, tentando superar tanto uma perspectiva romantizada acerca da pobreza e do anticapitalismo inerente às práticas sociais e culturais características dessas classes – ainda que de modo inconsciente –, quanto uma abordagem materialista que reduz a dimensão simbólica do estilo de vida popular a mero reflexo de suas condições materiais, caracterizado apenas pela falta e pela negatividade. Para tanto, adotou-se como ponto de partida uma perspectiva disposicionalista, fundamentada principalmente nos enfoques teóricos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Contudo, é válido destacar que, embora essa perspectiva teórica seja considerada fundamental para perceber a relação entre posição social e práticas culturais, através da incorporação de disposições, fugiu ao escopo deste trabalho explorar as

principais questões presentes na teoria social contemporânea acerca dos limites encontrados na sociologia disposicionalista desenvolvida por esses autores na abordagem da reflexividade e individualidade dos atores sociais (KAUFMANN, 2003; VANDENBERGUE, 2013).

No entanto, a perspectiva disposicionalista desenvolvida neste trabalho permite pensar as especificidades assumidas pelo processo de individualização, bem como a reflexividade envolvida nas tomadas de decisão entre os membros das classes populares a partir da análise das diferentes orientações adotadas por esses indivíduos no campo dos estilos de vida, buscando apreender os possíveis conflitos e tensões entre valores e disposições, além dos ajustes com relação ao *ethos* do trabalho duro, que se encontram na origem de suas práticas de consumo, num contexto de mobilidade ascendente. Desse modo, é possível abordar o tema da individualidade entre os membros das frações ascensionais das classes populares – que suscita debates nas ciências sociais brasileiras desde os anos 1990 (SARTI, 1994; DUARTE, GOMES, 2008)

a partir da análise das diferentes orientações para o consumo encontradas nos meios populares e manifestas no campo dos estilos de vida. A análise permite perceber que os batalhadores se caracterizam por combinações complexas de elementos ascéticos e hedonistas na orientação de suas práticas de consumo. A própria abordagem de uma orientação mais hedonista entre os membros das classes populares, cuja ascensão foi garantida pela incorporação de disposições ascéticas para o trabalho – e para os estudos, no caso dos batalhadores culturais – ao longo da vida, pode ser percebida como um interessante caminho teórico para pensar as especificidades de seu processo de individualização –,

embora concordemos com Duarte e Gomes (2008, p. 253) que “a observação das situações concretas de transformação crítica dos sujeitos revela, na verdade, a impossibilidade de aplicação mecânica dos modelos de individualização”.

Esse processo assume o caráter de uma tensão permanente entre valores e disposições constitutivas do *ethos* das classes populares, tais como a necessidade de priorizar os interesses da família, de um lado, e a aspiração de “subir na vida”, de outro, que pressupõe certo desenraizamento com relação ao pertencimento familiar e a inclinação para afirmação de uma singularidade própria – mas envolva também o desafio de tentar não alterar os aspectos considerados positivos de sua experiência local. Diante das especificidades assumidas por esse processo entre os membros das frações ascensionais das classes populares, Duarte e Gomes (2008, p. 253) adotam a noção de autoafirmação, considerando o conceito de individualização inadequado pelo seu caráter geral, assim como a ideia de individualização, fortemente associada à hegemonia do individualismo nas sociedades modernas. A partir da análise empreendida neste trabalho é possível observar que o consumo de bens e serviços assume um papel fundamental no processo de autoafirmação, através do qual os indivíduos buscam exprimir a nova posição social alcançada, distanciando-se do estigma da pobreza e de um passado marcado pela privação material. No entanto, mesmo entre os batalhadores que apresentaram uma orientação mais hedonista, no campo dos estilos de vida – caracterizada pela busca do prazer e desfrute individual através do consumo de bens –, é possível perceber uma tensão permanente entre desejos individuais e compromissos familiares, própria do processo de autoafirmação.

Nesse sentido, buscou-se observar os ajustes realizados pelos batalhadores com relação às disposições e valores constitutivos do *ethos* do trabalho duro, que possibilitaram a incorporação de novas disposições para o consumo em seu processo de mudança. No caso do batalhador ascético, a adesão a novas práticas de consumo se orienta para a constituição de um ambiente doméstico, voltado para a família, tendo no conforto a margem das despesas eticamente permissíveis (WEBER, 2016), em conformidade com os valores fundamentais do *ethos* do trabalho duro. O batalhador hedonista, por sua vez, também procede a um ajuste com relação ao *ethos*, ancorando-se no que denominamos de uma “retórica do trabalho duro”, segundo a qual o consumo de bens orientado para o prazer individual pode ser admitido, desde que percebido como uma recompensa pelo trabalho, a qual deriva do “suor do trabalho” e que não se sobreponha aos interesses familiares.

Embora essa ideia esteja presente na retórica do querer explicitada por Campbell (1998) – segundo a qual os indivíduos buscam legitimar suas práticas de consumo orientadas pelo desejo a partir de uma redefinição do contexto para uma situação na qual a compra é considerada adequada, a partir de uma perspectiva transclassista, esse processo parece assumir contornos específicos numa sociedade extremamente desigual como a brasileira, sobretudo no que se refere aos membros das classe populares, inseridos apenas recentemente na cultura de consumo. Na medida em que o processo de modernização periférica não conseguiu assegurar o princípio de dignidade e o valor fundamental da igualdade humana a todos os cidadãos brasileiros – impossibilitando a institucionalização da moderna noção jurídica e política de cidadania de maneira

eficaz (SOUZA, 2006a) –, os membros das classes populares incorporam uma moralidade do trabalho duro, buscando contrapor-se ao estigma da pobreza e obter reconhecimento social. Nesse contexto, os bens de consumo atuam como senhas de reconhecimento social, dando mostras da dignidade material conquistada pelos batalhadores, através do trabalho.

Por outro lado, as frações ascensionais das classes populares precisam legitimar suas práticas de consumo não somente perante ao *ethos* do trabalho duro, produto de tais condições de existência e fortemente caracterizado pelo seu ascetismo, mas também diante de uma moralidade de classe média sobre o consumo popular (SCALCO, PINHEIRO-MACHADO, 2010), que atua como um princípio de conformidade orientando as práticas de consumo dos membros das classes populares para a satisfação das necessidades, ainda quando estes alcançam uma nova posição social. Desse modo, os batalhadores que adotam uma orientação mais hedonista em determinados domínios recorrem a uma retórica do consumo fortemente ancorada na ética do trabalho duro, justificando suas práticas de consumo como uma recompensa pelo seu trabalho. Portanto, ao invés de recorrer às diversas possibilidades destacadas por Campbell (1998) na legitimação de suas práticas de consumo, os batalhadores hedonistas se ancoram *exclusivamente* em uma retórica do trabalho duro para justificar aquelas práticas mais distanciadas da lógica da necessidade – percebidas como decorrentes do “suor” do seu trabalho.

Nesse sentido, o trabalho parece possibilitar as condições materiais e simbólicas para a maior inserção dos membros das classes populares na cultura de consumo, favorecendo o ajuste entre seus desejos de consumo, aos quais os membros dessas

classes estão cada vez mais expostos, e os valores e disposições ascéticas constitutivas do *ethos* do trabalho duro. Portanto, mesmo a orientação hedonista encontrada entre os batalhadores permanece marcada, em boa medida, pelo ascetismo. Além dos ajustes com relação aos valores constitutivos do *ethos*, outras variáveis se mostraram fundamentais na orientação das práticas de consumo das frações ascensionais das classes populares, tais como o volume e estrutura de capital, a trajetória social – entendida de maneira ampla como os diversos processos de socialização que atravessam os indivíduos –, a origem social, marcada por uma maior ou menor distância com relação ao mundo das necessidades materiais, idade, gênero, posição no seio da família, ocupação, além do momento específico no ciclo de vida e no ciclo de desenvolvimento da unidade doméstica. Considerando a complexidade e heterogeneidade constitutiva do “objeto” de análise em questão – as frações das classes populares brasileiras em processo de mobilidade ascendente – não foi possível explicar todos os debates e análises desenvolvidos em torno dessa discussão, que buscam contribuir para a apreensão das condições econômicas, políticas, sociais e culturais consideradas decisivas nesse processo. Nesse sentido, este trabalho não se debruça sobre uma análise mais aprofundada acerca das mudanças na dinâmica do capitalismo e do papel desempenhado pela economia brasileira no novo contexto de reestruturação produtiva e de divisão internacional do trabalho – nem tampouco resgata as contribuições dos clássicos do pensamento social brasileiro para pensar tais mudanças, como é o caso de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre –, apesar de reconhecer seu impacto na estrutura social brasileira, nas transformações da estrutura ocupacional, das relações de

trabalho e no acesso ao consumo de bens. Também não foi possível analisar, mais detidamente, as contribuições dos estudos sobre mobilidade social, comparando as diferentes metodologias utilizadas nestes estudos e discutindo seus principais resultados à luz da pesquisa empírica realizada nesta tese.

Contudo, este trabalho desenvolve uma pesquisa qualitativa, ancorada na realização de entrevistas em profundidade com membros das frações ascensionais das classes populares, buscando contribuir para a análise das condições objetivas e subjetivas que permitem sua maior inserção no mercado competitivo e na cultura de consumo. A pesquisa empreendida nesta tese permite lançar luz sobre algumas das consequências dessas tendências macroestruturais na vida desses indivíduos, exercendo influências sobre seus projetos de vida, frente às suas expectativas, seus sonhos e investimentos, e também frustrações. Nesse sentido, foi possível observar, na pesquisa de campo, batalhadores que fecharam seu estabelecimento, buscando aproveitar as oportunidades de estudo advindas com as políticas de expansão educacional implementadas pelo governo Lula e com a criação de empregos formais na grande região metropolitana do Recife, através da ampliação do complexo industrial de Suape. É o caso de Jane que precisou fechar seu salão de beleza para investir em um curso técnico de mecânica e, posteriormente numa faculdade de engenharia civil, através do FIES, visando conquistar uma posição mais qualificada na estrutura ocupacional e aproveitar as oportunidades de emprego geradas com a criação do Estaleiro Atlântico Sul, em Suape-PE. No entanto, sem as condições objetivas e subjetivas para aproveitar essas oportunidades – sem a base escolar necessária –, a entrevistada teve

suas expectativas frustradas e precisou trancar a faculdade, inserindo-se no setor de telemarketing.

O movimento contrário também pode ser observado nos casos em que os batalhadores saíram de seus empregos formais, como motorista ou garçom, para abrir o seu próprio negócio, movidos pela ideia de se tornar “patrões de si mesmos”. Aqueles que conseguiram alcançar a mobilidade ascendente esperada, contaram não somente com condições objetivas favoráveis, mas também com um conjunto de disposições duravelmente instaladas através de um aprendizado prático do trabalho, no seio da socialização familiar, tais como a disposição ascética para o trabalho duro, disposições econômicas gerais, disposições administrativas, pensamento prospectivo e capacidade de poupança (SOUZA, 2012).

Ademais, uma das descobertas propiciadas pela pesquisa de campo foi a existência de uma fração no interior das classes populares, cuja ascensão foi possibilitada pelo acúmulo de capital escolar e cultural – denominada nesta tese de batalhadores culturais. Tal descoberta converge diretamente com os estudos sobre mobilidade social, que destacam o papel da expansão educacional na diminuição da desigualdade de oportunidades no Brasil nas últimas décadas (RIBEIRO, 2012, 2017), buscando explicitar como essa tendência é vivenciada por essa fração de classe. Como é possível observar na análise das trajetórias sociais realizada nesta tese, a ascensão social para os membros das classes populares é vivenciada como um projeto familiar e intergeracional. Nesse sentido, muitos pais projetam sua ascensão na geração seguinte, investindo na educação dos seus filhos, possibilitando-lhes as condições materiais, afetivas e emocionais para a incorporação de disposições gerais para

os estudos. Vale ressaltar também outros processos de socialização secundária considerados fundamentais para a incorporação de capital escolar e capital cultural, tais como a escola, Organizações Não Governamentais que realizam atividades culturais, grupos de amigos e a religião.

Desse modo, os batalhadores culturais mostraram-se aptos para aproveitar as oportunidades advindas com a expansão do Ensino Médio e com as políticas de inclusão ao Ensino Superior no período recente – tais como Prouni, FIES, cotas raciais e sociais nas universidades públicas – diferentemente de outros batalhadores, que tiveram suas expectativas frustradas, como explicitado acima. Contudo, não é sem esforço, tensões e contradições que esses batalhadores constroem sua trajetória de mobilidade escolar, precisando conciliar os estudos com o trabalho, que se coloca como uma necessidade premente na vida de todos os batalhadores, marcando todas as suas escolhas posteriores, e distanciando-os da trajetória escolar comumente encontrada entre os filhos da classe média.

Além disso, a maioria dos batalhadores culturais entrevistados não conseguiu alcançar as posições esperadas no mercado de trabalho ao concluir o curso universitário, vivenciando esse processo como uma frustração, que, no entanto, não os impediu de readequar suas expectativas às possibilidades apresentadas no curso de sua trajetória, exprimindo disposições para autossuperação. Desse modo, Jandira mudou de cidade em busca de emprego na sua área, Paula procurou fazer uma segunda graduação, Janaína investiu em uma pós-graduação e Erinaldo fez um concurso público em outra área, tornando-se bombeiro militar – ao invés de professor de matemática, que era a profissão dos seus sonhos. A trajetória do batalhador

cultural se insere num movimento mais amplo ligado à diminuição das vantagens geradas pelos diplomas educacionais, diante da expansão do Ensino Médio e Superior vivenciada nas últimas décadas. Embora Carlos Antônio Ribeiro (2012, p. 662) afirme considerar exagerado a afirmação de que houve uma inflação de credenciais, tendo em vista que o Brasil continua sendo muito carente em termos educacionais, o autor destaca que o principal mecanismo responsável pela redução da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil foi a diminuição dos retornos educacionais, avaliada pela associação estatística entre educação e posição de destino alcançada.

Neste contexto, Ribeiro (2012, p. 674) destaca o aumento da associação direta entre posição de origem e posição de destino, controlando por educação, sobretudo no período entre 1996 e 2008. Isso significa que diante da diminuição dos retornos educacionais, as famílias em posições de classe mais vantajosas conseguem garantir melhores condições para assegurar ou melhorar as posições dos seus filhos, investindo em escolas particulares de qualidade – uma vez que há uma forte estratificação no interior do sistema educacional brasileiro – ou em carreiras consideradas mais seletivas e promissoras. Sem dispor de tais recursos, os batalhadores culturais recorrem a faculdades particulares e cursos menos concorridos, orientados por um profundo realismo, característico de seu *ethos*, vivenciando diretamente os efeitos da diminuição dos retornos escolares e buscando readequar suas expectativas às possibilidades encontradas no curso de sua trajetória.

É válido ressaltar também que embora a análise aqui empreendida tenha como pano de fundo um contexto político marcado pela ascensão ao poder de um partido historicamente

ligado à luta dos trabalhadores – Partido dos Trabalhadores (PT) –, a partir da eleição de Lula, em 2002, a presente tese não visa apresentar um balanço das discussões e problemáticas levantadas nas ciências sociais brasileiras sobre os governos – e “desgovernos” – do PT, seus avanços e retrocessos na construção de um projeto político de esquerda, que conseguiu envolver parcelas significativas das classes populares. No entanto, ela visa contribuir para uma “qualificação” das análises críticas acerca do maior acesso ao consumo de bens e serviços por parte dessas classes, desenvolvidas, na maior parte das vezes, a partir de uma chave moralista e até mesmo elitista sobre o consumo popular. A análise desenvolvida neste trabalho permite afirmar que o maior acesso das classes populares brasileiras ao consumo de bens e serviços no período recente não deve ser percebida nem como “erro” dos governos do PT – que teria conduzido a uma despolitização, alienação, consumismo, inadimplência, entre outras críticas

nem como principal indício da emergência de uma “nova classe média” no Brasil. Nesse sentido, buscou-se destacar a dimensão política do consumo, relacionada à distribuição diferencial dos recursos de valor, em disputa na competição social (SLATER, 2002). O maior acesso das classes populares ao consumo de bens e serviços até então restritos às classes média e alta é percebido como uma importante medida política de combate à desigualdade social, no que se refere ao acesso a recursos materiais e simbólicos socialmente valorizados.

Embora seja importante considerar as críticas direcionadas aos efeitos da cultura de consumo sobre a capacidade de atuação política dos indivíduos – especialmente no contexto de ascensão do neoliberalismo, em que o consumo de bens

é projetado como a principal forma de expressão individual, liberdade civil e política (SLATER, 2002) –, o direcionamento dessa crítica a uma classe social específica, historicamente relegada à condição de subconsumo, pode ser percebida como indício do persistente legado autoritário e da profunda desigualdade social ainda presente na sociedade brasileira. Isso fica ainda mais patente quando se observa que alguns batalhadores entrevistados na pesquisa de campo tiveram acesso à primeira máquina de lavar somente nos últimos anos ou passaram a comprar vestuário mais de uma vez ao ano – tendência observada também em pesquisas recentes, de escala nacional, sobre as mudanças nos padrões de consumo das classes populares, como é o caso da Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2010) e do Relatório Faces da Desigualdade (CAMPELLO, 2017). Nesse sentido, a maior capacidade de consumo das classes populares brasileiras deve ser percebida a partir da perspectiva do acesso a recursos já disponíveis às demais classes sociais, proporcionando melhorias na sua qualidade de vida, além de possibilitar um aumento da sua autoestima e a expressão material de seu processo de autoafirmação, considerando que essa classe também está exposta aos princípios e promessas da cultura de consumo e busca exprimir seus valores e sua identidade através do consumo de bens.

Ademais, considerando o caráter relacional das classes sociais, não faz sentido, do ponto de vista sociológico, afirmar que tais frações de classe adentraram a classe média apenas com base na cesta de bens e serviços consumidos, sem considerar a distância diferencial entre cada estilo de vida, já que é possível observar um aumento nos padrões de consumo também entre as classes sociais mais abastadas, que passam a consumir

novos bens de consumo, demarcando sua posição social com relação às demais classes sociais. Como mostra Bourdieu (2013a), é importante destacar também os sentidos e os usos sociais envolvidos nas práticas de consumo características de cada classe social, conformando um estilo de vida distinto e distintivo. É possível observar que o consumo de bens não assume o mesmo sentido para os membros da classe média e das frações ascensionais das classes populares. Basta pensar no sentido atribuído por Rosa ao consumo de carne *Friboi*, depois de ter passado fome boa parte de sua infância, quando podia comer somente aquilo que era plantado pelos familiares, como feijão de corda e macaxeira, ou mesmo na aquisição de sua primeira máquina de lavar. Esses indivíduos também não fazem o mesmo uso dos bens de consumo, de modo que o seu acesso à carne ou a uma máquina de lavar não pode ser considerado indício de uma conversão para a classe média.

Portanto, se há um erro a ser apontado nos governos petistas, com relação ao maior acesso das classes populares ao consumo de bens e serviços, ele parece estar ligado à associação desse fenômeno como principal indício da emergência de uma “nova classe média brasileira” – amplamente difundida e explorada pelo governo Lula –, deixando margem para a naturalização e valorização da divisão social, que trata o acesso ao consumo de bens como uma questão de privilégio, oposto à carência das classes situadas abaixo (CHAUI, 2014). Se, como nota André Singer (2012, p. 32), o lulismo possibilitou uma rearticulação ideológica em torno do conflito entre ricos e pobres, contribuindo para a polarização do debate político-eleitoral neste sentido – em detrimento do conflito entre esquerda e direita –, sobretudo a partir das eleições de 2006, tal rearticulação não

explorou a perspectiva democrática do acesso a direitos na construção de uma interpretação sobre o processo de mobilidade ascendente que atingiu principalmente as classes populares, possibilitando seu maior acesso ao consumo de bens e serviços. Ao invés disso, os governos petistas adotaram o discurso da “nova classe média”, sustentada por economistas como Marcelo Neri e largamente difundida pela imprensa brasileira, sobretudo a partir de 2008.

No entanto, se tal interpretação foi percebida como favorável aos governos petistas, na medida em que enfatiza a saída de parcela significativa da população brasileira da pobreza e da extrema pobreza, bem como sua inserção na classe média, ela converge com um imaginário político neoliberal – que defende a diminuição das políticas universalistas do Estado e maior participação do mercado no provimento de bens e serviços – e com um legado autoritário que persiste na sociedade brasileira e tende a perceber o acesso diferenciado a bens de consumo sob a ótica do privilégio, como posição distintiva alcançada pela nova classe social, com consequências políticas dentro da própria base eleitoral construída pelo lulismo.

Isso porque, como visto a partir da pesquisa de campo, o discurso da “nova classe média” será absorvido por parte das frações ascensionais das classes populares, sobretudo entre aqueles que conseguiram galgar o topo dessa fração, como é o caso dos batalhadores empreendedores, favorecendo uma interpretação de sua mobilidade ascendente como resultante, principalmente, de seu próprio esforço e trabalho. Tal interpretação favorece a invisibilização do papel do Estado e das políticas sociais no combate à desigualdade social. Embora essa visão de mundo tenha sido interpretada como expressão

de certo “liberalismo popular” em pesquisas sobre o comportamento político das classes populares (FPA, 2017), ela parece convergir com valores fundamentais do *ethos* do trabalho duro, que, por sua vez, constituem-se como produto das condições materiais da existência, marcadas pelo abandono social e político a que essa classe foi historicamente relegada. Se as sociedades contemporâneas se caracterizam pela busca de “soluções individuais para problemas produzidos socialmente e sofridos coletivamente”, como afirma Bauman (2004, p. 304), essa tendência é tanto mais acentuada numa sociedade desigual como a brasileira, em que boa parte da população foi privada do acesso a direitos, serviços públicos de qualidade e bens de consumo, desenvolvendo estratégias para lidar com a ausência do Estado. Portanto, o *ethos* do trabalho duro se constitui como *necessidade tornada virtude*, afirmando a disposição para trabalhar como principal solução para a superação das dificuldades. Por outro lado, é possível observar uma maior tendência a relacionar as trajetórias ascendentes nos meios populares às políticas sociais implementadas principalmente a partir do governo Lula entre aqueles batalhadores cuja ascensão foi possibilitada pela incorporação de capital cultural.

Por fim, o presente trabalho visa contribuir com os estudos desenvolvidos no âmbito da sociologia do consumo, que têm se mostrado fundamentais para a construção de análises mais abrangentes acerca dos fenômenos sociais, destacando a importância da cultura e do consumo na investigação de fenômenos até então analisados a partir de uma leitura economicista. Desse modo, esta tese buscou empreender uma análise acerca da reformulação das necessidades e desejos encontrada entre os membros das frações ascensionais das classes populares,

que se distancia de uma abordagem essencialista, moralista e até mesmo elitista sobre o consumo popular, cujo combate constitui um importante desafio para os sociólogos do consumo. Além disso, este trabalho se orientou por um esforço em relacionar as teorias do consumo com uma teoria mais geral acerca da sociedade, como é o caso das perspectivas teóricas desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, buscando contribuir para o desenvolvimento de pesquisas mais analíticas e menos descritivas no campo da sociologia do consumo (ROCHA, ASSIS, 2013).

As lacunas e questões deixadas em aberto ao longo deste trabalho são percebidas como desafios para desdobramentos posteriores, na medida em que são consideradas fundamentais para uma análise mais abrangente acerca das mudanças na estrutura da sociedade brasileira, no contexto das transformações vivenciadas a partir da primeira década do século XXI e de suas persistentes linhas de continuidade com o passado.

REFERÊNCIAS

ADLER, P. A. ADLER, P. *Observational techniques*. In: DEZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (eds). *Handbook of qualitative research*. Londres, Sage, 1994. p. 377-392.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*. v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016.

ALVES, A. R. C. “Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire”. In: *Sociologias*. Porto Alegre, 2016. Ano 18, n. 42, p. 294-327.

ALVES, A. R. C. “Reconstrução do estilo de vida das classes populares em A distinção de Pierre Bourdieu: reflexões teóricas para pensar o Brasil contemporâneo”. Trabalho publicado nos anais do 38º Encontro anual da ANPOCS, 2014.

ALVES, A. R. C. “Do habitus aos hábitos: reflexões sobre a prática na teoria social contemporânea”. Trabalho publicado nos anais do 39º Encontro anual da ANPOCS, 2015.

ALVES, A. R. C. “Pensando as classes populares brasileiras a partir de uma perspectiva disposicionalista: o legado teórico de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire”. Trabalho publicado nos anais do 41º Encontro anual da ANPOCS, 2017.

ALVES, A. R. C. MACIEL, L. C. *A Individualidade em Simmel e Elias: Contribuições Teóricas para uma Sociologia do Indivíduo. Lua Nova* [online]. 2017, n.101, p.259-290.

ANDERSON, P. “O Brasil de Lula”. In: *Novos Estudos*, n.91. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa. Novembro, 2011.

ANTUNES, R. BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

ARRIGHI, G. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto. São Paulo, Editora Unesp, 1996.

BAUMAN, Z. “Entrevista com Zygmunt Bauman”. Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Tempo Social*. USP, 2004.

BECK, U. *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34, 2010.

BOGENHOLD, D. “Social Inequality and the Sociology of Life Style: material and cultural aspects of social stratification”. *American Journal of Economics and Sociology*. v. 60, n. 4, October, 2001.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk/Edusp, 2013a.

BOURDIEU, P. “Capital simbólico e classes sociais”. In: *Novos Estudos – CEBRAP* [online]. 2013b, n. 96.

BOURDIEU, P. *O senso prático*. 3ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013c.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 2003.

BOURDIEU, P. “O Mercado de Bens Simbólicos”. In: MICELI, S. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. “Gosto de classe e Estilo de Vida”. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1982. v. 39.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J-C. PASSERON, J-C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme J. de Freitas Teixeira. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BRUNT, L. “Into the community”. In ATKINSON, P., COFFEY, A., DELAMONT, S.,

LOFLAND, J., & LOFLAND, L. (eds.) *Handbook of ethnography*. Londres, Sage, 2010. p.80-91.

BRYMAN, A. “The nature of qualitative research”. In BRYMAN, A. *Social Research Methods*. 3a. ed. New York, Oxford University Press, 2008.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPBELL, C. “Consumption and the Rhetorics of Need and Want”. In: *Journal of Design History*, 1998. Vol. 11, No. 3 (1998), p. 235-246.

CAMPELLO, T. (Coord.). *Faces da Desigualdade no Brasil. Um olhar sobre os que ficam para trás*. Brasil, Clacso, Flacso, Agenda Desigualdade, 2017.

CHAUÍ, M. “Prefácio”. In: POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo, 2014.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos – conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 22ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, L. Política fiscal é essencial para combater desigualdades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/09/1922436-politica-fiscal-e-essencial-para-combater-desigualdades.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CARVALHO, L. Globalização financeira eleva desigualdade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de dez. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/12/1946105-globalizacao-financeira-eleva-desigualdade.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

CAVALCANTI, B. C. “Apresentação”. In: KAUFMANN, J. C. *A entrevista compreensiva. Um guia para pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

COMBY, J-B. GROSSETÊTE, M. “La morale des uns peut pas fair le bonheur des tous. Individualisation des problèmes publics, prescriptions normatives et distinction sociale”. In: COULANGEON, P. DUVAL, J. (Org.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris, Editions La Découverte, 2013.

COUTINHO, P. O. PONTES, T. P. Introdução. In: *Homenagem a Bernard Lahire. Cadernos do Sociófilo*. Quarto Caderno. Rio de Janeiro, IESP, UERJ, 2013.

DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. “Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa” In: DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S (orgs.), *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006. p.15-41.

DOUGLAS, M. ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens – para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2006.

DUARTE, L.F.D. GOMES, E. C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

DUTRA, R. A esquerda e os evangélicos: o que aprender com a vitória de Crivella. *El Pais*, 07 nov. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/07/opinion/1478529639_292165.html>. Acesso em: 07 nov. 2016.

DUTRA, R. A disputa pelo liberalismo popular das periferias. *El Pais*, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584_898223.html>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011. v. 1.

ELIAS, N. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

ELIAS, N. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, F. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. Volume I – 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). “Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo.” São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2017.

FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GARFINKEL, H. *O que é etnometodologia?* Tradução de Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães. Juiz de Fora, 2009.

GASKELL, G. “Entrevistas individuais e grupais”. In BAUER, M.W. & GASKELL, G. (eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, 2002. GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 1991.

GASKELL, G. *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. 3ed. Lisboa, Editorial Presença, 1990.

GASKELL, G. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

GRAMSCI, A. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 239-282.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª edição. São Paulo, Edições Loyola, 2007.

HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia. UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – POF*. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mudanças recentes na pobreza brasileira. *Comunicado do IPEA*, n. 111, IPEA, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicado do IPEA*, n. 155, Brasília, IPEA, 25 set. 2012.

JANUZZI, P. “Pobreza, desigualdade e Mudança Social”. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v. 10, n. 3, 2016.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1963. (Edição Popular).

KAUFMANN, J. *Ego, para uma sociologia do indivíduo*. Tradução de Ana Rabaça. Instituto Piaget, 2003.

KAUFMANN, J. *A entrevista compreensiva. Um guia para pesquisa de campo*. Rio de Janeiro: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KERSTENETZKY, C.; UCHOA, C. “Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média”. In: BARTELT, D. (org). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

KOPPER, M. *Arquiteturas da Esperança: Cidadania, Consumo e Mobilidade de Classe na Política Habitacional Brasileira. Blog do Sociófilo*. Disponível em: <<https://blogdosociofilo.wordpress.com/2017/07/21/7297/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LAHIRE, B. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, B. “Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”. In: *Sociologia. Problemas e Problemáticas*, 2005. n. 49.

LAHIRE, B. *A cultura dos Indivíduos*. São Paulo, Artmed Editora, 2006.

LAHIRE, B. “O singular plural”. In: *Homenagem a Bernard Lahire. Cadernos do Sociófilo*. Quarto Caderno. Tradução de Thiago Panica Pontes. Rio de Janeiro: IESP, UERJ, 2013.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero – a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

MACCRACKEN, G. *Cultura e consumo – novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

MARTINS, J de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTUCELLI, D. *Cambio de rumbo: la sociedade a escala del Individuo*. Santiago, LOM Ediciones, 2007.

MARTUCELLI, D. SINGLY, F. de. *Las Sociologías del Individuo*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Gianotti; Traduções de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MATHIAS, M. Os planos de saúde populares e a lógica da segregação. *Carta Capital*, 18 de ago. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/saude-os-planos-da-segregacao>>. Acesso em 20 nov. 2017.

MEDEIROS, M. SOUZA, P. H. G. F. DE. CASTRO, F. A. de. *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)*. *Dados* [online]. 2015, vol.58, n.1, p.7-36.

MESQUITA, W. A. B. *Em busca da prosperidade: trabalho e empreendedorismo entre neopentecostais*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MESQUITA, W. A. B. “Um pé no reino, outro no mundo: consumo e lazer entre pentecostais”. In:

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 117-144. Jul/Dez. 2007. MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 246p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <<https://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

NERY, M. S. S. “O Nordeste e o mercado nacional de fragrâncias: notas para um mapa da produção/consumo de perfumes no Brasil”. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. v.53, n. 1, 2017.

ODOUGHERTY, M. “Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de ‘Cultura’ e Consumo em São Paulo”. *Dados*, v.41, n. 2, 1998.

OLIVEIRA, A. de. Há cegueira da esquerda para entender a nova classe trabalhadora. Entrevista com Roberto Dutra, Sociólogo. *El Pais*, 05 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018_877456.html>. Acesso em: 07 nov. 2016.

OXFAM BRASIL. A distância que nos une. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 13 dez. 2017.

PALAVRA VIVA DE DEUS, A. Disponível em: <<http://apalavravivadedeus.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PASTORE, J. *Inequality and Social Mobility in Brazil*. Madison, University of Wisconsin Press, 1981.

PETERS, G. “Humano, desamasiado mundano: a teoria do *habitus* em retrospecto”. *Teoria & Sociedade*, 2010. n. 18 (1).

PETERS, G. “*Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu”. *RBCS*, v. 28, n. 83, 2013. p. 8-37.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo, 2014.

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo, Boitempo, 2012.

PONTES, T. P. “*Crescer na vida*”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

PRADO JR. C. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo, Urupês, 1954.

QUADROS, W. GIMENEZ, D. ANTUNES, D. “Afimial, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000”. In: BARTELT,

D. (ORG). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

RIBEIRO, C. A. C. “Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional”. In: *IPEA*, Nota técnica. Mercado de trabalho. n. 62. Abril, 2017.

RIBEIRO, C. A. C. “Quatro décadas de mobilidade social no Brasil”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.

RIBEIRO, C. A. C. “Dois estudos de mobilidade social no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, São Paulo, out. 2000.

ROCHA, M. E. M. *O consumo precário: pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres*. Coleção Estudos sobre Alagoas, n. 1, Maceió: Edufal, 2002.

ROCHA, M. E. M. “Consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura”. São Paulo, ESPM, *Revista da ESPM* (Edição 60 anos), 2011.

ROCHA, M. E. M. “O monopólio social da ‘nação’. O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff”. Caxambu. Mimeo. 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.

ROCHA, M. E. M. “A formação de uma cultura de consumo na cidade de São Paulo: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu”. São Paulo. Mimeo. II SIEP “Consumo: Afetividades e Vínculos”, PUC-SP, 2012.

ROCHA, M. E. M. ASSIS, R. V. “A reconstrução sociológica do conceito de ‘cultura de consumo’”. Trabalho publicado nos Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

RONSINI, V. “Telenovelas e a questão da feminilidade de classe”. *Revista Matrizes*. v. 10, n. 2. 2016. p. 45-60.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, FFLCH, 1994.

SCALCO, L. PINHEIRO-MACHADO, R. Os sentidos do real e do falso. O consumo popular em perspectiva etnográfica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010. v. 53, n. 1.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*. 18ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2014.

SILVA, L. I. L. da. Crise 2009-Lula diz como enfrentaria a crise em 2009, Discurso do Natal 2008. *Youtube*, 27 dez. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QNXO-QNwbkco>>. Acesso em: 02 dez. 17.

SILVEIRA, F. G., FERREIRA, J. “Equidade fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social”. *Comunicados do IPEA*, n. 92. Brasília, 2011.

SIMMEL, G. “A metrópole e a vida mental”. In: O. G. VELHO (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. “Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo”. In: *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, 2015a.

SINGER, A. “Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. In: *Novos Estudos*, 102, 2015b.

SKEGGS, B. *Formations of class and gender. Becoming respectable*. London, Thousand Oaks, New Dheli, SAGE Publications, 2002.

SKEGGS, B. “A economia moral da apresentação pessoal: relações de classe e autoperformance nos reality shows”. *Parágrafo*. v. 1. n. 13. 2015.

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, J. “A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo”. In: BARTELT, D. (org). *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

SOUZA, J. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006a.

SOUZA, J. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006b.

TASCHNER, G. “Raízes da Cultura de Consumo”. In: *Revista USP – Dossiê Sociedade de Massa e Identidade*. n. 32, 1997.

TASCHNER, G. *Cultura, consumo e cidadania*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2009. TELLES, V. S. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2013.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

TORRES, H. G. BICHIR, R. M. CARPIM, T. P. “Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda”. In: *Novos Estudos*. Março, 2006. n.74.

VANDENBERGH, F. *Teoria Social Realista*. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Ed. IUPERJ, 2010.

VANDENBERGH, F. “A sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire”. In: *Cadernos do Sociófilo*. Tradução de Gabriel Peters. Quarto Caderno. Rio de Janeiro, IESP, UERJ, 2013.

VEBLEN, T. *A alemanha imperial e a revolução industrial; A teoria da classe ociosa*. Traduções de Bolívar Lamounier, Olívia Krahenbuhl. 2ed. São Paulo, Abril Cultural. Os pensadores, 1985.

WACQUANT, L. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Tradução de Angela Ramalho. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

WACQUANT, L. “Esclarecer o habitus”. In: *Educação e Linguagem*, 2007. n. 16. p. 63-71.

WACQUANT, L. “Habitus como assunto e ferramenta: reflexões sobre como tornar-se boxeador”. In: *Revista Estudos de Sociologia*, 2011. n. 17, v. 2.

WACQUANT, L. “Introdução”. In: BOURDIEU, P. “Capital simbólico e classes sociais”. *Novos Estudos CEBRAP* [online]. 2013, n. 96.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 16ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WEBER, M. “Classe, ‘status’, partido”. In: VELHO, O. PALMEIRA, M. BERTELLI, A.(Orgs.). *Estrutura de classes e estratificação social*. 9 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, R. *Dreams Worlds. Mass Consumption in late nineteenth century France*. Bekerley, University of California Press, 1982.

WYLLYS, J. A pós-verdade é a aliança da mentira com o preconceito. *Carta Capital*, 21 de nov. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-pos-verdade-e-a-alianca-da-mentira-com-o-preconceito>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ZALUAR, A. *A Máquina e a revolta*. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Título "Com o suor do trabalho": Uma análise do *ethos*
dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo
Autoria Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Formato E-book (PDF)
Tipografia Minion Pro (texto) Meta Pro (Títulos)
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | www.editora.ufpe.br



ppgs  50
Programa de Pós-Graduação em Sociologia *anos*

ISBN 978-65-86732-91-7



9 786586 732917